

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
BACHARELADO EM LAZER E TURISMO

CAMILA DE ALMEIDA MARANHÃO DIAS

A Maçonaria no segmento do turismo cultural em Paraty-RJ

São Paulo
2017

CAMILA DE ALMEIDA MARANHÃO DIAS

A Maçonaria no segmento do turismo cultural em Paraty-RJ

Versão original

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Bacharel em Lazer e Turismo pelo Curso de Lazer e Turismo da Universidade de São Paulo.

Área de Concentração: Lazer e Turismo

Orientador: Prof. Dr. Sidnei Raimundo

São Paulo

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

Biblioteca

Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo

Dias, Camila de Almeida Maranhão

A maçonaria no segmento de turismo cultural em Paraty-RJ

/ Camila de Almeida Maranhão Dias ; orientador, Sidnei

Raimundo. – São Paulo, 2017.

320 f. : il.

Monografia (Bacharelado em Lazer e Turismo) – Escola de
Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo.

1. Turismo - Paraty (RJ). 2. Patrimônio cultural - Paraty
(RJ). 3. Maçonaria - Paraty (RJ). I. Raimundo, Sidnei, orient.
II. Título.

CDD 22.ed. – 910.98153

Nome: DIAS, Camila de Almeida Maranhão

A Maçonaria no segmento do turismo cultural em Paraty-RJ

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Bacharel em Lazer e Turismo pelo Curso de Lazer e Turismo da Universidade de São Paulo.

Área de Concentração: Lazer e Turismo

Aprovado em: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____
Julgamento: _____

Instituição: _____
Julgamento: _____

Prof. Dr. _____
Julgamento: _____

Instituição: _____
Julgamento: _____

Prof. Dr. _____
Julgamento: _____

Instituição: _____
Julgamento: _____

Dedico este trabalho, com todo respeito e carinho, aos meus pais, pelo amor e compreensão que sempre tiveram durante toda minha vida. A minha mãe, por sua força constante e paciência e ao meu pai, por seu apoio e incentivo. Dedico também ao meu irmão, que sempre esteve ao meu lado durante meu crescimento e aos meus sobrinhos.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, por seu amor infinito e misericórdia.

À Universidade de São Paulo e especialmente aos Professores da Escola de Artes Ciências e Humanidades da USP.

Ao Prof. Dr. Sidnei Raimundo, por sua compreensão e orientação.

À Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Caponero, ao Prof. Dr. Edson Leite e ao Prof. Dr. Antonio Carlos Sarti, pelo apoio.

A Kelly Sobral, por seu estímulo.

Aos srs. Cesar Mitsuo, Renato Luís M. Ellena e sua esposa Cornélia, Paulo César de C. Azevedo, por sua disponibilidade e estimada contribuição ao trabalho.

Aos funcionários da Secretaria de Turismo, do Escritório Técnico do Iphan, da Câmara Municipal e da Biblioteca Municipal de Paraty.

Ao sr. Diuner Mello e ao guia turístico Emanuel, pelo valoroso auxílio na pesquisa.

*A poesia está guardada nas palavras- é tudo
que eu sei.*

*Meu fado é o de não saber quase tudo.
Sobre o nada eu tenho profundidades.
Não tenho conexões com a realidade.
Poderoso para mim não é aquele que
descobre ouro.*

*Para mim poderoso é aquele que descobre
as insignificâncias (do mundo e as nossas).
(...)*

(BARROS, 2007, p.19)

RESUMO

DIAS, Camila de Almeida Maranhão. A Maçonaria no segmento do turismo cultural em Paraty-RJ. 2017. 320 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Bacharelado em Lazer e Turismo) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Versão original.

Na Cidade de Paraty-RJ, um desdobramento da relação entre Turismo e Patrimônio se vincula à Maçonaria, uma Instituição considerada filosófica e filantrópica “discreta”, essencialmente simbólica, representada na formação arquitetônica e territorial dessa Cidade. O estudo da Maçonaria como elemento turístico em Paraty configura-se em um campo de pesquisa focado na identidade cultural de um grupo. Nessa perspectiva, constatou-se a carência de estudos em Paraty que abordassem o patrimônio associado à Maçonaria na Cidade. Assim, objetivou-se levantar novas reflexões sobre o turismo cultural dentro da temática exposta e, especificamente, como elemento na formação histórico-espacial de Paraty, destacando a Maçonaria em suas interfaces com a atividade turística. Foi efetuada revisão bibliográfica e realizadas visitas a Paraty para conhecer o patrimônio e os recursos culturais locais, além de entrevistas com atores diretamente envolvidos com esse tema, como maçons, pesquisador da história de Paraty, órgãos públicos de turismo e preservação patrimonial. Reviu-se a história, reconstruiu-se uma parte da memória paratiense e se analisou o patrimônio a partir dos resquícios perpetuados pela Maçonaria, desde o século XVIII em Paraty. Símbolos no casario do conjunto, além de outros vestígios nas ruas, foram interpretados através do entendimento e estudo do histórico simbólico da Maçonaria, destacando sua contribuição ao patrimônio cultural na Cidade. Foram levantados locais no Centro Histórico que teriam abrigado antigos Templos Maçônicos. Outrossim, foram apresentados os Templos atuais que ainda reproduzem os mesmos símbolos encontrados no conjunto arquitetônico preservado. Os recursos e patrimônios descritos são possibilidades de uso na dinâmica do turismo cultural, para o aprofundamento das características histórico-culturais do Município. Apresentou-se uma reflexão discursiva acerca dos aspectos materiais e imateriais da Maçonaria em Paraty, dentro do turismo como impulsionador da valorização de bens culturais.

Palavras-chave: Turismo cultural. Patrimônio. Recursos culturais. Maçonaria. Paraty.

ABSTRACT

DIAS, Camila de Almeida Maranhão. Freemasonry in the segment of cultural tourism in Paraty-RJ. 2017. 320 p. Final Course Assignment. (Bachelor degree in Leisure and Tourism) – School of Arts, Science and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2017. Original version.

In the City of Paraty-RJ, a development of the relationship between Tourism and Heritage is related to Freemasonry, a "discreet" Institution, essentially symbolic, considered philosophical and philanthropic, represented on the City's architectural and territorial formation. The study of Freemasonry as a tourist element in Paraty is a research field focused on a group's cultural identity. From this perspective, it was verified a lack of studies in Paraty that approached heritage and cultural resources associated with Freemasonry in the City. Therefore, new reflections on cultural tourism were aimed within the exposed theme and, specifically, as an element in Paraty's historical and spatial formation, emphasizing Freemasonry in its interfaces with the tourist activity. A bibliographic review was carried out and visits were made to know Paraty's local heritage and cultural resources, as well as interviews with the stakeholders directly associated with this theme, such as freemasons, a researcher of Paraty's history, public agencies of tourism and heritage preservation. The history was reviewed, a part of Paraty's memory was reconstructed and the heritage was analyzed from the remnants perpetuated by Freemasonry, since the eighteenth century in Paraty. Symbols on the set of houses, as well as other vestiges on the streets, were interpreted through the understanding and study of the Freemasonry's symbolic history, highlighting its contribution to the cultural heritage in the City. Places were verified in the Historic Downtown that would have housed ancient Masonic Temples. In addition, the current Temples that still reproduce the same symbols found in the preserved architectural site were presented. The resources and heritage described are possibilities of use in the dynamics of cultural tourism, for in-depth knowledge of the City's historical and cultural characteristics. A discursive reflection was presented about the tangible and intangible aspects of Freemasonry in Paraty, within the tourism as a booster for the cultural assets valorization.

Keywords: Cultural Tourism. Heritage. Cultural resources. Freemasonry. Paraty.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1 - Segmentação turística.....	33
Figura 2.1 - Vista do mar de Paraty, da Pousada do Cais.....	56
Figura 2.2 - Mapa- Paraty e Cidades Limítrofes.....	57
Figura 2.3 - Mapa - Divisão territorial de Paraty	58
Figura 2.4 - Mapa- Povoado de São Roque	62
Figura 2.5 - Mapa- “Destricto do Rio de Janeiro” (1631)	63
Figura 2.6 - Planta- Cidade de Paraty Janeiro (1857).....	69
Figura 2.7 - Foto das obras de abertura da BR-101 no trecho de Parati-Mirim.....	75
Figura 2.8 - Mapa- Rodovias que permitem o acesso a Paraty.....	78
Figura 2.9 - Terminal Rodoviário de Paraty.....	79
Figura 2.10 - Terminal Rodoviário com centro comercial	79
Figura 2.11 - Ônibus municipal.....	79
Figura 2.12 - Cais de Paraty.....	80
Figura 2.13 - Mapa - Paraty.....	81
Figura 2.14 - Mapa - Bairro Histórico de Paraty.....	81
Figura.3.1 - Fachada- Escritório do Iphan, Paraty.....	88
Figura 3.2 - Interior do Sobrado- Iphan	88
Figura 3.3 - Chaves antigas das portas-Iphan.....	88
Figura 3.4 - Arquivos-Iphan.....	88
Figura 3.5 - Desenho- Sobrado do Iphan.....	88
Figura 3.6 - Mapa- Uso do solo do Bairro Histórico I.....	92
Figura 3.7 - Mapa- Uso do solo do Bairro Histórico II.....	93
Figura 3.8 - Mapa- Uso do solo do Bairro Histórico III.....	94
Figura 3.9 - Divulgação Estrada-Parque Paraty-Cunha.....	95
Figura 3.10 - O processo de planejamento turístico municipal.....	96
Figura 3.11 - <i>Folder</i> : Paraty, Turismo.....	102
Figura 3.12 - Mapa- Município de Paraty.....	105
Figura 3.13 - Mapa- Bairro Histórico.....	106
Figura 3.14 - R. Marechal Santos Dias (da Matriz)	108
Figura 3.15 - Cunhal- Casa da Cultura.....	108
Figura 3.16 - .Centro Histórico de Paraty- quadrilátero irregular.....	108
Figura 3.17 - Tipologia Arquitetônica do Centro Histórico de Paraty	110

Figura 3.18 - Ilustração da Rua do Buraco Quente.....	111
Figura 3.19 - R. do Fogo (ou das Flores).....	112
Figura 3.20 - R. do Fogo.....	112
Figura 3.21 - R. do Fogo.....	112
Figura 3.22 - Sobrado na R. Marechal Santos Dias.....	113
Figura 3.23 - Sobrado na R. Marechal Santos Dias, com a data “1699”.....	113
Figura 3.24 - Detalhe do Sobrado – Data “1699”	113
Figura 3.25 - Calçamento	114
Figura 3.26 - Calçamento	114
Figura 3.27 - Calçamento	114
Figura 3.28 - R. Dr. Pereira (da Praia) alagada em Paraty.....	115
Figura 3.29 - Via alagada (Ig. Santa Rita).....	115
Figura 3.30 - Igreja Matriz.....	115
Figura 3.31 - Frontispício da Igreja.....	115
Figura 3.32 - Igreja Matriz- Interior).....	116
Figura 3.33 - Altar lateral- (Matriz).....	116
Figura 3.34 - Quadro- Paraty Vista de Frente a Uma Léguas e Meia de Distância...117	
Figura 3.35 - Detalhe ampliado do quadro de Debret. 1827.....	117
Figura 3.36 - Igreja Santa Rita.....	119
Figura 3.37 - Frontispício da Igreja (em restauro).....	119
Figura 3.38 - Igreja Santa Rita (vista do mar).....	120
Figura 3.39 - Igreja (vista do mar).....	120
Figura 3.40 - Frontispício da Ig. N. S. do Rosário e S. Benedito.....	121
Figura 3.41 - Igreja ao fundo (vista da Pousada/Rest. Bartholomeu).....	121
Figura 3.42 - Frontispício da Igreja N. S. das Dores.....	123
Figura 3.43 - Igreja N. S. das Dores.....	123
Figura 3.44 - Missa na Ig. N. S. das Dores.....	123
Figura 3.45 - Igreja N. S. das Dores (Interior).....	123
Figura 3.46 - Passo na R. Ten. Francisco Antônio (ou R. do Comércio).....	124
Figura 3.47- Passo: lateral da Ig. Santa Rita.....	125
Figura 3.48 - Passo da Ig. S. Rita, aberto durante a Semana Santa de 2015.....	125
Figura 3.49 - Câmara Municipal e Centro de Info.Turísticas.....	126
Figura 3.50 - Câmara Municipal.....	126

Figura 3.51 - Salão Nobre- Câmara Municipal.....	126
Figura 3.52 - Salão Nobre da Câmara- bancos.....	126
Figura 3.53 - Centro de Informações Turísticas.....	127
Figura 3.54 - Servidor de apoio para info. turísticas.....	127
Figura 3.55 - Casa da Cultura (em processo de Pintura).....	127
Figura 3.56 - Lateral Casa da Cultura.....	127
Figura 3.57 - Casa de Cultura de Paraty.....	128
Figura 3.58 - Detalhe ampliado: rocalha.....	128
Figura 3.59 - Casa da Cultura: pátio interno.....	129
Figura.3.60 - Exposição na Casa da Cultura.....	129
Figura 3.61 - Peça teatral encenada por cidadãos paratienses.....	129
Figura 3.62 - Calendário Turismo & Cultura. 2014.....	133
Figura 3.63 - Calendário Turismo & Cultura.....	133
Figura 3.64 - Logotipo- Paraty “Cultura em Verde e Azul”.....	133
Figura 4.1 - Gravura feita em madeira com as ordens da Arquitetura.....	141
Figura 4.2 - Desenho- Perspectiva Hipotética do “Templo de Salomão”.....	141
Figura 4.3 - Representação- Maçonaria Operativa.....	143
Figura 4.4 - Representação- Maçonaria Especulativa.....	143
Figura 4.5 - Painel com o 47º Teorema de Euclides.....	144
Figura.4.6 - <i>Freemason's hall</i> (1927-1933).....	150
Figura 4.7 - Avental de Aprendiz, com a Abeta levantada.....	156
Figura 4.8 - Representação do Maçom Aprendiz.....	157
Figura 4.9 - Representação de pedra bruta e Aprendiz.....	157
Figura 4.10 - Avental de Companheiro, com a Abeta abaixada.....	158
Figura 4.11 - Representação simbólica do Grau de Companheiro.....	158
Figura 4.12 - Exemplo de Avental de Mestre com a Abeta fixa baixada.....	159
Figura 4.13 - Representação simbólica do Grau de Mestre.....	160
Figura 4.14 - Exemplo de Avental do Venerável Mestre (Abeta abaixada).....	161
Figura 4.15 - Painel pintado em tecido referente ao Primeiro Grau (Aprendiz).....	167
Figura 4.16 - Câmara de Reflexão.....	181
Figura 4.17 - Exemplo de um Painel de Aprendiz.....	183
Figura 4.18 - Exemplo de um Painel de Companheiro.....	184
Figura 4.19 - Exemplo de um Painel de Companheiro.....	184
Figura 4.20 - Charge brasileira da década de 1870: Igreja x Maçonaria.....	188

Figura 4.21 - Selo do Vaticano (I).....	188
Figura.4.22 - Selo do Vaticano (II).....	188
Figura.4.23 - Retrato de Elizabeth Aldworth, vestindo indumentária Maçônica.....	190
Figura 4.24 - Mulheres Maçons na Inglaterra, no começo do Século XX.....	191
Figura 4.25 - Logotipo: “Filhas de Jó”.....	193
Figura 4.26 - Foto - Rei Eduardo VII.....	194
Figura 4.27 - Paineis do Presidente Maçom George Washington.....	194
Figura 4.28 - Impressão Maçônica do Primeiro-Ministro Britânico W. Churchill.....	195
Figura 4.29 - Joia Maçônica em homenagem a Mozart.....	195
Figura 4.30 - Selo- Sesquicentenário (150 anos) da morte de José Bonifácio.....	196
Figura 4.31 - Medalhas de Lojas Maçônicas do Uruguai, Chile e Brasil.....	197
Figura 4.32 - Certificado Grande Oriente Lusitano.....	199
Figura 5.1 - Desenho inspirado em Sobrado de Paraty.....	203
Figura 5.2 - Mapa- Possíveis localizações das Lojas Maçônicas e Cunhais.....	207
Figura 5.3 - Sobrado da esquina: R. Dr. Pereira com R. Dr. Samuel Costa.....	208
Figura 5.4 - Desenho Sobrado- fachada.....	208
Figura 5.5 - Desenho Sobrado- perspectiva lateral.....	208
Figura 5.6 - Sobrado Esq.: R. Ten. Francisco Antônio com a R. Com. José Luiz...209	
Figura 5.7 - Sobrado (Fachada).....	209
Figura 5.8 - Sobrado (R. do Comércio/R. da Ferraria).....	209
Figura 5.9 - Passo da Paixão.....	209
Figura 5.10 - Casa- Esq.:R. Mal. Deodoro, R. Ten. Francisco Antônio.....	210
Figura 5.11 - Casa- Esq.: R. “da Cadeia”/R. “do Comércio”.....	210
Figura 5.12 - Mapa: Bairro Histórico- Paraty (BR).....	212
Figura 5.13 - Mapa: Centro Histórico de Tomar (PT).....	212
Figura 5.14 - Três cunhais de pedra.....	214
Figura 5.15 - Cunhal na Casa da Cultura.....	214
Figura 5.16 - Cunhal “Sobrado dos Abacaxis”.....	214
Figura 5.17 - Postal de Divulgação: Paraty 33- R. da Lapa.....	215
Figura 5.18 - Postal de Paraty (frente).....	216
Figura 5.19 - Postal de Paraty (verso).....	216
Figura 5.20 - Sobrado com cor dos símbolos da Maçonaria Filosófica.....	218
Figura 5.21 - Sobrados à R. Dna. Geralda, em frente à “Praça da Matriz”.....	219

Figura 5.22 - Sobrado- Esq.: R. Dna. Geralda , R. da Capela.....	219
Figura 5.23 - Sobrado- Lateral (R. da Capela).....	219
Figura 5.24 - Sobrado- R. Dna. Geralda (Pousada da Marquesa).....	219
Figura 5.25 - Sobrado (Pousada Arte Colonial).....	220
Figura 5.26 - Casa térrea (Associação Beneficente S. Vicente de Paula).....	220
Figura 5.27 - Sobrado - R. Dr. Samuel Costa (do Rosário), símbolos replicados....	221
Figura 5.28 - Desenho - Sobrado. R. Dr. Samuel Costa.....	221
Figura 5.29 - Faixa “azul”.....	222
Figura 5.30 - Faixa “vermelha”, de esquina.....	222
Figura 5.31 - Casa da Cultura- Faixa decorativa.....	225
Figura 5.32 - Sofás - Câmara Municipal.....	231
Figura 5.33 - Sofá esquerdo.....	232
Figura 5.34 - Sofá direito.....	232
Figura 5.35 - Armário-Câmara de Vereadores.....	232
Figura 5.36 - Armário com varas.....	232
Figura 5.37 - Forum Silvio Romero (Trav. Sta. Rita).....	234
Figura 5.38 - Forum Silvio Romero.....	234
Figura 5.39 - Casa na R. Ten. Francisco Antônio (do Comércio).....	234
Figura 5.40 - Detalhe- Pilastras.....	234
Figura 5.41 - Explicação do Balizamento por cunhais.....	236
Figura 5.42 - Monumento- Trevo de Paraty.....	239
Figura 5.43 - Monumento - Trevo de Paraty.....	239
Figura 5.44 - Marco Maçônico subaquático.....	239
Figura 5.45 - Mapa -Localização da Loja “União e Beleza”.....	242
Figura 5.46 - Estandarte da Loja “União e Beleza”.....	243
Figura 5.47 - Fachada- Loja “União e Beleza”, em 2011.....	244
Figura 5.48 - Portão da Loja.....	244
Figura 5.49 - Frontispício- Loja “União e Beleza”.....	244
Figura 5.50 - Detalhe- Faixa com símbolos, na Loja “União e Beleza”.....	245
Figura 5.51 - Pórtico da Loja.....	246
Figura 5.52 - Porta de entrada da Loja, com a representação do Aprendiz.....	246
Figura 5.53 - Sala dos Passos Perdidos.....	247
Figura 5.54 - Sala dos Passos Perdidos.....	247

Figura 5.55 - Porta de entrada para o Templo.....	247
Figura 5.56 - Colunas “J” e “B”, postas na entrada do Templo (Ocidente).....	248
Figura 5.57 - Interior do Templo.....	248
Figura 5.58 - Interior do Templo.....	249
Figura 5.59 - Oriente do Templo.....	249
Figura 5.60 - Oriente, onde fica o Venerável Mestre.....	249
Figura 5.61 - Abóboda Celeste.....	250
Figura 5.62 - Detalhe- Abóboda Celeste.....	250
Figura 5.63 - Três das Doze Colunas Zodiacais.....	250
Figura 5.64 - Quatro das Doze Colunas Zodiacais.....	250
Figura 5.65 - Livro da Lei (Bíblia Sagrada).....	250
Figura 5.66 - Espada Flamígera.....	250
Figura 5.67 - Painel de Aprendiz.....	251
Figura 5.68 - Painel de Companheiro.....	251
Figura 5.69 - Painel de Mestre.....	251
Figura 5.70 - Dizeres na Câmara de Reflexão, para a Iniciação do Aprendiz.....	252
Figura 5.71 - Painel com os Símbolos da Câmara.....	252
Figura 5.72 - Símbolos na Câmara.....	252
Figura 5.73 - Estandarte da Loja “União e Virtude”, com o ano de fundação.....	253
Figura 5.74 - Localização da Loja “União e Virtude I”.....	254
Figura 5.75 - Loja “União e Virtude I”.....	255
Figura 5.76 - Loja “União e Virtude I”.....	255
Figura 5.77 - Lateral com Faixa de Símbolos.....	256
Figura 5.78 - Detalhe: Faixa de Símbolos.....	256
Figura 5.79 - Átrio (Entrada) do Templo, com as duas Colunas “B” e “J”.....	256
Figura 5.80 - Coluna “B”.....	257
Figura 5.81 - Coluna “J”.....	257
Figura 5.82 - Tocheiros, com velas, para dar “Luz” ao Templo.....	257
Figura 5.83 - Interior do Templo (face: Ocidente).....	258
Figura 5.84 - Interior do Templo (face: Oriente).....	258
Figura 5.85 - Abóboda Celeste.....	259
Figura 5.86 - Detalhe- Abóboda.....	259

Figura 5.87 - Detalhe- Abóboda.....	259
Figura 5.88 - Oriente do Templo.....	260
Figura 5.89 - Oriente- Detalhe.....	260
Figura 5.90 - Mesa de onde o Venerável Mestre preside a sessão.....	260
Figura 5.91 - Móvel com o Livro da Lei.....	261
Figura 5.92 - Livro da Lei (Esquadro e Compasso acima).....	261
Figura 5.93 -Tapete- Mosaico e Orla dentada.....	261
Figura 5.94 -“União e Virtude” nº 3956.....	261
Figura 5.95 - Bandeira Grande Oriente do Brasil (RJ) e Bandeira do Brasil.....	261
Figura 5.96 - Indumentária e Paineis V.I.T.R.I.O.L.....	262
Figura 5.97 - Indumentária Maçônica.....	262
Figura 5.98 - Salão de Confraternização (indicado pela seta vermelha).....	262
Figura 5.99 - Salão de Confraternização (interior).....	262
Figura 5.100 - Salão de Confraternização (interior)	262
Figura 5.101 - Vista “União e Virtude I”.....	263
Figura 5.102 - Vista “União e Virtude I”.....	263
Figura 5.103 - Vista “União e Virtude I”.....	263
Figura 5.104 - Detalhe- Faixa.....	263
Figura 5.105 - Frontispício (Ocidente).....	264
Figura 5.106 - Detalhe- Barrados.....	264
Figura 5.107 - Vista - Templo.....	264
Figura 5.108 - Vista-Templo (Oriente).....	264
Figura 5.109 - Entrada (Ocidente).....	264
Figura 5.110 - Porta de entrada para o Templo.....	264
Figura 5.111 - Colunas “B” e “J”.....	265
Figura 5.112 - Arrumação do Templo.....	265
Figura 5.113 - Placa: “Frat. Fem. Acácias da Costa Verde”	265
Figura 5.114 - Placa da Fraternidade-Detalhe.....	265
Figura 5.115 - Palácio Maçônico do Lavradio.....	267
Figura 5.116 - Placa: “Museu Maçônico de Paraty”	268
Figura 5.117 - Peças do Museu Maçônico de Paraty.....	268
Figura 5.118 - Peças do “Museu Maçônico.....	268
Figura 5.119 - Doc.: Diploma de Mestre Maçom. 1903.	269
Figura 5.120 - Doc.: Diploma de Mestre Maçom.....	269

Figura 5.121 - Local do Museu.....	269
Figura 5.122 - Local do Museu.....	269
Figura 5.123 - Local do Museu.....	269
Figura 5.124 - Local do Museu.....	269
Figura 5.125 - Edificação (fora do Bairro Histórico).....	273
Figura 5.126 - Edificação (fora do Bairro Histórico).....	273
Figura 5.127 - Edificação (fora do Bairro Histórico).....	273
Figura 5.128 - Corrente. Esq.: R. do Comércio, Trav. Gravatá.....	275
Figura 5.129 - Detalhe- Corrente.....	275
Figura A-1 - Casa Dna. Geralda.....	293
Figura A-2 - Casa Dna. Geralda.....	293
Figura A-3 - Casa da Pintora Djanira.....	293
Figura A-4 - Sobrado dos Bonecos.....	294
Figura A-5 - Sobrado dos Bonecos.....	294
Figura A-6 - Sobrado do Príncipe (R. Fresca).....	294
Figura A-7 - Sobrado dos Abacaxis.....	295
Figura A-8 - Sobrado dos Abacaxis.....	295
Figura A-9 - <i>Folder</i> (divulgação) “Festival da Cachaça”.....	296
Figura A-10 - Divulgação (Cachaças, Cultura e Sabores).....	296
Figura A-11 - Loja-Cachaça.....	296
Figura A-12 - Museu da Cachaça.....	296
Figura A-13 - Biblioteca Municipal.....	297
Figura A-14 - Detalhe- Biblioteca.....	297
Figura A-15 - Forte Defensor Perpétuo.....	297
Figura A-16 - Canhões de 1816, no Forte.....	297
Figura A-17 - Vista (caminho para o Forte).....	298
Figura A-18 - Vista do Forte: Baía de Paraty.....	298
Figura A-19 - Praça do Chafariz.....	299
Figura A-20 - Chafariz “do Pedreira”.....	299
Figura A-21 - Santa Casa de Misericórdia.....	299
Figura A-22 - Percurso: Circuito Caminho do Ouro.....	301
Figura A-23 - Miniatura- Estrada Real.....	302
Figura A-24 - Igreja Santa Rita em miniatura.....	302
Figura A-25 - Miniatura de escravos.....	302

Figura A-26 - Praia próxima ao Centro de Paraty.....	303
Figura A-27 - Ilha em Paraty.....	303
Figura A-28 - Ilha em Paraty.....	303
Figura A-29 - Ilha em Paraty.....	303
Figura A-30 - Natureza- Ilha em Paraty.....	304
Figura A-31 - Praia em Ilha paratiense.....	304
Figura A-32 - Praias de Paraty (tipologia).....	305
Figura A-33 - Cachoeiras em Paraty.....	305
Figura A-34 - Parques e Reservas.....	306
Figura A-35 - Carnaval 2017.....	306
Figura A-36 - <i>Folder</i> (divulgação) Festa do Divino.....	308
Figura A-37 - Sobre a Festa do Divino.....	308
Figura A-38 - Sobre a Festa do Divino.....	308
Figura A-39 - Fachadas enfeitadas para a Festa.....	309
Figura A-40 - Igreja Matriz na Festa do Divino.....	309
Figura A-41 - Material de Divulgação da FLIP -2014.....	309
Figura A-42 - <i>Folder</i> (divulgação) Circuito de Turismo Rural em Paraty.....	311
Figura A-43 - Sobre o Circuito de Turismo Rural em Paraty.....	311
Figura A-44 - <i>Folder</i> (divulg.) Paraty-Esportes e Aventura.....	312
Figura A-45 - Esportes e Aventura (Mapa).....	312
Figura A-46 - Roteiros - Esportes e Aventura em Paraty (roteiros).....	312
Figura A-47 - <i>Folder</i> (divulgação) Guia Turístico Sustentável de Paraty.....	313
Figura A-48 - <i>Folder</i> (div.) Guia Turístico Sust.- entre a floresta e o mar.....	314
Figura A-49 - <i>Folder</i> (div.) Guia Turístico Sustentável- Paraty-Mirim.....	314
Figura A-50 - <i>Folder</i> - Guia Tur. Sus.- Encantos do Mamanguá (Caiçaras).....	315
Figura A-51 - <i>Folder</i> Guia Com. Quilombola Campinho da Independência.....	315
Figura A-52 - <i>Folder</i> Guia - Atrativos e atividades.....	316
Figura A-53 - <i>Folder</i> - Dialetos e Expressões Caiçaras.....	316
Figura A-54 - Sobre o Glossário Caiçara.....	316
Figura A-55 - Ateliê. Esq. R. do Fogo e R. da Lapa.....	317
Figura A-56 - Interior: Ateliê de Barcos em madeira.....	317
Figura A-57 - “Em concerto”.Teatro Espaço-Paraty.....	317
Figura A-58 - SESC (Sede Provisória).....	317

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1 - Periodização do desenvolvimento turístico- séculos XVII ao XXI	29
Quadro 1.2 - Exemplos de atividades no turismo cultural.....	35
Quadro 1.3 - A Evolução Histórica do conceito de Patrimônio.....	44
Quadro 1.4 - Livros do Tombo.....	49
Quadro 3.1 - Setores: Serviços, Comércio, Indústria e Agropecuária em Paraty.....	98
Quadro 3.2 - <i>Royalties</i> e dependência de transferências em 2014.....	101
Quadro 3.3 - Nomes das vias do Bairro Histórico.....	111
Quadro 4.1 - Símbolos utilizados na Maçonaria.....	168
Quadro 5.1 - Símbolos nas faixas dos sobrados paratienses.....	226

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.1 - Municípios que desenvolveram projetos de Turismo Cultural.....	40
Gráfico 3.1 - Composição do PIB.....	97
Gráfico 3.2 - Tipologia das atividades econômicas desenvolvidas em Paraty.....	97
Gráfico 3.3 - Pessoas ocupadas por setor (2007 – 2013).....	100
Gráfico 3.4 - Produto Interno Bruto dos Municípios – 2013 (Paraty).....	100

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	22
CAPÍTULO 01. REFERENCIAIS TEÓRICOS: Turismo e a Segmentação do Turismo Cultural (Patrimônio e Recursos Culturais)	25
1.1. Turismo: conceituação e breve histórico	25
1.2. Turismo Cultural	31
1.2.1. <i>Patrimônio e Recursos Culturais</i>	43
1.2.2. <i>Rugosidades no território como elementos do turismo cultural</i>	52
CAPÍTULO 02. ÁREA DE ESTUDO: Paraty e seu Centro Histórico	56
2.1. Localização e Nomenclatura.....	56
2.2. Síntese do Histórico de Paraty: início do Povoado Paratiense (séculos XVI e XVII) e desenvolvimento (do século XVII ao XX)	60
2.3. Paraty: século XXI	77
CAPÍTULO 03. PATRIMÔNIO E TURISMO EM PARATY	82
3.1. Patrimônio em Paraty.....	82
3.2. Turismo em Paraty e aspectos econômicos.....	90
3.2.1. <i>Síntese da Oferta Turística e Recursos Culturais em Paraty</i>	104
3.3. Panorama do Desenvolvimento do Turismo Cultural no Município.....	130
CAPÍTULO 04. A MAÇONARIA – Histórico Geral e no Brasil	135
4.1. Etimologia e Conceito	135
4.2. Origens.....	139
4.3. Os Segredos Maçônicos.....	147
4.4. As “Sombras” Maçônicas.....	148
4.5. Lojas Maçônicas/Templos.....	149
4.6. Orientes e Obediências Maçônicas.....	151
4.7. <i>Landmarks</i>	153
4.8. Ritos/ Graus Maçônicos.....	154
4.9. Símbolos Maçônicos.....	165
4.9.1. <i>“Símbolos” da Câmara de Reflexão</i>	181
4.9.2. <i>Os Três Painéis</i>	183
4.10. Maçonaria e Religião.....	185
4.10.1. <i>A Maçonaria e a Igreja Católica</i>	187
4.11. A Mulher e a Maçonaria.....	190

4.12. Maçons Famosos.....	194
4.13. Breve Histórico da Maçonaria no Brasil e Atualidade.....	197
CAPÍTULO 05. A MAÇONARIA EM PARATY E SUAS REPERCUSSÕES NO CAMPO DO TURISMO CULTURAL.....	203
5.1. A Maçonaria em Paraty.....	203
5.1.1. <i>A Malha Urbana Paratiense.....</i>	<i>211</i>
5.1.2. <i>Aspectos da Simbologia e da Arquitetura em Paraty.....</i>	<i>216</i>
5.1.3. <i>Faixas e Configuração de Símbolos.....</i>	<i>222</i>
5.2. Outros Indícios da Maçonaria em Paraty.....	231
5.3. Outras Considerações sobre a Maçonaria na Cidade.....	235
5.4. As Lojas Maçônicas na Cidade.....	241
5.4.1. <i>Museu da Maçonaria.....</i>	<i>266</i>
5.5. A Maçonaria em Paraty e o Turismo Cultural.....	270
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	279
REFERÊNCIAS.....	281
APÊNDICE.....	293
ANEXO.....	318

INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa surgiu da ideia de que a atividade turística apresenta o potencial transformador do conhecimento, de diversas possibilidades de vivência no espaço e, especialmente, de um olhar diferenciado sobre o patrimônio. O turismo tem natureza essencialmente cultural, já que pressupõe contínuas interações entre diferentes indivíduos em espaços socialmente construídos. Neste processo, reside o interesse do turista pela multiplicidade de culturas e o imaginário coletivo é trabalhado através de atividades turísticas. (DIAS, 2006)

Considerando essa premissa e havendo a possibilidade de uma série de segmentações turísticas, este trabalho possui como base específica o aspecto cultural, nomeadamente o turismo cultural, que compreende a vivência dos recursos e patrimônios histórico-culturais de um povo. Tem-se que o tema proposto é fundamentado no trinômio Turismo Cultural, Patrimônio e Maçonaria, na Cidade de Paraty-Rio de Janeiro, onde há subsídios que corroboram a afirmação da existência pretérita e atual da Maçonaria, sendo esta “(...) uma sociedade parcialmente secreta cujo objetivo principal é desenvolver o princípio da fraternidade e da filantropia entre seus membros.” (CONTE, 2011, p.15).

A Maçonaria está inserida no contexto cultural efervescente de Paraty, Cidade conhecida nacionalmente por sua natureza, seu Centro Histórico preservado e eventos culturais de repercussão nacional. Utiliza-se superficialmente do imaginário relacionado a essa Sociedade para suscitar interesse no turista ou visitante, como pode ser verificado em pesquisas *online* de guias de turismo da Cidade. Tendo em vista a importância do patrimônio para a construção da identidade cultural de um grupo, quais são os indícios materiais e imateriais da Maçonaria no patrimônio de Paraty e suas possibilidades de interpretação através do turismo cultural?

O objetivo geral deste trabalho é agregar diferenciadas facetas e reflexões ao turismo cultural, em que a Maçonaria possui grande significado simbólico e cultural no Bairro Histórico de Paraty. Como objetivos específicos, busca-se demonstrar a formação espacial e histórica de Paraty, compreender como se dá a atividade turística no Município, esclarecer e apresentar de maneira didática a Maçonaria, pois ao mero recitar do termo “Maçom”, suposições e questionamentos são suscitados.

Fundamentalmente, para se alcançar tais propósitos, foi realizada pesquisa bibliográfica em livros, teses, artigos e no conhecimento disponível sobre turismo

cultural, patrimônio, a Cidade de Paraty e Maçonaria, visto que “(...) O objetivo da pesquisa bibliográfica, portanto, é o de conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema ou problemas, tornando-se um instrumento indispensável para qualquer tipo de pesquisa.” (KÖCHE, 2010, p.122)

Foram realizadas visitas a Paraty para a pesquisa de campo em uma abordagem qualitativa, cuja especificidade está no aprofundamento “(...) no mundo dos significados das ações e relações humanas (...)” (MINAYO, 2002, p.22). Considerando-se a dificuldade de se obter respostas diretas de Membros da Maçonaria acerca de alguns questionamentos sobre a Sociedade, dada sua natureza parcialmente secreta, outrora de fato secreta, houve uma adaptação metodológica de entrevistas não estruturadas (abertas). Estas permitem maior liberdade ao pesquisador de explorar questões para entender as peculiaridades do grupo, pois “(...) o informante aborda livremente o tema proposto (...)” (MINAYO, 2002, p.58)

A primeira visita *in loco*, em julho de 2013, foi de caráter exploratório, para conhecer o patrimônio local e identificar os atores sociais que poderiam contribuir para a realização do trabalho. Naquela oportunidade, pôde-se conhecer a Loja Maçônica “União e Virtude” de Paraty e realizar entrevistas não estruturadas com Maçons das duas Lojas Maçônicas locais – “União e Virtude” e “União e Beleza”.

Na segunda visita, em setembro de 2014, pôde-se verificar com maior detalhamento a influência da Maçonaria em Paraty, conhecer o novo Templo e futuro Museu da Loja Maçônica “União e Virtude” e visitar a Loja “União e Beleza”. Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com perguntas previamente formuladas e outras questões pertinentes que surgiram no contexto da entrevista, com funcionários do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), funcionários da Secretaria de Turismo de Paraty e com o pesquisador da história de Paraty, Diuner Mello.

O Trabalho está composto da seguinte maneira: no primeiro Capítulo, são mostradas as bases teóricas que foram consideradas para a produção da pesquisa, quais sejam, turismo e turismo cultural, patrimônio e recursos culturais e território na perspectiva do turismo cultural. O segundo Capítulo mostra a história de Paraty desde a origem do seu nome, sua localização e formação até os dias atuais. O terceiro Capítulo aborda o patrimônio de Paraty e aspectos da atividade turística no

Município. O quarto capítulo discorre sobre a Maçonaria e conceitos fundamentais para entendê-la; o quinto capítulo demonstra a influência da Maçonaria em Paraty e perspectivas de análise relacional no campo do turismo cultural. Subsidiariamente, o apêndice traz a continuidade da oferta turística identificada em Paraty e o anexo apresenta o histórico do marco Maçônico subaquático no mar do Município. Diante do exposto, possibilitou-se uma compilação inédita de informações, fatos e fotos do patrimônio e recursos culturais associados à atuação da Maçonaria na Cidade, que integram possibilidades de uso no desenvolvimento do turismo cultural.

CAPÍTULO 01. REFERENCIAIS TEÓRICOS: Turismo e a Segmentação do Turismo Cultural (Patrimônio e Recursos Culturais).

Neste Capítulo são demonstrados os referenciais teóricos utilizados para a concepção deste trabalho: o turismo, seu histórico e suas possibilidades de segmentação, dentre as quais se encontra a vertente do turismo cultural. Em específico, aborda-se a significação de patrimônio e recursos culturais, especialmente no âmbito do turismo cultural e o espaço destinado às práticas turísticas.

1.1. Turismo: conceituação e breve histórico

O turismo é um fenômeno em contínua mudança, assumindo variados significados. É multifacetado, pois a ele são inerentes infindáveis fatores e vontades em diferentes circunstâncias de tempo/espaço, estando sob constante escrutínio de diversos atores sociais (pesquisadores, turistas, sociedade civil, empresas do setor privado, esfera pública, dentre tantos outros).

A Organização Mundial do Turismo (OMT) é a agência em escala global encarregada pela promoção do turismo responsável, sustentável e universalmente acessível, vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU). A OMT (2016) preconiza que o turismo compreende as atividades das pessoas que viajam e permanecem em lugares diferentes de seu ambiente habitual, por período inferior a um ano consecutivo, a lazer, negócios ou outros propósitos (tradução livre).

Ressalta-se que o conceito de turismo formulado pela OMT não é incontestável e consensual, uma vez que existem várias abordagens e considerações para sua definição; como a de Panosso Netto e Nechar (2016, p.19), que têm uma visão teórico-conceitual mais abrangente, transcrita abaixo:

O turismo é um fenômeno socioeconômico de grande significado humano, ou seja, recreação, lazer e desenvolvimento pessoal são três aspectos que devem ser reinterpretados, no conjunto da prática, nos lugares onde ele se realiza. Não somente o visitante deve receber os “benefícios” que seu poder aquisitivo permite no desfrute dos atrativos, patrimônios e recursos, mas também o coletivo humano da sociedade que inclui os habitantes ou residentes locais.

Desse modo, o turismo demanda ser compreendido, reexplicado e interpretado, mais ainda, reinterpretado, para além da visão positiva com a qual tem sido marcado em seus estudos e investigações.

Da mesma forma, também alicerçado em uma análise epistemológica (estudo do conhecimento) do turismo, Moesch (1997) em Beni, (2001, p.41), conceitua:

O Turismo constitui-se num fenômeno sociocultural de profundo valor simbólico para os sujeitos que o praticam. O sujeito turístico consome o Turismo, por intermédio de um processo tribal, de comunhão, de realização, de testemunho, em um espaço e tempo tanto real como virtual, desde que possível de convivência, de presenteísmo. O valor simbólico perpassado pela comunicação tátil desse fenômeno reproduz-se, ideologicamente, quando os turistas comungam de sentimentos, reproduzidos pela diversão, e quando há a possibilidade de materialização do imaginário, por vezes individual em societal.

Destarte, o turismo vai muito além de questões econômico-financeiras, influenciando na vida cotidiana das pessoas, tanto de autóctones, como de turistas e os demais atores que estão vinculados direta e indiretamente a esse fenômeno, caso de meios de hospedagem e agências de turismo ou ainda restaurantes, lojas etc. Possui um grande número de impactos de natureza econômica, social, ambiental, cultural, dentre outros, conforme Lohmann e Panosso Netto (2008) elencam.

Como impactos positivos, em meio a tantos, são citados aqui: geração de empregos e renda; melhora de infraestrutura e serviços de um local turístico; possibilidade de inclusão social; escapismo e a fuga do estresse da vida cotidiana; orgulho do morador, com o resgate e valorização da cultura local e de grupos minoritários; intercâmbio cultural; participação comunitária; possibilidade de estímulo à criatividade etc.

Por outro lado, faz-se mister ressaltar também alguns impactos negativos do turismo, como: especulação imobiliária; aumento de lixo; exploração abusiva de mão de obra da população local; pressão inflacionária (produtos mais caros para turistas comprarem); desorganização social; degradação ambiental; valorização do turista em detrimento do morador local; aumento da violência urbana; estresse gerado por problemas na viagem dos turistas ou nos residentes do destino, para atender às necessidades dos turistas etc.

O economista e escritor Jost Krippendorf, considerado um dos idealizadores do conceito de turismo sustentável, acreditava que para haver uma relação saudável

entre visitantes e visitados, é preciso fundamentalmente valorizar e respeitar as diferenças entre ambos.

[...] O turismo tornou-se o primeiro instrumento da compreensão entre os povos. Ele permite o encontro de seres humanos que habitam as regiões mais afastadas e têm línguas, raças, religiões, orientação política e posição econômica muito diferentes. Ele os reúne. É graças a ele, em grande parte, que esses seres humanos conseguem estabelecer um diálogo entre si, compreender a mentalidade do outro, que, de longe, lhe parece tão estranho, preenchendo, dessa forma, o fosso que os separa. (KRIPPENDORF, 2009, p. 86)

Nessa lógica, é importante mencionar que as viagens fazem parte da história da humanidade. Entretanto, essas viagens ainda não se caracterizavam propriamente como turismo.

De acordo com Ruschmann (2001) e Dias (2006), o termo “turismo” surgiu no início do século XIX, todavia, a atividade estende suas origens pela história. O vocábulo “turista” também surgiu nessa época. Ambos foram incorporados ao *The shorter Oxford dictionary*. A propagação de “turismo” e “turista” deve-se ao escritor francês Stendhal, autor de “Memórias de um turista”, escrito em 1838.

Como coloca Trigo (2013), o ser humano viajava antes mesmo de ter a plena consciência de ser “humano”. Motivados principalmente pela preservação da vida e proteção das intempéries da natureza, os seres humanos se deslocavam, ainda sob medo e estranhamento, e assim podiam descobrir novos locais, outros hábitos.

Viagens são inerentes à vida humana. Através do Estreito de Gibraltar entre Eurásia e África, o homem chegou à Europa, civilizações como o Império Romano foram ampliadas e grandes empreitadas transatlânticas aconteceram. Atribui-se a existência de um prototurismo em Roma, como descrito pelo escritor alemão Goethe em sua obra “Viagem à Itália”, uma narrativa de viagem (1786-1788), em que é relatado um grande número de estrangeiros viajantes em Roma.

Determinadas formas de turismo existem desde as mais antigas sociedades. Uma grande parcela de pesquisadores e estudiosos da área afirma que o gérmen do turismo contemporâneo esteja no *Grand Tour*. Segundo Camargo (2002), a utilização desse termo consta pela primeira vez em 1670, na publicação “*Voyage of Italy: or a complete journey through Italy*”, de Richard Lassels.

Entre o século XVII e ao longo do século XVIII (auge em meados do mesmo século) jovens aristocratas, sobretudo da Inglaterra (Reino Unido), impulsionados

pelas transformações econômicas e culturais na Europa do Iluminismo e da Revolução Industrial, pelos recentes avanços científicos e em busca de outra visão de mundo, começaram a viajar com objetivos culturais, sociais e de lazer. Esses jovens viajavam principalmente para a Itália, com itinerários mais ou menos padronizados. (SALGUEIRO, 2002), (COSTA, 2014) e (TRIGO, 2013)

Tais viagens constituem os *Grand Tours*, que são anteriores à progressiva substituição do ciclo natural do tempo pelo controle do relógio e, ainda, sua divisão em tempo de trabalho e tempo de lazer no mundo moderno. Salgueiro (2002, p.290) pontua que esses deslocamentos estão vinculados a “(...) pioneiros fluxos de viagens por prazer, os quais constituem matrizes remotas dos fluxos de turismo de lazer e cultural do nosso tempo atual.”

Trata-se aqui não do viajante de expedições de guerras e conquistas, não do missionário ou do peregrino, e nem do estudioso ou cientista natural, ou do diplomata em missão oficial, mas sim do *grand tourist*, conforme era chamado o viajante amante da cultura dos antigos e de seus monumentos, com um gosto exacerbado por ruínas que beirava a obsessão e uma inclinação inusitada para contemplar paisagens com seu olhar armado no enquadramento de amplas vistas panorâmicas, compostas segundo um idioma permeado por valores estéticos sublimes. Um viajante dispendo acima de tudo de recursos e tempo nas primeiras viagens registradas pela historiografia da prática social de viajar por puro prazer e por amor à cultura. (SALGUEIRO, 2002, p.291)

Conforme quadro-resumo 1.1, nota-se o avanço do turismo desde os *grand tours* aos dias atuais, e especialmente, que a disseminação do turismo era iniciada pelas classes mais abastadas até chegar ao mercado de massa. Certamente, as viagens nesse panorama assumiam uma forma de distinção: eram uma complementação indispensável à educação dos futuros dirigentes e intelectuais europeus.

Barretto (1995) considera que o turismo moderno deu-se em um contexto social amplo. As mudanças ocorridas nos modos de produção determinariam quem viaja, e o desenvolvimento tecnológico viria a definir a forma de como se viaja. Isto também pode ser observado no quadro 1.1.

QUADRO 1.1 - PERIODIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO–SÉCULOS XVII ao XXI

Período	Classes abastadas/ Celebridades	Burguesia	Mercado de massa	Causas da mudança
Séculos XVII e XVIII	<i>Grand tour</i>	-	-	-
Século XVIII	SPA	<i>Grand tour</i> / Jornada educacional	-	Crescimento da classe média industrial
Século XVIII e início do século XIX	Resort litorâneo	SPA	-	-
Meados do século XIX	Mediterrâneo no inverno/ Tour do Reno	Resort litorâneo (doméstico)	Excursão de trem	Advento da viagem de trem/ Férias pagas
Fins do século XIX	Alpinismo/ Mediterrâneo no verão	Tour do Reno/ Mediterrâneo no inverno	Resort litorâneo (doméstico)	-
Início do século XX	Tour pelo mundo	Alpinismo/ Mediterrâneo no verão	Resort Litorâneo/Spa (doméstico) / acampamento de férias	Primeiro impacto dos veículos automotores na viagem de lazer
Meados do século XX	Férias variadas / viagem de cruzeiro	Viagem para vários destinos	Mediterrâneo no verão	Viagem de avião a jato / redução de documentos de viagens
Fins do século XX	Férias variadas / férias ativas	Férias variadas / cruzeiro curto e demorado	Viagem para vários destinos/ <i>all inclusive</i> (tudo incluso)	Jato jumbo
Início do século XXI	Destinos de elite/ viagem ao espaço	Férias variadas / interesses culturais	Viagem de longa distância / cruzeiro	Empresas aéreas de baixo custo / preocupações com segurança e saúde

Fonte: quadro disponibilizado por PANOSSO NETTO (2011) para os estudantes do Curso de “Lazer e Turismo” da Universidade de São Paulo.

Segundo Ruschmann (2001), a partir do século XX, no período posterior a Segunda Guerra Mundial, o turismo evoluiu como resultado dos aspectos relacionados à produtividade empresarial, ao poder de compra das pessoas e ao bem-estar proveniente da relativa restauração da paz no Mundo.

Ainda nesse sentido, Krippendorf (2009) afirma que tanto o lazer, como o

turismo, fazem parte de uma complexa rede de relações, sendo então, de maneira simultânea, consequentes e componentes do sistema social industrial, da organização dos seres humanos e da civilização moderna.

Indubitavelmente, a atividade turística concretizou-se, ao longo dos séculos, como uma propulsora do desenvolvimento econômico e social. Por envolver diversos setores econômicos, o turismo muitas vezes é o meio principal de gerar divisas para determinados lugares.

[...] Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), a contribuição do turismo para a atividade econômica no mundo é estimada em cerca de 5%; e sua contribuição para o emprego, em 6-7%. O turismo cultural constitui um subconjunto da ordem de 5 a 20% conforme o país. (...) (BENHAMOU, 2016, p.81)

Na pós-modernidade (que segundo Panosso Netto e Lohmann (2008), é a faceta cultural da sociedade pós-industrial e relaciona-se diretamente às novas formas de interpretar o Mundo) a segmentação turística é utilizada para enfatizar a vocação de um destino turístico e também auxiliar na geração de renda.

*“Decerto estou aprendendo a viajar com esta viagem,
mas, se estou aprendendo a viver, não sei.”*
(Viagem à Itália, Johann Wolfgang von Goethe)

1.2. Turismo Cultural

O turismo cultural é um tipo de segmentação turística, que por sua vez está diretamente relacionada à otimização entre demanda e oferta de um local, estimulando interesses específicos de turistas e visitantes em uma região.

A demanda de um local, conforme o Ministério do Turismo Nacional (2010a, p.09), órgão responsável pela condução de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do turismo, é definida pelas “(...) especificidades dos grupos de turistas que já o visitam ou que virão a visitá-lo.” Panosso Netto e Lohmann (2008, p.237) acrescentam que a demanda é “(...) o total de pessoas participando em atividades turísticas, quantificado como o número de chegadas ou outros dados estatísticos.” A oferta é identificada pelo M-Tur¹ como os “(...) atrativos, infraestrutura, serviços e produtos turísticos.”

Considera-se como Oferta Turística todos os recursos turísticos naturais, culturais (Oferta Turística Primária ou Original) e artificiais (Oferta Turística Complementar), incluindo a rede de serviços diretamente ligada a atividade turística, que abrange equipamentos receptivos de alojamento hoteleiro e extra-hoteleiro, de recreação, de alimentação, de promoção, de intermediação, de distribuição e de transporte turístico. (PDDT, 2003, p.101)

Tendo em vista essa relação entre demanda e oferta, o turismo de massa, padrão em voga na década de 1980, começou a dar sinais de esgotamento, pois perpetuava um tipo de turismo superficial e distante, vinculado ao desenvolvimento industrial, sem viabilizar a convivência e a troca de experiências mais significativas entre turistas e o núcleo receptor. Como resposta a essa conjuntura, desde o final dessa mesma década, há a constituição de múltiplos “novos turismos”, que são formas diferenciadas de praticar a atividade turística, atendendo às novas condições e exigências do mercado pelas diversas possibilidades de ofertas de um local. (COSTA, 2009) e (LEITE, 2011).

É válido ressaltar que a partir da década de 1990, existe uma retomada mais acentuada de um tipo de turismo legatário dos *grand tours* e dissociado do turismo de massa.

¹ Op. Cit., p.09.

Esse tipo de turismo vem sendo debatido há anos pelo Ministério da Cultura e pela EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo, culminando no estabelecimento de parcerias, especialmente na década de 90, sem que o marco conceitual de Turismo Cultural tivesse sido oficialmente estabelecido. (“MARCOS CONCEITUAIS”, M-TUR, s.d., p.13)

Segundo Costa (2009, p. 33), essa outra perspectiva de turismo acredita na promoção da sustentabilidade do patrimônio, “(...) baseando-se na estacionalidade dos fluxos (mais tempo em um mesmo lugar), com viagens individuais ou em pequenos grupos, uso de equipamentos qualitativamente estruturados e serviços personalizados.”

Dessa forma, existe a motivação de conhecer mais aprofundadamente o local e as comunidades visitadas, com o intuito de fazer descobertas e vivenciar novas experiências. Ainda assim, esse tipo de turismo está sob a égide do sistema mercadológico capitalista, de uso ou consumo de bens e serviços turísticos.

Nesse sentido, existe uma série de segmentos que refletem a busca de especialização do mercado turístico e ainda demonstram a cristalização de vontades e necessidades das pessoas. Panosso Netto e Lohmann (2008) formulam uma extensa lista com bases de segmentação, das quais, como exemplos, citem-se: por idade, meios de transporte, econômica e aspecto cultural, sendo o turismo cultural enquadrado nesta última base.

A estratégia de segmentação de mercado exige do planejador e do empresário um perfeito entendimento da oferta turística de sua região, para que se possa identificar e gerenciar os produtos segmentados do destino ou dos produtos ofertados pela empresa (de ecoturismo, de turismo de aventura, turismo cultural etc.) junto ao público de interesse. Também cabe ao planejador e ao empresário direcionar esta oferta para o segmento da demanda atual ou potencial que mais se adéqua aos produtos disponíveis em sua região turística. (M-TUR, 2010a, p.82)

O Ministério do Turismo (M-TUR) definiu alguns segmentos prioritários para o desenvolvimento turístico no Brasil (2006), conforme figura 1.1, entre os quais, está o turismo cultural:



Fig. 1.1. Segmentação turística.
Fonte: M-TUR (2010a, p.75).

Em “Turismo Cultural: orientações básicas” (2010b, p.15), do Ministério do Turismo, é definido que o turismo cultural “(...) compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura”.

Alinhada a essa conceituação, cita-se Barretto (1995, p.21), ao afirmar que o turismo cultural “(...) seria aquele que não tem como atrativo principal um recurso natural. As coisas feitas pelo homem constituem a oferta cultural, portanto turismo cultural seria aquele que tem como objetivo conhecer os bens materiais e imateriais produzidos pelo homem.”

Em 1985, a Organização Mundial do Turismo (OMT) *apud* Costa (2014) definiu essa categoria turística como o movimento de pessoas essencialmente com motivações culturais. Segundo Beni (2001), o turismo cultural é caracterizado quando o produto essencial do destino é o legado histórico do homem em distintas épocas, representado a partir do patrimônio e do acervo cultural.

Além dos bens materiais, como aqueles na forma de ruínas, monumentos, museus e obras de arte, há também os bens de natureza imaterial, como as festas e costumes, que representam a cultura de um povo.

A cultura, independente do segmento analisado, é intrínseca ao turismo, mesmo que a motivação inicial para a viagem não esteja particularmente centrada

nela. Palavra que tem origem latina, cultura provém de *colere* (cultivar). Ao longo dos séculos, passou a ter diversas e complexas conotações, como a marca da civilização em oposição à barbárie; a educação; as diversas formas de existência humana transmitidas historicamente etc. A cultura de um povo é balizadora de sua identidade e neste sentido, destaca-se Santini (1993, p.79-80), que ressalta:

A palavra cultura se encontra associada ao crescimento natural das coisas (por exemplo agricultura) que, com sua evolução, passou a encerrar uma conotação aplicável a uma dimensão particular da vida social, seja enquanto modo de vida cultivado, seja como estado mental do desenvolvimento de uma sociedade.

A cultura reúne em si um duplo capital: por um lado, um capital técnico e cognitivo – de saberes e de conhecimentos – que pode ser transmitido, em princípio, a toda e qualquer sociedade e, por outro lado, um capital específico que constitui as características de sua identidade original e alimenta uma comunidade singular por referência a seus antepassados, seus mortos e suas tradições.

[...]

Assim, cada cultura, por meio de suas marcas, seus tabus, seus imperativos, seu sistema de educação, seu regime alimentar, os talentos que requer para suas práticas, seus modelos de comportamentos no ecossistema, na sociedade, entre indivíduos etc., recalca, inibe, favorece e sobredetermina a atualização desta ou daquela aptidão de tal modo, que atua diretamente nas formas de comportamento individual e/ou coletivo.

O turismo vale-se das características da cultura de um povo e, nessa continuidade, a segmentação do turismo cultural é sistematizada no mercado turístico. É incorporada uma variedade de formas culturais (em que se incluem museus, galerias, eventos culturais, festivais, festas, arquitetura, sítios históricos, apresentações artísticas e outras) que, identificadas com uma cultura em particular, fazem parte de um conjunto qualificador de uma comunidade e atraem os visitantes interessados em conhecer características singulares de outros povos. (DIAS, 2006)

Tais formas culturais são diagnosticadas prioritariamente em um destino e elabora-se um inventário turístico para identificar seu potencial; “(...) inventariar significa registrar, relacionar, contar e conhecer aquilo que se dispõe e, a partir disso, gerar informações para pensar de que maneira se pode atingir determinada meta.” (M-TUR, 2004 *apud* LEITE, 2011, p.47).

A escolha pela atividade turística deve estar alicerçada por um diagnóstico que consista no inventário das possibilidades turísticas, ou seja, que colete dados e reúna informações preliminares sobre o levantamento dos recursos e atrativos de interesse para o turismo. (LEITE, 2011, p.47)

Como possibilidades de atividades turísticas, após diagnóstico e elaboração de inventário no âmbito do turismo cultural, destaca-se o quadro 1.2:

QUADRO 1.2 – EXEMPLOS DE ATIVIDADES NO TURISMO CULTURAL

Atividade	Descrição
Visitas a comunidades tradicionais e/ou étnicas	Visitas a comunidades tradicionais ou grupos étnicos (comunidades representativas dos processos migratórios europeus e asiáticos, comunidades indígenas, quilombolas e outros grupos sociais que preservam seus legados étnicos como valores norteadores de seu modo de vida, saberes e fazeres), que permite a interação ou acompanhamento de atividades cotidianas ou eventos tradicionais de comunidades locais
Visitas a sítios históricos	Visitas a lugares de interesse histórico-cultural que representam testemunhas do cultural nacional, regional ou local.
Visitas a sítios arqueológicos e/ou paleontológicos	Visitas a sítios arqueológicos e paleontológicos com relevância histórico-cultural.
Visitas a Espaços e Eventos Religiosos	Visitas a espaços e eventos cuja motivação principal seja a busca espiritual e a prática religiosa relacionadas às religiões institucionalizadas, de origem oriental, afro-brasileiras, espíritas, protestantes, católica. Ex.: Peregrinações e romarias, retiros espirituais, festas e comemorações religiosas, visitação e espaços e edificações religiosas – igrejas, templos, santuários, terreiros – realização de itinerários de cunho religioso, apresentações artísticas de caráter religioso.
Visita a lugares místicos e esotéricos	Visitas a espaços e eventos cuja motivação principal seja a busca da espiritualidade e do autoconhecimento em práticas, crenças e rituais considerados alternativos. Ex.: Caminhadas de cunho espiritual e místico, práticas de energização.
Visita a monumentos e celebrações cívicas	Visitas motivadas pelo conhecimento de monumentos, acompanhar ou rememorar fatos, observar ou participar em eventos cívicos, que representem a situação presente ou da memória política e histórica de determinados locais.
Visita a Museus e Casas de cultura	Visitas a locais destinados à apresentação, guarda e conservação de objetos de caráter cultural ou científico. Ex.: Museu da Cachça, Museu do Folclore etc.
Visitas Gastronômicas	Realização de passeios cujas essências sejam a visitação de roteiros, rotas e circuitos gastronômicos, a participação em eventos gastronômicos, a visitação aos bares, restaurantes e similares de um destino que represente as tradições culinárias da região.
Passeios para festas, festivais, celebrações locais e manifestações populares	Realização de passeios para festas e festivais locais, para apresentações de formas de expressões culturais com fins de informação cultural ou recreação; para acontecimentos ou formas de expressão relacionados à música, dança, folclore, saberes e fazeres locais, práticas religiosas ou manifestações de fé. Ex.: rodas de viola, folia-de-reis, crenças, rezas, novenas.
Passeios para cinemas e teatros	Realização de passeios culturais para teatros e cinemas, conforme programação local.

Fonte: M-TUR (2010b, p.33-34).

Ressaltam-se, nesse contexto, as questões prementes relacionadas ao turismo cultural por Leite (2011, p. 37), quais sejam: desenvolvimento com base local, possibilitando a inclusão social e a satisfação dos visitados; preservação, conservação e originalidade dos bens; qualidade da experiência do turista, proporcionando a satisfação dos visitantes; e parcerias bem-sucedidas entre agentes do turismo e gestores.

Assim, para a realização de qualquer segmento turístico é fundamental que haja a integração entre as diversas esferas da sociedade, no que tange ao planejamento, implementação e constante avaliação de como se dá a atividade turística de um local. Deverá ser estabelecido em uma “(...) rede de parcerias entre os diversos agentes culturais e os órgãos de turismo e meio ambiente.” (LEITE, 2011, p.35)

Essencialmente, é preciso que haja a vontade tanto das esferas pública e privada, como da população local, em manter os potenciais atrativos turísticos (sejam eles naturais/culturais ou ainda materiais/imateriais) preservados, bem como a adequação de serviços e equipamentos turísticos² e infraestrutura³ de apoio para prosperar o turismo. Essas características são basilares para o desenvolvimento saudável de qualquer atividade turística. Ratifica-se que, na tipologia de turismo tratada neste Capítulo, tais atributos são especialmente importantes, pois normalmente quanto ao turista cultural:

(...) quando comparado com o público em geral, ele revela possuir maior poder aquisitivo, gasto médio *per capita* em viagens mais alto, maior tempo de permanência em uma única localidade receptora (geralmente com permanência superior a uma semana em cada lugar), níveis cultural e de escolaridade mais altos, predominância de mulheres, faixas de idade mais elevadas (com forte presença de maiores de 65 anos). (COSTA, 2014, p.53)

Baurihaye (1997) e Moletta e Goidanich (2000) *apud* Costa (2014, p.53) incluem outra destacada particularidade no perfil desses turistas: seriam mais exigentes com a qualidade do produto consumido, sendo secundários os aspectos

² Serviços e equipamentos turísticos: “(...) conjunto de edificações, de instalações e serviços indispensáveis ao desenvolvimento de atividade turística. Compreendem os meios de hospedagem, serviços de alimentação, de entretenimento, de agenciamento, de informações e outros serviços turísticos. (EMBRATUR, 1984, p.139)

³ Infraestrutura de apoio turístico: “(...) conjunto de obras e instalações da estrutura física da base, que cria as condições para o desenvolvimento de uma unidade turística: sistema de transportes, energia elétrica, rede de esgotos, serviço de abastecimento de água, sistema de comunicações etc.” (*Ibid.*, p.147)

econômicos da viagem, mas não com a relação qualidade-preço. Além disso, também seriam exigentes no que diz respeito à paisagem e ao entorno, à exatidão das informações recebidas e à contaminação visual e acústica do local visitado.

Ainda relativo ao turista cultural, existem diversos estudos de especialistas na área no que se refere ao seu delineamento. Acentuam-se nesta ocasião dois outros aspectos válidos relatados por Costa (2014). Um deles é o perfil desse turista defendido por Richards (1996), com estrutura conceitual do sociólogo Pierre Bordieu, em que o turista cultural típico é pertencente à classe média emergente da década de 1990.

O outro aspecto é o resultado da pesquisa feita pelo Turismo Cultural Europeu (*European Cultural Tourism Project*). Nesse estudo, confirmou-se que os turistas culturais são, em sua grande maioria, pessoas de nível de escolaridade mais alta. Porém, foi detectado que somente 9% dos turistas entrevistados tinham os atrativos culturais como fatores decisivos pela opção de um destino turístico. O restante, chamados de “turistas culturais generalistas”, consumia os recursos culturais como parte de uma experiência turística mais extensa.

Há também o “turista cultural específico”, sendo praticante normalmente de viagens de menor duração e mais jovem que o padrão habitual de turista cultural. O que o diferencia do “generalista” é o nível de envolvimento na produção cultural, pois, frequentemente, o “específico” vive em áreas centrais das principais cidades, o que facilita e amplia sua atuação na esfera cultural.

Assim, a participação em atividades turísticas culturais não é simplesmente uma busca por novas experiências, mas, sim, uma busca pela distinção de classes baseada em um estilo de vida completo, no qual as fronteiras entre o lazer e o trabalho, entre a produção e o consumo, estariam se tornando cada vez mais nebulosas. (COSTA, 2014, p.55)

Nesse viés, talvez esteja implicado um modelo elitizado de turismo, restrito a poucos. Em contrapartida, a cultura de um povo, representada através de seu patrimônio e recursos culturais, marca sua identidade, portanto deveria ser acessível indistintamente a todos. Mas, no Brasil, a realidade observada ainda é outra no que se refere à valorização de seus recursos culturais.

O apelo cultural para o turismo e o lazer representa hoje muito pouco em um país como o Brasil. Basta observar os pacotes e a forma de divulgação de nossos atrativos, por meio de suplementos de turismo dos grandes jornais, para chegar à conclusão de que a visão antiga dos europeus sobre o Novo Mundo sofreu pouquíssimas alterações. O Brasil ainda é o país da

maravilhosa costa, do calor e das morenas seminuas (ou nuas), ou talvez pior: o das feras que saem da floresta imensa – em processo de devastação – para as cidades, também exóticas. (PIRES, 2001, p. 73)

Como Leite (2011) coloca, ainda existe certo comodismo em investimentos para a divulgação e conservação dos bens vinculados à diversidade cultural. Nesse sentido, Pires (2001) faz uma crítica ao agente cultural “viciado”, habituado à provisão do Estado, através de verbas escassas, mas ao mesmo tempo cômodas. Esse autor defende o uso de princípios de *marketing* em localidades históricas e relata que o agente cultural normalmente é irredutível ao que considera “modernismos”, dificultando, dessa maneira, a plena realização do turismo cultural. Devido à frequente subutilização dos atrativos culturais, há a necessidade de dinamizar esses locais, através da realização de eventos de divulgação cultural (audições musicais, teatro, ambientação de base histórica, entre outros).

Quanto ao conceito de excelência em museus e núcleos históricos, Pires (2001, p.49-50) enfatiza que é necessária, entre outros itens, a existência de “(...) monitores bem treinados, biblioteca atualizada e funcionando com eficiência, banheiros e bebedouros higiênicos, estacionamentos e dependências com segurança, livraria e loja de *souvenirs* bem equipada, lanchonete, cafeteria ou restaurante integrados à atmosfera do lugar (...)”.

A relação de uso da oferta cultural e o turismo passa pelo entendimento de que somente as ações e verbas privadas não são suficientes para preservar e manter recursos culturais e patrimônio. O Estado cumpre o papel de zelar pela memória de um povo nesse sentido. “(...) O Estado define o campo do patrimônio protegido; ele financia uma parte de sua preservação e garante o cumprimento das normas de restauração.” (BENHAMOU, 2016, p.91). Portanto, existem alguns mecanismos públicos de incentivo para a preservação patrimonial e o desenvolvimento cultural.

O Programa de Cidades Históricas (PCH) coordenado pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, no início da década de 1970, foi o primeiro programa federal que investiu recursos para a recuperação do patrimônio cultural e “(...) buscava a descentralização da política de preservação cultural por meio de sua execução pelos estados, aplicando recursos significativos nessa área.” (CORRÊA, 2015)

De acordo com Almeida (2010), nos anos 1990, a ação pública no campo do

patrimônio cultural foi reduzida a uma atuação difusa e fragmentada, representando um recorte territorial e temático estrito ou uma limitação na articulação interinstitucional e intergovernamental. Para reverter esse quadro, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tem coordenado e investido no Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (SNPC), cuja proposição é:

[...] a gestão compartilhada do Patrimônio Cultural Brasileiro, visando a otimização de recursos humanos e financeiros para sua efetiva proteção. Além disso, o Sistema atua no desenvolvimento de uma política de preservação do patrimônio que regulamente princípios e regras para as ações de conservação, especialmente na coordenação das ações entre cidades, estados e Governo Federal e na criação de um sistema de financiamento que fortaleça as instituições, estruture o sistema e consolide as execuções. (IPHAN, 2016a)

Dessa maneira, o Iphan retomou uma articulação com os governos estaduais, municipais e sociedade civil para recolocar o patrimônio cultural na agenda estratégica de todos. Como parte do SNPC, e objetivando o desenvolvimento social, econômico e urbano, o Iphan (2016a) coordenou a elaboração do **“Planos de Ação para Cidades Históricas”** entre 2010 e 2011, bem como a criação da **Associação Brasileira de Cidades Históricas (ABCH)**, em 2009.

O Programa **“Planos de Ação para Cidades Históricas”**, de acordo com o Iphan (2009), considera a dinâmica urbana como um todo, não se restringindo ao perímetro protegido ou ao conjunto de bens tombados de um sítio e procura garantir: investimentos convergentes do setor público, do setor privado e da sociedade civil organizada; compartilhamento de competências e atribuições frente ao planejamento comum e o aprofundamento conceitual e ampliação da legitimidade social do Patrimônio Cultural.

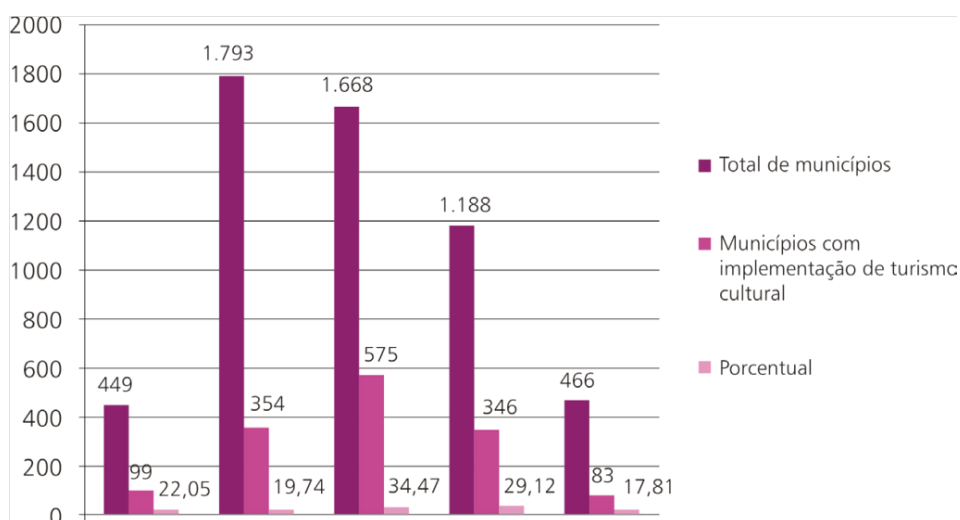
Quanto à **Associação Brasileira de Cidades Históricas (ABCH)**, é formada por prefeitos dos conjuntos urbanos tombados, com o apoio do Iphan, para também corroborar a valorização e proteção do patrimônio cultural e natural das cidades tombadas em nível federal e das classificadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e da mesma maneira as que se destacam por proteção estadual ou municipal.

Segundo o Ministério da Cultura (2015), o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural foi implantado em 100% das Unidades da Federação (UFs) e 60% dos municípios com legislação e política de patrimônio aprovadas.

Tais ações de políticas públicas são de extrema importância, mas não é plena a concretização de suas metas, já que é preciso ainda maior articulação entre as instituições e maior consideração pela dinâmica urbana, afora o núcleo histórico.

As regiões onde são verificados os maiores investimentos na área de turismo cultural são, respectivamente, sudeste, sul e norte, já que estas tem maior catalização de recursos para a realização de ações relacionadas (M-Tur, 2010b). No gráfico a seguir, observa-se a quantidade de municípios brasileiros que implementaram o turismo cultural, entre os quais está o Município de Paraty-RJ:

GRÁFICO 1.1 – MUNICÍPIOS QUE DESENVOLVERAM PROJETOS DE TURISMO CULTURAL



Fonte: IBGE/Munic. Elaboração MINISTÉRIO DA CULTURA (2010) in M-TUR (2010b, p.80).

Dias (2006) argumenta que a atividade turística cultural tem um aspecto duplo, como um meio para a obtenção de fundos à preservação da herança cultural e uma ferramenta para o desenvolvimento econômico local, regional e até nacional.

O turismo, desse modo, transforma os bens culturais integrantes do patrimônio cultural - histórico e educativo - em recurso econômico potencial, o que implica a necessidade de maior proteção a esses bens para que se garantam a continuidade e a sustentabilidade de sua exploração econômica. (DIAS, 2006, p.48)

O principal objetivo do turismo cultural deveria ser o de proporcionar experiências que originem um processo socioeducativo, tanto para a comunidade

receptora, como para os visitantes. Desse modo, idealmente, há a valorização da identidade cultural e, de maneira concomitante, o intercâmbio entre a cultura do receptor e a do visitante.

A implementação do turismo cultural, associada aos mais diversos seguimentos turísticos, é uma forma de viabilizar a preservação dos bens culturais e tem a potencialidade de valorizar a cultura de um povo e desenvolver o senso e o orgulho da identidade cultural local, pois muitas vezes o patrimônio ou recurso cultural material ou imaterial é despercebido pela comunidade por estar muito enraizado em seu cotidiano. Ocorre, assim, um aumento de identificação de um grupo com seus símbolos culturais. A identidade cultural é definida pela busca da afirmação de uma diferença e de uma semelhança. Dias (2006, p. 50-51) aprofunda a respeito, expondo que:

[...] Quando se busca a identidade cultural, procura-se identificar aqueles que apresentam traços em comum, que se identificam entre si, o que fortalece o sentimento de solidariedade grupal. No entanto, delimitar um grupo de iguais implica em distingui-lo de outros; desse modo, a construção da identidade tem um aspecto aparentemente contraditório, por levar, necessariamente, ao estabelecimento de diferenças em relação aos membros de outras comunidades.

O autor sustenta que por levar um ator social (o turista) a lugares culturalmente diferentes dos atores sociais locais (membros da comunidade anfitriã), o turismo possibilita um fato social particular (o fato turístico). Este se dá quando tais atores se colocam frente a frente e tendem a reforçar seus laços de identidade com suas respectivas comunidades; assim o “(...) valor das práticas culturais aumenta e estas consolidam sua função de **símbolo que identifica grupos culturais determinados.**” (DIAS, 2006, p.51, grifo nosso)

Nessa perspectiva, Leite (2011, p. 28) ressalta que a “(...) cultura é remodelada, continuamente, especialmente quando em contato com outras culturas.” Nem sempre o contato e as trocas entre turista e anfitrião são simétricos. Por isso, é sempre muito importante verificar de maneira contínua se a cultura local está sendo devidamente respeitada e como (ou se) os membros da comunidade estão tendo participação ativa no andamento do turismo cultural.

Sem o envolvimento comunitário ativo, não é raro encontrar cidades históricas em que há a “museificação” do patrimônio (processo que torna algo “congelado”, preservando-o em uma realidade estática, o que impossibilita seu uso ou

mudanças). Isso pode ocasionar uma sensação de distanciamento da população, como se ela não pertencesse àquele local, já que se forma uma realidade deslocada de seu contexto e o processo de valorização do patrimônio envolve muitos atores sociais e um jogo de interesses.

Como Choay (2011, p.202) salienta, a conservação estratégica do patrimônio ainda está para começar, visto que ela passa por uma regulamentação do fluxo de visitantes, em modalidades que, muitas vezes, estão para ser inventadas. São relacionados à preservação patrimonial e turismo, dispositivos de controle, medidas pedagógicas e políticas urbanas, segundo um grau de complexidade crescente.

Benhamou (2016, p.87 e p.121) notabiliza que a valorização patrimonial é uma fonte de rendimentos, no entanto a polarização sobre o turismo pode ter impactos desfavoráveis sobre os locais, como a alta do preço da propriedade fundiária e a gentrificação, ou seja, “(...) o aburguesamento dos bairros antigos, suscitado pela alta dos preços imobiliários (...)”, o que contribui para o deslocamento da população local para outras áreas e a formação de territórios permeados pelas disputas de poder, reguladas pelo capital.

Além dos aspectos econômicos, deve-se destacar Choay (2001), que indica os efeitos negativos que a indústria cultural vinculada ao patrimônio pode gerar na relação entre o público e a herança arquitetônica. Essa indústria explora a demanda de distração da sociedade do lazer, cuja ocupação está mais no consumo dos bens patrimoniais do que propriamente dos valores intelectuais e estéticos existentes no patrimônio histórico.

Como afirmam Caponero e Leite (2015, p.16): “(...) As cidades históricas, assim como os monumentos, vêm sendo transformadas em “produtos de consumo cultural” (destinados a fins econômicos que se beneficiam simbolicamente de seu status histórico e patrimonial) e em uma parte crescente da renda das nações.”

Tendo em vista o exposto e considerando os diversos aspectos integrantes do turismo, por ser este um fenômeno que envolve várias áreas, especialmente o segmento cultural, pode e deve ser um veículo para vivenciar memórias e valorizar não somente o patrimônio histórico-cultural de uma nação, mas também os recursos culturais do presente.

1.2.1. Patrimônio e Recursos Culturais

A origem de patrimônio vem do latim, originalmente grafado *patrimonium*, com o significado de herança, pecúlio. Leite e Marques (2007, p.01) destacam que “(...) A palavra patrimônio está associada à noção do sagrado, ou à noção de herança, de memória do indivíduo, de bens de família. (...)”. De acordo com Camargo (2002, p.95), o conceito clássico de patrimônio usava primordialmente a alta cultura⁴, o clássico, o erudito como supedâneos, em que patrimônio compreende os “(...) bens culturais ou monumentos de excepcional valor histórico e artístico nacional.”

Caponero e Leite (2015, p. 18) expõem que, a partir da Revolução Francesa, em 1789, o conceito moderno de patrimônio foi desenvolvido através:

“(...) da necessidade de criar meios para que os cidadãos compartilhassem – em um **território delimitado** – valores e costumes supostamente comuns, independentemente de suas origens, fazendo com que os cidadãos se **identificassem** pela língua, pela cultura e pelo território.” (grifo nosso)

Camargo (2002, p.96), elenca características de patrimônio no conceito contemporâneo, em que a cultura tem o sentido mais amplo:

[...] Patrimônio cultural em qualquer sociedade é sempre produto de uma escolha e, como toda escolha, tem um caráter arbitrário. Resulta da seleção de alguns elementos, enquanto outros seriam passíveis de esquecimento e destruição. [...] o patrimônio cultural só pode ser entendido como um conjunto de símbolos. Os **símbolos**⁵ precisam ser desconstruídos e interpretados para aprendermos o seu significado. Neste sentido são igualmente significativos os bens nacionais já consagrados, tanto quanto os regionais ou locais. [...] (grifo nosso).

O patrimônio é uma construção social e assim depende de grupos, períodos históricos e questões ideológicas. Ao longo de toda a história da humanidade, nunca existiram de fato critérios definitivos voltados à preservação de artefatos. (LEITE, 2011) e (BENHAMOU, 2016)

⁴ A cultura, nesse caso, pode ser diagnosticada como uma função social, que através de uma hierarquização do que seria importante /valioso e do que não o é, legitima as diferenças sociais.

⁵ “Os símbolos são definidos como qualquer coisa que carrega um significado particular reconhecido pelas pessoas que compartilham uma determinada cultura. Um mesmo objeto pode simbolizar ideias, valores e sentimentos diferentes em culturas diversas. Um objeto pode não ter significado nenhum em uma cultura, mas representar um elemento crucial para outro povo, como são os objetos religiosos cultuados por diferentes religiões.” (DIAS, 2006, p.20)

Como observado no quadro 1.3, pode-se vislumbrar uma síntese da evolução histórica do conceito de patrimônio e, especialmente, a valorização patrimonial, considerando-se a destruição ocasionada na Europa após as Guerras Mundiais. Leite (2009) afirma que, nesse período, a falta de conhecimento técnico imperava e dificultava a plena restauração do que restava. Assim, surgiu uma série de convenções, seminários e cartas patrimoniais para discussão acerca da regulamentação, preservação e conservação dos bens culturais, em esfera global.

QUADRO 1.3- A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO

Época	Concepção	Ideias relacionadas
<i>Idade antiga</i>	Patrimônio= coleção de riquezas, raridades e antiguidades de caráter extraordinário ou de grande valor material, indicadores de poder, de luxo e de prestígio.	Butins de guerra. Troféus. Tesouros. Oferendas religiosas. Propriedade Privada. Desfrute individual. Inaccessibilidade.
<i>Grécia, Roma e Idade Média</i>	Patrimônio= vestígios de uma civilização considerada superior, que, por isso, é imitada. Valorização estética e herança cultural de interesse pedagógico.	Escavações arqueológicas. Colecionismo seletivo: Tráfico de obras-de-arte. Cópias de modelos originais. Museus e câmaras de maravilhas. Relíquias. Exposição pública de alguns elementos com intenção de propaganda.
<i>Renascimento e séculos XVI-XVIII</i>	Patrimônio= objetos artísticos especialmente belos ou meritórios, também valorizados por sua dimensão histórica e rememorativa. A obra-de-arte pode ser um documento para conhecer o passado.	Cultura elitista de intenção pedagógica. Academicismo. Colecionismo artístico e científico. Primeiros estudos rigorosos de história da arte. Desfrute por grupos eruditos. Certo grau de acessibilidade.

<i>Século XIX e início do século XX</i>	Patrimônio= conjunto de expressões materiais ou não materiais que explicam, historicamente, a identidade sociocultural de uma nação e, por sua condição de símbolos, devem ser conservadas e restauradas. Pensamentos, palavras e atos.	Nacionalismo. Investigações: históricas, artísticas, arqueológicas e etnológicas. Importância do folclore. Educação popular. Legislação protetora. Conservação seletiva. Restauração monumental. Museus. Arquivos e bibliotecas estatais a serviço público.
<i>1945-1980</i>	Patrimônio= elemento essencial para a emancipação intelectual, para o desenvolvimento cultural e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Começa-se a considerar seu potencial socioeducativo e econômico, além de seu valor cultural.	Reconstrução do patrimônio destruído. Políticas de gestão educativa. Exposições e ciclos culturais para que toda a população conheça o patrimônio. Difusão dos bens culturais. Consumo superficial. Turismo de massa.
<i>Atualidade</i>	Patrimônio= Riqueza coletiva de importância crucial para a democracia cultural. Exige-se o compromisso ético e a cooperação de toda a população para garantir tanto sua conservação como sua exploração adequada.	Legislação. Restauração. Plena acessibilidade e novos usos. Participação. Envolvimento da sociedade civil. Turismo sustentável. Cultura popular significativa. Criatividade. Descentralização. Didática do patrimônio.

Fonte: LLULL (2005, p. 203) *apud* DIAS (2006, p.74-75).

Destaca-se, ainda, entre as diversas acepções de patrimônio, a seguinte: “Bem ou conjunto de bens naturais ou culturais de importância reconhecida num determinado lugar, região, país ou mesmo para a humanidade que passa(m) por um **processo de tombamento** para que seja(m) protegido(s) e preservado(s).” (dicionário HOUAISS & VILLAR, 2001, p. 2.151 *apud* LOHMANN e PANOSSO NETTO, 2008, p.431, grifo nosso)

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) teve e ainda tem destacado papel na gestão de bens culturais globais, como uma organização mundial de cooperação internacional. Em uma de suas convenções, realizada em Paris no ano de 1972, sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, artigo 1º, são considerados como patrimônios mundiais:

Os monumentos. – Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos. – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Em 1998, o conceito de “patrimônio” foi ampliado pela Unesco através da Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento, oportunidade na qual foram incluídos também os aspectos imateriais herdados ou criados pela sociedade. Além disso, abordou-se a importância da política cultural no desenvolvimento das nações e nas práticas de conservação ao patrimônio tangível e intangível, móvel ou imóvel.

Em relação ao patrimônio cultural imaterial, em 1999, a Divisão de Patrimônio Cultural da Unesco – Unidade de Patrimônio Intangível- aprimorou seu conceito:

O conjunto de formas de cultura tradicional e popular ou folclórica, ou seja, as obras coletivas que emanam de uma cultura e se baseiam na tradição. Essas tradições são transmitidas oralmente ou mediante gestos e se modificam com o decorrer do tempo através de um processo de recriação coletiva. Estão incluídas nelas as tradições orais, os costumes, as línguas, a música, os bailes, os rituais, as festas, a medicina tradicional e a farmacopéia, as artes culinárias e todas as habilidades especiais relacionadas com os aspectos materiais da cultura, tais como as ferramentas e o *habitat*. (BERMÚDEZ, 2004, p.138 *apud* DIAS, 2006, p.130)

Em 2003, houve pela Unesco, em Paris, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, ratificada pelo Brasil em 2006. Nela, o patrimônio imaterial é considerado como um meio de identidade e continuidade de uma cultura. Garantindo sua salvaguarda, promove-se o respeito à diversidade cultural e à

criatividade humana. A Convenção ainda dispõe, em seu artigo 2º, que o “patrimônio cultural imaterial” abrange:

- a) tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial;
- b) expressões artísticas;
- c) práticas sociais, rituais e atos festivos;
- d) conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo;
- e) técnicas artesanais tradicionais.

(...) Entende-se por “salvaguarda” as medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não-formal - e revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos.

Benhamou (2016, p.19) distingue o patrimônio imaterial por duas dimensões, a saber: “(...) integra o patrimônio intangível por natureza (normas, *savoir-faire*, costumes, músicas, línguas etc.) e é uma extensão do patrimônio material, dando-lhe sentido.” Para a autora, em diversas culturas, o patrimônio material só tem valor quando analisado pela sua dimensão imaterial.

Para que um recurso cultural seja considerado patrimônio é preciso que haja a chancela de um órgão, como o tombamento no caso de um bem material e o registro, quanto ao bem imaterial.

A palavra tombo, significando registro, começou a ser empregada pelo Arquivo Nacional Português, fundado por D. Fernando, em 1375, e originalmente instalado em uma das torres da muralha que protegia a cidade de Lisboa. Com o passar do tempo, o local passou a ser chamado de Torre do Tombo. Ali eram guardados os livros de registros especiais ou livros do tombo. No Brasil, como uma deferência, o Decreto-Lei adotou tais expressões para que todo o bem material passível de acautelamento, por meio do ato administrativo do tombamento, seja inscrito no Livro do Tombo correspondente.(IPHAN, 2016b)

Cabe ressaltar que, no Brasil, a primeira legislação a normatizar o tombamento do patrimônio cultural é o **Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937**, que define o patrimônio histórico e artístico nacional como “(...) o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”.

A Constituição Federal de 1988, em seus **artigos 215 e 216**, ampliou a noção

de patrimônio cultural ao reconhecer bens culturais de natureza material e imaterial. Inclusive, para apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais, estipulou outras formas de preservação, como o Registro e o Inventário, além do Tombamento, este instituído pelo supracitado Decreto-Lei nº. 25, de 1937.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, fundado em 1937, responde pela preservação do patrimônio cultural brasileiro. “(...) Cabe ao Iphan proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras.” (IPHAN, 2016 c)

O Iphan também responde pela conservação, salvaguarda e monitoramento dos bens culturais brasileiros inscritos na **Lista do Patrimônio Mundial** e na **Lista o Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade**, conforme convenções da Unesco, respectivamente, a **Convenção do Patrimônio Mundial** de 1972 e a **Convenção do Patrimônio Cultural Imaterial** de 2003.⁶

O patrimônio material protegido pelo Iphan é constituído por um conjunto de bens culturais identificados conforme sua natureza, em quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas (quadro 1.4).

Os bens tombados de natureza material podem ser imóveis como os [das] cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, ideográficos, fotográficos e cinematográficos. (IPHAN, 2016 d)

⁶ *Op.Cit.* (grifo do autor).

QUADRO 1.4 - LIVROS DO TOMBO

	<p>Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, onde são inscritos os bens culturais em função do valor arqueológico, relacionado a vestígios da ocupação humana pré-histórica ou histórica; de valor etnográfico ou de referência para determinados grupos sociais; e de valor paisagístico, englobando tanto áreas naturais, quanto lugares criados pelo homem aos quais é atribuído valor a sua configuração paisagística, a exemplo de jardins, mas também cidades ou conjuntos arquitetônicos que se destaquem por sua relação com o território onde estão implantados.</p>
	<p>Livro do Tombo Histórico, onde são inscritos os bens culturais em função do seu valor histórico. É formado pelo conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no Brasil e cuja conservação seja de interesse público por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil. Esse Livro, para melhor condução das ações do Iphan, reúne, especificamente, os bens culturais em função do seu valor histórico que se dividem em bens imóveis (edificações, fazendas, marcos, chafarizes, pontes, centros históricos, por exemplo) e móveis (imagens, mobiliário, quadros e xilogravuras, entre outras peças).</p>
	<p>Livro do Tombo das Belas Artes, onde são inscritos os bens culturais em função do seu valor artístico. O termo belas-artes é aplicado às artes de caráter não utilitário, opostas às artes aplicadas e às artes decorativas. Para a História da Arte, as belas artes imitam a beleza natural e são consideradas diferentes daquelas que combinam beleza e utilidade.</p>
	<p>Livro do Tombo das Artes Aplicadas, onde são inscritos os bens culturais em função do seu valor artístico, associado a sua função utilitária. Essa denominação (em oposição às belas artes) se refere à produção artística que se orienta para a criação de objetos, peças e construções utilitárias: alguns setores da arquitetura, das artes decorativas, design, artes gráficas e mobiliário, por exemplo. Desde o século XVI, as artes aplicadas estão presentes em bens de diferentes estilos arquitetônicos.</p>

Lage e Leite (2006, p.52) argumentam que “(...) Salvar um bem cultural de natureza imaterial é apoiar sua continuidade e atuar provocando melhoria nas condições sociais e materiais de transmissão e reprodução do que possibilitou sua existência”. Com efeito, preservar um bem imaterial não é isolá-lo “no tempo”, mas valorizar sua tradição, autenticidade e garantir sua transmissão, considerando-se o espectro das transformações e continuidades histórico-temporais dos bens.

Dessarte, dispõe o Iphan (2016f) em relação ao patrimônio imaterial:

[...] Para atender às determinações legais e criar instrumentos adequados ao reconhecimento e à preservação desses bens imateriais, o Iphan coordenou os estudos que resultaram na edição do **Decreto nº. 3.551, de 4 de agosto de 2000** - que instituiu o **Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial** e criou o **Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI)** - e consolidou o **Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)**.

Em 2004, uma política de salvaguarda mais estruturada e sistemática começou a ser implementada pelo Iphan a partir da criação do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI). Em 2010 foi instituído pelo **Decreto nº. 7.387, de 9 de dezembro de 2010** o **Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL)**, utilizado para reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, ação e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. (grifo do autor)

Além do Iphan, existem os órgãos de tombamento e preservação do patrimônio nas esferas estaduais e municipais. Por exemplo, no Estado do Rio de Janeiro, há o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), criado em 1975, herdeiro direto da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara. (INEPAC, 2016a)

Entretanto, ainda é necessário maior esforço por parte da sociedade como um todo para a preservação dos patrimônios e recursos culturais nacionais. Com frequência, por ter regulamentações específicas, os próprios órgãos de tombamento e salvaguarda tornam-se um empecilho para a preservação e restauro do patrimônio, além do fato de o processo de tombamento ou registro de um recurso cultural ser custoso e laborioso.

Leite (2011) expõe que as políticas culturais brasileiras deveriam enfrentar com maior veemência os desafios propostos pela salvaguarda do patrimônio, descentralizando suas ações, estabelecendo parcerias e incentivando a ampla participação das comunidades. O autor relata que, normalmente, quando as

comunidades envolvidas percebem o interesse do poder público, em sua história, cultura e práticas, começam a ter maior cuidado com seu patrimônio.

O patrimônio cultural brasileiro apresenta-se rico, coeso e atraente à atividade turística, sendo ora influenciado por ela, ora a influenciando. De certa forma, não há como evitar, e nem mesmo impedir, que se tire proveito desse patrimônio, com todos os riscos de deterioração paralela que o turismo possa implicar, porém demandam-se certas estratégias e enfoques de gestão para poder dar suporte ao turismo como desenvolvimento econômico e social. (CAPONERO e LEITE, 2015,p.18)

O patrimônio, como ativo prioritário do turismo cultural, é um recurso estimado pelas comunidades; estas devem estar cientes de como podem participar do planejamento e gestão turística e ainda quais são os benefícios da segmentação turística, relacionada aos recursos culturais materiais e imateriais locais.

1.2.2. Rugosidades no território como elementos do turismo cultural

No domínio do turismo, particularmente no turismo cultural, o espaço utilizado para as práticas turísticas ganha contornos simbólicos, já que:

[...] Do ponto de vista da teoria social, espaço é o suporte material de práticas sociais de tempo compartilhado. Imediatamente acrescento que qualquer suporte material tem sempre sentido simbólico. Por práticas sociais de tempo compartilhado, refiro-me ao fato de que o espaço reúne essas práticas que são simultâneas no tempo. É a articulação material dessa simultaneidade que dá sentido ao espaço vis-à-vis a sociedade. (CASTELLS, 2000 *in* BATISTA COSTA, 2008, p.56).

Moraes (1996) *in* Batista Costa (2008, p.54) coloca que “(...) As formas espaciais são produtos históricos, trabalhados pela ação humana sobre a superfície terrestre, expressando as relações sociais que lhes deram origem.” Nessa acepção, o espaço é considerado como campo de relações, em que acontece a dinâmica de toda a estrutura social.

Em vista disso, é válido ressaltar que o espaço pode ser caracterizado como território simbólico, já que este “(...) desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’ (...)” (HAESBAERT, 2004, p.95-96).

No turismo cultural, esse viés é notadamente importante, pois a identidade cultural, já comentada no item 1.2 deste Capítulo, pode ser reafirmada e expressa através do turismo. Nessa lógica, “(...) Um povo alienado de seu espaço não tem território”. (BRUNET, 2001[1990] *apud* GIRARDI, 2008, p.40)

[...] O que reivindica uma sociedade ao se apropriar de um território é o acesso, o controle e o uso, tanto das realidades visíveis quanto dos poderes invisíveis que as compõem, e que parecem partilhar o domínio das condições de reprodução da vida dos homens, tanto a deles própria quanto a dos recursos dos quais eles dependem. (HAESBAERT, 2004, p.69)

Raimundo (2007, p.57) ressalta essa abordagem de território associada às práticas simbólicas, resultando na “(...) construção de identidade dos povos com relação aos lugares que habitam. Nessa visão simbólica, a perspectiva do pertencimento ao território implica na representação de identidade cultural e não mais um polígono delimitado.”

Portanto, uma das possibilidades de análise do território é pela dimensão cultural de identificação ou pertencimento; em conformidade às proposições de Brunet (2001 *in* Girardi, 2008), que esclarece a formação do território em função do sentimento de apropriação de um espaço.

Cabe destacar e acrescentar a essa ideia o processo de territorialização, que segundo Haesbaert (1990, p.87), pode ser identificado, simplificadamente, “(...) como o conjunto das múltiplas formas de construção/apropriação (concreta e/ou simbólica) do espaço social, em sua interação com elementos como o poder (político/disciplinar), os interesses econômicos, as necessidades ecológicas e o desejo/a subjetividade (...)”

Assim, o território é definido, tanto em dimensões materiais como imateriais, indissociáveis, de acordo com os mais diversos interesses permeados por relações de poder. Segundo Girardi (2008, p.37), tendo como base as conclusões de Fernandes (2005), a dimensão imaterial corresponderia “(...) às estratégias dos sujeitos para a construção de um território; são as ações, representações espaciais criadas, a disputa de forças com outros sujeitos, as ideologias e os discursos, posicionamentos políticos, manifestações e outras formas de imprimir o poder.(...)”. Já a dimensão material refere-se “(...) à área do território, aos objetos geográficos/influenciados/dominados/apropriados pelo sujeito territorial.(...)”.

Nesse contexto, evidencia-se que existem diversas perspectivas de análise do território, particularmente destinado ao turismo cultural. De maneira direta, os núcleos urbanos tombados são especialmente atrativos ao consumo cultural, à luz da territorialização para as práticas culturais, uma vez que, estrategicamente, “(...) se inserem no contexto das cidades atrativas pelo seu rico acervo material e imaterial culturais, representados pelas suas formas e seus conteúdos que entram na dinâmica do mercado mundializado atual (...)” (BATISTA COSTA, 2008, p.69)

A cidade, natureza transformada e artificializada pela ação social, acumula nos seus artefatos o tempo humano. A mudança de postura ideológica da sociedade em relação ao seu patrimônio cultural revela novos **universos simbólicos** que perfazem um processo contínuo de alterações de valores. (LUCHIARI, 2005 *apud* BATISTA COSTA, 2008, p.69, grifo nosso)

Nesses universos simbólicos, sítios históricos tombados, o patrimônio cultural material apresenta-se como “estruturas sócio-espaciais anteriores” (CASTELLS, 2000 *in* BATISTA COSTA, 2008), às quais o geógrafo brasileiro Milton Santos

designa “o acúmulo desigual dos tempos”, denominando-as rugosidades, ou seja, “(...) ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares.” (SANTOS, 2006, p.92)

Estas rugosidades podem se apresentar de maneira isolada ou em forma de arranjos, sistematizadas, [...] muito bem representadas pela materialidade presente nos **núcleos urbanos coloniais brasileiros**, organizados segundo um **padrão urbanístico de época elas representam ideais, valores e formas de organizações sociais, econômicas e políticas pretéritas, materializadas no espaço**, [...], que atendem, hoje, à lógica do mercado global. (BATISTA COSTA, 2008, p.56-57, grifo nosso)

Por representar elementos passados no presente, não sendo necessariamente instituídas como patrimônios histórico-culturais, as rugosidades demonstram a formação do espaço, em que a materialidade se mantém: os componentes fixos apresentam fluxos diversos, de acordo com novas demandas.

Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam. (SANTOS, 2006, [1982], [1988], p.38)

Santos (2006, p.39) ainda afirma que através da interação dos fluxos e fixos, há a expressão da realidade geográfica, em que o espaço “(...) é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.” Nessa perspectiva, reguladas por forças diversas, as rugosidades se apresentam no espaço e assinalam territórios, repletas de símbolos e ideologias, como Oliveira (2016, p.04) coloca, tendo destaque na atualidade em meio à “(...) frenética busca pelas excepcionalidades e monumentalidades digeridas por atividades produtivas modernas, como o turismo, (...)”

A rugosidade patrimonial, em seu arranjo espacial absoluto mais complexo (como conjuntos de construções, núcleos urbanos, metrópoles inteiras e grandes parques naturais), ou isoladamente (monumentos, obras de arte, construções diversas), ou ainda como pressupomos a sua imaterialidade (as festas, ritos, costumes e o saber-fazer) é peça-chave para uma consciência mais integrada e relacional do presente em relação ao passado e futuro [...] (OLIVEIRA, 2016, p.09)

As rugosidades são elementos especialmente atrativos ao turista, sobretudo o que prioriza os aspectos histórico-culturais de um destino, pois são uma amostra válida da formação espacial e corroboram “(...) a compreender como as pretéritas formas espaciais, das **cidades coloniais**, ou mais especificamente de primitivos núcleos de aglomeração se desenvolveram e se transformaram em grandes regiões metropolitanas contemporâneas.(...)” (OLIVEIRA, 2016, p.04, grifo nosso). O autor ainda aponta que as rugosidades:

[...] apoiam e explicam como as permanências concretas e intangíveis que resistiram às modernizações e a própria Modernidade, resultando hoje num **atrativo monumental e particularizado do patrimônio cultural**, assim também em unidades de coesão e **relações de pertencimento dos grupos sociais relacionados aos seus territórios**. (grifo nosso)

O patrimônio, assim, “(...) inscreve-se entre os elementos reais e/ou simbólicos que permitem enfrentar a concorrência entre territórios para atrair os homens e os capitais.” (BENHAMOU, 2016, p.88). Como destaca Batista Costa (2008), os núcleos urbanos que são possuidores de uma materialidade pretérita são refuncionalizados para novos usos e consumos através do turismo.

E, nesse contexto, as rugosidades aparecem, pois evidenciam as mudanças territoriais e os diferentes atores sociais que preponderam/preponderaram no espaço. Sem entrar no mérito das complexas e diversas possibilidades de análise geográfica e até filosófica, há a correlação imediata entre rugosidades/território e o patrimônio visível das ruas da área de estudo na Cidade de Paraty, com vinculação direta à Maçonaria⁷.

Esta secular instituição de “pedreiros-livres”, fundamentalmente usa de símbolos e alegorias de natureza material e imaterial para dar continuidade aos seus preceitos e identificar os Membros entre si. Por conseguinte, os Maçons apresentam uma riqueza simbólica, utilizada em seus ensinamentos, rituais, templos e no caso de Paraty, ainda identificadas em antigas residências no Centro Histórico que um dia foram de Maçons. À vista disso, atualmente, as rugosidades encontradas no patrimônio material paratiense, perpetuadas pela Instituição Maçônica, integram a oferta turística local, especialmente atrelada aos interesses culturais.

⁷ Sobre Maçonaria, ver Capítulo 04 e Maçonaria em Paraty (Patrimônio e recursos culturais), ver Capítulo 05.

CAPÍTULO 02. ÁREA DE ESTUDO: Paraty e seu Centro Histórico.

Este Capítulo aborda Paraty, área de estudo deste trabalho. São demonstradas sua localização e sua história, desde o início do Povoado Fundador onde hoje é o Morro do Forte e imediações até os dias atuais, tendo em vista seu Centro Histórico como enfoque principal de pesquisa. Nesse sentido, propõe-se aqui uma abordagem clássica de periodização por séculos, relativa à história de Paraty, que permitirá abrir uma nova “janela”, figurativa e real (fig.2.1), sobre a formação territorial do Município.



Fig. 2.1. Vista do mar de Paraty, da Pousada do Cais.
Fonte: A Autora (2009).

2.1. Localização e Nomenclatura

Paraty, Município adstrito ao Estado do Rio de Janeiro, Região Sudeste do Brasil, é atualmente um destino turístico destacado, redescoberto pelo turismo ecológico e cultural, sobretudo por sua natureza e conjunto arquitetônico colonial.

O município localiza-se no extremo oeste do litoral do Estado do Rio de Janeiro, junto à divisa com o Estado de São Paulo e é constituído pelas áreas íngremes da Serra da Bocaina (trecho da Serra do Mar), pelos vales

de inúmeros rios que dela descem, e por uma estreita borda litorânea. O trecho do litoral é caprichosamente recortado, com pontas, baías, promontórios, angras, estuários de rios, onde se sucedem graníticos por vezes cobertos por vegetação, praias de areia branca e planícies sedimentares. Em uma dessas planícies sedimentares está Paraty. (IPHAN, 2016g)

É localizado na Baía da Ilha Grande, tendo como municípios limítrofes Cunha e Ubatuba (Estado de São Paulo) e Angra dos Reis (Estado do Rio de Janeiro). Conforme observado na figura 2.2, Paraty pertence à Região da Costa Verde, composta pelos municípios de: Angra dos Reis, Itaguaí, Mangaratiba e Paraty (SEBRAE, 2008). Conforme informação do *website* oficial da Cidade (PREFEITURA DE PARATY, 2017), a partir da Alameda Princesa Isabel, s/nº - Bairro Pontal, Paraty dista 236 km da capital de seu Estado, Rio de Janeiro, e 330 km da Cidade de São Paulo.

MAPA- PARATY E CIDADES LIMÍTROFES

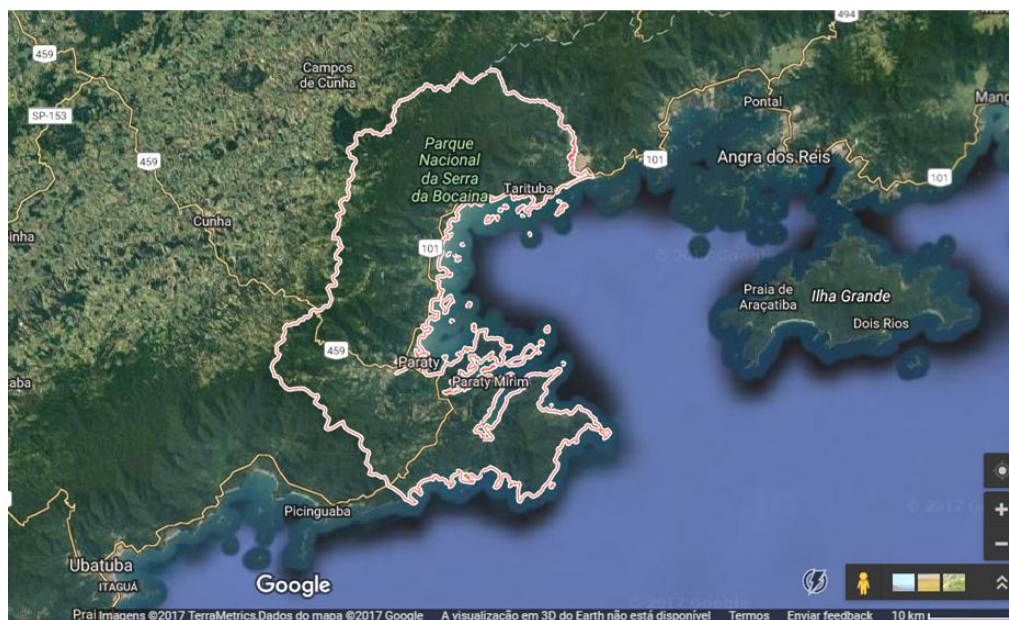


Fig. 2.2. Paraty e Cidades Limítrofes. Em destaque, a área circundada em vermelho corresponde à área de Paraty.

Fonte: *googlemaps.com* (2017).

Paraty possui uma extensão territorial de 933,8 km², o que corresponde a 39% da área da Região da Baía da Ilha Grande (SEBRAE, 2008, p.05). Já o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017a) informa que a área da unidade territorial de Paraty (em 2015) é de 925,392 km². São três distritos que compõem o

Município: Paraty, Paraty-Mirim e Tarituba (fig.2.3). De acordo com o Plano de Desenvolvimento Turístico de Paraty (2003, p.28):

O principal deles é Paraty (Distrito-Sede), que compreende as áreas do Centro e arredores. Paraty-Mirim (2º Distrito) abrange a face sul do município, até a divisa com o estado de São Paulo e o município de Ubatuba. Por fim, tem-se Tarituba (3º Distrito) distribuindo-se pela face norte, até a divisa com Angra dos Reis

MAPA - DIVISÃO TERRITORIAL DE PARATY



Fig. 2.3. Mapa da Divisão territorial de Paraty. 2003.

Estão destacadas em vermelho as rodovias que passam por Paraty.

Fonte: *Websíte* do Governo do Rio de Janeiro (2003) in PDDT (2003, p.28).

É notória a localização privilegiada de Paraty no litoral entre duas metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro, o que propicia fortemente o turismo da região, principalmente após a realização da Rodovia BR-101 (conhecida como Rio-Santos), entre o final da década de 1960 e a primeira metade da década de 1970, interligando a Cidade do Rio de Janeiro à Cidade paulista de Santos, cuja importância será ainda abordada neste capítulo.

Quanto ao nome da Cidade - Paraty - e sua etimologia, o morador de Paraty/ sócio fundador do Instituto Histórico e Artístico de Paraty, Diuner Mello (2014) em seu livro "Paraty- Roteiro do Visitante", explica que a origem do termo "Paraty" tem duas versões: uma delas, a qual Mello considera a melhor entre as definições, é a

do geógrafo e historiador brasileiro Teodoro Sampaio. O termo significaria jazida do mar, o golfo, lagamar⁸. A outra, mais difundida, viria do vocábulo tupi, significando "peixe de rio" ou "viveiro de peixes", denominação dada pelos índios guaianás aos peixes da família das tainhas, comuns na região.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico do Município de Paraty (PDDT, 2003, p. 95) relata curiosamente uma lenda popular sobre a origem do nome Paraty:

Diz que São Pedro e o Diabo andavam pelo mundo tentando colocar as coisas em ordem. Mas enquanto um trabalhava, o outro atrapalhava. No fim do trabalho, com tamanha confusão, esqueceram de dar nome a um lugar. O Diabo quis saber o motivo, ouvindo como resposta de São Pedro: "Puxa, esqueci. Fica para ti". E assim acabou sendo Parati. Existe outra versão que, segundo se conta, Deus ao percorrer o mundo distribuindo terras, deu uma a cada Santo, mas a certo ponto foi interpelado por Satanás que o interrogou: "Senhor, e para mim?" E o Senhor, apontando para a terra próxima, disse: "Esta é para ti".

Decerto, originalmente, o nome era grafado com dois "i". No século XVII escrevia-se "Paratii", para informar que a palavra era oxítônica. Posteriormente, já no século XVIII, aparecem várias grafias ("Paratii", "Parathy" e até mesmo "Pirati"), porém a mais comum era a grafia Paraty, com "y", letra que acabara de ser incluída no alfabeto português. Essa grafia foi mantida até a reforma ortográfica de 1943, ano em que o IBGE alterou a grafia já consagrada.

No entanto, sua alteração foi feita em desacordo com a Academia Brasileira de Letras, em seu "Vocabulário Ortográfico Oficial" (*apud* MELLO, 2011, p.12), que diz: "os topônimos de tradição histórica secular não sofrem alteração alguma na sua grafia, quando esteja já consagrado pelo consenso diuturno dos brasileiros."

[...] A grafia Paraty era àquela época e ainda hoje, mais que secular, por isso o município está cumprindo a legislação. A Lei Municipal nº 1.553/2007, de 22 de março de 2007, definiu que o nome do Município e Cidade de Paraty se escreve com "Y". Paratiense, porém, se escreve com "i". (MELLO, 2011, p.12)

Amaral e Gurgel mencionam em seu livro "Paraty, Caminho do Ouro", de 1973, que quando a referida obra já estava composta, o Governo (não há a menção de qual esfera governamental) mandou grafar o nome do Município com *ipsilon*. Ainda assim, atualmente encontram-se muitos livros, teses e *websites* que grafam o nome "Paraty" com "i", mesmo após a definição da Lei Municipal.

⁸ Entrevista feita com Diuner Mello, pela Autora, em set./ 2014. Informação verbal.

2.2. Síntese do Histórico de Paraty: início do Povoado Paratiense (séculos XVI e XVII) e desenvolvimento (do século XVII ao XX).

Em relação ao seu início, os primeiros habitantes da região que hoje forma Paraty foram os índios guaianás. Segundo Moure (2003), os índios ali se instalaram devido à fauna e flora propícias, além da costa constituída de diversas reentrâncias com rios pequenos que propiciavam a navegação das embarcações indígenas. Entretanto, há divergências quanto à descoberta e fundação do Povoado Paratiense, sendo ainda motivo de discussão entre historiadores e especialistas.

Mello (2011) afirma que a região da Baía da Ilha Grande, onde estão localizadas as Cidades de Paraty e Angra dos Reis, teria sido descoberta por Gonçalo Coelho, navegador português, em sua segunda expedição ao Brasil, no ano de 1502. Foi nesta oportunidade que nomes como Ilha Grande (que fica em frente à Baía homônima) e Angra dos Reis Magos teriam surgido para nomear acidentes geográficos, que serviriam de referência aos próximos navegadores.

O autor sustenta que o início do Povoamento na região onde está Paraty se deu quando a expedição do militar português Martim Afonso de Souza, por volta de 1530, veio ao Brasil em busca do caminho para as Minas de Potosí (Bolívia) e fundou o Povoado de São Vicente, dando porções de terras para que alguns viajantes ficassem em terras brasileiras.

[...] Estes moradores, os “vicentinos”, aos poucos foram se espalhando pelo litoral na direção norte e sul, criando pequenos povoados. Moradores de São Vicente chegam à região da Ilha Grande em 1556, quando Antonio de Oliveira e sua mulher Da. Genebra Leitão de Vasconcelos recebem naquela ilha uma sesmaria. (MELLO, 2011, p. 04)

Mello (2011) ainda levanta a conclusão de alguns escritores que indicam a fundação do povoado paratiense ter acontecido na passagem da expedição de Martim Afonso, pela costa entre Rio de Janeiro e São Vicente, em 16 de agosto de 1531, dia de São Roque.

No entanto, Amaral e Gurgel (1973, p. 27) refutam qualquer possibilidade do militar português e suas embarcações terem estado no local, tendo como base os documentos de viagem do mesmo no Brasil, em 1531:

No que concerne a Parati e a pseudo-parada ou estada de Martim Afonso em terras paratienses, no dia 16 de agosto de 1531, foi apenas uma lenda. E para demonstrá-la basta saber-se que no “domingo 6 do dito mês (agosto) tornei a bordo da terra com todas as velas; a cerraçam era tamanha que, des que partimos do Rio de Janeiro, nunca podemos ver a terra nem o sol; quase noite fomos tão perto da terra (ponta de Joatinga) que víamos arrebentar o mar, e não a víamos.”

Maia e Maia (1975) e Amaral e Gurgel (1973) dizem que antes de 1600 já havia notícias de um simples povoado fundado pelos paulistas vindos de São Vicente, em uma de suas arrancadas em busca do mar. Amaral e Gurgel (1973) acrescentam que, em 1606, houve a chegada dos primeiros beneficiários das sesmarias doadas pelo Capitão João Pimenta de Carvalho em nome do Conde da Ilha de Príncipe, donatário da Capitania de Itanhaém. Estes beneficiários “(...) Apressaram-se em erguer sua capela, e desde então o Diabo perdeu definitivamente a terra, que passou a pertencer a S. Roque, orago da povoação que começava a crescer (...)” (MAIA e MAIA, 1975, p.13)

Monsenhor Pizarro e Araújo (1822), ao fazer referência sobre Paraty, disse que sua fundação teria sido “pelos annos de 1600 e tantos”, em que um primeiro núcleo de povoamento surgiu em um morro distante 25 braças (equivalente a 45,72 metros) em relação ao norte do Rio Paratiguaçu (hoje, Perequê-Açu), local em que foi construída uma capela em louvor a São Roque. Este núcleo devoto a São Roque provavelmente localizava-se no Morro da Vila Velha, atualmente Morro do Forte, próximo ao hodierno Centro Histórico de Paraty. Moure (2003) salienta que existem alguns estudiosos que creditam a existência desse núcleo entre as décadas de 1540 e 1560. Cury (2008) demonstra o mapa (figura 2.4) como localização hipotética desse povoado, em 1630.

MAPA- POVOADO DE SÃO ROQUE



Fig.2.4. Mapa-Hipótese do Povoado de São Roque.
Princípio do século XVII – década de 1630.
Fonte: CURY, I. (2008, p.225).

Outros especialistas, como Amaral e Gurgel (1973) apontam o início do Povoado antes do século XVI, já que houve uma expedição para atingir Minas, em 1597, capitaneada pelo bandeirante português Martim Corrêa de Sá, onde encontrou um pequeno e ativo núcleo populacional na região. Acredita-se que o clima e geografia ótimos repercutiram entre os "brancos" de origem portuguesa. Como os índios guaianás eram nômades, movimentavam-se pelas matas e assim foram abrindo muitas trilhas em sentido ao interior do Continente. De acordo com Moure (2003), o percurso entre São Paulo e Rio de Janeiro fez-se por uma destas trilhas, que foi incorporada a um caminho mais extenso, já que no século XVI, a ligação entre São Paulo e Rio de Janeiro era marítimo-terrestre.

Dessa maneira, o porto da localidade surgiu onde terminava a antiga trilha dos guaianás e assim os viajantes faziam o resto do percurso pelo mar até chegar ao Rio de Janeiro. "(...) A posição geográfica de Paraty, ao fundo de uma baía de pouca profundidade, constituía-se em uma proteção natural a possíveis ataques provenientes do mar.(...)" (COTRIM, 2012, p. 105)

Ainda com a instalação do Governo Geral na Cidade do Rio de Janeiro

entre 1574 e 1578, houve seguramente maior interligação entre Rio de Janeiro e a Capitania de São Vicente; por conseguinte, maior possibilidade de deslocamento da população de São Vicente para o Rio de Janeiro. No entanto, ainda não se localizou ou não existe documento histórico e oficial que informe a data precisa desses eventos, daí a divergência quanto a data de fundação do Povoado.

Século XVII

No início desse século, o povoado Paratiense localizado provavelmente no Morro da Vila Velha, onde foi erguida uma Capela em homenagem a São Roque, já existia. Conforme figura 2.5, visualizam-se algumas edificações na região, em 1631.

MAPA- “DESTRICTO DO RIO DE JANEIRO”

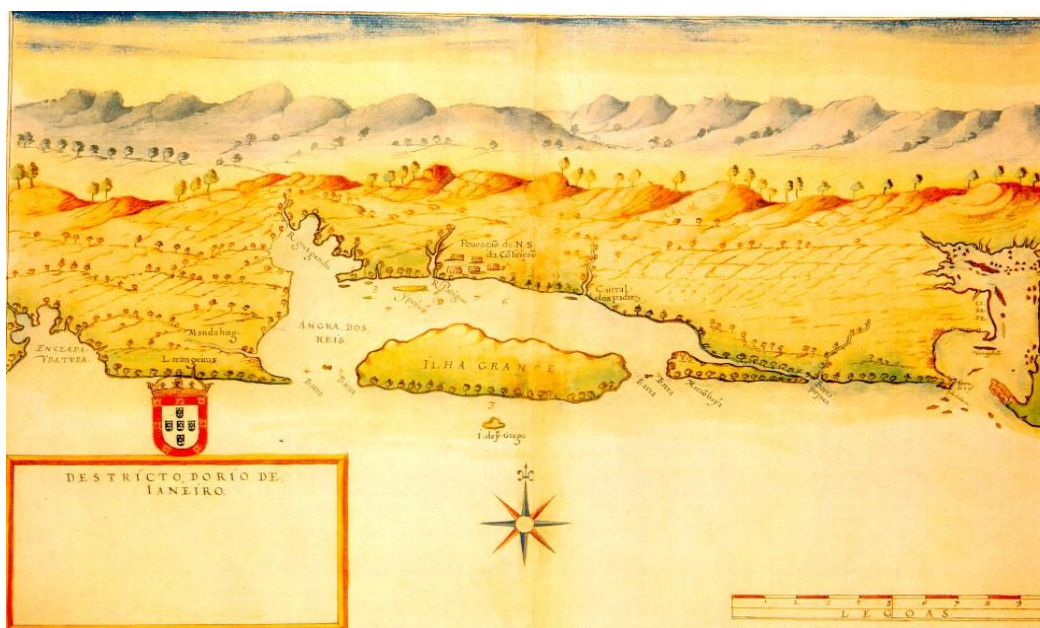


Fig.2.5 Mapa- “Destricto do Rio de Janeiro”, 1631.
Mapa histórico onde é vista a Baía de Ilha Grande e as primeiras edificações da Villa de Paratii.
Autor: ALBERNAZ, J. T. (1631).
Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) de Paraty (disponibilizado *in loco*, 2014).

Por volta de 1646, construiu-se outra capela na baixada localizada entre os rios Perequê-Açu e Patitiba, um local mais favorável em sua forma de relevo, onde é o atual Bairro Histórico. Em parte da sesmaria doada por Maria Jácome de Melo, em 1636, esta nova capela foi construída sob as seguintes condições: a construção seria em honra à Nossa Senhora dos Remédios e, ainda, deveria se prezar pela segurança dos índios guainases (ou goianases/guaianás) naquele local (porém, essa solicitação de Maria J. de Melo não se cumpriu de fato). (MAIA, 1976), (MELLO, 2011) e (MOURE, 2003)

De acordo com Amaral e Gurgel (1973, p.29), essa sesmaria de Maria Jácome de Melo está registrada em um dos Livros do Senado da Câmara de Angra dos Reis, com a data de 1781.

Em 4 de Outubro de 1630, o Capitão-Mor João Pimenta de Carvalho dava, em nome da Condessa de Vimieiro, uma Sesmaria a MARIA JÁCOME DE MELO, sua filha, de légua e meia de terra em quadra no Rio Paratiguaçu, onde estiveram os índios Goiamimis (Goianases), com a condição de não serem êstes tolhidos, caso entendam usar ou viver nessas terras que eram cortadas ao meio pelo referido Rio Paratiguaçu [...].

Os paratienses participaram de um movimento popular em 1660, liderados por Domingos Gonçalves de Abreu e alguns rebeldes, exigindo que houvesse a separação da freguesia de Paratii de Angra dos Reis (naquele período, era Nossa Senhora da Conceição de Angra dos Reis da Ilha Grande); levantaram o pelourinho, símbolo da autonomia municipal, por determinação de Jorge Fernandes da Fonseca, Capitão-Mor de São Vicente. Assim elevaram o lugar à condição de vila, com o consentimento do então governador do Rio de Janeiro Salvador Corrêa de Sá e Benevides (à época, o mais prestigiado de todos os governadores do Império colonial português). Apesar de ainda ser muito simples, a **Villa de Nossa Senhora dos Remédios de Paratii** (o nome do orago foi acrescentado ao topônimo Paratii) foi separada administrativamente de Angra dos Reis, conforme carta de 1660 confirmando a elevação do povoado à categoria de vila. (COTRIM, 2012), (CURY, 2008), (MAIA, 1976) e (MOURE, 2003).

Cotrim (2012) ressalta a possibilidade histórica de que o Governador Salvador Corrêa tenha elevado o local à condição de vila para criar uma rota terrestre e fluvial de tráfico de negros angolanos não autorizado por Lisboa. O Governador havia liderado, em 1648, uma expedição de reconquista de Angola,

país africano, para o Império Colonial Português. Dessa maneira, Salvador poderia vender sem intermediários os escravos aos espanhóis. Eis os motivos de interesse para que Paraty fosse emancipada politicamente:

- Ter fácil acesso a um caminho menos íngreme da serra do Mar, preferencialmente já conhecido e utilizado por indígenas.
- Ser uma localidade livre da incômoda presença de mosteiros e de conventos, pois tanto os paratienses quanto o governador temiam que os padres pudessem denunciar a Lisboa os contrabandos ali praticados. O ideal seria um local com apenas uma igreja matriz e com apenas um padre, pois, no caso de esse religioso querer investigar assuntos que não lhe dissessem respeito, ficaria fácil levar a cabo o seu assassinato.
- Ser um porto de mar abrigado dos ventos mais fortes e um local onde facilmente pudessem ancorar navios negreiros provenientes de Angola. É o caso da vereda de Paraty Mirim.
- Estar sob a jurisdição da capitania do Rio de Janeiro, pois [...] os negócios do tráfico eram encabeçados pelo próprio governador Salvador Corrêa e por homens de sua confiança pessoal. (COTRIM, 2012, p.22)

Tendo em vista esses fatores, nota-se que a ascensão de condição não esteve somente vinculada à expansão do ciclo fluminense do açúcar, mas também à grande possibilidade de a Vila ter se desenvolvido como porto de uma ampla rota de contrabando de escravos, conforme aponta Cotrim (2012) veementemente, após análise criteriosa de documentos históricos de Paraty.

Ainda no século XVII, em sua última década, os bandeirantes paulistas, utilizando-se das trilhas⁹ abertas por índios, descobriram ouro em abundância nas Minas Gerais. Esta descoberta teve grande impacto na economia de Paraty. Limitou-se a abertura de outros caminhos para maior fiscalização do comércio de pedras e metais preciosos e Paraty passou a ser o porto de ligação para o embarque do ouro destinado ao Rio de Janeiro e Europa. O local estava se tornando um importante entreposto comercial:

O movimento era intenso, com a entrada de tecidos, ferramentas, gêneros alimentícios e escravos para abastecer São Paulo e as minas. A isso se somou a grande produção de aguardente, embarcada para a Europa como aperitivo, levada como dinheiro para a compra de escravos na África e transportada para as minas para “alimentar” os escravos. (MELLO, 2011, p. 06)

⁹ (que viriam a ser incorporadas mais tarde ao Caminho do Ouro, abordado no Apêndice deste trabalho).

Século XVIII

Paraty estava em uma posição estratégica, onde eram desembarcados, no início do século XVIII, “(...) escravos destinados ao trabalho na mineração, na agricultura de subsistência e no transporte de cargas e de europeus nos caminhos para as minas (...)” (COTRIM, 2012, p.24). Desse modo, houve grande crescimento econômico na localidade, propulsado pela exploração do ouro nas Minas Gerais, na primeira metade do século XVIII.

Consequentemente, algumas obras importantes foram realizadas nesse período, como a construção de duas novas Igrejas (de Santa Rita e de Nossa Senhora do Rosário); casas de alvenaria de pedra; cais à margem do rio; duas Casas de Registro do Ouro; a implementação do sistema de fortificação da cidade, com a construção de fortalezas junto às barras dos rios e complementação do traçado urbano, com a abertura de novas ruas; além do desvio do leito do rio Perequê-Açu para ficar próximo ao recente núcleo urbano, facilitando o acesso à água potável pela população e acesso navegável à Vila. Ainda nesse período, em Paraty, teve início uma produção de alimentos para abastecer os locais que integravam o percurso e a região das minas. (COTRIM, 2012), (MELLO, 2011) e (MOURE, 2003).

Com a rota de exploração do ouro, a encosta fluminense era frequentemente assediada por piratas (franceses). Em 1711, conforme relato do historiador Monsenhor Pizarro e Araújo (1820), o corsário francês René Duguay Trouin invadiu a Cidade do Rio de Janeiro e exigiu resgate para sua libertação. De acordo com o Jornal Gazeta-Paraty (1959) *apud* Maia (1974, p.19) “(...) Paraty foi das localidades que mais se sacrificaram, dando tudo quanto pôde. Para o navio corsário foi então transportado todo o estoque de açúcar no momento existente na vila (...)” Para auxiliar na retomada da Cidade, o Capitão paratiense Francisco do Amaral Gurgel levou 580 homens armados ao Rio de Janeiro, tendo custado o resgate cem caixas de açúcar, duzentos bois e “dez mil cruzados”.

Em relação ao açúcar em específico, sua produção era de grande importância para a economia paratiense, sendo esse um produto muito valorizado também internacionalmente. Por isso, Moure (2003, p.13-14) ressalta que no auge da produção, Paraty teve mais de 250 engenhos de açúcar e alambiques,

investindo massivamente no cultivo da cana-de-açúcar. Ainda há de se destacar que a “(...) aguardente fabricada ali era considerada uma das melhores do Brasil, e servia de moeda de troca na África. Até hoje ainda se encontram engenhos em funcionamento (...)”.

É fundamental salientar a importância dos escravos para a Vila no início do século XVIII, tendo sua economia pujante em função do tráfico, do contrabando e do comércio com as Minas Gerais. Cotrim (2012, p.31) ressalta que, durante todo o século XVIII, a Villa de Paraty viveu desse comércio vinculado ao contrabando. Ainda segundo o autor, quanto ao crescimento material da Vila, em 1717, existiam aproximadamente 50 casas e em 1790, as edificações totalizavam 392, dentre as quais 35 eram sobrados. Em 1799, foi aprovada uma postura avulsa pela Câmara da Vila, que determinava um padrão construtivo das alturas de casas e de sobrados e dimensões das portas dessas edificações. (COTRIM, 2012)

Século XIX

No início do século XIX, a Corte Portuguesa foi cerceada por tropas de Napoleão Bonaparte em Portugal. A Família Real, então, fez sua transferência ao Brasil, tendo desembarcado no Rio de Janeiro em 1808. Dessa forma, consolidava-se a estratégia da monarquia portuguesa de transferir a sede do Reino da Europa para a América. Consequentemente, para abastecer o consumo da Corte na Cidade do Rio de Janeiro, Paraty estava em posição destacada como local produtor de diversos gêneros alimentícios.

De acordo com Moure (2003), a chegada da Corte ao Brasil intensificou a ligação marítima existente entre Paraty e Rio de Janeiro. Além disso, Mello (2011) ratifica que nesse período houve a abertura de novas ruas no centro urbano de Paraty.

Parati possuía mangues em volta de todo este núcleo, e surgiu a preocupação com a ocupação das áreas adjacentes. E em 1804 foi aprovado pelo Senado da Câmara o Plano de Saúde e Urbanização da Vila de Parati, que dividia Parati em três zonas distintas: central, suburbana e rural. Este plano estipulava que as terras situadas além do núcleo até o campo da lavagem, fossem aterradas por seus proprietários. (MOURE, 2003, p.14)

Em **1813**, por decreto de 17 de Dezembro, foi a vila enobrecida com o título de **Condado**, sendo seu primeiro titular Dom Miguel Antonio de Noronha Abranches Castelo Branco. (MELLO, 2011, p.08, grifo nosso)

Com o Ciclo do Café no Município e no Vale do Paraíba, após decaída da extração de ouro nas Minas, Paraty foi beneficiada por essa agricultura. Segundo Cotrim (2012), o café já era conhecido por agricultores brasileiros desde o século XVIII, mas começou a ser cultivado em maior escala, destinado como produto de exportação para o mercado europeu, durante os anos em que D. João VI esteve em solo brasileiro (1808-1821).

[...] No vale do rio Paraíba, a cultura cafeeira encontraria as condições climáticas e geográficas ideais para sua expansão. De modo a escoar mais rapidamente a produção, o café descia do planalto até alcançar os portos, e um deles era o da cidade de Parati. Dali seguiam por mar até o porto do Rio de Janeiro. (MOURE, 2003, p. 14-15)

Até meados do século XIX, houve em Paraty considerável desenvolvimento devido ao café, às atividades comerciais propiciadas por seu porto e à aguardente de cana-de-açúcar em função do tráfico de escravos. Antônio Chaves (*apud* Cotrim, 2012, p.35) demonstra que a maioria da aguardente produzida em Paraty era destinada ao tráfico, sendo a bebida usada como moeda de troca por escravos na costa da África, conforme também acontecia no século anterior.

Há de se ressaltar que nesse período, entre as décadas de 20 e 30 do século XIX, a Loja Maçônica “União e Beleza” foi criada. Este fato, de acordo com Amaral e Gurgel (1973) e Maia (1974), influenciou no urbanismo local, através do traçado das ruas e alinhamento dos prédios. Em 1829, houve a aprovação de um código de posturas que confirmava a postura avulsa de 1799, para a padronização das normas de edificação.

Em virtude dessas transformações, Mello (2011, p.08) menciona a Lei Provincial nº 302, de 12 de março de 1844, em que foi decretada a elevação da Vila à categoria de **Cidade**, com o nome de Paraty. Até meados do século XIX, foram construídos o chafariz, praças, a Igreja de Nossa Senhora das Dores, a Santa Casa de Misericórdia, novas casas e muitos sobrados, como elenca Moure (2003).

Segundo documentação de 1851, a configuração da malha urbana, já bastante definida, era de 13 ruas e 4 praças: no sentido norte-sul eram a Rua Fresca, a Rua da Praia, a Rua do Mercado, a Rua do Comércio e a

Rua Craguatá. No outro sentido eram a Rua da Capela, a Rua da Cadeia, a Rua do Rosário, a Rua Direita, a Rua da Lapa, Rua Santa Rita e a Rua do Conto. As praças eram Municipal, Mercado, Alegria e Rocio, onde ficava o chafariz. (MOURE, 2003, p.14)

Durante o período de prosperidade da Cidade, a parte inferior dos sobrados normalmente era usada como lojas e armazéns e a parte superior, como moradia às famílias dos comerciantes e profissionais liberais. Na figura 2.6 nota-se a formação urbana de Paraty na década de 50 do século XIX:

PLANTA- CIDADE DE PARATY

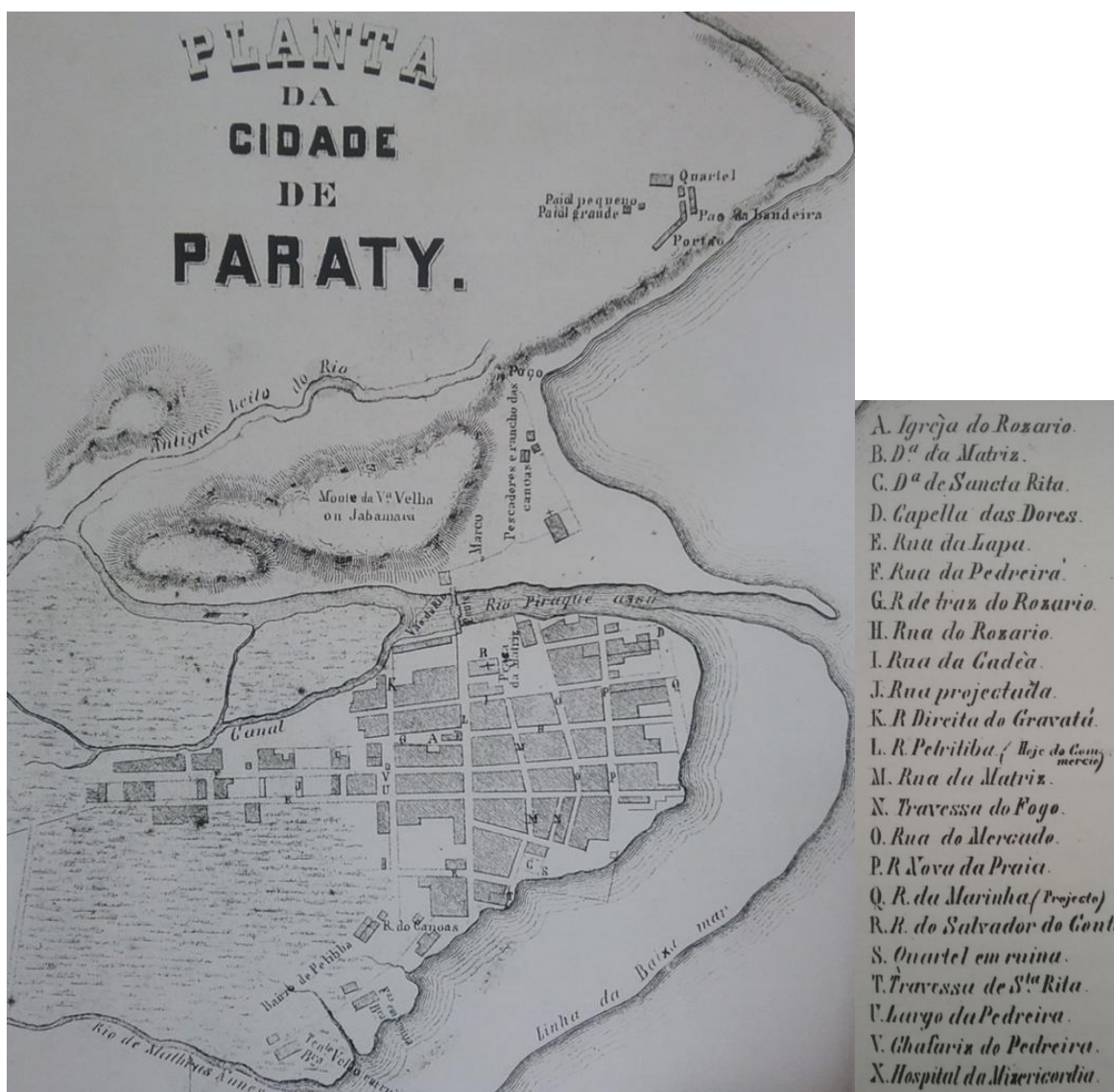


Fig.2.6. Carta *chorographica* da província do Rio de Janeiro- organizada por Decr. da Assembleia Prov. de 30 de Out. de 1857.

Autores: Engs. BELLEGARDE, P.; NIEMEYER, C. J. (1858-1861).

Fonte: BIBLIOTECA NACIONAL (acervo digital).

Assim, Paraty chegou à configuração urbana próxima ao que se encontra atualmente em seu Bairro Histórico, com seus limites balizados pelos rios Perequê-Açu e Patitiba, pela Serra do Mar e pela Baía de Paraty.

Após a primeira metade do século XIX, estava para acontecer um período de decadência econômica em Paraty. O uso inadequado do solo para o plantio de café, sem as técnicas necessárias de adubamento e fertilização para evitar erosão, provocou um decréscimo tanto quantitativo, como qualitativo do café de Paraty, principalmente nas últimas décadas desse século. Havia a concorrência de cafés de melhor qualidade plantados com melhores técnicas agrícolas em terras férteis, como os paulistas de Campinas e de Ribeirão Preto. (COTRIM, 2012)

Levando em consideração o capital originado pelo ciclo cafeeiro, grandes fazendeiros aprimoraram a infraestrutura de transporte para o escoamento mais eficiente da produção. Segundo Maia (1976), a construção da Estrada de Ferro do Vale do Paraíba como ligação entre São Paulo e Rio de Janeiro, inaugurada ao final da década de 1870, impactou negativamente a economia de Paraty. Ainda em 1870, houve a aprovação de um novo código de posturas. Este “(...) conservava os padrões de 1799 e de 1829, quase não teve serventia arquitetônica, porque (...) não havia dinheiro para construir ou reformar(...)” (COTRIM, 2012, p.63)

O escoamento do café passou a ser feito via Estrada de Ferro como uma alternativa mais rápida e econômica em relação ao caminho precário pela serra. O porto da Cidade sofreu grande declínio e houve a quase completa desativação da antiga trilha dos índios guaianás. Os produtos locais perderam a competitividade, já que dependiam do transporte marítimo. Este episódio contribui para a decadência econômica de Paraty.

Outrossim, outros fatores que colaboraram definitivamente para o declínio da Cidade foi a proibição do tráfico de escravos¹⁰ e a abolição da escravidão, no

¹⁰ A abolição da escravidão foi influenciada de maneira decisiva por interesses da Grã-Bretanha à época (nação formada por Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda). Com o advento da Revolução industrial (entre os séculos XVIII e XIX) em seu território, os britânicos conseguiram substituir em parte o trabalho de pessoas por máquinas, industrializando produtos em maiores quantidades.

Assim, no século XIX, os britânicos queriam o fim do tráfico de escravos destinado à América, para expandir e conquistar novos mercados. “ (...) Tendo perdido uma parte de suas colônias na América, precisando de matérias-primas para suas indústrias e de mercados para seus produtos, (cont.)

ano de 1888, que impactaram não somente na geração de renda dos cafeicultores e agricultores, como também na Cidade de Paraty. Os paratienses se beneficiavam do tráfico de escravos (a costa litorânea da Baía da Ilha Grande, onde estão Paraty e Angra dos Reis, era o local preferido dos contrabandistas à época), embora documentos que noticiem o tráfico sejam raros, dada a condição de atividade ilegal do mesmo.

Além disso, muitos engenhos foram abandonados devido à falta de mão de obra escrava, após a liberdade concedida aos escravos em 1888. Como bem coloca o paratiense Mello (2011, p. 08):

Esta mão-de-obra esteve presente também nos trabalhos de carga e descarga dos navios, na condução de tropas serra acima, no calçamento, conserto e manutenção de ruas, caminhos e pontes; na construção de casas residenciais, edifícios públicos e igrejas. De sua cultura nos legaram alguns costumes, danças, festas, culinária e, principalmente, a devoção a São Benedito, até hoje fortemente arraigada na comunidade paratiense.

Os contrabandistas que lá viviam optaram por transferir suas residências e negócios para a Cidade do Rio de Janeiro. Teve início, desse modo, um processo de desvalorização dos imóveis de Paraty ainda no século XIX.

No final do mesmo século, como o Engenheiro Mário M. Brasil do Amaral (1972) atesta em informação concedida a Maia (1976, p.26): “(...) restaram na cidade apenas seiscentos habitantes, entre velhos, mulheres e crianças (...)”, número muito diferente de 1851, cuja população chegou a 16.000 pessoas.

(cont.) os britânicos principiaram um enorme e tenaz empreendimento de colonização mercantilista nos continentes africano e asiático. “(COTRIM, 2012, p.38)

Havendo o fim do tráfico, o capital gasto com esta transação poderia ficar em circulação e possivelmente ser aplicado em iniciativas e produtos que ampliassem a indústria e o comércio britânicos. A Coroa Britânica já tinha com o Império do Brasil o Tratado de Comércio e Navegação desde o início do século XVIII, estipulando que o preço dos produtos britânicos tivesse tarifa alfandegária privilegiada. Porém, o Império do Brasil precisava de mais capital e por isso teve como estratégia aumentar consideravelmente as tarifas de produtos estrangeiros.

Os britânicos não aceitaram a perda de privilégios nos portos brasileiros e, se antes eram tolerantes com o tráfico de negros para as lavouras e outras atividades no Brasil, não mais o foram, fazendo cumprir a convenção antitráfico de escravos de 1826, promulgada por D. Pedro I depois de pressionado pelo Rei britânico George IV. A lei conhecida como “Bill Aberdeen”, aprovada pelo Parlamento Inglês em 1845, passou a ser cumprida com violência, permitindo que tripulantes de qualquer navio negreiro fossem presos, julgados e condenados.

Em 1850, o parlamento brasileiro aprovou a lei “Eusébio de Queirós”, que proibia definitivamente o tráfico de escravos, reprimindo com perseguições e punições a quem ainda o fizesse. Diante deste panorama, muitos cafeicultores endividaram-se ao fazer “estoques” de escravos, inclusive financiados pelos próprios traficantes e ainda, perderam o mercado de seus produtos.

Tendo em vista esse contexto, os traficantes tiveram que reinvestir seus capitais em outros negócios, principalmente em empreendimentos britânicos, como casas bancárias de crédito, companhias de iluminação a gás, ferrovias etc. (COTRIM, 2012)

Segundo Cotrim (2012, p. 53), “(...) Com volume de comércio bastante reduzido, e com menos moradores abastados, não havia dinheiro para reformar ou para reconstruir as casas e os sobrados. Iniciou-se, então, um processo de preservação pela pobreza.” Por conseguinte, foi também principiado um longo período de abandono em Paraty e por tal fato, grande parte dos imóveis preservados até hoje no Centro Histórico datam do século XIX.

Século XX

Na primeira década do século XX, Paraty estava no auge da desvalorização imobiliária, tendo em vista os acontecimentos ocorridos no século XIX. Seus moradores tiveram grande empenho para preservar aquilo que ainda restava do progresso e sobreviver à obscuridade, ainda nas primeiras décadas desse século.

Como Mello (2011) especifica, foram construídas pontes, foi instalada luz elétrica e ainda houve como atividade econômica a venda de aguardente, feijão e farinha de mandioca para as cidades contíguas. Moure (2003) afirma que a construção da ponte para o bairro do Pontal foi a única grande obra realizada na década de 1910, uma vez que neste bairro estavam a Santa Casa de Misericórdia, única instituição de saúde de Paraty, e o Cemitério Municipal. Ainda neste ano, como relatam Amaral e Gurgel (1973), devido ao êxodo dos homens em busca de trabalho fora de Paraty, lá havia muito mais moças do que rapazes.

Apesar do esforço de tornar o local relevante novamente, não foi obtido o êxito esperado pelos seus cidadãos. A atividade econômica principal nesse período foi a pesca e a produção de insumos agrícolas majoritariamente voltados para o consumo interno.

Paraty ainda permanecia quase isolada, em grande parte, devido ao processo de desvalorização das vias de acesso à Cidade. Moure (2003) ressalta que isto cooperou para a preservação do conjunto arquitetônico da Cidade, além de conservar usos e costumes dos habitantes. Por outro lado, também contribuiu para a ruína de edificações e agravou a pobreza local. O Jornal *A Razão* de Paraty (1922) in Maia (1976, p.26) noticiava frequentemente a venda de material

de ruínas e demolições na Cidade. “(...) Em 1925, não havia um só médico residente em Parati, e tampouco nenhum dentista formado, existindo apenas uma farmácia e um padre, ao contrário de 1750 quando havia 25 sacerdotes, 3 médicos e quatro farmácias.(...)” (AMARAL e GURGEL, 1973, p. 49).

Ainda nas décadas posteriores, Mello (2011) noticia que Paraty contava com pouco mais de 500 moradores e o hospital da Santa Casa estava fechado. Amaral e Gurgel (1973) comentam que as rendas municipais eram reduzidas a cada ano, sendo que, em 1937, não contabilizavam nem cem contos de réis. No entanto, os moradores que ali restavam ainda resistiam à pobreza, ao comércio precário e às poucas vias de ligação com as demais cidades.

Nesse sentido, é importante salientar que havia somente duas formas de ligação, sendo a Lancha da Carreira a mais utilizada. Moure (2003) explica que essa lancha saía em dias alternados e parava na Cidade de Mangaratiba, Rio de Janeiro. Devido à ligação principal ser feita através do mar, o antigo cais da Cidade foi remodelado. Em 1926, iniciou-se a construção do novo cais de pedra, próximo ao do mercado de peixe, local de parada das embarcações comerciais relacionadas ao comércio de peixes. A outra forma era a antiga estrada em direção à Cunha (RJ), conhecida como Estrada do Facão. Mas, esta era extremamente precária e muito pouco utilizada.

Em virtude da conservação imobiliária de Paraty, provocada principalmente por seu isolamento, houve o decreto-lei de 1945 que erigiu a Cidade em Monumento Estadual. Dias melhores viriam aos paratienses, uma vez que na década de 1950 houve a abertura de uma estrada, a RJ-165 (a antiga Estrada/freguesia do Facão), para São Paulo, pela Cidade de Cunha, em que foram utilizados, em sua maioria, trechos da velha rota do ouro e do café.

Por esta estrada alcançava-se a cidade de Guaratinguetá e a Via Dutra que une as duas grandes metrópoles brasileiras, Rio e São Paulo. A viagem de barco - a lancha da carreira - [...] continuou a existir. A nova estrada, porém, possibilitava um maior e melhor fluxo de transporte, em menor tempo, com mais segurança e qualidade. (MELLO, 2011, p. 09).

Segundo Moure (2003, p.21), essa estrada era prometida desde a década de 30 “(...) sendo somente colocada como prioridade quando da insistência de sua utilização por turistas mais aventureiros que enfrentavam a precariedade da estrada, ficando claro o potencial que poderia ser explorado.” Logo, Paraty

começava a ter maior importância econômica. Em 1958, o Centro Histórico de Paraty foi inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico pelo Iphan e em 1966, Paraty foi convertida em Monumento Nacional.

Em levantamento socioeconômico feito em 1967, citado por Amaral e Gurgel (1973, p.178-181), constatou-se que, ainda naquele ano, havia grande êxodo da população, principalmente para Santos, Rio de Janeiro e São Paulo Capital, à procura de trabalho ou melhores condições de trabalho e ainda devido às necessidades educacionais. Também, conclui-se que a economia municipal residia, sobretudo, na cultura da banana, seguida pelas de milho, mandioca mansa e cana de açúcar. Os autores ainda complementam que:

O meio de transporte entre Parati e o resto do Estado do Rio ou a Guanabara é o marítimo, que é mau, tanto no que se refere à carga como de passageiros. Velhas lanchas fazem o percurso entre Mangaratiba, Angra e Parati, chegando algumas à Ilha Grande, três vezes por semana, ida nos dias pares e volta nos ímpares. Não raro a lotação das lanchas é excedida, com grande risco para os que viajam, mal acomodados, muitos de pé, entre a carga que se espalha pelo local destinado aos passageiros. [...] (AMARAL e GURGEL, 1973, p.181)

Além da Estrada Paraty-Cunha (RJ-165), que ainda tinha muitos trechos mal desenvolvidos, outra importante obra aconteceu para colocar de vez Paraty no principal eixo econômico nacional, o Rio de Janeiro - São Paulo. De 1968 a 1971, segundo Moure (2003), foi construída a Rodovia federal BR-101, (figura 2.7), conhecida como Rio-Santos (inaugurada oficialmente em 1975), que interliga os municípios do Rio de Janeiro e de Santos, no litoral paulista. O objetivo principal de sua construção, segundo Sada e Luis (1989), era o de escoamento para: a Usina Nuclear de Angra dos Reis, o terminal petrolífero de São Sebastião, a Companhia Furnas e os estaleiros localizados ao longo do litoral fluminense.

[...] Por ter sido aberta quase que exclusivamente em função desses empreendimentos estratégicos para a macroeconomia do Brasil, os **projetos turísticos** da rodovia foram feitos às pressas, sem prever adequada infraestrutura de águas, esgotos, de lixo urbano e de condições de sobrevivência econômica para as populações pobres que ali viviam. [...] (COTRIM 2012, p. 70, grifo nosso)



Fig.2.7. Foto das obras de abertura da BR-101 no trecho de Parati-Mirim.
Fonte: IPHAN-PARATY (disponibilizado *in loco* em set./2014).

Cotrim (2012) ainda salienta que, antes da abertura da Rodovia Rio-Santos, o arquiteto nascido na Bélgica Conde Frédéric de Limburg Stirum, em 1965, elaborou o *Plano Diretor em Proveito da Proteção e do Desenvolvimento Urbanístico de Paraty*, ciente dos impactos e destruições que viriam com a Rodovia. Porém, sob o julgo de ser elitista, o plano nunca foi concretizado. A área de preservação ambiental prevista no projeto urbanístico do arquiteto era muito superior ao espaço de proteção paisagística atual.

Entre muitos detalhes, o projeto pretendia separar, por uma grande e bonita esplanada de grama rasa, o centro histórico e os outros bairros. Atravessando essa esplanada, para dar acesso ao centro histórico, haveria duas vias pavimentadas, ladeadas por majestosas aléias de palmeiras, tais quais aquela que se vê no Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

[...]

Concretamente, do projeto de 1965, Paraty só herdou os benefícios da enorme curva da Rodovia Rio-Santos, que passa longe do centro histórico, garantindo a preservação. (COTRIM, 2012, p.73)

Assim, com a realização da BR-101, a rodovia RJ-165 (Paraty-Cunha) foi realmente conectada aos demais municípios fluminenses na década de 1970. A partir da inauguração da BR-101, teve início um processo de saída da população do centro histórico para as áreas adjacentes e houve um grande aumento do fluxo de visitantes no Município. Essa rodovia propiciou a exploração além do Centro Histórico, como o grande número de ilhas e praias da região.

É válido afirmar que Paraty foi transformada e ressignificada em panorama nacional através do turismo, principalmente o ecológico e o cultural, assunto que será abordado com maior profundidade no Capítulo 03. Contudo, Paraty não

possuía a infraestrutura necessária (água, esgoto, coleta de lixo) para o grande fluxo de turistas que viria. Na realidade, até os dias atuais, Paraty ainda não se estruturou completamente para sanar esses problemas.

Em vista da construção da BR-101 e o aumento de fluxo de pessoas e residentes, além das benfeitorias propiciadas, ocorreram impactos negativos, como a forte especulação imobiliária e a destruição de parte do bioma nativo Mata Atlântica.

Quanto ao recente despertar econômico do Município, Cotrim (2012, p. 71) ressalva que:

Empreendedores menos escrupulosos compravam as propriedades rurais dos caiçaras por preços baixíssimos, ou os ameaçavam, expulsando-os, sem quaisquer direitos, de suas terras mal documentadas ou sem documentos. Após transformarem tais áreas em loteamentos, ou nelas construírem casas e condomínios de luxo, revendiam os imóveis com lucros muito altos.

Nesse sentido, Moure (2003) ressalta que, na década de 1980, houve crescente ocupação das áreas próximas ao Bairro Histórico, com o loteamento das antigas chácaras e áreas desocupadas. Ocorreu um refinamento do comércio e serviços locais, pois grandes e ricos condomínios foram construídos, além de pousadas e hotéis.

Dessa forma, nos anos seguintes, aconteceu naturalmente o crescimento espacial da área urbana e o aumento de renda. Surgiram novos serviços, como agências e guias de turismo. Segundo Mello (2011), foram instaladas no Município operadoras de mergulho que ofereciam cursos e explorações em embarcações mais confortáveis e rápidas.

Como consequência do desenvolvimento econômico, houve considerável êxodo rural, "(...) que se intensificou com a transferência da base econômica de agrária para turística e comercial. A população que antes era basicamente rural, em 2000 apresentava a situação de 14.066 na área urbana e 15.478 na área rural em todo o município (...)" (MOURE, 2003, p.25)

2.3. Paraty: século XXI

Já no início do século XXI, Paraty encontrava-se em uma ascendente situação econômica alavancada pelo turismo, mas ainda estava se estruturando para atender à demanda turística. Dessa maneira, foi elaborado em 2003 o “Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico do Município de Paraty” (PDDT). Dentre seus objetivos, destacam-se a valorização da cultura local e a amenização dos impactos negativos causados devido à falta de planejamento adequado.

Paraty, nesse século, passou a integrar um grupo restrito de destinos que aliam cultura, patrimônio, eventos e ecologia. “As trilhas antiquíssimas existentes na serra são visitadas e percorridas com guias específicos em Ecoturismo, combinando esta atividade com educação ambiental, visando a preservação, preocupação maior neste Século XXI.” (MELLO, 2011, p. 11)

Entre os inúmeros eventos realizados, têm grande destaque a Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP), em que a Cidade reúne visitantes, leitores e escritores, de todo o Mundo e a Festa do Divino Espírito Santo, festividade popular tradicional de caráter religioso.

Em 2003, de acordo com pesquisa feita pelo Ministério das Cidades *apud* PDDT (2003, p. 76), “comércio, turismo, transporte, alimentação e comunicação” perfaziam quase 80% das atividades econômicas praticadas por empresas de Paraty. No século XXI, a economia de Paraty tem sido diretamente estimulada pelo Turismo e pelas transferências em virtude dos *royalties* do petróleo (mais sobre este assunto no Capítulo 03).

A população estimada de Paraty em 2016 é de 40.975 habitantes, um aumento de mais de 9% em relação a de 2010 (37.533 habitantes), que havia densidade demográfica (habitantes por km²) de 40,57. O gentílico do habitante é paratiense.

Paraty está integrada às demais cidades através de percursos terrestres, aéreos e marítimos, portanto muito diferente da situação em que se encontrava há pouco mais de cinquenta anos.

Por vias terrestres, com exceção do meio ferroviário, há todos os tipos de acesso. Conforme PDDT (2003), entre as Rodovias que atravessam Paraty ou permitem acesso indireto, destacam-se: a Rodovia Federal BR-101 / Rio-Santos;

Rodovia Interestadual RJ-165 / Paraty-Cunha; Rodovia BR-116 / Via Dutra; Rodovia RJ-155 / Barra Mansa – Angra dos Reis; Rodovia SP-125 / Oswaldo Cruz; Rodovia SP-99 / Tamoios.

Os roteiros rodoviários de acesso a Paraty, partindo de São Paulo e/ou Rio de Janeiro, estão destacados na figura 2.8, onde constam cidades vizinhas e próximas a Paraty; e suas respectivas vias de acesso à Cidade, com destaque para os roteiros rodoviários São Paulo - Paraty e Rio de Janeiro - Paraty.

MAPA- RODOVIAS QUE PERMITEM O ACESSO A PARATY

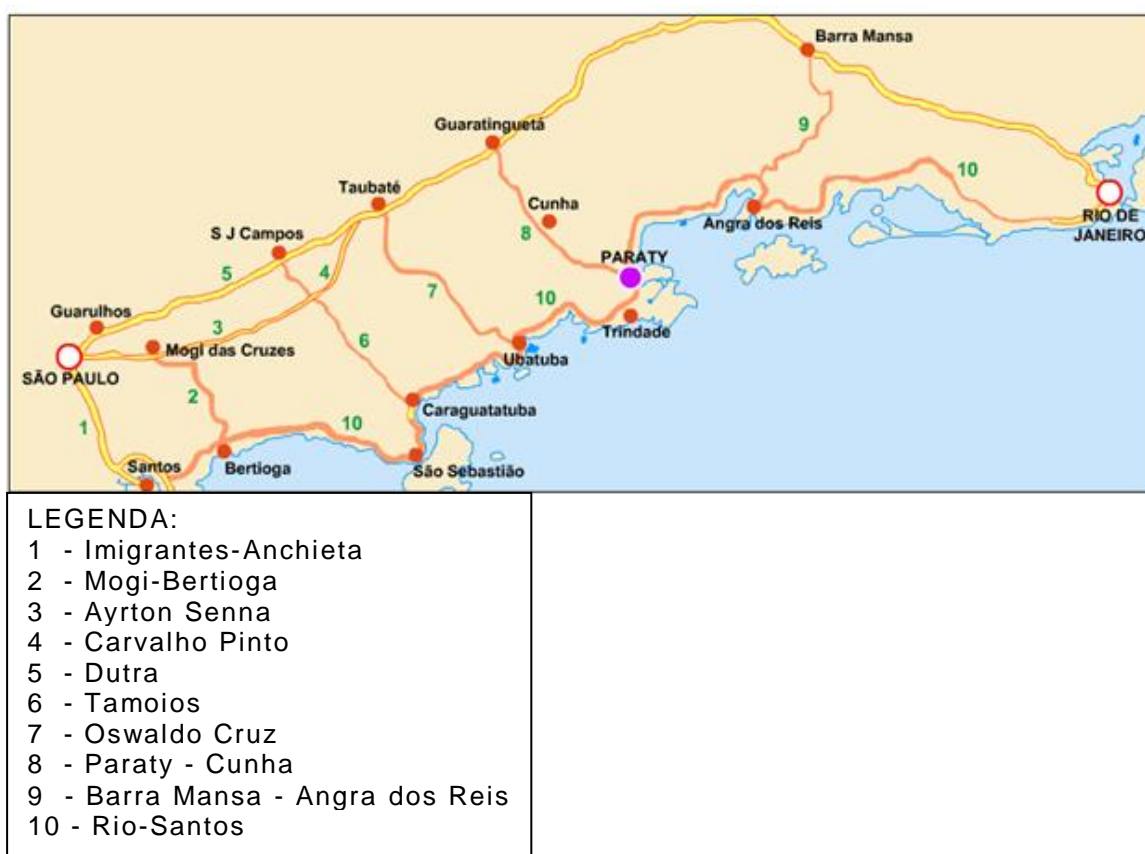


Fig. 2.8. Mapa das Rodovias – Paraty.
Fonte: website “Paraty.com.br” (2016)

Paraty tem um terminal rodoviário, na Rua Jango Pádua – Patitiba, que até 2014, precisava de uma reformulação e de uma melhor estrutura para atender a quantidade de ônibus de turismo e passageiros que lá circulavam. Em 2016, foi inaugurada, na mesma Rua, uma integração ao antigo Terminal Rodoviário. Considerado como um novo terminal turístico, tem estrutura mais adequada para o

grande volume de pessoas circulantes e conta com um centro comercial. Nas figuras 2.9 e 2.10, observa-se o terminal antigo e o novo terminal integrado, respectivamente. Na figura 2.11, um ônibus de circulação municipal em Paraty.



Fig.2.9. Terminal Rodoviário de Paraty.
Fonte: A Autora (2014).



Fig. 2.10. Terminal Rodoviário com centro comercial.
Autor: CABRAL, E. Z. (2016).
Fonte: *Blog Valparaibabus* (2016).



Fig. 2.11. Ônibus municipal.
Fonte: A Autora (2014).

Em relação ao transporte aéreo, o Aeroporto de Paraty foi construído em 1993 para aeronaves de pequeno porte e divide os bairros Mangueira e Ilha das Cobras, distando aproximadamente 01 km do Centro. Por estar inserido dentro da área urbana, obras de ampliação ou readequação são dificultadas. “(...) Não possui infra-estrutura de apoio, com ausência de um Terminal de Passageiros.” (Plano Diretor de Turismo do Estado do Rio de Janeiro, 2001 *apud* PDDT, 2003, p. 41)

Quanto ao cais da Cidade (figura 2.12), para transporte marítimo, sua localização é próxima à Praça da Bandeira, no Bairro Histórico. Atualmente, grande parte das embarcações atracadas no Cais é destinada a passeios turísticos nas ilhas e praias da Baía de Paraty.

O cais tem extensão total de 147,5m, considerando que cada embarcação em média tenha 3m e adicionando mais 0,5m de espaço entre cada uma, chega-se a uma capacidade total de 72 embarcações aproximadamente, durante a maré alta. Além do atracadouro, existe uma área de 131m ao seu lado [...], onde cabem mais aproximadamente 33 barcos, utilizando a mesma metodologia anterior. Ademais, também existem marinas e píeres particulares no município. (PDDT, 2003, p. 44)



Fig. 2.12. Cais de Paraty.
Fonte: A Autora (2009).

Neste trabalho, tendo como enfoque de estudo principal a área do Bairro Histórico (Centro Histórico) de Paraty, destaca-se sua localização na figura 2.13 e sua área circundada na figura 2.14, onde as principais atividades/atrativos culturais que fomentam o turismo acontecem (Capítulo 03) e, principalmente, onde as influências da Maçonaria serão demonstradas (Capítulo 05).

MAPA - PARATY



Fig. 2.13. Mapa com o Município de Paraty circundado. Em destaque, localização (em vermelho) do Bairro Histórico.
Fonte: IBGE (2017a).

MAPA - BAIRRO HISTÓRICO DE PARATY

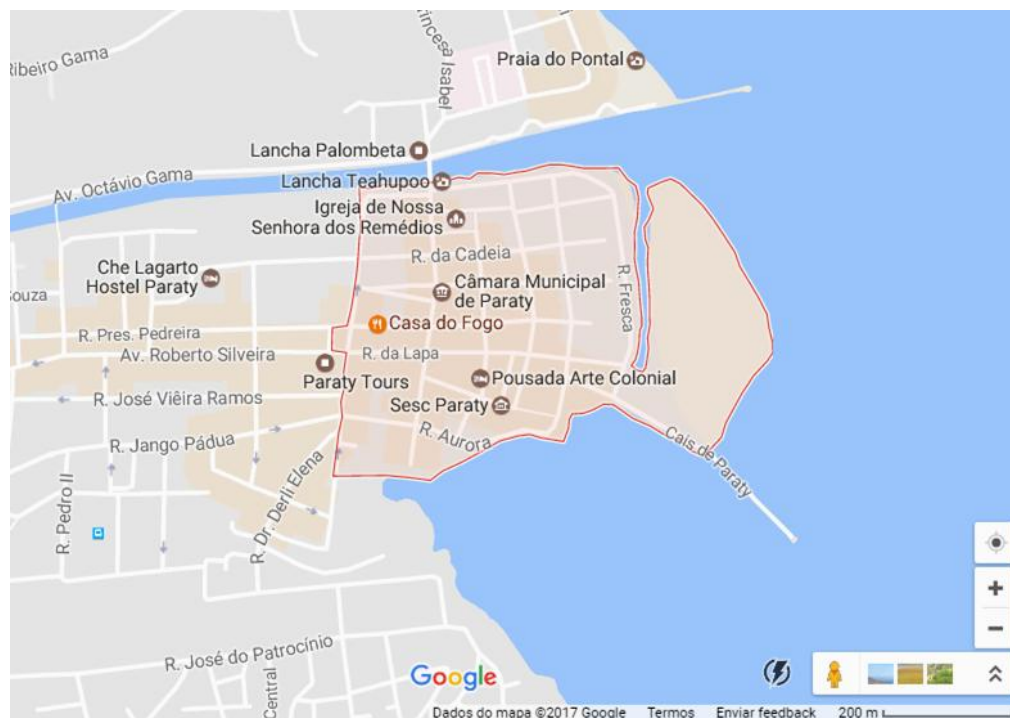


Fig. 2.14. Mapa com o Bairro Histórico de Paraty circundado (vermelho).
Fonte: [googlemaps.com](https://www.google.com/maps) (2017).

CAPÍTULO 03. PATRIMÔNIO E TURISMO EM PARATY.

Este Capítulo trata da série de tombamentos ocorridos em Paraty, que ratificaram os recursos culturais como bens patrimoniais. Nessa continuidade, há uma análise do turismo e suas repercussões econômicas no Município, bem como as medidas de desenvolvimento no campo do turismo cultural. Para expressar a diversificada oferta turística paratiense, há uma síntese dos atrativos turísticos, tendo em consideração o patrimônio local e seu uso para fins turísticos.

3.1. Patrimônio em Paraty

Paraty teve, paradoxalmente, um aspecto positivo proveniente da decadência iniciada no século XIX e perdurada durante o século XX. Como visto no Capítulo 02, muito do conjunto arquitetônico colonial, sobretudo do séc. XIX, foi preservado, na medida do possível, devido ao relativo esquecimento e abandono do local perante os próprios autóctones, que, ou optaram em sair do Município ou, muitas vezes não tinham condições de arcar com reformas ou novas construções; assim como muitos usos e costumes populares foram conservados pelos mesmos motivos.

Haja vista a necessidade de preservação para tais recursos, houve uma série de tombamentos que abrangem a Cidade e o Município de Paraty:

Em 18 de setembro de 1945, foi declarado Monumento Estadual - pelo Decreto-Lei nº 1.450- o sítio histórico de Paraty, considerando que:

[...] estabelecida desde a primeira metade do século XVIII e erigida em vila desde 1660, Paraty teve considerável importância na história política, social e econômica da Capitania da província e do Estado do Rio de Janeiro, e que o conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Paraty conserva não só as características expressivas da arte tradicional brasileira, mas também significativas peculiaridades regionais... (MAIA, 1976, p.28)

Em 13 de fevereiro de 1958, o conjunto arquitetônico e paisagístico da Cidade, no Bairro Histórico (Centro Histórico) de Paraty, foi inscrito pelo Iphan no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e também no Livro de

Belas Artes, oportunidade na qual foram ditadas normas para a preservação da arquitetura e do paisagismo local. (MELLO, 2011), (IPHAN, 2016g)

O vocabulário arquitetônico dominante em Paraty é característico da segunda metade do século XVIII e primeiras décadas do XIX. Alguns prédios, pela robustez e simplicidade de tratamento, são muito provavelmente, remanescentes das primeiras décadas do século XVIII. Na realidade, tais características poderiam indicar também sobrevivências de finais do XVII. No entanto, toda documentação consultada indica como pouco provável a persistência em Paraty de exemplares do século XVII, mesmo que desfigurados. Entre as principais construções do conjunto podemos destacar: as igrejas de Santa Rita, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora das Dores e a Matriz de Nossa Senhora dos Remédios; o Forte Defensor Perpétuo; a Santa Casa de Misericórdia; casa na esquina das ruas Dona Geralda com Samuel Costa; sobrados existentes na Rua Dr. Pereira, esquina da Rua Comendador José Luís; sobrado à Rua Tenente Francisco Antônio, com telhões de Louça no beiral. (IPHAN, 2016h)

Esse tombamento de 1958 considerou, sobretudo, o conjunto das casas, sem atribuição de valor específico a cada edificação isoladamente. Priester (2015) afirma que muitos interiores foram alterados nos primeiros anos seguintes ao tombamento.

Em 24 de março de 1966, pelo decreto nº 58.077 o Município de Paraty foi convertido em Monumento Nacional, “(...) Considerando a necessidade urgente de ser assegurada proteção especial ao acervo arquitetônico e natural (...), sob ameaça iminente de sofrer deformações irreparáveis (...)”. À área do Monumento Nacional de Paraty foi aplicado regime de proteção aos terrenos no círculo de cinco quilômetros de raio, cujo centro é o ponto de intersecção dos eixos da Praça Monsenhor Hélio Pires e da Rua Marechal Santos Dias.

A conversão de Paraty em Monumento Nacional [1966] coincide com o crescimento da intervenção do governo federal na cultura a partir de 1964, e com a promoção do turismo no Brasil a partir de 1966, ano de criação da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) e do Conselho Nacional de Turismo (CNTur), ambos inseridos na Política Nacional de Turismo, definida pelo Ministério da Indústria e do Comércio. A Embratur organizou, então, o I Encontro Oficial de Turismo Nacional, em outubro de 1967, no Rio de Janeiro. Foi a primeira vez em que se discutiu, de fato, o turismo no Brasil. Neste encontro estiveram presentes representantes de todos os estados e de alguns territórios brasileiros, além de profissionais dos setores de transporte, hotelaria e agências de viagens. (PADILHA, 2016, p. 05)

Com a conclusão da Rodovia Rio-Santos (BR 101) nos anos 1970, intensificou-se o interesse por Paraty. O Município passou a ser uma opção de turismo para todo o ano, além do turismo sazonal de veraneio. Nessa ocasião, iniciou-se um novo interesse imobiliário, além da região central de

Paraty, em todo o seu litoral, ilhas e serras, onde foram construídas marinas e condomínios.

Toda esta movimentação fez com que novos instrumentos de preservação fossem criados, desta vez visando proteger o meio ambiente. Por este motivo foram criados: o Parque Nacional de Serra da Bocaina, em 1972, que abrange a maior parte do município; as Áreas de Proteção Ambiental do Caiçuru e Tamoios e a Reserva Ecológica da Joatinga para preservação da parte litorânea e insular, além dos santuários de vida marinha lá existentes. (MELLO, 2011, p.10)

Em 1974, um novo tombamento incluiu o entorno do conjunto arquitetônico e paisagístico do Município (Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo das Belas Artes - consta na Portaria n. 402, de 13 de setembro de 2012). Destacam-se, no conjunto paratiense, “(...) seu valor excepcional, a extraordinária beleza natural, a originalidade da área do município, além da importância do papel histórico que Paraty representou como elemento de ligação entre as capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.” (IPHAN, 2016g)

Os critérios de intervenção no Bairro Histórico de Paraty foram sendo alterados até a publicação da Lei nº655/1983, com o Código de Obras do Município Paraty. Contudo, como Priester (2015) ressalva, esta lei já está com mais de trinta anos sem revisão. Em alguns casos, apesar dos tombamentos mencionados acima, há diversas situações de alterações internas de lotes e edificações, as quais foram noticiadas na imprensa municipal, como a da na nota publicada em 2008:

Qualquer construção tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – não pode ser modificada nem por fora nem por dentro. A preservação é uma exigência da lei. Aqui em Paraty, todo o Centro Histórico é tombado pelo IPHAN, preservando todas as características do conjunto arquitetônico com mais de três séculos, valendo para o exterior e interior das construções. Nem sempre as normas são respeitadas, e os fiscais do IPHAN avisam que vão destruir todas as obras irregulares, como aconteceu em uma residência perto da Praça da Matriz no dia 14/09, no interior que seria um acréscimo irregular. [...] Qualquer intervenção no imóvel dentro do Centro Histórico deve passar pelo IPHAN, para que o Instituto possa dar informações técnicas, buscar referências históricas do imóvel. A preservação do Centro Histórico de Paraty faz parte da preservação de uma parte da história do Brasil, principalmente do Ciclo do Ouro. Então vamos preservar sem intervir, e se for fazer uma modificação, que seja dentro das normas do Instituto, afinal, Paraty está brigando pelo título de Patrimônio Cultural da Humanidade [...] e este título é muito importante, levando-se em conta que a UNESCO vai ajudar na preservação do conjunto arquitetônico, com verbas destinadas para que esse patrimônio continue a ser essa viagem ao tempo (JORNAL DO BRASIL, 2008, p.20 *apud* PRIESTER, 2015, p. 94-95).

Priester (2015) conclui que muitas vezes a postura adotada por técnicos do Iphan permitiu que fossem modificados os interiores, sendo que o tombamento do conjunto arquitetônico deveria ser considerado em sua integralidade.

É de estarrecer que arquitetos já conhecedores das normas de preservação da cidade histórica, apresentam uma proposta desta qualidade, cuja intenção é a transformação das áreas livres, intituladas de jardins em piscinas que são proibidas pela legislação, bem como a demolição dos antigos puxados de serviços e a descaracterização total do interior das edificações como ocorreu com os imóveis situados à Rua Dona Geralda, n.48, atualmente de propriedade do Sr. Nicolas Schmourlo, e o da Rua Aurora, n.04, de propriedade do Sr. Steve Alan Donohue que tiveram o seu interior e puxado de serviços totalmente demolidos, obras estas embargadas pelo IPHAN, até a presente data sem qualquer notícia sobre as mesmas. (DANTAS, 2005 *apud* PRIESTER, 2014, p.93)

Quanto à setorização do tombamento, a Portaria nº 402, de 13 de setembro de 2012, (em seu Capítulo III, Seção I - Art. 7º) expõe o que se segue:

O Sítio Tombado estrutura-se em três Zonas de Preservação do Conjunto Paisagístico de Paraty:

I - Zona de Preservação do Patrimônio Natural (ZPPN): compreende áreas que têm a função de garantir a conservação da paisagem e do patrimônio natural, cujos limites abrangem a porção do Parque Nacional da Serra da Bocaina no território de Paraty e todas as áreas classificadas como Zona de Proteção da Vida Silvestre (ZPVS) pelo Plano de Manejo da APA do Cairuçu instituído pela Portaria/IBAMA nº. 28/2005, em vigor na data de publicação desta Portaria.

II - Zona Especial de Preservação (ZEP): abrange toda a área compreendida no círculo de 5 (cinco) quilômetros de raio cujo centro é o ponto de interseção dos eixos da Praça Monsenhor Hélio Pires e da Rua Marechal Santos Dias, de acordo com definição do Decreto 58.077/66, e toda a área situada entre o referido círculo e o limite da ZPPN, acima identificada.

III - Zona de Preservação (ZP): corresponde às demais áreas do Município, não classificadas como ZPPN ou ZEP.

Nesse seguimento, Priester (2015 p. 174) considera que:

[...] a abrangência dos tombamentos instituídos em Paraty visando à conservação de um entorno natural do Conjunto tornou mais complexa a atividade do Instituto no sítio. Ao ampliar a zona de preservação para o município inteiro a Instituição vem se ocupando continuamente com a aprovação de projetos em localidades distantes, enquanto os critérios aplicados ao Bairro Histórico continuam os mesmos de 30 anos atrás, com todas suas lacunas.

Além do tombamento do conjunto, existem construções e espaços públicos

tombados individualmente em Paraty, os quais são abordados neste Capítulo.

Em relação ao tombamento em esfera estadual, no Instituto do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro (INEPAC), há dois processos: um deles é o de 1985, com tombamento definitivo em 11 de maio de 1987, em que são tombados diversos trechos do litoral fluminense:

[...] No município de Paraty, o estudo para tombamento delimitou a faixa de 50 metros, para garantia da permanência dos assentamentos remanescentes de grupos de pescadores com sua cultura própria, além de plena e livre utilização da orla marítima para servir de ancoradouro e puxada de redes. Foram também consideradas integrantes da área tombada as ilhas e os dois sacos existentes – Mamangá e Grande – cujas águas mornas rasas e tranquilas propiciam a desova de peixes, estimulando a piscosidade da baía de Ilha Grande e consequentemente a atividade pesqueira, elos da mesma cadeia ecológica. (INEPAC, 2016b)

O outro tem o tombamento provisório em 1991, em que a Serra do Mar/Mata Atlântica, englobando no estado do Rio de Janeiro o território de 38 municípios, incluindo Paraty, ainda está em tramitação para tombamento definitivo:

O tombamento pretende reconhecer e agregar valores de cunho cultural e humanista a esse legado da natureza, valorizando a importância do seu caráter documental como testemunho na construção de nossa história social. Com aproximadamente 656.700 hectares, o trecho correspondente ao tombamento no Estado do Rio de Janeiro estende-se por 38 municípios. (INEPAC, 2016c)

Segundo Moure (2003), desde 1998, Paraty tem forte interesse em se tornar Patrimônio Mundial da Humanidade pela Unesco. De 2003 até os dias atuais, foram três candidaturas endereçadas à Unesco. A última ocorreu no início do ano de 2015 (PRIESTER, 2015). Porém, o fato de não existir um sistema de esgotamento sanitário adequado é um impeditivo. Inclusive, até nas ruas do Centro Histórico existia, ao menos até o início de 2015, uma parcela de esgoto a céu aberto.

Para resolver esse problema, houve concessão do Governo do Rio de Janeiro ao Grupo Águas do Brasil, através do Decreto nº 42.930, de 18/04/2011, que tem como proposta principal a melhoria das condições ambientais e a diminuição dos índices de doenças de veiculação hídrica. “(...) A meta estabelecida é o alcance de 80% para coleta e tratamento de esgotos em 10 anos e a universalização num horizonte de 20 anos. No entanto, este índice será atingido no quinto ano de

implantação (...).” (GRUPO ÁGUAS DO BRASIL, 2017). Isso permitirá que a candidatura de Paraty ao título de Patrimônio Cultural da Humanidade se concretize.

Além disso, o Iphan lançou, em 2011, uma série de normas que estabelecem novos critérios e procedimentos para a “(...) aprovação de projetos e ocupação das diferentes áreas geográficas (como sedes e núcleos urbanos isolados e costeiros, por exemplo), incentivando o aproveitamento racional do território urbano e rural.” (IPHAN, 2011). Por conseguinte, há o incentivo à preservação de Paraty e a maior visibilidade ao Centro Histórico e à paisagem do Município.

O objetivo é a preservação da integridade e visibilidade do Centro Histórico e da paisagem do Município, bem como a proteção a bens de especial interesse cultural e a manutenção das condições ambientais mantenedoras das referências culturais tradicionais existentes (como mbyá-guarani, caiçara e quilombola).

A área de abrangência da normativa é todo o território municipal, já que este é integralmente tombado pelo Iphan, desde 1974, em função de sua relevância histórica, cultural e paisagística. O Centro Histórico, que já é tombado desde 1958, porém, não é tratado especificamente, uma vez que terá uma portaria própria devido às suas peculiaridades (apresenta tombamento de conjunto urbano e de bens isolados). (IPHAN, 2011)

Contudo, Priester (2015) ressalta o fato de ainda não existir uma catalogação ou normatização precisa do Iphan que abranja o mapeamento dos imóveis com suas características originais preservadas plenamente ou até mesmo remanescentes de paredes, volumetria, interiores etc.; em função dos critérios empregados para preservação e das datas de construção dos edifícios paratienses.

Conforme visita *in loco* ao Escritório Técnico da Costa Verde do Iphan- Paraty (figuras 3.1 a 3.4), realizada em setembro de 2014, a necessidade de tal catalogação (com inventário do interior das casas, além do mapeamento das fachadas) foi discutida e mostrou-se urgente. Em vista disso, a figura 3.5 mostra uma medida de controle e acompanhamento do estado de preservação dos edifícios de Paraty, pelo Iphan.



Fig.3.1. Fachada- Escritório do Iphan, Paraty
R. D. Geralda (ou do Mercado), esq. com a R. da Capela.
Fonte: A Autora (2014).



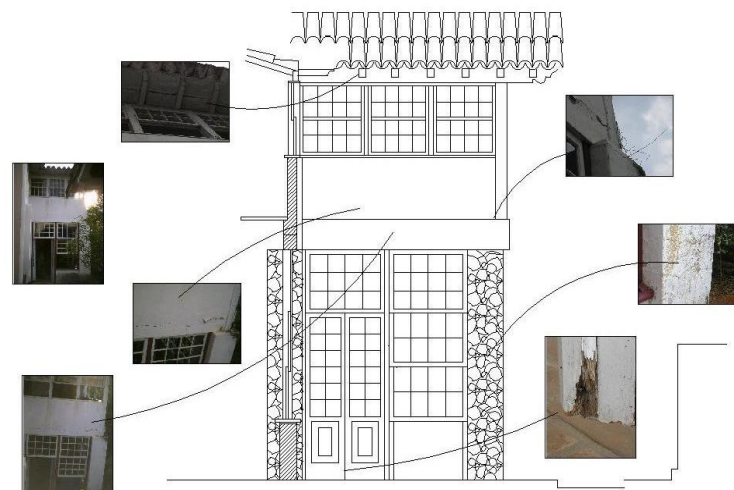
Fig. 3.2. Interior do Sobrado- Iphan
Fonte: A Autora (2014).



Fig. 3.3. Chaves antigas das portas-Iphan.
Fonte: A Autora (2014).



Fig. 3.4. Arquivos-Iphan.
Fonte: A Autora (2014).



SOBRADO DO IPHAN - PARATY

Fig. 3.5. Desenho- Sobrado do Iphan
Fonte: disponibilizado *in loco* pelo Iphan-Paraty (2014)

Quanto aos bens culturais de natureza imaterial no Município, o único deles que está registrado pelo Iphan é a Festa do Divino Espírito Santo de Paraty, a qual foi inclusa apenas em 13.04.2013, na categoria “celebrações”. Esta Festa é uma:

[...] manifestação cultural e religiosa, de origem portuguesa, disseminada no período da colonização e ainda hoje presente em todas as Regiões do Brasil, com variações em torno de uma estrutura básica [...]. A Festa do Divino Espírito Santo de Paraty, Rio de Janeiro, é uma celebração profundamente enraizada no cotidiano dos moradores daquela cidade, um espaço de reiteração de sua identidade e determinante dos padrões de sociabilidade local. (IPHAN, 2016i)

Existem outras manifestações culturais paratienses que, embora não estejam ainda registradas pelo Iphan, são muito importantes para a cultura local e até mesmo nacional. Tais bens culturais serão abordados no item 3.2.1: Síntese dos Recursos Culturais e Oferta Turística em Paraty e, em continuidade, no **Apêndice**.

3.2. Turismo em Paraty e aspectos econômicos

O turismo em Paraty começou a se desenvolver, de forma tímida, com a inauguração da Rodovia RJ-165 (Paraty-Cunha), que utilizava ainda de modo precário trechos de antigas trilhas indígenas/estrada real para a circulação do ouro. Mas, o desenvolvimento turístico com maior intensidade se deu após a inauguração da Rodovia Federal BR-101 (Rio-Santos), na década de 1970.

Dessa maneira, em meados do século XX, iniciou-se a redescoberta de Paraty, sobretudo por paulistas, artistas e intelectuais, principalmente em virtude do melhor acesso à Cidade. Estes turistas começaram a comprar as antigas casas e a restaurá-las, transformando Paraty em um “(...) local de refúgio de perseguições políticas ou como ponto ao turismo aventureiro. Entre outros, ali estiveram a atriz Maria Dellla Costa, o ator Paulo Autran, a pintora Djanira e o pintor Takaoka.” (COTRIM, 2012, p. 64).

Tendo em vista essa demanda, foi criado, talvez um pouco tarde, o *Projeto Turis*, através da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), para aliar a preservação do conjunto arquitetônico e natural do sítio histórico à valorização dos Municípios abrangidos, incluindo-se Paraty.

Preocupado com a preservação desse potencial, o Conselho Nacional de Turismo-CNTur, com base no decreto nº 71.791/73 editou a resolução CNTur nº 413 de 13 de fevereiro de 1973, declarando como *Zona Prioritária de Interesse Turístico*, “a faixa litorânea compreendida entre o mar e uma linha imaginária, medida horizontalmente, para a parte da terra, até 1 (hum) km após o eixo da rodovia BR-101, no trecho situado entre as localidades de Mangaratiba (RJ) e Bertioga (SP)” (artigo 1º da resolução CNTur 413/73).[...]

[...] Podemos afirmar que, naquele momento, o Brasil, através da EMBRATUR, iniciava seu processo de gestão do turismo, tendo sido o *Projeto Turis* um dos primeiros projetos de ordenamento territorial desenvolvidos por aquele órgão. Reproduzindo a tradição da época, foi contratada no exterior a empresa de consultoria italiana SCET-Internacional, para desenvolver um plano diretor para o litoral Rio-Santos, posteriormente denominado Projeto Turis. Esse projeto objetivava não só ordenar o território do litoral Rio-Santos, mas também capacitar os técnicos brasileiros nas metodologias mais modernas de planejamento turístico. [...] (FRATUCCI, 2005, p.86)

No entanto, há especialistas que o consideram um erro, pois números elencados no projeto, como o de leitos (775 mil) nunca se concretizaram. As

propostas apresentadas foram rapidamente desprezadas. Em sua confecção participaram prioritariamente técnicos estrangeiros, tendo faltado um estudo mais aprofundado da cultura popular e da natureza local. Logo, o desenvolvimento turístico daquele trecho do litoral paulista e fluminense ocorreu de forma quase espontânea.

Como resquícios daquelas propostas, podemos verificar a existência na região de um predomínio de empreendimentos turísticos de médio e grande porte, voltados para o consumidor de maior poder aquisitivo, todos dotados de infra-estrutura náutica, condomínios de veraneio e grandes áreas de lazer [...] correspondentes ao que o projeto classifica como locais de categoria A, voltados para o “turismo de qualidade”. (FRATUCCI, 2005, p.88)

Assim, Paraty havia encontrado sua vocação no turismo na segunda metade do século XX, mas de modo igual, começa ocorrer um forte processo de especulação imobiliária e inflação dos preços.

[...] são abertos hotéis e restaurantes, pequenas lojas passaram a vender o artesanato local: colchas de retalho, crochês, gamelas, cestos e peneiras entre tantos outros. O pescado destinava-se agora aos restaurantes e o excedente podia ser mandado para São Paulo; os barcos, antes destinados somente à pesca, passaram a ser utilizados para passeios pelas praias e ilhas; diante da escassez de quartos em hotéis, alugavam-se casas, oportunidades e empregos novos surgiam a cada dia. (MELLO, 2011, p.09)

A seguir, estão apresentadas as figuras (mapas) 3.6, 3.7 e 3.8, que demonstram a ocupação do solo no Bairro Histórico de Paraty e suas transformações:

No mapa I (fig. 3.6), são mostradas as edificações de uso comercial e público (lotes coloridos). Quanto aos imóveis residenciais, estes não foram identificados: estão nos lotes em branco, os quais, por sua vez, também abrangem os “vazios urbanos” (onde não há construção). Até o final da década de 1980, nota-se que grande parte das edificações era de uso residencial ou veraneio ou ainda de lotes vagos.

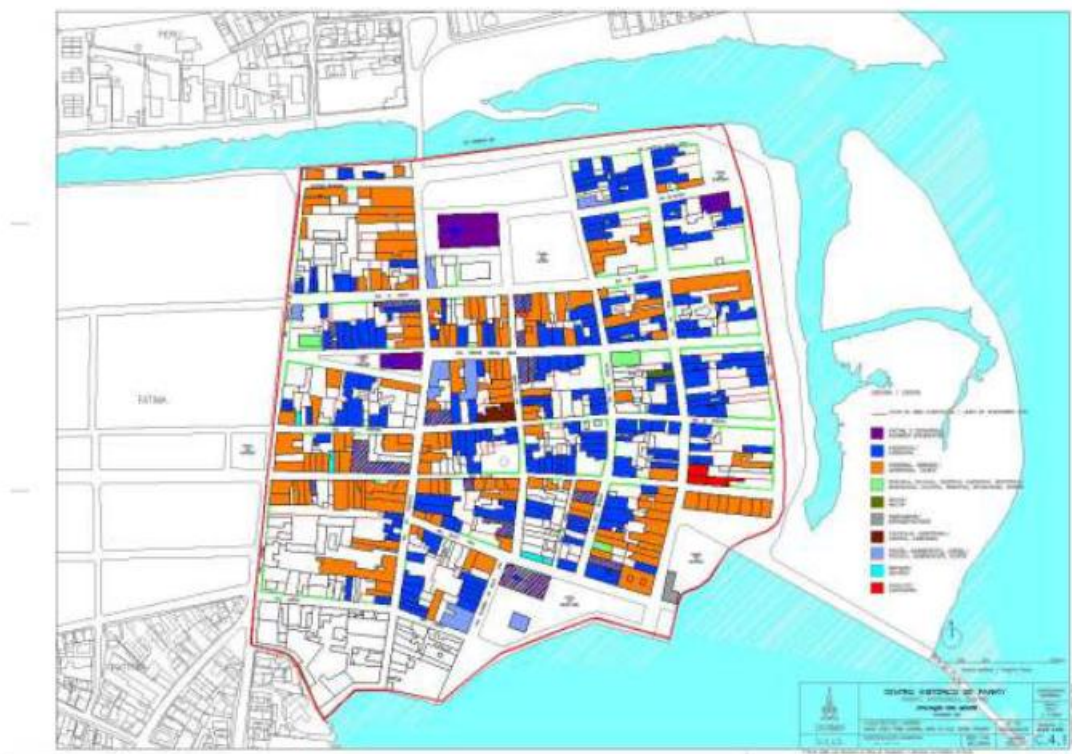
MAPA- USO DO SOLO DO BAIRRO HISTÓRICO I



Fig. 3.6. Mapa- Uso Comercial e Público no Centro Histórico de Paraty, 1989.
 Autora/Fonte: SADA, P. (1989, p.23)

Conforme Priester (2015) analisa, no mapa II (fig. 3.7) produzido em 2003, há certo equilíbrio entre os imóveis de uso residencial (aproximadamente 160) e os imóveis destinados ao comércio/turismo (que totalizam cerca de 140).

MAPA- USO DO SOLO DO BAIRRO HISTÓRICO II



LEGENDA

Arquitetura religiosa	Equipamentos
Comercial, turístico	Hospitalar
Residencial	Política, administrativa, judicial
Educativa, cultural, científica, recreativa	Serviços
Militar	Desocupado

Fig. 3.7. Mapa- Uso do Solo no Bairro Histórico. 2003.

Fonte: Inventário do Patrimônio Arquitetônico (2003) *in* PRIESTER (2015, p. 138)

Priester (2015) realizou no período de um ano (2013-2014), um levantamento das fachadas do Bairro Histórico para atualização do acervo do Escritório Técnico da Costa Verde do Iphan. Através desse levantamento, a autora pôde produzir o mapa III (fig. 3.8). Foram constatados, aproximadamente, 210 imóveis de uso residencial e 178 imóveis de uso comercial/turístico (65 restaurantes, 23 pousadas, 90 lojas e galerias).

MAPA- USO DO SOLO DO BAIRRO HISTÓRICO III

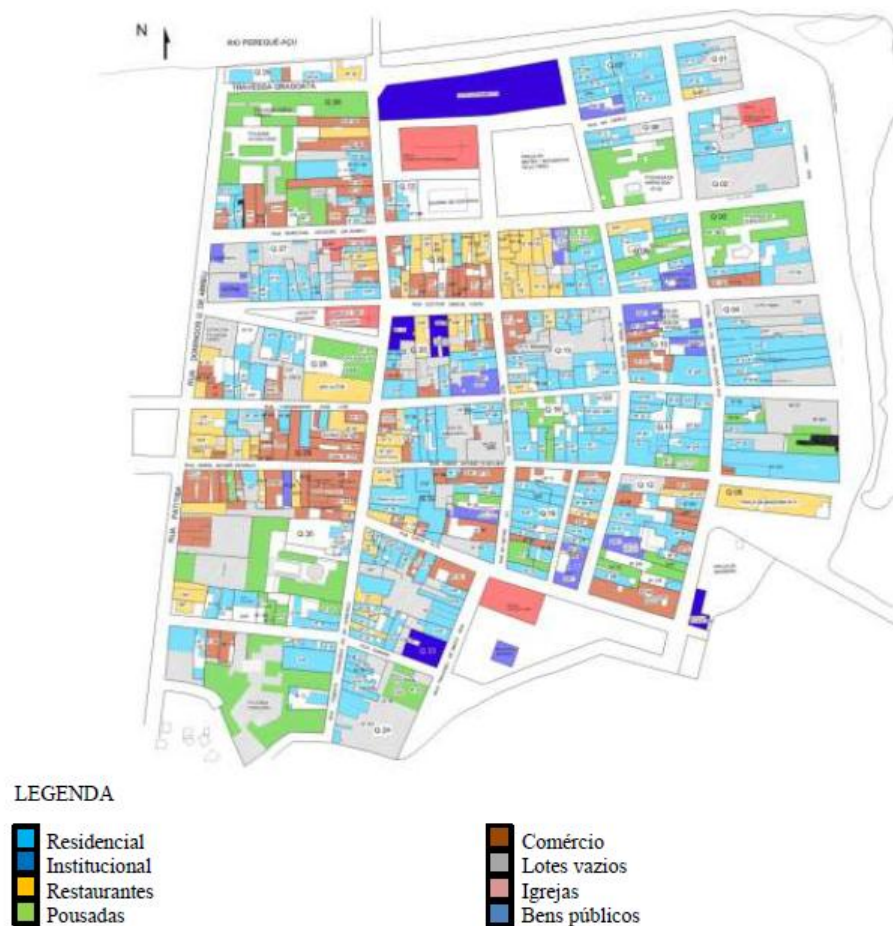


Fig. 3.8. Uso do Solo no Bairro Histórico. 2014.
Fonte/Autora: PRIESTER, M. F. (2015, p.139)

Sobre os dados supracitados, há a seguinte conclusão da autora:

[...] o número de imóveis residenciais é mais alto que o número de imóveis comerciais/turísticos, o que, contudo, não reforça o caráter residencial do bairro. Essas mudanças sociais e econômicas ocorridas no Bairro Histórico se refletiram em sua estrutura espacial.[...] o caráter do Bairro Histórico tem se firmado por uma vocação turística tanto pelo uso comercial dos imóveis, quanto pelo seu uso temporário e para veraneio, sendo chamado de “shopping center” por muitos dos moradores remanescentes, que reclamam também da falta da vizinhança que se tinha no passado. Assim, o esvaziamento do centro histórico, ao contrário do que se deu em outras cidades, é um processo bastante recente e ainda em andamento. (PRIESTER, 2015, p.138-139)

Isto posto, Padilha (2016) dispõe que Paraty tem sua organização espacial atual gerada após o estabelecimento da Cidade em Monumento Nacional pelo

lphan, em 1966. Tal fato intensificou a atividade turística, que segundo Padilha (2016), corresponde hoje a 80% da renda municipal. Esta informação de renda contrapõe-se ao entendimento de **funcionários da Secretaria de Turismo**, que afirmaram que Paraty vivia primordialmente dos *royalties*¹¹ da extração do petróleo (menos quando se trata de folha de pagamento e INSS) e das compensações socioambientais dos impactos provocados pela implantação da Usina Nuclear Angra 3, em Angra dos Reis (informação verbal)¹².

Nesse sentido, projetos como a “Estrada-Parque Paraty-Cunha RJ-165” (figura 3.9) fazem parte dessas compensações. A Eletronuclear – órgão estatal responsável pela operação das usinas nucleares no Brasil – custeou grande parte da pavimentação da referida rodovia.

As atividades turísticas em Paraty ganharam um novo impulso com a pavimentação da Estrada Paraty-Cunha, em parceria viabilizada depois de um longo esforço de articulação política por parte da Prefeitura.

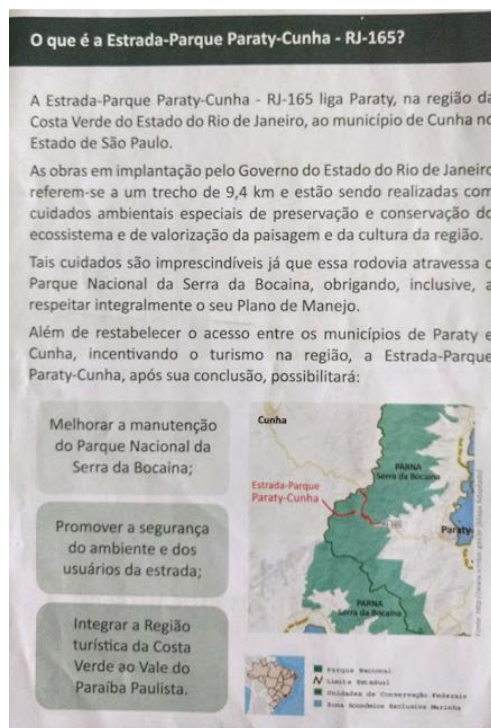


Fig.3.9. Divulgação Estrada-Parque Paraty-Cunha.
Fonte: Disponibilizado in loco pela Secretaria de Turismo (2014).

¹¹Os *royalties*, nesse caso, são um tipo de indenização por atividade econômica baseada na extração de recursos finitos da natureza, como o petróleo.

¹² Depoimentos concedidos por funcionários da Secretaria de Turismo de Paraty à Autora (set./2014).

Ainda em relação à economia de Paraty e o Turismo, os seguintes aspectos são apreciados, para se obter um panorama econômico e de receitas relacionadas às atividades turísticas:

I. “Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico do Município de Paraty” (PDDT) de 2003, elaborado pela *Solving* Consultoria em Turismo através da Secretaria de Turismo e Cultura de Paraty, de acordo com o Plano Diretor do Município (2002). Nesse plano, são consideradas diversas questões para o desenvolvimento turístico de Paraty, no processo de planejamento turístico do Município (figura 3.10), no qual estão mensurados os gráficos 3.1 e 3.2 .

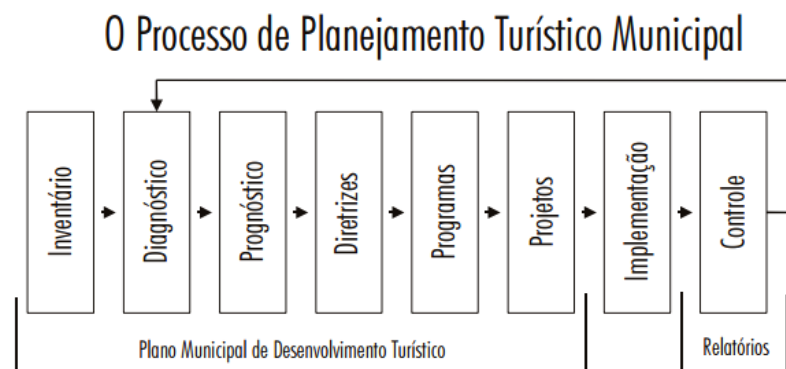
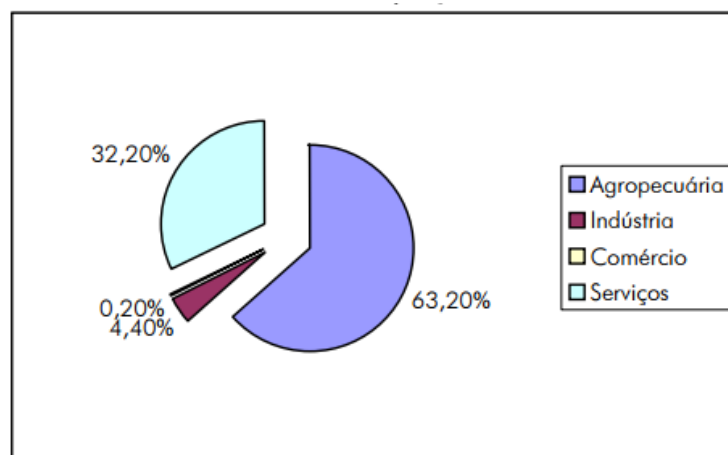


Fig.3.10. Esquema do processo de planejamento turístico no Município de Paraty.
Fonte: PDDT (2003, p.08).

No gráfico 3.1, está disposta a Composição do PIB (Produto Interno Bruto) por setores de produção, sendo a agropecuária ainda predominante na economia do Município nos anos 1990.

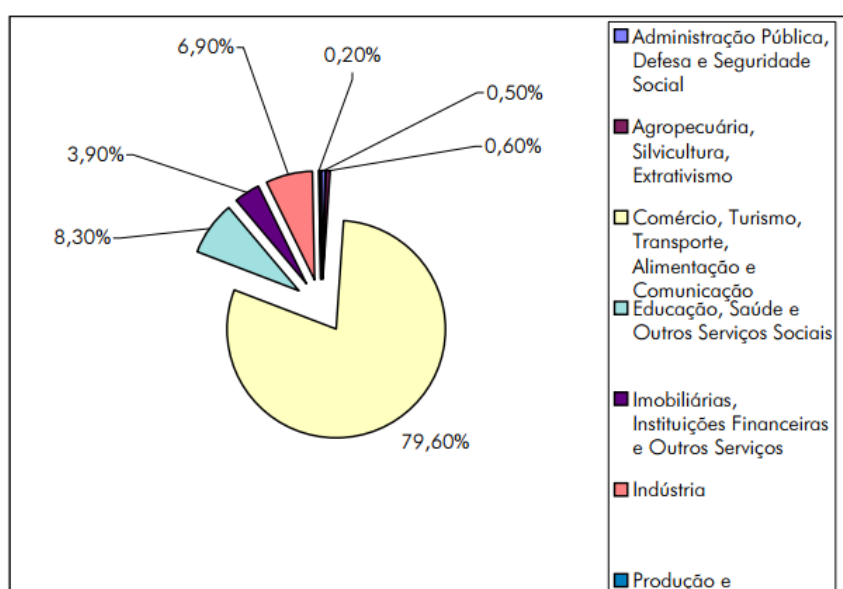
GRÁFICO 3.1- COMPOSIÇÃO DO PIB



Fonte: Ministério das Cidades(ano base 1996) in PDDT (2003,p.76).

Nesse plano, observa-se a predominância de 79,60% da atividade turística e outras atividades relacionadas praticadas pelas empresas de Paraty. No PDDT (2003), ainda há a constatação de que 51,6% das pessoas ocupadas trabalhavam diretamente com Turismo e atividades vinculadas.

GRÁFICO 3.2. TIPOLOGIA DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS DESENVOLVIDAS PELAS EMPRESAS EM PARATY



Fonte: Ministério das Cidades (s/d) in PDDT (2003, p.76)

II. dados da pesquisa “Informações Socioeconômicas do Município de Paraty” feita pelo **SEBRAE-RJ (2008)**, em Paraty, que revelam a grande quantidade de serviços diretamente relacionados ao turismo – ano-base 2006- (quadro 3.1).

QUADRO 3.1 - SETORES: Serviços, Comércio, Indústria e Agropecuária no Município de Paraty

- COMÉRCIO	Quantidade de Estabelecimentos
Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	112
Comércio varejista de outros produtos novos não especificados anteriormente	97
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	52
Comércio varejista de produtos de padaria, laticínio, doces, balas e semelhantes	37
Comércio varejista de ferragens, madeira e materiais de construção	34
Comércio varejista de carnes e pescados - açougues e peixarias	27
Comércio varejista de produtos farmacêuticos para uso humano e veterinário	20
Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente; produtos do fumo	18
Manutenção e reparação de veículos automotores	14
Comércio varejista de livros, jornais, revistas e papelaria	13
- INDÚSTRIA	Quantidade de Estabelecimentos
Fabricação de aguardentes e outras bebidas destiladas	11
Fabricação de estruturas de madeira e de artigos de carpintaria para construção	9
Construção de edifícios	9
Extração de pedra, areia e argila	6
Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	6
Impressão de materiais para outros usos	5
Incorporação de empreendimentos imobiliários	5
Fabricação de móveis com predominância de madeira	4
Fabricação de produtos alimentícios não especificados anteriormente	3
Acabamentos em fios, tecidos e artefatos têxteis	3

- SERVIÇOS	Quantidade de Estabelecimentos
Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	169
Hotéis e similares	89
Atividades de organizações religiosas	51
Outros tipos de alojamento não especificados anteriormente	41
Atividades associativas não especificadas anteriormente	36
Agências de viagens	23
Atividades de associações de defesa de direitos sociais	18
Ensino fundamental	14
Atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente	14
Atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e odontólogos	13
- AGROPECUÁRIA	Quantidade de Estabelecimentos
Aqüicultura em água doce	1
Atividades de apoio à pecuária	1
Criação de bovinos	1
Criação de outros animais de grande porte	1
Cultivo de frutas de lavoura permanente, exceto laranja e uva	1
Horticultura	1
MTE/ FAT. RAIS 2006	

Fonte: SEBRA-RJ (2008, p.13-14)

Nota - SEBRAE: Principais Classes CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) dos Setores Serviços, Comércio, Indústria e Agropecuária no Município de Parati. Base RAIS/ESTB 2006.

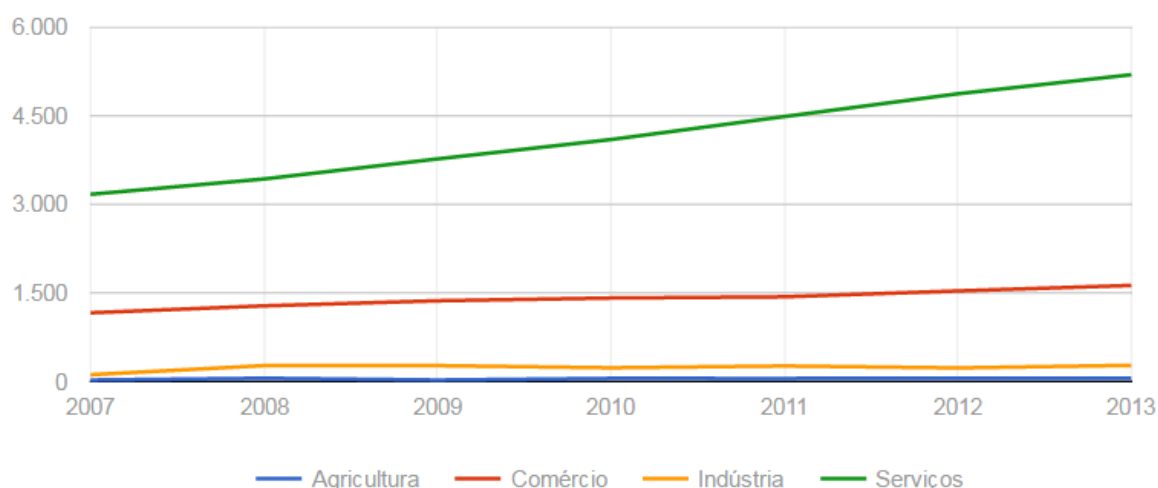
Nota da Autora (2017): Em realce (amarelo), estão as atividades de destaque no Campo do Turismo. Em “COMÉRCIO”, apesar de não estar destacada nenhuma tipologia de estabelecimentos, grande parte desses também atende à demanda turística, mas não há como especificar entre a produção para visitantes e a produção para o mercado local.

Através da visualização do quadro, evidencia-se que a maior parte das atividades geradoras de emprego no Município estão diretamente vinculadas ao Turismo. Porém, em termos de receita bruta para a Prefeitura, existe um fator de majoração desta receita que é significativo, relativo ao recebimento de *royalties* de atividade petrolífera e extração de gás natural provenientes de bases de extração de Petróleo no Oceano (Estado Rio de Janeiro), conforme será destacado no estudo **IV**.

III. dados do IBGE. Ano mais recente: 2014, tendo como ano-base de apuração de dados: 2013.

No gráfico 3.3, observa-se que a maioria das pessoas empregadas no Município está no setor de serviços, em que predominam as atividades relacionadas ao Turismo (conforme figuras anteriores).

GRÁFICO 3.3 - PESSOAS OCUPADAS POR SETOR (2007 – 2013)

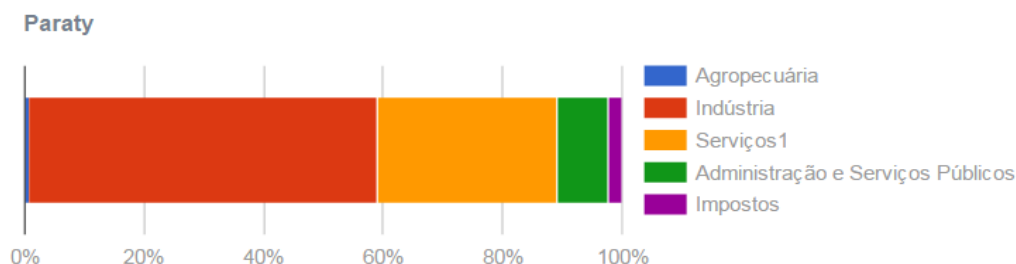


Autor: IBGE, Cadastro Central de Empresas (2014).

Fonte: IBGE (2017b).

No gráfico 3.4 estão mensurados os setores integrantes do valor total na composição do PIB de Paraty (ano mais recente de cálculo: 2013). Provavelmente, os *royalties* do petróleo estão embutidos no PIB (setor de indústria).

GRÁFICO 3.4- PRODUTO INTERNO BRUTO DOS MUNICÍPIOS- 2013 (PARATY)



Autor: IBGE em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, 2013.

Fonte: IBGE (2017b).

IV- Estudos Socioeconômicos, que constituem uma coleção elaborada pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), em que foram feitos 91 estudos direcionados a todos os municípios fluminenses, exceto a Capital do Estado Rio de Janeiro. Seu objetivo é:

[...] apresentar o desempenho de diferentes áreas sociais e de governo, fornecendo ao administrador subsídios para que sejam adotadas melhores decisões no atendimento às necessidades da população. Serve também como fonte de consulta para políticos, técnicos, pesquisadores, jornalistas, estudantes e todos os que tenham interesse em conhecer um município específico, uma determinada região de nosso Estado ou todo o seu conjunto. (TCE-RJ, 2015, p.03)

No caso de Paraty, os dados mais recentes são referentes ao ano de 2015, tendo como ano-base, 2014 (quadro 3.2). De acordo com esse quadro, a proporção de *royalties* na receita total do Município é de acima de 40% e o grau de dependência do Município quanto aos recursos transferidos por *royalties*, no ano exercício de 2014, é de 83%. Os *royalties* não podem ser utilizados para o pagamento dos funcionários e encargos.

Nesse estudo também é mostrado que a autonomia financeira do Município com recursos próprios é de 15,3% (os recursos financeiros provenientes da atividade tributária própria de Paraty correspondem a 13,4% da receita total).

Há certa incongruência entre a arrecadação da receita bruta (receitas próprias, mais transferências para o Município, entre as quais, os *royalties*) e os gastos com a máquina administrativa, o que gera pouca verba para investimentos no Município. Tem-se que 94% (quase R\$220 milhões) da receita total (R\$234 milhões) do Município é comprometida com o custeio da máquina pública.

QUADRO 3.2. *ROYALTIES* E DEPENDÊNCIA DE TRANSFERÊNCIAS EM 2014.

Município	<i>Royalties</i> recebidos (R\$ milhões)	<i>Ranking</i> dos <i>royalties</i> recebidos	<i>Royalties</i> per capita (R\$)	<i>Ranking</i> dos <i>royalties</i> per capita	Grau de dependência de transferências e <i>royalties</i>	Proporção dos <i>royalties</i> na receita total
Paraty	97,14	11	2.430,64	9	83%	42%

Fonte: TCE-RJ (2015, p.128).

Portanto, considerando-se as tabelas e gráficos expostos, conclui-se que:

- O relato dos funcionários da Pasta de Turismo está correto em relação às maiores divisas na receita municipal serem provenientes dos *royalties* do petróleo (e gás natural). Talvez, deveria haver um maior equilíbrio entre os investimentos para melhorias municipais e a manutenção da máquina pública.
- Para a geração de renda da população, a empregabilidade proporcionada pelo Turismo e atividades relacionadas é o fator predominante.

Na figura 3.11, observa-se uma peça de divulgação turística, que evidencia os aspectos naturais do Município e o turismo de aventura e ecológico:



Fig. 3.11. Folder: Paraty, Turismo.

Fonte: disponibilizado *in loco* pelo Centro de Info. Turísticas e Sec. Do Turismo (2014).

Atualmente, Paraty tem uma cadeia produtiva do turismo bem estruturada, já que lá se encontram operadoras e agências de turismo, guias de turismo, operadoras de mergulho, *transfers*, táxis, charters, marinas/serviços náuticos, *spas*, pousadas, hotéis, *campings*, *hostels*, restaurantes, bares e centrais de informações turísticas para atender a alta demanda, nacional e internacional. As empresas

turísticas de Paraty estão cadastradas pelo Ministério do Turismo através do CADASTUR (sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no turismo, executado pelo M-Tur em parceria com os Órgãos Oficiais de Turismo das Unidades da Federação). Outras, em caráter opcional (como, restaurantes, cafeterias, bares, locadoras de veículos para turistas etc.) também podem ser cadastradas nesse sistema. (M-TUR, 2017a)

3.2.1. Síntese da Oferta Turística e Recursos Culturais em Paraty

Paraty tem uma oferta turística muito diversificada, propiciando aos visitantes múltiplas experiências em diversos segmentos, como em ecologia, gastronomia, aventura, que se articulam com o turismo cultural.

[...] Paraty respira arte, o que pode ser percebido em suas ruas. O rico artesanato tem fortes raízes na história de intenso intercâmbio cultural da cidade e há produtos com características muito interessantes. As habilidades manuais são passadas de geração em geração, principalmente entre as mulheres, e são um complemento das atividades econômicas básicas (pesca e lavoura) do caiçara. Os produtos típicos do artesanato paratiense são trabalhos em tecido, madeira, cabaças, fibras vegetais e papel machê, com destaque para as bonecas de pano, barcos e remos de madeira e as máscaras. Há também vários artistas, locais e vindos de outros cantos do mundo, que se inspiram nos cenários de Paraty para criar obras de arte dignas das melhores galerias.

As agências locais de receptivo oferecem inúmeros serviços turísticos e são uma boa referência para quem quer se divertir, aventurar-se ou vivenciar experiências culturais com conteúdo e segurança. Com 300 praias, 65 ilhas, cinco unidades de conservação de Mata Atlântica, centenas de cachoeiras e uma população local acolhedora e criativa, não falta o que fazer em Paraty. Há praticamente de tudo, para todos os gostos. As agências locais oferecem excelentes opções de ecoturismo e aventura, como passeios de barco, mergulho, *rafting*, *trekking*, passeios *off-road* e arvorismo. (M-TUR, 2017b)

Nas páginas subsequentes são destacados alguns dos patrimônios e recursos que integram os principais atrativos da oferta turística paratiense¹³ que, por sua vez, abrange arquitetura religiosa e civil, festas, festivais, natureza etc. É importante destacar que, dentre esses “recursos culturais”, estão inclusas as comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, caiçaras) ainda existentes em Paraty, que aparecem aqui como remanescentes de uma cultura, de um saber-fazer e, sobretudo, mostram a diversidade da vida humana e a sobrevivência de determinados grupos.

Para a demonstração do Município e a localização das ruas no Bairro Histórico, utilizam-se os seguintes mapas: (figuras 3.12 e 3.13).

¹³ Para a elaboração desse inventário, houve a realização de visitas a Paraty em 2013 e 2014. Além disso, as informações compiladas estão disponíveis nas obras dos autores: AMARAL E GURGEL (1973) COTRIM (2012), CURY (2008), MELLO (2011), MAIA (1976), MOSENHOR PIZARRO E ARAÚJO (1820), PRIESTER (2015) e SADA (1989).

Malha Urbana e Conjunto Arquitetônico

O início da efetiva estruturação do núcleo e traçado urbanos paratienses deu-se no século XVIII. A área da Vila de Paraty foi demarcada desde as primeiras décadas desse século, entre a várzea dos rios Perequê-Açu e Patitiba. Como nas cidades portuguesas, para o traçado da Vila, foram observadas as condições geográficas locais, além da ordenação delineada em exigências militares e administração civil e religiosa. Há de ressaltar a atribuição desse traço urbano a engenheiros e arruadores portugueses, vinculados à Maçonaria.¹⁴

O tecido urbano era constituído por fileiras de casas construídas sobre o alinhamento e sobre os limites laterais dos terrenos, formando superfícies contínuas, com casas simples de portas e janelas, armazéns, e poucos sobrados, com elementos arquitetônicos uniformes e simétricos, destacando-se das edificações religiosas e institucionais de maior apuro. (CURY, 2008, p. 239)

Nesse sentido, são também propícias as palavras de Samuel Costa (1923, em livro organizado por Mello, 2000, p.59):

Em 1822 já estavam traçadas todas as ruas atuais e abertas ao trânsito público. O perímetro urbano já era o mesmo de hoje e, demarcado desde 1726, ratificado em 1757 compreendia (como compreende) os espaços entre os dois rios[...]. A Vila, porém ainda não estava toda edificada, entretanto de muitas das casas que já existiam nesse tempo, hoje apenas restam os alicerces, como igualmente estão de pé muitas que se construíram depois até o estancamento do progresso comercial [...]

A malha urbana, assim, tem uma forma quase quadrangular. As ruas não correm paralelas entre si, em sentido serra-mar (ou Norte-Sul) (fig. 3.14), mas apresentam uma curvatura que forma um leque aberto, no conjunto.

Para evitar as cheias provenientes da maré, as ruas transversais às de “sentido serra-mar” são vias quase retas, sendo que as edificações e os cunhais de pedra (fig. 3.15 - cunhal) nelas, demarcam o alinhamento das mesmas, formando um quadrilátero irregular (fig.3.16).“(...) Tendo-se como referência o mar, as ruas se atravessam e se cruzam, mais ou menos em ângulos retos. Esse direcionamento permite maior facilidade para a entrada e saída das águas, que exercem o papel de limpar a cidade.” (SADA e LUÍS, 1989, p. 21)

¹⁴ Sobre arruadores Maçons e balizamento por cunhais, ver Capítulo 05.



Fig. 3.14. R. Marechal Santos Dias (da Matriz), (sentido serra-mar). Curvatura.
Fonte: A Autora (2009).



Fig.3.15. Cunhal- Casa da Cultura.
Fonte: A Autora (2014).

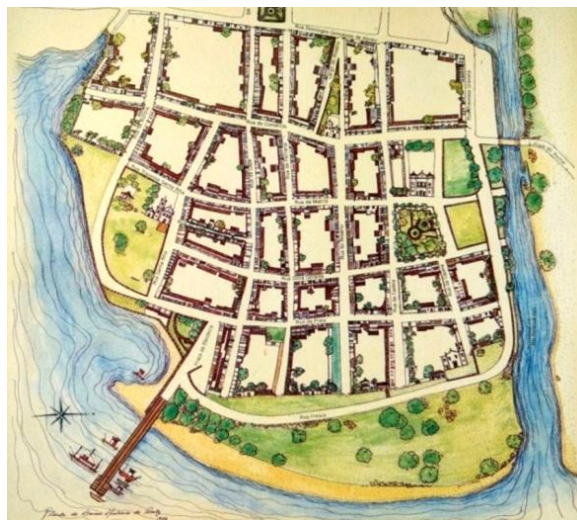


Fig.3.16. Centro Histórico de Paraty- quadrilátero irregular.
Fonte: SADA, P. (1989, p. 27).

É pertinente citar a diferença entre as cidades coloniais portuguesas e espanholas, estabelecida por Sérgio Buarque de Holanda (1936) *in* Bresciani (1993, p.34): as cidades coloniais espanholas têm o traçado quadriculado, em contraste com a irregularidade sinuosa do traçado das cidades brasileiras de colonização portuguesa.

[...] Esta diferença tem sido retomada por muitos autores como a característica de nossas cidades [...] Desde os estudos da década de 1910, nessa irregularidade residia para alguns urbanistas toda a dificuldade a ser superada para o “*desafogo da circulação*”; em contraposição, para outros, como o engenheiro Victor Freire, esse traçado nos salvava da “*implantação geométrica secca*” da grelha retangular das cidades americanas. [...]

Como habitual em cidades coloniais, as casas e ruas apresentavam um aspecto uniforme, sendo o conjunto arquitetônico basicamente composto por sobrados ou casas térreas, em que são destacados os “(...) trabalhos de marcenaria e carpintaria nos balcões de feição mais antiga, trabalhos de ferro forjado nos balcões que começaram a surgir a partir do século XIX – enfeitados com pinhas e abacaxis e alguns com esteios para iluminação – e esgrafitos¹⁵ nas fachadas.” (CURY, 2013 *in* PRIESTER, 2015, p.37).

Esse balcões, segundo os arquitetos do Iphan-Paraty¹⁶, dentre estes a arquiteta Mariana Priester, são característicos da arquitetura colonial típica com influências árabes, assemelhando-se aos muxarabis (espécie de treliças de madeira usadas para o fechamento de janelas), encontrados por exemplo na edificação do Escritório do Iphan (fig. 3.1- p.88).

Quanto às técnicas construtivas, é muito comum o predomínio de estruturas mistas, apresentando vários sistemas de construção: são frequentes as paredes de taipa de pilão, ou de adobe, assentadas junto a pilares de alvenaria de pedra; e para as paredes internas, não estruturais, utilizava-se a taipa de mão ou pau-a-pique.¹⁷

¹⁵ **Esgrafito** é uma técnica decorativa de reboco à vista, em que geralmente são utilizados padrões geométricos. No Capítulo 05 deste trabalho, os esgrafitos de Paraty são abordados e identificados.

¹⁶ Informação Verbal concedida à Autora, em set../2014.

¹⁷ A taipa é uma técnica de construção de barro que apresenta duas variações: a taipa de pilão e taipa de mão. A primeira se caracteriza pelo barro socado entre formas de madeira, que vem a formar uma estrutura monolítica depois de seca, e apresenta, em média, espessura de 40 a 80 cm. Já a taipa de mão era utilizada para paredes secundárias e compunha-se de barro atirado a mão sobre uma armação de paus verticais e horizontais devidamente amarrados. Os adobes caracterizam-se como tijolos de barro cru secados ao sol medindo 20x20x40 cm, em geral, armados com fibras vegetais, rejuntados com argamassa de barro ou cal. (SADA e LUÍS, 1989, p.19)

QUADRO 3.3- NOMES DAS VIAS DO BAIRRO HISTÓRICO

Nome antigo	Nome atual
Rua Patitiba	Rua Domingos Gonçalves de Abreu
Rua do Comércio	Rua Tenente Francisco Antônio
Travessa Santa Rita	Travessa Santa Rita
Rua da Matriz	Rua Marechal Santos Dias
Travessa do Fogo	Travessa ou Rua do Fogo, ou Travessa das Flores
Rua do Mercado	Rua Dona Geralda
Rua da Praia	Rua Doutor Pereira
Rua Fresca	Rua Fresca
Rua do Buraco Quente	Rua do Buraco Quente *
Rua Aurora ou, do Couto, ou Salvador do Couto	Rua Jango Pádua
Rua Santa Rita	Rua Santa Rita
Rua da Lapa	Rua Maria Jácome de Melo
Rua da Ferraria	Rua Comendador José Luiz
Rua do Rosário	Rua Doutor Samuel Costa
Rua da Cadeia	Rua Marechal Deodoro
Beco ou Rua da Capela	Rua da Capela
Rua Gragoatá	Rua/Travessa Gravatá ou da Gravata ou ainda Rua/Travessa Gragoatá

Fonte: A Autora (2016).

* (Rua do Buraco Quente: está como uma via particular, bloqueada com um muro de pedras, figura 3.18)

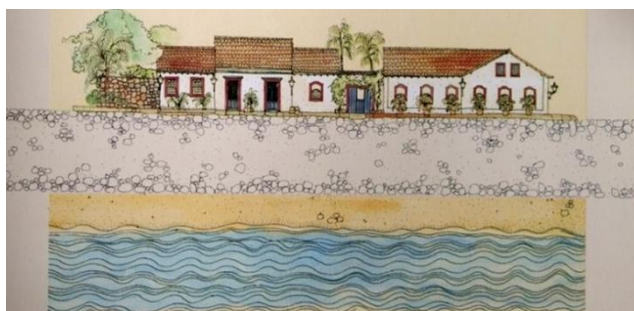


Fig.3.18. Ilustração da Rua do Buraco Quente.
Fonte: SADA, P. (1989, p. 93)

Os nomes antigos podem ser do século XIX, ou início do século XX, sendo que nomes como Rua do Fogo (figuras 3.19, 3.20 e 3.21), Rua Santa Rita, Travessa Santa Rita, Rua da Capela, Rua Fresca e Rua do Buraco Quente não se alteraram. Além disso, existem outros nomes antigos que denominam as mesmas ruas. Curiosamente, a Rua do Fogo ficou assim conhecida porque era a via onde ocorria prostituição em Paraty, a qual um Vereador, em meados do século XIX, propôs fechá-la por ser um “teatro de obscenidades”¹⁸.



Fig.3.19. R. do Fogo (ou das Flores).
Fonte: A Autora (2014).



Fig.3.20. R. do Fogo.
Fonte: A Autora (2014).

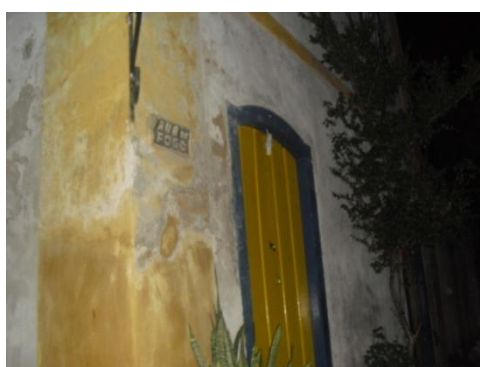


Fig.3.21. R. do Fogo.
Fonte: A Autora (2014).

Quanto às intervenções em edificações, entre o século XIX e início do século XX, Cotrim (2012, p. 63) afirma que alguns pouquíssimos sobrados foram reformados e ganharam estilo mais eclético, como a mudança em janelas para facilitar a entrada de luz quando as portas estiverem fechadas.

¹⁸ Informação verbal de Diuner Mello em set./2014 à Autora.

Um sobrado da Rua da Matriz (atual Rua Marechal Santos Dias), que data de 1699 (figuras 3.22, 3.23 e 3.24) seria o mais antigo remanescente. Atualmente funciona o “Maria Bidone Ateliê”. A datação da fachada das casas era comum nos séculos passados. Provavelmente, no entanto, esta data não é verdadeira, pois não há edificação de moradia do século XVII que tenha sido mantida após reformas ocorridas no século XIX.

Como relata Monsenhor Pizarro e Araújo *apud* Cotrim (2012, p.87), houve uma propriedade que pertenceu ao tenente-coronel Affonso de Moraes da Fonseca, com data de 1699 “gravada na verga da porta” e esta seria “a mais annosa da Villa.” “(...) Aproveitando-se dessa informação, algum proprietário do século XX inscreveu o ano na fachada da casa, mas não na verga, porque aquela construção não tem vergas (arcos arredondados no alto das portas).” (COTRIM, 2012, p. 87)



Fig.3.22. Sobrado na R. Marechal Santos Dias, (ou R. da Matriz).
Fonte: A Autora (2014).



Fig.3.23. Sobrado na R. Marechal Santos Dias, com a data “1699”.
Fonte: A Autora (2014).



Fig.3.24. Detalhe do Sobrado – Data “1699”.
Fonte: A Autora (2014).

Calçamento das Ruas

O calçamento das vias no Bairro Histórico de Paraty é feito em pedras “pé de moleque” (figuras 3.25, 3.26 e 3.27). Esse calçamento com pedras foi feito para evitar que os carregamentos de ouro/café ou outros produtos valiosos, levados por tropas de mulas, atolassem nos dias chuvosos e levantassem poeira nos dias ensolarados. As pedras irregulares no calçamento fazem parte da malha urbana desde o século XVIII.

Pessoas menos habituadas provavelmente têm certa dificuldade em andar por essas vias, pois atualmente estão dispostas de forma bastante irregular “(...) por causa das muitas vezes nas quais foi mexido e remexido durante as obras públicas realizadas nos últimos quarenta anos.” (COTRIM, 2012, p.76)



Fig.3.25. Calçamento.
Fonte: A Autora (2014).



Fig.3.26. Calçamento.
Fonte: A Autora (2014).



Fig.3.27. Calçamento.
Fonte: A Autora (2014).

O calçamento, em pedras, possui calha central e caimento em direção ao mar e ao rio, contribuindo assim para o escoamento das águas. Em apenas alguns trechos encontramos passeios para pedestres. É possível fazer uma cronologia dos trechos de ruas calçadas, e verificar que a necessidade do calçamento era premente tendo em vista o solo alagadiço.

A regularidade dos projetos urbanos, associados aos de drenagem, revela uma prática do período. Os estudos dos procedimentos adotados nas cidades do Rio de Janeiro, Belém e na Baixa de Lisboa não deixam dúvidas quanto à intenção do projeto de Paraty.

No ano de 1846, o engenheiro diretor de obras públicas foi encarregado pela Câmara a proceder ao levantamento, plano de arruamento e nivelamento geral das praças e ruas, bem como à execução da planta da cidade. Foi feita, então, a recomendação de se criar uma elevação, de maneira que servisse de regra fixa aos edifícios novos que seriam construídos, ou reconstruídos. (CURY, 2008, p. 295- 296)

Apesar do caimento feito para facilitar o escoamento da água, ainda persiste grande acúmulo em certas vias, (figuras 3.28 e 3.29). Isso acontece porque as terras

de Paraty estão em nível do mar e a cota de suas principais vias está abaixo da cota das marés altas “(...) configurando-se assim uma situação de “inundação permanente” ocasionada pelas cheias das marés.” (SADA e LUÍS, 1989, p.21)



Fig.3.28. R. Dr. Pereira (da Praia) alagada em Paraty.
Fonte.: A Autora (2009).



Fig.3.29. Via alagada (Ig. Santa Rita).
Fonte.:A Autora (2009).

Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios (figuras 3.30 a 3.33)

Tombamento da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, inclusive todo seu acervo (Processo 655-T-61, Livro do Tombo Histórico, volume nº. 1, folha 56, inscrição nº. 336, em 13/02/1962)



Fig.3.30. Igreja Matriz.
Fonte: A Autora (2009).



Fig.3.31. Frontispício da Igreja.
Fonte: A Autora (2014).



Fig.3.32. Igreja Matriz- Interior.
Fonte: A Autora (2013).



Fig.3.33. Altar lateral- Matriz.
Fonte: A Autora (2013).

A atual Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios é a terceira com a mesma denominação na história de Paraty. Tem estilo neoclássico, com frontão triangular e pórtico com quatro pilastras.

A Primeira Capela de Paraty foi a edificação feita em homenagem a São Roque no atual Morro do Forte Defensor Perpétuo, entre final do século XVI e séc. XVII. Como explicado no Capítulo 02 (item 2.2), em virtude da fé em Nossa Senhora dos Remédios, Dona Maria Jácome de Melo doou parte de suas terras entre os rios Perequê-Açu e Patitiba para a construção da Matriz homenageando a Santa de sua devoção.

Monsenhor Pizarro e Araújo (1820) relata que a primeira Matriz, em pau a pique, já existia em 1646 e, em 1668, a Câmara Local optou por erigir uma nova e maior Matriz, em pedra e cal. A anterior foi demolida também em 1668. Porém, em 1679, a construção da nova Matriz foi paralisada, uma vez que faltavam recursos para seu término. Esta somente foi concluída em 1712 e sua localização pode ser vista na figura 3.13- mapa- (p.106).

Porém essa Segunda Matriz de 1712 (com sete altares, dentre os quais dois estavam em capelas internas) foi considerada pequena para a população, aproximadamente em 1787.

Como bem recorda Cotrim (2012, p. 134) sobre o quadro de Paraty “Vista de Frente a Uma Léguas e Meio de Distância” (figura 3.34), do grande artista francês Jean-Baptiste Debret:

No centro da vila, Debret desenhou a Matriz de 1712. A igreja não é muito mais alta do que um sobrado e apresenta uma cruz sobre o frontispício. Dessa antiga Matriz, foi desenhada somente a fachada, sem profundidade, e em localização ligeiramente incorreta, deslocada para a frente e para a direita da folha de papel.

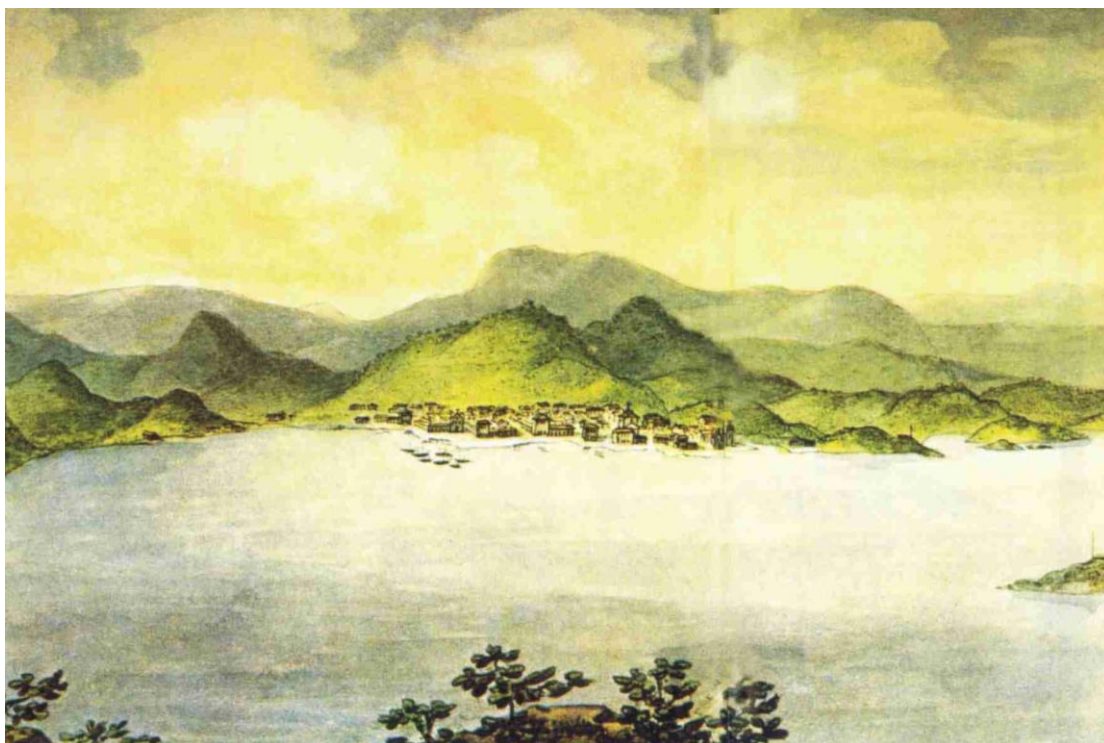


Fig.3.34. Quadro- Paraty Vista de Frente a Uma Léguas e Meia de Distância.

Autor: DEBRET, J.B. (1827).

Fonte: disponibilizado *in loco* pelo Iphan-Paraty (2014).

A constatação de Cotrim (2012) pode ser observada na figura 3.35, abaixo:

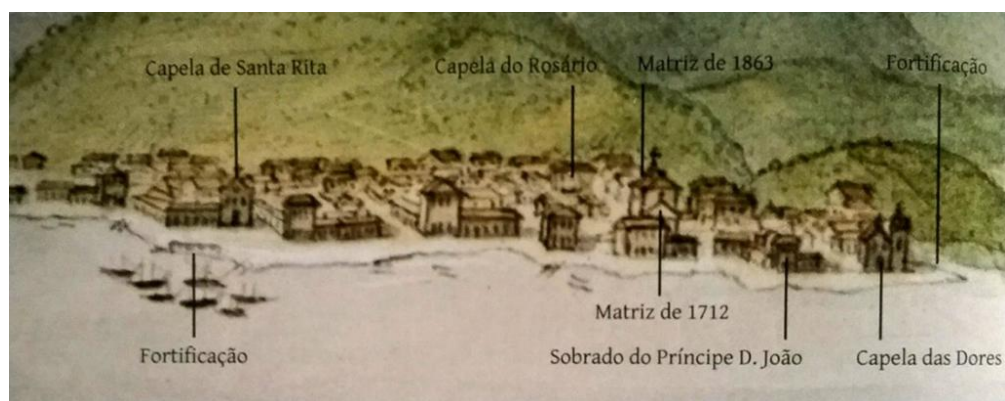


Fig.3.35. Detalhe ampliado do quadro de Debret. 1827.

Fonte: COTRIM, C. R. M., (2012, p.138).

Assim, a Terceira Matriz na linha sucessiva possivelmente foi iniciada sua construção em pedra e cal no final do século XVIII ou início do século XIX, pelo padre Antônio Xavier da Silva Braga. O local é diferente da anterior, situando-se na Praça Monsenhor Hélio Pires (conhecida popularmente como Praça da Matriz)

Em 1827, como mostra o quadro de Debret, suas obras já estavam adiantadas. Sua construção foi muito custosa ao povo paratiense, tendo consumido grande soma de dinheiro. Por isso, suas obras foram interrompidas algumas vezes e somente foram finalizadas (parcialmente) graças a doações de alguns cidadãos paratienses, especialmente Dona Geralda Maria da Silva, que custeou o término das obras e auxiliou na administração. Por isso, Dona Geralda ganhou o título de Dona do Palácio pelo Imperador D. Pedro II e tem uma das ruas de Paraty denominada em sua homenagem. Seu pai, Roque José da Silva¹⁹ faleceu em 1860 e seus restos mortais estão em túmulo na referida Igreja, assim como os de Dona Geralda.

Sua finalização nunca se completou, já que ainda suas torres não foram concluídas e o fundo da edificação é inacabado. Mesmo assim, foi inaugurada em 1863 (segundo Cotrim, 2012) ou 1873 (segundo Mello, 2011), com uma procissão em que houve o traslado das imagens da Igreja da Santa Rita para a Matriz, costume este que acontece até os dias atuais.

As irmandades vinculadas à Matriz, assim como as demais Igrejas de Paraty, mantinham rigorosa divisão²⁰, não propriamente racial, mas estabelecida pela “cor” da pessoa. Maia (1976) destaca que, pelo menos até o século XIX, cada uma tinha cemitérios próprios onde respectivamente os “irmãos em irmandade” e “em cor” poderiam ter o descanso eterno. Nesse sentido, a Matriz de Nossa Senhora dos Remédios era a Igreja da burguesia branca.

¹⁹ Em Paraty, diz-se que o Sr. Roque José da Silva conseguira fortuna como pirata e contrabandista. Amaral e Gurgel (1973) mencionam esta história e também pôde-se ouvi-la em relatos de cidadãos paratienses durante visita técnica de set. de 2014, pela Autora.

²⁰ Essa divisão de indivíduos “pela cor” funcionava, geralmente, em todo o Brasil, “já que a igreja católica, pelo seu ecumenismo, não poderia aceitar uma divisão de cor, ao considerar todos os homens como filhos de um mesmo pai. Essa igualdade, entretanto, é perante Deus, e a igreja, como instituição social, é obrigada a levar em conta a desigualdade das civilizações ou das classes sociais, a diferença de níveis culturais entre os homens. Deve adaptar-se à hierarquia dos seres. É o que explica a razão porque, na era colonial, a igreja multiplicou os “catolicismos”, caso seja permitida essa expressão, à primeira vista contraditória. Houve um catolicismo para os índios, um catolicismo africano para os escravos, um para os brancos burgueses e outro para a elite.” BASTIDE, ROGER e FLORESTAN FERNANDES (1959, p.244) *in* MAIA (1976, p.32-33)

Cabe aqui transcrever uma espécie de “lenda urbana” sobre a demolição da antiga Capela de São Roque no Morro e a construção da Matriz:

[...] por volta de 1860, foi a referida capela demolida, e seus materiais aproveitados na reconstrução da nova Matriz. Nasceu então esta lenda: “Como muitos dos escravos empregados na demolição não quisessem trabalhar na mesma com medo das represálias do Santo, resolveram seus senhores que eles deveriam apanhar de chibata, recebendo tantas chibatadas quantas fôssem as horas em que eles teimassem em não retomar o serviço. Com grande surpresa dos senhores e dos feitores, tão logo um escravo apanhava a sua conta, ia ele às carreiras para o serviço. De um deles afinal a explicação: eles acreditavam que São Roque não os castigaria mais, porque as chibatadas recebidas os livraria da cólera do Santo, que iria recair sobre os seus senhores.” (AMARAL E GURGEL , 1973, p. 64)

A **Festa de Nossa Senhora dos Remédios**, que é Orago da Matriz e Padroeira de Paraty, tem início a partir de 30 de agosto através da realização de novena preparatória, e missa solene no dia da festa, 08 de setembro, com procissão, leilão de prendas, ladainhas e danças. “(...) Já em 1723, Frei Agostinho de Santa Maria registrava, em seu *Santuário mariano e histórico*, “a milagrosa Imagem de Nossa Senhora dos Remédios da Villa de Paraty” (SANTA MARIA, 1723 in MAIA ,1976, p.77).

Igreja de Santa Rita (figuras 3.36 a 3.39)

Tombamento da Igreja de Santa Rita, inclusive tido seu acervo (Processo 656-T-61, Livro do Tombo Histórico, volume nº. 1, folha 56, inscrição nº. 339, em 13/02/1962)



Fig.3.36. Igreja Santa Rita.
Fonte: A Autora (2014).



Fig.3.37. Frontispício da Igreja (em restauro).
Fonte: A Autora (2014).



Fig.3.38. Igreja Santa Rita (vista do mar).
Fonte: A Autora (2009).



Fig.3.39. Igreja (vista do mar).
Fonte: A Autora (2009).

A Igreja de Santa Rita talvez seja a mais conhecida de Paraty, imagetivamente. É possível avistá-la com grande clareza pelo mar (figuras 3.38 e 3.39). Tem frontispício construído em estilo arquitetônico jesuítico, com três janelas e uma porta, emoldurado em forma de conchas, que seriam as rocalhas típicas do estilo rococó. Em 1722, teve início sua edificação, sendo a Igreja mais antiga de Paraty, já que a Capela de São Roque e a Antiga Matriz foram demolidas. Segundo Maia (1976), a Igreja foi originada pela emulação/competição entre “católicos brancos e pretos”, respectivamente, a Irmandade de N. S. dos Remédios e a Irmandade de S. Benedito. Os pardos libertos, diante da estrita divisão, assim fundaram sua própria Irmandade e começaram a construir a Capela de Santa Rita, sob a invocação do “Menino Deus, Santa Rita e Santa Quitéria”.

Contudo, por serem em menor número e muito pobres, os pardos não conseguiram terminar a Capela. Então, as obras foram terminadas por “brancos”, e a Capela passou a ser a Igreja de Santa Rita. O corpo principal é anterior à torre e o cemitério de catacumbas.

A Igreja foi algumas vezes, temporariamente, a Matriz de Paraty, pois a Igreja N. S. dos Remédios estava em obras, sendo por volta de 1746 uma das vezes que a Igreja de Santa Rita foi Matriz da Cidade.

O arquiteto Lúcio Costa (*apud* MAIA, 1976, p.65) considerou-a como a mais valiosa das quatro igrejas de Paraty “(...) tanto pelo apuro da cantaria e do trabalho de madeira das portas e de ferro na sóbria elegância das sacadas de

côro, quanto pela talha dos altares colaterais de canto, com belas imagens de Nossa Senhora e enquadrando, na forma usual, a capela-mor”.

Atualmente, passa por obras de restauro. Nesta Igreja também funciona o Museu de Arte Sacra de Paraty, sob responsabilidade do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), onde acontece exposição permanente de objetos sacros, imagens e prataria da paróquia. Este Museu foi reaberto em junho de 2015, após realização de reformas.

A **Festa de Santa Rita** é realizada através de ladainhas, missa e procissão, normalmente no segundo ou terceiro domingo de julho. Em 1973, Amaral e Gurgel (p.84) relatavam que “(...) A Festa em louvor da Santa costuma se realizar aos 22 de maio (...)”. Os autores ressaltaram, à época, que caso houvesse a coincidência de datas com a Festa do Divino Espírito Santo, que é móvel, a Festa de Santa Rita seria transferida para outro domingo, o que:

“(...) uma vez mais evidencia a subordinação da festa da Padroeira das Cores Pardas de Paraty à festa dos brancos. Entretanto, no ano de 1972 vimos a fusão das duas festas, tendo a imagem de Santa Rita saído da procissão do Divino, fato inédito na história religiosa da cidade...” (AMARAL E GURGEL, 1973, p.84).

Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito (figuras 3.40 e 3.41)

Tombamento da Igreja de Nossa Senhora do Rosário (e São Benedito), inclusive todo seu acervo (Processo 658-T-61, Livro do Tombo Histórico, volume nº. 1, folha 56, inscrição nº. 338, em 13/02/1962)



Fig.3.40. Frontispício da Ig. N. S. do Rosário e S. Benedito.
Fonte: A Autora (2014).



Fig.3.41. Igreja ao fundo (vista da Pousada/Rest. Bartholomeu).
Fonte: A Autora (2014).

A “Igreja do Rosário e S. Benedito”, atualmente conhecida como Igreja do Rosário é uma capela que foi iniciada nos princípios do século XVIII, a pedido de Manuel Ferreira dos Santos e seu irmão Pedro, para a destinação de uso dos escravos, os “católicos negros”. Quanto à devoção a esses santos:

Foram os portugueses que levaram para a África e trouxeram para o Brasil, o culto da Virgem do Rosário e dos Santos negros, São Benedito e Santa Efigênia. Em Parati, esse cultos prosperaram grandemente porque os escravos que trabalhavam em suas roças eram angolezes, de cultura bando, que estiveram no sul do Brasil estreitamente ligados à cultura do café. (AMARAL E GURGEL, 1973, p. 65).

A “criação” da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Paraty, em 20 de agosto de 1750 segundo Monsenhor Pizarro e Araújo (1820), é posterior à construção da Igreja. Provavelmente, a edificação começou no mesmo período que a Igreja de Santa Rita, isto é, após (talvez 1725), de acordo com autores como Amaral e Gurgel (1973), Cotrim (2012) e Mello (2011).

O primitivo frontispício da Igreja era em estilo luso-românico, com duas janelas e uma porta. Por volta de 1757, o templo foi reedificado. A ala esquerda é mais recente que o corpo principal da edificação, em que foram incorporadas influências maneiristas. “(...) Conforme as atas de 25 de abril de 1852 e de 18 de dezembro de 1897, novos “aformoseamentos foram feitos na Capela, com o douramento do altar de São Benedito e a elevação de uma torre, ficando a Igreja tal como hoje a encontramos” (AMARAL E GURGEL, 1973, p.88)

A **Festa de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito** é muito similar à Festa do Divino. Como Mello (2011) afirma, essa festa também poderia ser chamada de “Festa do Divino dos negros”, já que nela acontecem procissões com bandeiras (no caso, brancas), acompanhadas de folia, banda e o bando precatório.

No século XVII, há referências de festas de negros em louvor a Nossa Senhora do Rosário em uma poesia do poeta baiano Gregório de Matos Guerra. Amaral e Gurgel (1973, p.91) citam o estudo de Maria de Lourdes Borges Ribeiro, o qual informa que desde o tempo que se descobriu Angola, em 1486, já se dedicava devoção a Nossa Senhora do Rosário, tendo Ela se tornado a virgem Padroeira dos negros em Angola, em Portugal e depois no Brasil.

Já a devoção a São Benedito foi iniciada no Brasil antes da beatificação do Santo, pois propunha-se um Orago da raça e cor dos descendentes de africanos.

Assim, a Festa em homenagem a esses Santos era comemorada no mesmo dia, 27 de dezembro. Atualmente, acontece em novembro e na missa festiva, coroam-se o Rei e a Rainha de São Benedito (já que em Paraty, os negros anteriormente não podiam participar dos festejos da Festa do Divino, resolveram criar para eles um Rei e uma Rainha, à moda do Imperador do Brasil e Rei de Portugal).

Igreja de Nossa Senhora das Dores (Figuras 3.42 a 3.45)

Tombamento da Igreja Nossa Senhora das Dores, inclusive todo seu acervo (Processo 657-T-61, Livro do Tombo Histórico, volume nº 1, folha 56, inscrição nº. 337, em 13/02/1962)



Fig.3.42. Frontispício da Igreja N. S. das Dores.
Fonte: A Autora (2014).



Fig.3.43. Igreja N. S. das Dores.
Fonte: A autora (2014).



Fig.3.44. Missa na Ig.N. S. das Dores.
Fonte: A Autora (2014).



Fig.3.45. Igreja N. S. das Dores (Interior).
Fonte: A autora (2014).

A Igreja de Nossa Senhora das Dores, conhecida como Capela das Dores ou Capelinha, é a mais nova das quatro edificações religiosas no Centro Histórico de Paraty. Teve sua construção iniciada no último ano do século XVIII e terminada nos primeiros anos do século XIX. Apesar de ter sido projetada para ter duas torres, somente uma delas foi concluída. A ala esquerda da Capela foi erguida provavelmente depois, acrescentando-se ao frontispício uma porta e uma janela sobre esta. Atrás da Igreja há um cemitério com tumbas embutidas.

É localizada entre a Igreja Matriz e o mar, “(...) O local escolhido para a construção da capela das Dores talvez não fosse dos mais saudáveis, porque ficava sobre um aterro sujeito a inundações, tanto das águas do rio quanto do movimento das marés.” (COTRIM, 2012, p.94). Dessa maneira, em 1906 a Capela das Dores ganhou um muro para conter o avanço das águas do mar.

Há relatos de que a Dona Geralda foi a responsável pela construção da Capela, mas nada comprobatório. O fato é que a Capela possui ornamentos internos ricos em prata e ouro. Além disso, tendo em vista a divisão²¹ de pessoas que frequentavam as Igrejas, cabe mencionar que esta Capela era utilizada pela elite local, a aristocracia, no século XIX. A Edificação ficou abandonada até 1901, devido ao isolamento e decadência de Paraty ainda no séc. XIX. A Irmandade de Nossa Senhora das Dores, composta por mulheres, concretizou sua reforma.

Passos da Paixão (Figuras 3.46, 3.47 e 3.48)



Fig.3.46. Passo na R. Ten. Francisco Antônio (ou R. do Comércio).
Fonte: A Autora (2014).

²¹ Mello (2011, p. 16) diz que essa divisão por Irmandades em Paraty foi extinta na década de 1960.



Fig.3.47. Passo: lateral da Ig. Santa Rita.
Fonte: A Autora (2014).



Fig. 3.48. Passo da Ig. Santa Rita- aberto durante a Semana Santa de 2015.
Autor: SEGURA, M. (2015).
Fonte: *blog* "Vivaparaty".

Os passos da Paixão são altares públicos pequenos, que representam estações da Via Sacra, destinados às procissões na Semana Santa e somente abertos nesse período.

As figuras 3.46 e 3.47 mostram os dois Passos que seriam originais dentre os seis existentes, os quais foram demolidos em 1929 e reconstruídos, com suas portas originais, pelo IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus).

Durante a **Semana Santa**, em Paraty, uma procissão de homens sai da Igreja Matriz conduzindo a imagem do "Senhor dos Passos"; da Capelinha (Igreja de Nossa Senhora das Dores), sai uma procissão de mulheres que carregam a Imagem de Nossa Senhora das Dores; esses grupos fazem percursos distintos e se encontram em frente à Igreja de Santa Rita, sendo que durante esse trajeto a procissão para diante dos "Passos da Paixão" e é encerrada na Igreja Matriz. Nos demais dias, há uma série de celebrações nas ruas da Cidade e nas Igrejas. (MAIA, 1976). Um dos principais momentos durante a Semana Santa é a Procissão do Fogaréu, que simboliza a prisão de Cristo. Os fiéis saem pelas ruas do Centro Histórico, carregando tochas sob luzes apagadas dos postes e ao som de matracas, as quais substituem os sinos.

Câmara Municipal (Figuras 3.49 a 3.54)



Fig.3.49. Câmara Municipal e Centro de Info. Turísticas. Esq. R. Ten. Francisco Antônio(Comércio) e R. Dr. Samuel Costa (Rosário).
Fonte: A Autora (2014).



Fig.3.50. Câmara Municipal.
Fonte: A Autora (2014).



Fig.3.51. Salão Nobre- Câmara Municipal.
Fonte: A Autora (2014).



Fig.3.52. Salão Nobre da Câmara- bancos.
Fonte: A Autora (2014).

A Casa da Câmara e a Cadeia, nas vilas do Brasil Colônia, normalmente funcionavam no mesmo local. A primeira Casa da Câmara e Cadeia de Paraty, demolida pelo estado precário de conservação, era provavelmente localizada em frente à Praça da Igreja Matriz, pelo menos até 1845, funcionando juntas no mesmo edifício por mais de 130 anos.

O prédio em que hoje funciona o salão da Câmara e funcionou a antiga Prefeitura Municipal foi adquirido pela municipalidade no início do Século XX e apresenta uma característica um tanto comum nesta cidade: a parte

térrea, de frente para a Rua Dr. Samuel Costa, data do século XVIII e a parte superior e o acréscimo da Rua do Comércio são do Século XIX. Nota-se que a parte inferior era destinada a armazém ou depósito e a parte superior a moradia. (MELLO, 2011, p. 18)

É interessante notar na figura 3.52 os bancos que pertenceram à Loja Maçônica “União e Beleza”, assunto que será abordado no Capítulo 05.

No pavimento térreo do edifício funciona uma Central de Informações Turísticas e a Secretaria de Turismo, estrategicamente localizada (fig. 3.53 e 3.54).

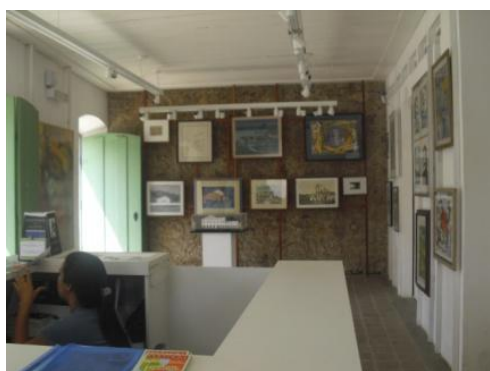


Fig.3.53. Centro de Informações Turísticas.
Fonte: A Autora (2014).



Fig.3.54. Servidor de apoio para info. turísticas.
Fonte: A Autora (2014).

Casa da Cultura (Figuras 3.55 a 3.61)



Fig.3.55. Casa da Cultura (em processo de pintura).
Esq.: R. Dr. Samuel Costa (Rosário) e
R. Dna. Geralda (Mercado).
Fonte: A Autora (2014).



Fig.3.56. Lateral Casa da Cultura.
R. Dr. Samuel Costa (Rosário)
Fonte: A Autora (2014).



Fig.3.57. Casa de Cultura de Paraty.
Entrada- R. D. Geralda (porta com rocalha).
Fonte: A Autora (2014).



Fig.3.58. Detalhe ampliado: rocalha.
Fonte: COTRIM, C. R. (2012, p.32).

O edifício onde atualmente está a Casa da Cultura foi construído em 1754, com funções de armazém (térreo) e residência (pavimento superior). Conforme figura 3.58 indica, foi reformada em 1791 pela primeira vez e em 1860 pela segunda.

Nesse edifício já funcionou uma escola mista e um clube da Cidade, que modificou radicalmente ao longo dos anos a fachada e a parte interna. Na década de 1990, o local foi devolvido ao Governo Municipal, tendo sido transformado em Casa da Cultura e restaurado pela Fundação Roberto Marinho, já que esta família tem uma série de imóveis e empreendimentos no Município.

A Casa é, atualmente, um importante polo de exposições e atividades culturais no Centro Histórico de Paraty (fig.3.59 e fig.3.60- exposição), contendo salas de exposições, pátio interno e auditório, onde acontecem atividades culturais (fig. 3.61).



Fig.3.59. Casa da Cultura: pátio interno.
Fonte: A Autora (2014).



Fig.3.60. Exposição na Casa da Cultura.
Fonte: A Autora (2014).



Fig.3.61. Peça teatral encenada por cidadãos paratienses, que contou a história de Paraty, ocorrida em setembro de 2014, na Casa da Cultura.
Fonte: A Autora (2014).

A continuidade da descrição da oferta turística inventariada está disponibilizada no **Apêndice** deste trabalho, em que constam importantes marcos culturais do Município, como a Festa do Divino Espírito Santo, o Caminho do Ouro, a FLIP, dentre outros.

3.3. Panorama do Desenvolvimento do Turismo Cultural no Município

Paraty é um Município que, principalmente, após a primeira metade do século XX, começou a ter um destacado turismo cultural. Ações de preservação e tombamento, anteriormente citadas, foram fundamentais para concretizar essa vocação cultural do sítio histórico.

Ressalta-se a isso que, com o modelo de gestão descentralizada concebido pelo Plano Nacional de Turismo 2007-2010, proveio o projeto “Destinos Referência em Segmentos Turísticos”, que é aplicado em Paraty. Desenvolvido pelo Ministério do Turismo em parceria com a Associação local “Instituto Casa Brasil de Cultura”, o projeto tem como objetivo:

[...] criar uma estratégia de governança local, a partir do fortalecimento e aperfeiçoamento de segmentos de mercado, procurando envolver de forma participativa toda a cadeia produtiva e instituições relacionadas com o segmento escolhido, através de prioridades e estratégias definidas e com foco na competitividade. (MTUR, 2010c, p. 20)

Por conseguinte, foram escolhidos dez destinos com características diversas, em diferentes regiões para o projeto, visando criar uma base metodológica, a partir das experiências locais, que possa servir como um parâmetro para outros destinos nacionais e uma espécie de “laboratório” do segmento cultural.

Através do projeto, busca-se a participação efetiva de representantes locais, fortalecendo os vínculos com entidades públicas e privadas para formar um Grupo Gestor que assuma a liderança no processo.

A Cidade de Paraty foi escolhida para o projeto devido a sua diversidade e sua tradição cultural. Mas outro fator determinante para isso, segundo o M-Tur, foi o risco de Paraty ser transformada em um destino turístico de massa, já que faltam um plano de desenvolvimento definido e um arranjo institucional organizado e atuante.

Ao iniciar o projeto Destinos Referência em Turismo Cultural em Paraty, havia várias iniciativas e projetos tanto do setor turístico quanto do setor cultural. Porém, as entidades representativas destes setores estavam agindo de maneira desarticulada. O Conselho Municipal de Turismo (Comtur) estava inativo. Para facilitar a integração das entidades locais e a implementação do projeto, a Associação Casa Azul foi escolhida pelo Ministério do Turismo como instituição local parceira, para liderar a implantação do projeto em Paraty, com a participação ativa de

representantes da sociedade de modo a garantir a continuidade posterior das ações. A reativação do Comtur pode ser considerada fruto do envolvimento de todos os representantes do Grupo Gestor, que, entendendo o papel da governança local no processo de desenvolvimento de sua cidade, optaram por participar de forma responsável e organizada de um conselho específico do setor turístico, principal economia de Paraty.²²

A primeira iniciativa do projeto no Município foi a formação do Grupo Gestor (representantes da cultura, do turismo e da comunidade), que se responsabilizou por uma série de medidas, como: elaboração do dossiê da candidatura de Paraty a Patrimônio da Humanidade; contribuição com os descritivos e pontuação das fichas dos atrativos turísticos locais; cursos de atendimento em Turismo Cultural para guias, barqueiros, agentes de receptivo e recepcionistas de pousadas; e ainda, cursos de Gestão de Turismo Cultural para empresários e produtores culturais.

Após a consolidação do Grupo Gestor, houve a contratação da empresa de consultoria “*Chias Marketing*” pela Associação Casa Azul, para a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Turismo Cultural de Paraty, intitulado Plano Mar de Cultura²³, com o diagnóstico das manifestações culturais do Município e as estratégias possíveis para projetar Paraty como destino de turismo cultural.

Em junho de 2008, houve a realização de evento para apresentar o Plano, resultado da parceria firmada na Cidade em 2007 e do investimento de cerca de R\$ 400 mil do Ministério do Turismo no Projeto Local. De acordo com o levantamento da *Chias Marketing* (PORTAL EVENTOS, 2008), 13% dos turistas acreditam que o Centro Histórico é o melhor que Paraty tem a oferecer, percentual que ocupou a primeira posição. Para 11%, em segundo lugar, estão as praias do município e para 7%, terceiro lugar, o melhor aspecto é a história e o patrimônio.

Dessa maneira, o plano de *marketing*, para o desenvolvimento do turismo cultural local, foi elaborado tendo em vista duas características marcantes de Paraty: o centro histórico e a vivência com comunidades tradicionais (caiçaras, quilombolas e indígenas). Outrossim, nessa oportunidade, foram diagnosticadas as dificuldades enfrentadas para o desenvolvimento de Paraty como destino cultural, entre as quais, a baixa qualidade da oferta comercial.

Ainda nesse sentido, diante das visitas técnicas realizadas. Em 2013 e 2014 para este trabalho, constatou-se que realmente a oferta comercial do local ainda

²² *Ibid.*, p.22

²³ *Ibid.*, p.23

deve melhorar, pois a qualidade dos serviços de alimentação e a diversidade de comércio, sobretudo no Centro Histórico, são incompatíveis com os altos preços praticados.

Além disso, ficou claro que ainda falta integração entre os diferentes órgãos que tratam do turismo, cultura e preservação em Paraty. Inclusive, no próprio órgão de turismo ainda é necessária maior capacitação. Há funcionários preparados e atenciosos para atender os visitantes, mas em entrevista feita com um dos funcionários, este revelou que não sabia da existência do Plano de Desenvolvimento do Turismo em Paraty.

Percebeu-se que não há um diálogo entre Secretaria de Turismo e o Iphan, já que ambos têm posições divergentes: a Pasta de Turismo afirmou que não há interesse do Iphan em estimular a integração e o desenvolvimento turístico (“são radicalmente contra”); já o Iphan local apontou que ainda não há um plano satisfatório que alie turismo, desenvolvimento econômico e preservação patrimonial. Para a Secretaria de Turismo, é preciso “selecionar” melhor o tipo de turista, pois segundo depoimentos de funcionários da Secretaria, alguns Festivais (como o da Cachaça, identificado no **Apêndice**) atraem um perfil de turista que normalmente suja a Cidade e não é qualificado.

Certamente, o projeto “Destinos Referência em Paraty” corroborou o reconhecimento da vocação turística no segmento cultural. Como exemplos disso, citam-se o Calendário Turismo & Cultura (figuras 3.62 e 3.63), o aplicativo e a logomarca (figura 3.64), que segundo o Projeto, traduz a cultura local.

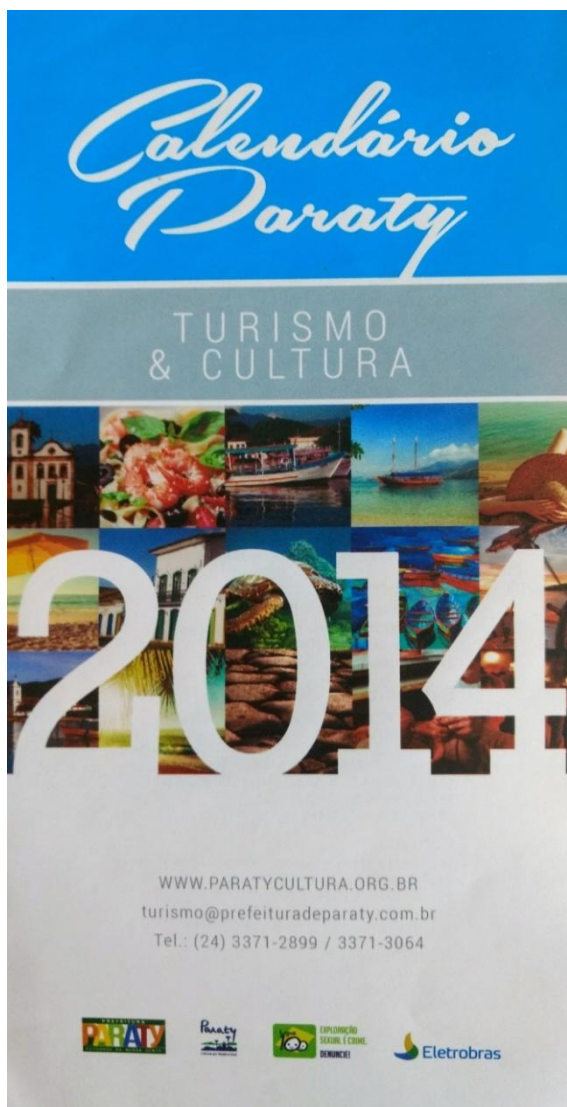


Fig.3.62. Calendário Turismo & Cultura. 2014.
Fonte: disp. *in loco* pela Sec.Tur. (2014).



Fig.3.63. Calendário Turismo & Cultura.
Fonte: disp. *in loco* pela Sec.Tur. (2014).



Fig.3.64. Logotipo- Paraty "Cultura em Verde e Azul".
Fonte: aplicativo da PREFEITURA MUNICIPAL DE PARATY (2017).

Sem dúvida, ainda é preciso muito trabalho e esforço para poder aliar o turismo ao patrimônio de maneira que não haja prejuízo para nenhum dos lados. São necessários ainda mecanismos de controle para que a sonorização (barulho) dos Festivais e visitantes não prejudique a preservação e uso do Centro Histórico.

Atendendo ao calendário cultural diversificado de Paraty e a necessidade de integração entre os diversos setores da sociedade em um modelo de gestão descentralizada preconizado pelo M-Tur. Paraty pode transformar o Turismo Cultural em seu principal ativo de valorização cultural e de geração de renda à Comunidade. No entanto, o que se percebe até o momento é que o Município tem sucumbido à pressão do turismo de massa, sobretudo quando da realização de grandes festivais, e a Comunidade tem se afastado do Centro, tanto no que se refere ao distanciamento físico, como no sentido de pertencimento, identificação com o espaço (conforme exposto no Capítulo 01 deste trabalho, item 1.2.2).

CAPÍTULO 04. A MAÇONARIA - Histórico geral e no Brasil.

“Todos os maçons unem-se para declarar que a Maçonaria é um sistema de moral, por cuja prática seus membros podem promover seu interesse espiritual e galgar a escada teológica da Loja na terra, para a Loja no céu.”

(Albert G. Mackey - escritor Maçom e autor de um dos principais *Landmarks* da Maçonaria).

Neste Capítulo é traçado um panorama das origens da Maçonaria, desde a etimologia da palavra, histórico, simbologia e outras considerações sobre a Ordem, até suas raízes no Brasil.

4.1. Etimologia e Conceito

A etimologia da palavra Maçonaria, forma reduzida e usual da franco-maçonaria, está unida à ideia da evolução de sua história e origens, sendo umas mais reconhecidas do que outras e sobre as quais Aslan (1981, p. 90) menciona:

Os historiadores modernos aceitam geralmente, como origem da palavra inglesa *Mason*, significando “pedreiro” e da qual se originou a palavra francesa *Maçon*, que designa ao mesmo tempo um pedreiro e um membro da Maçonaria, o antigo vocábulo francês “*maszun*”, introduzido na Inglaterra pelos conquistadores normandos.

Para Conte (2011, p.89), “(...) A palavra “maçom” designava, na Idade Média, o ofício de “pedreiro”, ou seja, um operário altamente qualificado, que se dedicava à construção de Templos, Igrejas e Catedrais(...)”. A atividade desenvolvida por esses operários ou “obreiros” denominava-se “Maçonaria”.

De acordo com o autor, dos Maçons daquela época eram necessários grandes conhecimentos referentes à Arquitetura, Geometria, Matemática, Aritmética, Álgebra, Trigonometria, Agrimensura, Astronomia etc., bem como no que se refere ao conhecimento nas áreas de Simbologia, Numerologia Pitagórica, Geometria Sagrada, Liturgia, Ritualística, Alquimia, Cabala, Astrologia etc.

Ainda concernente à etimologia do termo Maçonaria, os autores Karg e Young (2012, p.52) expõem:

Uma das explicações mais comuns indica um material chamado *free-stone* [pedra-livre] uma forma macia de calcário que endurece com a idade. Os maçons que trabalhavam com esse material eram naturalmente chamados maçons “pedra-livre”, que se presume deu origem ao termo maçom livre.

Hortal (2008, p.13) afirma que em grandes catedrais da Europa, como na Espanha, França, Inglaterra e Alemanha, são encontradas marcas dos mesmos artistas, quais sejam, os pedreiros que trabalhavam a “pedra franca” ou arenito. “(...) Daí parece derivar-se a denominação “franco-maçom”, embora posteriormente tenha sido interpretada como “pedreiro- livre”, expressão que os atuais membros da Ordem gostam de usar.”

Essas são algumas das considerações no que diz respeito à origem do termo “Maçom” pois, conforme os ensinamentos complementares de Aslan (1981, p. 90):

O significado da palavra Maçom evoluiu através dos séculos e, depois de indicar inicialmente o talhador de pedra medieval, passou a designar qualquer pedreiro e, na atualidade, um membro da associação maçônica também. E nesta evolução etimológica, encontram-se resumidos os grandes períodos históricos da Maçonaria: o Pedreiro em geral, o talhador de pedra medieval, o Maçom Aceito que sucedeu aos operários e, finalmente, o Maçom, membro de uma Instituição Maçônica.

Quanto ao conceito de Maçonaria, é difícil de se estabelecer uma coesão de ideias, visto que são muitas as significações disponíveis, quando consultados os livros relacionados ao assunto. Nessa pesquisa de definições mais coesas e até mais extensas, pode-se vislumbrar uma noção condizente sobre o tema, todavia impossível uma definição única, pois os conceitos se completam, ainda que não delimitem o assunto.

A Maçonaria, propriamente dita, desde a definição que se encontra em dicionários, é caracterizada como uma sociedade parcialmente secreta (ou discreta), cujo objetivo principal é desenvolver os princípios de fraternidade e filantropia entre seus membros.

A definição clássica de Maçonaria, segundo Guimarães (2010) e Karg e Young (2012), é a de um **sistema de moralidade, velado em alegorias e ilustrado por símbolos** (grifo nosso).

[...] A definição mais simples diz que ela é uma organização caritativa, benevolente e social, cujos membros buscam aprender mais a respeito de si mesmos pra beneficiar suas próprias famílias e comunidades. Os maçons são buscadores de conhecimento, sua educação fraternal enfoca lições

que os ajudam na jornada para alcançar a iluminação moral e espiritual. Eles não são sectários e sua aceitação exige que o futuro membro professe uma crença em um Ser Supremo, qualquer que seja sua Divindade. [...] A Maçonaria é frequentemente mencionada como Fraternidade ou Ordem. Seus membros são chamados de irmãos e a participação na Loja entendida como de uma irmandade. (KARG e YOUNG, 2012, p.26-27)

Ainda nesse sentido, a Constituição do Grande Oriente²⁴ do Brasil, de 2007 (última atualização em 2016) em seu artigo 1º, diz:

A Maçonaria é uma instituição essencialmente iniciática, filantrópica, educativa e progressista, cujos fins supremos são: **Liberdade, Igualdade e Fraternidade**. [...]

Além de buscar atingir esses fins, a Maçonaria:

I- proclama a prevalência do espírito sobre a matéria;

II- pugna pelo aperfeiçoamento moral, intelectual e social da humanidade, por meio do cumprimento inflexível do dever, da prática desinteressada da beneficência e da investigação constante da verdade; [...] (grifo nosso)

Realmente, nota-se no desenvolvimento do aspecto conceitual a transformação pela qual esse passou e é com muita propriedade que Conte (2011, p.15), descreve conceitualmente a Maçonaria como:

[...] uma sociedade parcialmente secreta, cujo objetivo principal é desenvolver o princípio da fraternidade e da filantropia entre seus membros. Também é conhecida como uma Associação de Pedreiros-livres por ser herdeira de homens que durante muitos séculos (talvez milênios), dedicaram-se à construção de Igrejas e Templos. Além disso, ela relaciona os seus ensinamentos, de uma forma simbólica, com instrumentos e ferramentas utilizados no trabalho da Construção de Edifícios. Cada instrumento representa, por analogia, um valor ou uma virtude a ser desenvolvida pelo Maçom. Assim, o nível (ferramenta) passa a representar ou simbolizar a igualdade que deve existir entre todos os maçons; o prumo (outra ferramenta) passa a representar a medida certa que nos dará o equilíbrio e a estabilidade emocional e mental.

O autor ainda complementa, afirmando que o Maçom deverá ter afinco na construção de seu “templo interior” (aperfeiçoamento moral e espiritual) e também aprender a ajudar a sociedade e a humanidade, como um “construtor social”, utilizando o auxílio dessas e de tantas outras ferramentas simbólicas.

Guimarães (2010, p.74) desenvolveu um conceito ainda mais específico para o tema, porquanto, considera a Maçonaria como Instituição, e:

²⁴ Sobre o **Grande Oriente**, ver item 4.6 deste Capítulo.

[...] é um corpo complexo e plural, de âmbito secular e mundial, com função social específica, buscando sempre a unidade de pensar, sentir e agir de todos e de cada um dos adeptos, bem como a permanência da nação maçônica por via da fidelidade aos seus preceitos (de normas e doutrinas), premissas (com silogismos filosóficos), principalmente (de causas primárias e primeiras) e proposições (dos postulados e máximas). Tal estrutura visa a tornar feliz a humanidade pelo amor, pelo aperfeiçoamento de costumes, pela tolerância e pela igualdade.

Ainda nesse sentido, o autor Camino (1999, p. 03) se expressa de maneira bem elucidativa: “(...) A Maçonaria deixou de ser uma “sociedade secreta” para apresentar-se como uma Instituição Civil devidamente registrada nos Livros do Cartório competente, obtendo, assim, uma personalidade jurídica, sujeita às leis do País onde funciona.”

Portanto, diante dos conceitos aventados no início dessa explanação pode-se contextualizar objetivos preconizados pela Maçonaria, que se exteriorizam também de muitos modos, entre os quais e bem a propósito, Ribeiro (1999, p.23-24) destaca:

O principal objetivo da Ordem Maçônica é aproximar ao máximo, o Homem de Deus e servi-Lo como seu instrumento na Terra. [...] a Maçonaria é uma escola de formação espiritual e social que visa o progresso do homem e da humanidade. Instrui o Maçom de tal maneira que ele possa conviver no mundo exterior (fora dos Templos) como um exemplo de cidadão, de patriota, de chefe de família, pai de família, pai e filho, de empregador e empregado, sempre promovendo o bem estar e a evolução da humanidade.

4.2. Origens

Diversos mitos, histórias, lendas e versões proliferam na busca das origens da Maçonaria. De acordo com MacNulty (2012, p. 43):

A origem da Maçonaria é um dos maiores enigmas da história. O ofício operativo dos pedreiros medievais, os Cavaleiros Templários²⁵, os Arquitetos e artesãos que construíram o Templo do Rei Salomão, até os Mistérios do Mundo Antigo – todos foram apresentados como possíveis originadores da Ordem.

Conte (2011, p. 55) expõe que os ideais propagados pela Maçonaria com o intuito de “levantar Templos à Virtude” e “cavar masmorras aos vícios”, vêm de muito tempo e pode-se associá-los:

- Na Grécia Antiga, na Escola Pitagórica de Crotona.
- No Antigo Egito, nos Mistérios de Ísis e Osíris.
- Na Caldeia, no Colégio dos Magos do Fogo.
- Na Palestina, com os essênios.
- No Império Romano, com os *Collegia Fabrorum*.
- Na Idade Média, com os Cavaleiros Templários.
- No Renascimento, com os Irmãos Rosacruz.
- Na Atualidade, com o nome de Maçonaria.

Segundo Hortal (2008), há indicativos que permitem concluir que a evolução da Maçonaria deu-se a partir das corporações de pedreiros, surgidas durante a Idade Média, para a construção das grandes catedrais góticas. Dessa maneira, era uma fonte de riqueza os segredos da construção do arco em ogiva e das abóbodas por ele sustentadas, constituindo assim uma “multinacional da arquitetura”, possuidora de um quase monopólio da arte gótica.

O autor ainda afirma que, durante a Idade Média, os pedreiros formaram seus

²⁵ Tendo em vista que há certa dúvida e muitas vezes até alguma controvérsia quando se aventa a possibilidade da relação dos Cavaleiros Templários (Ordem religiosa e militar fundada no século XII de monges guerreiros) com a Maçonaria - como se esta tivesse relação direta com os Templários-, esclareça-se que: “(...) não há prova definitiva de uma conexão maçônica com os Cavaleiros Templários da lenda, mas há uma infinidade de fatos e mitos que fazem da Ordem um parente muito atrativo.” (KARG e YOUNG, 2012, p.42)

grêmios ou corporações, com os três graus tradicionais da Maçonaria: **aprendiz, companheiro e mestre.**

[...] Os mestres eram os autênticos detentores dos segredos da arte da construção e procuraram defendê-los através de juramentos, da cominação de penas e maldições e, provavelmente, de rituais iniciáticos. A Renascença, porém, com o desenvolvimento dos estudos e a formação de verdadeiras escolas de artes, acabou por tornar inútil esse segredo. A arquitetura passou a ser estudada em tratados impressos e não apenas através da transmissão oral dos conhecimentos dos mestres. Assim, as lojas do que se conhece como *Maçonaria Operativa*, deixam de ser corporações exclusivas de pedreiros e começam a admitir gente da nobreza ou da burguesia como *membros aceitos*.²⁶

O autor MacNulty (2012, p.281) comunga da mesma visão e adiciona algumas informações:

A Maçonaria mostrou-se particularmente atraente para artistas e arquitetos, o que não surpreende, dado que boa parte do ritual evoca o projeto e a construção do **Templo de Salomão** e que a Ordem originou-se da Maçonaria operativa. Além disso, até o século XIX os arquitetos ainda trabalhavam no estilo clássico, usando as Cinco Ordens desenvolvidas no Renascimento (a Toscana, a Dórica, a Jônica, a Coríntia e a Composta ou Romana). Por isso, é compreensível que eles tenham se sentido atraídos pelo simbolismo maçônico. (grifo nosso)

Portanto, a Maçonaria faz uso de um simbolismo derivado da arquitetura clássica (e muito influenciado por esta também), especialmente das “ordens arquitetônicas”. As ordens toscana, dórica, jônica e coríntia foram identificadas inicialmente pelo arquiteto romano Vitruvio (81 a.C.-15 d.C.), cujos escritos foram muito admirados e replicados durante o Renascimento na Europa. O arquiteto Alberti (1404-1472) identificou a quinta ordem, a compósita (ou composta). (SUMMERSON, 2009).

Na figura 4.1, estão exemplificadas as cinco ordens, das quais a Maçonaria²⁷ usa, de maneira simbólica, especialmente a dórica, a coríntia e a jônica.

²⁶ *Ibid.*, p. 13

²⁷ Mais sobre a significação das colunas e suas ordens na Maçonaria no item 4.9 deste Capítulo.

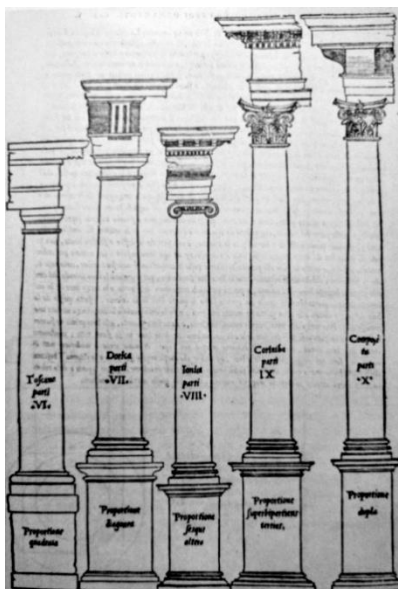


Fig.4.1. Gravura feita em madeira com as ordens da Arquitetura. Respectivamente: Toscana, Dórica, Jônica, Coríntia e Compósita.

Autor: SERLIO, S. (1540).

Fonte: SUMMERSON, Sir J. (2009, p.03).

Destaca-se que a iniciação Maçônica proveniente das iniciações operativas e das associações de obreiros, une-se à “Arte de Construir”, durante a Idade Média para a construção das grandes catedrais e, também à lenda de Hiram Abiff e sua conexão com o Templo de Salomão.

Quanto à lenda de Hiram e o “Templo de Salomão” (figura 4.2), o trabalho de Hiram Abiff (e seu destino subsequente) está profundamente ligado ao Ritual Maçônico. Sua história é frequentemente mencionada nos textos maçônicos, cerimônias etc.

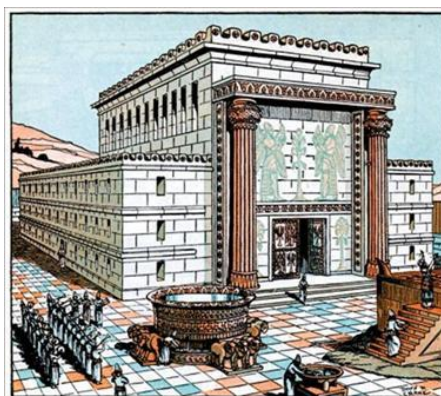


Fig.4.2. Desenho- Perspectiva Hipotética do “Templo de Salomão”.
Fonte: Blogspot “VERDADE ESTAMPADA” (2017).

Verifica-se na lenda, à medida que são observadas as diversas “passagens” e “fatos” no desenrolar da história, algumas teorias envolvendo as especulações sobre as origens da Maçonaria. Karg e Young (2012, p.36-38) relatam que:

[...] o Rei Salomão, filho de David e Batsheba, precisava desesperadamente de um mestre artesão e consultou um de seus amigos, Hiram, o rei de Tiro, para ver se ele poderia oferecer tal homem para trabalhar no grande Templo. Interessado em ajudar a construir uma casa de Deus, o rei de Tiro mandou-lhe seu mestre arquiteto, um habilidoso artista chamado Hiram Abiff [...]

[...] De acordo com a lenda, Hiram era filho de uma viúva e era hábil no artesanato de ouro e prata, um ofício que se provaria útil na confecção de vários objetos usados no Templo. Hiram era hábil também no trabalho com pedras e, segundo se alega, conhecia valiosos segredos de construção. Com a autoridade de supervisor da edificação do Templo, Hiram tinha o poder de elevar indivíduos a altos níveis de habilidade e entendimento divino do ofício da construção – de Aprendiz a Companheiro e deste a Mestre Maçom.

Diz-se que o destino de Hiram foi selado por três companheiros de ofício – Jubela, Jubelo e Jubelum -, cujo objetivo era aprender os segredos de Hiram, elevando-se eles próprios a Mestres Maçons. Durante uma sessão de preces diárias, Hiram foi procurado pelos três homens que exigiram ser promovidos. Quando Hiram se recusou a revelar qualquer coisa aos homens, Jubelo atacou-o com um **esquadro**, Jubela com uma **régua** e Jubelum golpeou-o com um **maço**, o que veio a matá-lo.

Depois de enterrarem Hiram, escondidos na escuridão da noite, os três conspiradores tentaram escapar. Mas foram capturados e entregues ao Rei Salomão, ocasião em que confessaram o assassinato, sendo sumariamente executados. O Corpo de Hiram foi recuperado e sepultado no templo onde um santuário foi construído em sua homenagem. (grifo nosso)

Dessa forma, os autores fazem a significativa conclusão:

Os Maçons, em sua busca por conhecimento, luz e verdade Divina, ligam simbolicamente a morte violenta de Hiram a uma grande perda, uma ressurreição e um derradeiro estado de imortalidade. Dessa forma, é fácil entender porque o **Templo de Salomão**, com sua gloriosa arquitetura e os lendários artesãos a ele associados, está tão arraigado na história e na tradição maçônicas.²⁸

Diante das múltiplas possibilidades de origens, que segundo Conte (2011, p.89), atraíram para a “Sociedade dos Maçons” ou “Maçonaria”, muitas figuras prolíficas, como intelectuais, nobres, literatos e filósofos. Embora não sendo pedreiros, essas figuras interessavam-se por tais assuntos e tinham grande empenho para conseguirem participar das assembleias de obreiros, nas quais havia muito o que se aprender, até serem “Aceitos” faticamente.

Há, nesse seguimento, uma história incontestável que se comprova através

²⁸ Ibid. p.38, (grifo nosso).

de documentação e dos estudiosos da Maçonaria quando diz respeito à uma filiação direta da Franco-Maçonaria moderna (a Maçonaria Especulativa) à antiga Maçonaria de ofício (a Maçonaria Operativa), e sua origem.

Da Maçonaria Operativa à Maçonaria Especulativa

Segundo Conte (2011, p. 89), duas categorias de Maçons (representadas pelas figuras 4.3 e 4.4) passaram a existir nas Lojas Maçônicas (locais de reunião):

- a) **Operativos**: formada por operários que desenvolviam “na prática” a Arte de Construir, também conhecida como a “Arte Real”.
- b) **Especulativos**: formada por intelectuais que lá desenvolviam atividades de especulação filosófica e/ou espiritual. (grifo nosso)



Fig.4.3. Maçonaria Operativa.
Fonte: CONTE, C. B. (2011, p.90).

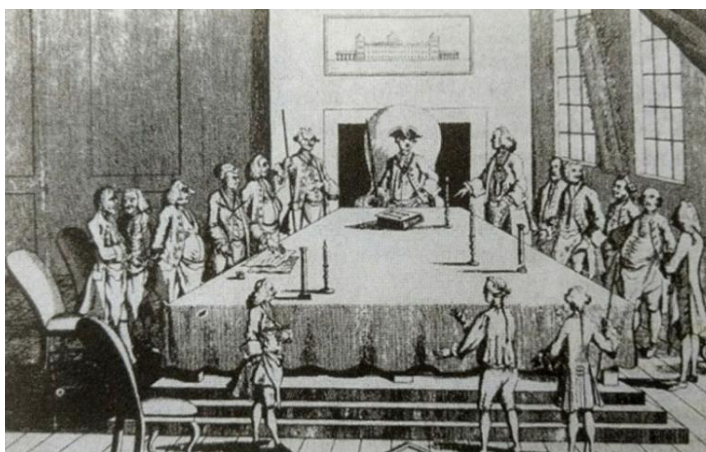


Fig.4.4. Maçonaria Especulativa.
Fonte: CONTE, C. B. (2011, p.90).

MacNulty (2012,p.61) explica que durante a Idade Média os Maçons Operativos tinham suas Lojas em barracões nos canteiros das obras. As corporações de obreiros utilizavam palavras de passe para se identificarem como Maçons e assim poderiam viajar e trabalhar em locais remotos, tendo o domínio da arte operativa. A figura 4.5 demonstra o 47º Teorema de Euclides, “(...) que teria sido utilíssimo para o artesão operativo, uma vez que o habilitava a construir um ângulo reto.”



Fig.4.5. Painel com o 47º Teorema de Euclides e ferramentas do ofício de Pedreiro (s/d).
 Autor desconhecido.
 Fonte: MACNULTY, W. K. (2012, p.61).

Ao longo dos anos, houve o declínio das construções góticas e ogivais. Como consequência, as Lojas começaram a ter menos Maçons Operativos e mais Maçons Especulativos, até que um dia, a Maçonaria Operativa foi extinta.

Conte (2011) expõe que, até os dias atuais, a Maçonaria tornou-se inteiramente Especulativa, ainda que, pela Tradição e pelo significado esotérico, mantenha todos os símbolos e ferramentas da arte construtiva: malho, cinzel, esquadro, compasso, régua, nível, prumo, dentre outros.

Karg e Young (2012) destacam alguns estudiosos que indicam a formação da *Masons Company of London* em 1356, como início da Maçonaria como Fraternidade organizada, mas não há provas concretas que possam assegurar isso. Outras fontes mencionam o “Manuscrito Cooke”, os Estatutos de (William) Schaw e Elias Ashmole como precursores.

William Schaw, que era o Diretor-Geral Mestre de Obras, teoricamente seria o “pai fundador” da Maçonaria Moderna. O primeiro de seus estatutos, em 1598, esboçava os deveres de todos os maçons para os membros da Loja, como para o público. O segundo estatuto, de 1599, era bem marcante, pois reverenciava os maçons (pedreiros) e a existência de um conhecimento secreto ou esotérico. Além

disso, o estatuto referia-se à Loja *Kilwinning*, nº 0, ou seja, a “Loja Mãe” da Escócia, que estava presumivelmente em atividade à época. Dessa maneira, os estatutos de Shaw instruíam as Lojas, no sentido de que datas e registros de sessões deveriam ser escritos. (KARG e YOUNG, 2012).

Conforme esses autores (2012, p. 53) ressaltam, tem-se como o marco comprovado na História da Maçonaria:

[...] Em fevereiro de 1717, quatro Lojas de Londres, que contavam com mais de 100 maçons, reuniram-se pela primeira vez, na *Apple Tree Tavern*.
As Lojas eram: *The Goose and Gridiron*, *The Crown Ale-House*, *The Apple Tree Tavern* e *The Rummer and Grapes Tavern*.

Nessa reunião, na *Apple Tree Tavern*, decidiu-se pela fundação da **GRANDE LOJA DA INGLATERRA**²⁹ (*United Grand Lodge of England*). Através da formação desta Loja oficial, os Maçons teriam uma autoridade central e reconheceriam três Graus simbólicos (Aprendiz, Companheiro e Mestre). Em 24 de junho de 1717, dia de São João Batista, uma assembleia e uma festa foram promovidas, na Loja *Goose and Gridiron*. Desta vez, Anthony Sayer, membro da Loja *The Apple Tree Tavern*, foi eleito como seu primeiro Grão-Mestre.

As reuniões das Lojas de Londres foram feitas em “tabernas”, todavia, Aslan (1981, p.109 -110) ressalva que:

O termo taberna tem hoje uma significação algo chocante que não possuía naquela época, como, em nossos dias, não a tem o vocábulo hotel.[...] [...] Mas um escritor Maçom explica o que devemos entender por tabernas, quando nos referimos àquele período, dizendo:
Tais hospedarias eram então o que em nossos dias são os hotéis com serviço de restaurante e café. A elas afluíam pessoas da aristocracia e da classe média. Não eram porém, tabernas no sentido usual da palavra, como se poderia inferir erroneamente, da palavra inglesa *tavern*.

A formação da Grande Loja da Inglaterra, em 1717, marca, portanto, **oficialmente a Maçonaria organizada**, denominada **Especulativa** e, em 1723, segundo Hortal (2012, p.14):

[...] um clérigo presbiteriano, **James Anderson**, escreveu e publicou as **Constituições da Maçonaria**, as quais, levemente modificadas por volta de 1738, continuam a ser um documento universalmente aceito como base incontestável de todas as lojas genuinamente maçônicas. (grifo nosso)

²⁹ Sobre o uso do termo Loja na Maçonaria, ver item 4.5 deste Capítulo.

Vêm a propósito as considerações de Conte (2011, p.51):

[...] Ora, se nessa data “reuniram-se as quatro Lojas” é porque a Maçonaria , nessa data (perdoem-me a redundância) , já existia. O que se confunde é: *A Fundação de uma Obediência Maçônica com a Fundação da Maçonaria*. Entretanto, é forçoso reconhecer que foi a partir da estruturação da Maçonaria em Obediências Maçônicas que a Ordem se fortaleceu e sua ação política intensificou-se.

Ressalte-se aqui o cientista francês John Theophilus Desaguliers, que auxiliou Anderson na redação da Constituição Maçônica, tendo sido Grão-Mestre da Grande Loja da Inglaterra e contribuiu também para o fortalecimento da Ordem.

4.3. Os Segredos Maçônicos

Discuti-se muito a respeito da interpretação do “segredo” maçônico, que todavia não pode ser examinado pela própria essência da palavra, mas sobretudo pela sua essência simbólica. Na visão de Hortal (2009, p.27):

A obrigação do segredo, na Maçonaria, é portanto, um dado inquestionável. Muito se escreveu, por amigos e inimigos, a respeito dele, misturando fantasia, ambição, calúnia e ingenuidade. Tendo lido bom número de rituais e de autores maçônicos, a minha conclusão é de que se trata de segredo tipicamente iniciático, ou seja, destinado a proteger um pretenso conhecimento oculto, aperfeiçoador da pessoa humana, que seria transmitido nas iniciações maçônicas. Não se trata, contudo, de conhecimento fixado em fórmulas e sim uma espécie de viagem espiritual que o iniciado faz. Daí que o “segredo” acabe sendo algo tão pessoal e íntimo, que se torna realmente incomunicável.

É de maneira concludente que Ribeiro (2000, p.37) expõe a respeito dos “segredos” da Maçonaria:

É no final da solenidade de iniciação que o novo Aprendiz Maçom recebe o que chamam de “segredos”. O Venerável-Mestre, auxiliado pelo Mestre de Cerimônias da Loja, dá as primeiras instruções ao Aprendiz, que constam de sinais, comportamento do Maçom em Loja e a *palavra sagrada* do **Grau**³⁰, para identificação e garantia de ter acesso às demais Lojas Maçônicas do mundo. Esses sinais e palavra são, *exclusivamente*, utilizados dentro da Loja. Não devem ser revelados a ninguém, porque são por meio deles que se identifica um Maçom. Fora os sinais, palavras e posturas, não há mais nada de secreto na Maçonaria. Ela não é uma “sociedade secreta”. É uma sociedade discreta e praticante do “ocultismo” (esoterismo- o que acontece dentro do homem). Se divulgássemos os nossos sinais de identificação não seria mais possível distinguir um Maçom de um não-Maçom. Em Graus mais elevados aprendemos outros sinais, inclusive o de pedir socorro aos Irmãos, quando estamos vivendo algum apuro. Isto tem que ser preservado. (grifo nosso)

Os segredos Maçônicos já foram interpretados por não-Maçons, na história, como práticas ocultas danosas ou até vinculadas às forças negativas. Contudo, como expuseram os autores acima, tais segredos são simplesmente um meio que os Irmãos da Ordem utilizavam para se protegerem e se reconhecerem concomitantemente, por meio de toques, palavras, sinais etc.

³⁰ Sobre os Graus na Maçonaria, em ordem crescente de instrução - Aprendiz, Companheiro e Mestre- ver item 4.8 deste Capítulo.

4.4. As “Sombras” Maçônicas

Práticas de corrupção, atitudes demagógicas, interesses individuais sobrepujados aos coletivos fazem parte da experiência humana. Tais infortúnios seriam o “poder das trevas” que, por sua vez, desencadeia motivos de preocupação. Conte (2011, p. 87) deixa em suas palavras, antes de tudo, um aviso ou alerta aos Membros da Maçonaria, quando diz :

[...] a Maçonaria é apenas uma Escola de Aperfeiçoamento. No dia utópico e improvável em que um maçom atingir a perfeição, ele poderá abandonar sua Loja, pois nela nada mais terá a aprender...
Então, sendo uma “escola”, que congrega homens falíveis, como todos o somos, a Maçonaria tem também o seu lado sombrio.
Muitos são os Maçons que ingressam e permanecem na Ordem motivados por interesses inconfessáveis, que vão desde os antiéticos até os totalmente imorais.

Nesse sentido, o autor faz um adendo de que não se trata de Anti-Maçonaria (os inimigos da Maçonaria), mas, alerta que, logo após sua iniciação, o Aprendiz deveria ser instruído sobre esses fatos, que ocorrem também em outras instituições.

A Maçonaria, ou pelo menos sua filosofia, apregoa o distanciamento das sombras (vícios) à medida que são galgados os graus e assim há a aproximação da luz. Afinal, onde há luz, sempre haverá sombra: faz parte da jornada humana o combate às adversidades da vida e o aprimoramento do espírito.

4.5. Lojas Maçônicas/Templos

“A “arte de construir” o Templo ideal: eis o objetivo proposto pela Maçonaria. Esse Templo é, primeiro, o Homem e, depois, a Sociedade” (BOUCHER, 2015, p.16)

O significado da palavra Loja tem duplo aspecto, pois se refere tanto a um grupo de Maçons, quanto ao edifício no qual eles se encontram. Conforme ensinamentos de Karg e Young (2012, p. 86): “(...) Edifícios maçônicos também são chamados Templos, que têm significado mais simbólico e prestam homenagem ao Templo de Salomão. Neste caso, a palavra templo não tem conotação religiosa, referindo-se exclusivamente ao ofício maçônico.” Ribeiro (2000, p.42), ao se referir ao Templo, afirma:

Este é feito dentro da orientação tradicional de medidas e localização geográfica para captar, ampliar e distribuir energias cósmicas. Após construído e ornamentado, como instrui a Filosofia da Ordem, deverá passar por um *ritual de sagração*, com o objetivo de torná-lo reflexo do Universo e invocar a presença permanente do Grande Arquiteto do Universo (Deus). É, portanto, um ambiente sagrado para Maçons e os Iniciados.[...]

Com a construção do *Freemason's hall* (1775-76), - pela Grande Loja Unida da Inglaterra (o atual é a terceira edificação no local- fig4.6)- as reuniões, que antes eram em localidades variadas, passaram a ter um lugar fixo. Dessa maneira, muitas Lojas passaram a utilizar as instalações ou templos de outras Lojas.

A Loja Maçônica, assim, passou a ter um arranjo físico específico, sendo a edificação normalmente retangular, com seu lado maior percorrendo a direção Leste-Oeste, e a largura a direção Norte-Sul. Segundo Conte (2011, p. 30):

[...] as propostas, discussões, debates e decisões, dentro de uma Loja Maçônica, são absolutamente liberais e democráticas, e a Loja tem autonomia para resolver (quase) todos os seus problemas internos sem interferência alguma. Diz-se “quase” porque as Lojas são filiadas a um Poder Central, cujo dirigente é o Grão-Mestre e ele, com seus colaboradores, emite leis, decretos e atos (diretrizes), que normatizam, direcionam e uniformizam as Lojas, dando-lhes uma estrutura jurídica adequada e garantindo a união de todas elas em uma instituição maior, denominada Potência Maçônica. [...] Cada Potência Maçônica possui sua própria Constituição, que somente poderá ser alterada por uma Assembleia de Maçons (Deputados Maçons), eleitos democraticamente pelas Lojas para este fim [...].

Cada Loja Maçônica eleger democraticamente, por votação de seus membros, uma Diretoria. De acordo com Karg e Young (2012, p.87 e 88),

A hierarquia em uma Loja típica é similar a de uma Grande Loja, diferindo apenas nos nomes. O **Mestre** da Loja é basicamente seu presidente. Seus **Vigilantes** seriam o primeiro e o segundo vice-presidentes, e assim por diante. O líder da Loja é chamado de **Venerável Mestre**, sendo um indivíduo que passou pelos três Graus e tornou-se um Mestre Maçom. A posição é preenchida por eleição e geralmente é exercida pelo período de um ano. [...] As posições podem variar entre as Lojas, mas em geral, os três principais oficiais são os **Vigilantes**, os **Diáconos** e os **Espertos** – todos eleitos. Além deles, há um Secretário, um **Tesoureiro**, um **Capelão** e um **Cobridor** – todos eles indicados. (grifo nosso)



Fig.4.6. *Freemason's hall* (1927-1933). Londres- Inglaterra.
Fonte: UNITED GRAND LODGE OF ENGLAND (2017).

“Aos maçons da atualidade não mais pertence a arte operativa; mas a simbologia permanece: o nosso verdadeiro Templo é, acima de tudo, o Templo Interior, ornando com a Força, a Beleza e a Sabedoria, para dar guarida ao Grande Arquiteto do Universo.” (CONTE, 2011, p.155)

4.6. Orientes e Obediências Maçônicas

Quando mencionada a palavra “Oriente”, é comum recordar diretamente dos pontos cardeais (orientes, ocidentes, nortes, sul), todavia para a Maçonaria, essa palavra possui uma outra acepção. Quando um “Irmão” transfere-se de uma localidade para outra, diz-se que ele “mudou de Oriente”.

Há também o exemplo nas correspondências Maçônicas, nas quais é costume iniciar ou finalizar o texto com a indicação da data e local de origem, utilizando-se a Palavra “Oriente”.

A Maçonaria dá muita ênfase ao termo “Oriente”. Para isso, são envolvidos muitos conhecimentos esotéricos, que de maneira sintética, poderiam ser apresentados exemplificadamente: a Luz, tanto do Sol como a Luz Espiritual vêm do Oriente; as grandes Religiões do Mundo nasceram no Oriente (o Hinduísmo, o Budismo, o Taoísmo, o Zoroastrismo, o Cristianismo, o Islamismo, dentre outras); a “marcha” das grandes civilizações pela História segue um itinerário do Oriente para o Ocidente, conhecido por algumas escolas esotéricas como “o itinerário de IO” (Isis e Osíris ou a Lua e o Sol, que inclusive “seguem” esse trajeto). (CONTE, 2011)

A Obediência Maçônica (ou Obediências Maçônicas) é a reunião de várias Lojas (três no mínimo) sob uma mesma Jurisdição, ou seja, sob a mesma coordenação. Conforme Conte (2011, p.45) explica:

[...] Podem coexistir, e realmente coexistem, mais de uma Obediência Maçônica, em cada Oriente. Constituem-se em Instituições separadas, independentes, cada qual com sua sede, diretoria, administração e patrimônio próprios; são, porém, unidas no mesmo ideal, nos mesmos princípios e objetivos universais: Liberdade, Igualdade, Fraternidade, Tolerância, Beneficência, busca do Aperfeiçoamento Espiritual, ações que promovam o bem-estar da Pátria e da Humanidade.

Há no Brasil duas grandes Obediências Maçônicas: o “**Grande Oriente do Brasil**” e as “**Grandes Lojas**”. Há ainda outras Obediências, todavia sem o mesmo destaque, como explica o autor supracitado.

O “**GRANDE ORIENTE DO BRASIL**” (G.O.B.) foi fundado em 17 de junho de 1822, juntamente à Maçonaria no Brasil. Cresceu e se distribuiu por todos os Estados. Atualmente, existe um Grande Oriente Estadual para cada estado

brasileiro, governado por Grão-Mestres Estaduais, sendo que estes devem obediência ao Grão-Mestre Geral em Brasília.

As Lojas pertencentes ao G.:O.:B.: identificam-se como “Filiadas ao Grande Oriente Estadual - Federado ao Grande Oriente do Brasil” . As Lojas do G.:O.:B.: colocam antes de seu nome, de forma tradicional, a sigla A.:R.:L.:S.: (“Augusta e Respeitável Loja Simbólica”) e em seguida, seu número, o qual identifica seu registro na Obediência Maçônica.

Fundadas por irmãos dissidentes do G.:O.:B.:, em 1927, as “**GRANDES LOJAS**” são Obediências Maçônicas Estaduais, independentes entre si. Por não haver um Grão-Mestre Geral ou um Poder Central, o Grão-Mestre Estadual recebe simplesmente o título de Grão-Mestre.

Os Templos, rituais e paramentos (aventais, joias, chapéu, etc) das Grandes Lojas diferem apenas em pequenos detalhes daqueles pertencentes ao Grande Oriente do Brasil e estas diferenças não afetam, em sua essência, os princípios do Simbolismo, da Filosofia e da Tradição da Maçonaria Universal, permitindo que os Irmãos pertencentes as duas Obediências possam visitar-se, realizar sessões conjuntas e atuar em parceria nas suas ações sociais.(CONTE, 2011, p.47)

Diante do exposto, pode-se contextualizar que a Maçonaria é frequentemente mencionada como **Fraternidade** ou **Ordem**. Seus membros são chamados de **Irmãos** e a participação na Loja é entendida como a de uma **Irmandade**.

4.7. *Landmarks*

Na Constituição Maçônica, tal como na Constituição da maioria dos países democráticos, é importante ressaltar que há determinadas cláusulas que não podem ser alteradas jamais (aquelas que garantem a liberdade, a privacidade, o direito à propriedade etc.) e que são chamadas de “cláusulas pétreas”. O equivalente a elas na Maçonaria são os “*Landmarks*”.

Landmark é uma palavra de origem inglesa, composta de *Land* (terra) e *Mark* (marco, limite). Sua tradução literal seria “marca da terra”, ou seja, as cercas que delimitam e estabelecem até onde vai uma área de terra. Por analogia, o termo significa, em Maçonaria, um conjunto de normas ou regras que não devem ser ultrapassadas. (CONTE, 2011, p.119).

Segundo Conte (2011), esse termo surgiu a partir de um provérbio bíblico do Antigo Testamento (Provérbios, XX, 28), qual seja: “não removas as marcas antigas que teus pais colocaram”. Na Antiguidade, as propriedades não eram delimitadas por cercas, mas apenas se usavam algumas estacas (*landmarks*), para definir os limites.

A questão dos Landmarks é, no entanto, mais complexa de que parece à primeira vista. Em primeiro lugar, porque não há apenas um único conjunto de Landmarks, mas vários, compilados em diferentes épocas, por vários autores, cada qual afirmando que o seu é verdadeiro. (CONTE, 2011, p.119)

De acordo com Guimarães (2010), a compilação do Maçom estadunidense Albert Gallatin Mackey, com 25 *Landmarks*, é adotada tacitamente pelo “Grande Oriente do Brasil”, sendo o 19º *Landmark* aquele que predica a crença em Deus como o **Grande Arquiteto do Universo**, o Ser que ordena e governa todas as coisas e infunde vida no Universo. Conte (2011) acrescenta que além do G.:O.:B.:, as “Grandes Lojas” também adotam os *Landmarks* de Mackey.

4.8. Ritos/ Graus Maçônicos

Um Rito é, por definição, um conjunto de regras e normas que se praticam com certa regularidade em um cerimonial. Conforme o autor Aslan (1981, p.169) explica:

Rito, cuja origem é a palavra latina *ritus*, significa um uso ou costume aprovado ou uma observância externa. **Como termo maçônico, significa um método de conferir a luz maçônica por uma coleção e distribuição de graus. É também o conjunto de cerimônias e instruções de cada sistema maçônico**, aplicando-se também a denominação aos Altos Corpos que dirigem e administram a Maçonaria em cada país.[...] (grifo nosso)

Octaviano Bastos, em sua “Pequena Enciclopédia Maçônica”, *apud* Aslan (1981,p.170), assim se pronuncia sobre os Ritos:

[...] Apesar de diversos, têm todos pontos fundamentais de contato e de doutrina e em nada alteram o fim essencial da Ordem.

A declaração de princípios que a Ordem apresenta nos seus Estatutos é respeitada por todas as Oficinas qualquer que seja o Rito em que trabalhem, de modo que a unidade de doutrina se estabelece, servindo então eles para diferenciarem apenas os hábitos administrativos, para relembrar fatos considerados úteis à educação moral, para estimular a perfeição necessária na aplicação da doutrina e estabelecer normas particulares de ação, baseadas, tão somente, em regras tendentes a disciplinar e cultivar a fraternidade.

Os **Ritos** mais destacados no Brasil são (em ordem alfabética): Rito Adonhiramita; Rito Brasileiro; Rito Escocês Antigo e Aceito; Rito Escocês Ratificado; Rito Moderno (ou francês); Rito Schroder e Rito de York. Cada Rito tem seu ritual próprio e alguns detalhes ritualísticos são diferenciados entre cada um desses.

Há uma “**Maçonaria Simbólica**” (Graus Simbólicos) dirigida por um Grão-Mestre e que abrange os três primeiros Graus da Maçonaria (Aprendiz, Companheiro e Mestre) e uma “**Maçonaria Filosófica**” (uma para cada Rito), denominada como “Altos Graus” ou “Altos Corpos” ou “Graus Filosóficos” etc. “(...) Os Graus Filosóficos são independentes dos Graus Simbólicos e têm governo, administração, patrimônio e Rituais próprios; neles o Grão-Mestre não exerce autoridade.” (CONTE, 2011, p.137). Como exemplo, cita-se o Grande Oriente do Brasil, no qual um dos Ritos mais conhecidos e propagados é o **RITO ESCOCÊS ANTIGO E ACEITO**, que:

[...] É dito "Escocês" face à origem das personagens envolvidas em sua fundação que foi lenta, sofrendo inúmeras alterações.

Assis Carvalho nos relata: "Já dissemos que os Grandes nomes da Maçonaria Primitiva, eram escoceses. Que o primeiro Maçom Especulativo - John Boswell, iniciado em 8 de junho de 1600 -, era escocês, que a Primeira Loja Maçônica - a Loja de Kilwinning - por isso chamada de Loja Mãe do Mundo foi fundada na Escócia, que o Primeiro Compilador de uma Constituição Maçônica - o Reverendo James Anderson, em 1721, Constituição que até hoje rege os destinos de Maçonaria, no mundo todo, era escocês, que o idealizador dos Altos Graus, em 1737, André Miguel, Cavaleiro de Ransay, era escocês, o Primeiro Professor de Maçonaria - 1772, William Preston, também nascera na Escócia, e muitos outros. (CAMINO, 1999, p.07)

Este Rito, Escocês Antigo e Aceito, é composto em 33 Graus. Os Graus Simbólicos (1º, 2º e 3º Graus) encontram-se subordinados ao Grande Oriente do Brasil, governado por um Grão-Mestre, e os demais Graus, os Filosóficos, (do 4º ao 33º) são subordinados a outro Poder denominado Supremo Conselho do Brasil para o Rito Escocês Antigo e Aceito, governado por um Soberano Grande Comendador e não por um Grão-Mestre. (CONTE, 2011), (KARG e YOUNG, 2012) e (RIBEIRO, 2000).

Abaixo, estão enumeradas e analisadas de per si as especificações, tanto dos Graus Simbólicos (A), como dos Graus Filosóficos (B):

A) Graus Simbólicos

- 1- Aprendiz;
- 2- Companheiro;
- 3- Mestre.

[...] Na iniciação maçônica, o profano³¹, ao "receber a luz", torna-se Aprendiz maçom; seu trabalho essencial consiste em "desbastar a Pedra bruta", e para isso bastam-lhe dois utensílios: o *Cinzel* e o *Malho*. Quando sua habilidade se tiver desenvolvido, ele se tornará "companheiro" e aprenderá o uso de novos instrumentos. Mais tarde, terá acesso ao grau de "Mestre", que lhe dará o direito e o dever de ensinar a Ciência Maçônica aos Aprendizes e aos Companheiros. (BOUCHER, 2015, p. 16).

³¹ Faz-se necessário explicar o sentido do termo "**profano**" empregado na Maçonaria. De acordo com Aslan (1981), essa palavra indica para todos os Maçons aquele que ainda não tenha sido iniciado na Maçonaria. Dessa maneira, trata-se de um vocábulo técnico que não é ofensivo na linguagem Maçônica. É simplesmente neste sentido que é usado na Maçonaria, para designar quem não é Maçom.

Quanto à classificação³² desses Graus Simbólicos, são analisados seus aspectos:

O **grau de Aprendiz** é dedicado à Fraternidade e à União de toda a humanidade. Este grau começa no dia da Iniciação à Maçonaria e termina no dia da Elevação. Neste período, o Aprendiz deverá observar os segredos que lhe serão confiados, recebe o seu Avental³³ (símbolo do trabalho) de cor branca (simboliza pureza e inocência), cuja abeta está sempre levantada. Recebe também dois pares de luvas brancas (um para ele e outro para a “mulher amada”). O Avental deve ser usado sempre com a abeta levantada (figura 4.7) e não é permitido que o Maçom entre no Templo sem ele, pois é através dele que se identifica o Grau.



Fig.4.7. Avental de Aprendiz, com a Abeta levantada.
Fonte: SANSÃO, V. (s.d., p. 02).

Quando há o final da Cerimônia de Iniciação, o novo Aprendiz recebe certas instruções que lhe propiciarão sua identificação como Maçom e seu reconhecimento perante outros Maçons em qualquer lugar do Mundo. Segundo Conte (2011), estes meios de identificação são considerados como o Maior Segredo da Maçonaria (conforme exposto no item 4.3 deste Capítulo). São eles: **os sinais** (que identificam o Maçom à distância); **o toque** (que identifica o Maçom pelo seu modo de cumprimentar) e **as palavras** (que identificam o Maçom por certas “palavras-chave”).

³² Baseada nos autores: CONTE (2011, p. 17-30), KARG e YOUNG (2012, p.38, p. 69-72, p.98-99), RIBEIRO (2000, p. 30-37, p.107-120).

³³ “O Avental é um legado que a Maçonaria moderna recebeu da Maçonaria operativa. Esta peça, que foi de tanta utilidade para o Maçom operativo, já que lhe protegia a roupa, transformou-se para o Maçom moderno numa alfaia simbolizando o trabalho do Maçom.” (SANSÃO, s.d., p. 04)

No entanto, “maçons” mal formados e “goteiras” (assim qualificamos as pessoas estranhas à Ordem) e exibicionistas fazem sinais em plena rua, não para saudar um irmão, no trânsito, mas para dizer que também é “maçom”. E isto seria digno de punição, de acordo com “Código Penal Maçônico.” (RIBEIRO, 2000, p.37)

A seguir, as figuras 4.8 e 4.9 representam, respectivamente, o Maçom Aprendiz pelo ritual de Iniciação e a simbologia do Maçom Aprendiz talhando a pedra bruta:

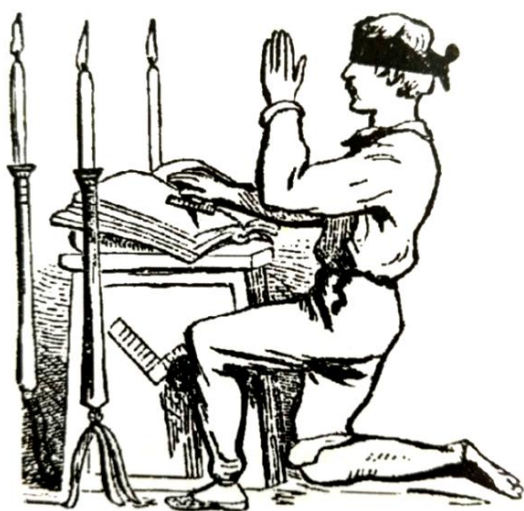


Fig.4.8. Representação do Maçom Aprendiz.
Fonte: CONTE, C. B. (2011, p. 16).



Fig.4.9. Representação de pedra bruta e Aprendiz.
Fonte: CONTE, C. B. (2011, p. 22).

O **grau de Companheiro** (do latim *Companium*, que é derivado de *Cum panis*- com pão- aqueles que compartilham o mesmo pão) simboliza a vida e a entrada na vida adulta. Ocorre quando o Aprendiz passa por outro Ritual Iniciático, no qual novos segredos, símbolos e alegorias, lhe são revelados (cada grau possui Toques, Sinais e Palavras) e recebe novos ensinamentos filosóficos e simbólicos. É válido ressaltar que o grau de Companheiro não prevalece sobre o Aprendiz, mas tem mais deveres e responsabilidades.

Esse grau é dedicado ao trabalho, do qual se obtém a abundância, simbolizada pela Espiga de Trigo. Tem a abeta de seu Avental abaixada (figura 4.10), o que significa que seu trabalho será menos grosseiro e menos perigoso e

não há necessidade de tanta proteção, já que passará simbolicamente de “pedra bruta” a “pedra cúbica” (figura 4.11).



Fig.4.10. Avental de Companheiro, com a Abeta abaixada.
Fonte: SANSÃO, V. (s.d., p. 02).

Para Karg e Young (2012, p.72), o mais importante símbolo associado ao Grau de Companheiro “(...) é uma escada em caracol, que é usada para atingir novas alturas espirituais. Ele também é instruído sobre as Colunas e a letra “G”, que tem um significado todo especial para a Fraternidade.”



Fig.4.11. Representação simbólica do Grau de Companheiro.
Fonte: CONTE, C. B. (2011, p. 24).

O **grau de Mestre** Maçom é simbolicamente vinculado à alma e à natureza interior, consagrado ao Princípio da Morte e do Renascimento. Isto significa, na prática, que se deve “(...) Morrer para os vícios, erros e paixões ignóbeis (e) Renascer no Amor que fortalece, na Verdade que dignifica e na Virtude que glorifica”. (CONTE, 2011, p. 25).

Segundo Karg e Young (2012, p 38), a respeito de Hiram Abiff (mencionado no item 4.3 deste Capítulo) e o Grau de Mestre:

A lenda de Hiram Abiff, surge proeminentemente no rito de iniciação de um Maçom no 3º Grau, quando se torna Mestre Maçom. O Ritual está essencialmente ligado à lenda de Hiram, com os três rufiões servindo como símbolo da ignorância em contraste com a Verdade Divina que só era conhecida pelo Rei Salomão, pelo Rei de Tiro e por Hiram Abiff.

Os Mestres Maçons, além de participarem e dirigirem os trabalhos das sessões de Aprendizes e Companheiros, também se reúnem em sessões exclusivas que são as “Câmara(s) do Meio”, em que tradicionalmente usam chapéus pretos. Nessas sessões, há a discussão de “(...) temas relativos aos destinos das Lojas, metas e objetivos a serem alcançados, interpretação dos Rituais e símbolos, não somente do Terceiro Grau, como também dos Graus anteriores.” (CONTE, 2011, p.25)

No Avental do Mestre Maçom, a cor varia segundo a Obediência e o Rito. Tem uma abeta simbólica fixa, que não é possível de ser levantada (figura 4.12). Ostenta três rosetas distribuídas em forma de triângulo equilátero equiângulo.



Fig.4.12. Exemplo de Avental de Mestre com a Abeta fixa abaixada.
Fonte: SANSÃO, V. (s.d., p. 02).

Por ser o Grau Simbólico mais alto, no qual o crescimento espiritual e físico é incrementado, o Grau de Mestre é adornado de maneira abundante com alegoria e simbolismo, sobretudo vinculado à construção do Templo de Salomão. A figura 4.13 demonstra a representação do Grau de Mestre.



Fig.4.13. Representação simbólica do Grau de Mestre.
Fonte: CONTE, C. B. (2011, p. 26).

Quanto ao Avental (figura 4.14) do Venerável Mestre ou Mestre Instalado (que é um título referente ao terceiro Grau), há duas características básicas:

- as rosetas são substituídas por “*Taus* invertidos”. “(...) O *Tau*, ou *Tao* (introduzido na Maçonaria aprox. no século XIX) é a 19ª letra do alfabeto grego e também um símbolo que abrange inúmeras interpretações, mas no Avental do Venerável Mestre representa a junção de dois símbolos maçônicos: o Nível e o Prumo.”
- duas franjas, à direita e à esquerda no avental, introduzidas na Maçonaria entre 1827 e 1841. (CONTE, 2011, p.25 -26)



Fig. 4.14. Exemplo de Avental do Venerável Mestre, com a Abeta abaixada.
Fonte: SANSÃO, V. (s.d., p. 03).

B) Graus Filosóficos

Já os Graus Filosóficos³⁴ (cada grau possui um número e um nome), assim são classificados no Rito Escocês Antigo e Aceito, iniciados a partir do Grau 4 até o Grau 33:

- 4- Mestre Secreto;
- 5- Mestre Perfeito;
- 6- Secretário Íntimo;
- 7- Preboste e Juiz;
- 8- Intendente dos Edifícios;
- 9- Mestre Eleito dos Nove;
- 10- Mestre Eleito dos Quinze;
- 11- Sublime Cavaleiro Eleito dos Doze;
- 12- Grão-Mestre Arquiteto;
- 13- Real Arco;
- 14- Perfeito e Sublime Maçom;
- 15- Cavaleiro do Oriente;
- 16- Príncipe de Jerusalém;
- 17- Cavaleiro do Oriente e do Ocidente;

³⁴ Conforme CONTE (2011, p. 137-139) elenca.

- 18- Cavaleiro Rosa-Cruz;
- 19- Grande Pontífice (ou Sublime Escocês);
- 20- Soberano Príncipe da Maçonaria (ou Mestre *Ad Vitam*);
- 21- Noaquita (ou Cavaleiro Prussiano);
- 22- Cavaleiro do Real Machado;
- 23- Chefe do Tabernáculo;
- 24- Príncipe do Tabernáculo;
- 25- Cavaleiro da Serpente de Bronze;
- 26- Príncipe da Mercê (ou Escocês Trinitário);
- 27- Grande Comendador do Templo;
- 28- Cavaleiro do Sol;
- 29- Grande Cavaleiro de Santo André;
- 30- Cavaleiro *Kadosh*;
- 31- Grande Juiz Comendador;
- 32- Sublime Cavaleiro do Real Segredo (ou Soberano Príncipe da Maçonaria);
- 33- Soberano Grande Inspetor Geral.

Em relação à enumeração desses **graus filosóficos (superiores)**, ou seja, do Grau 4 ao Grau 33, Ribeiro (2000, p. 107-120) apresenta uma classificação, subdividindo-os e nomeando-os, da seguinte maneira:

Do Grau 4 ao Grau 14 são os chamados GRAUS INEFÁVEIS, período em que o Maçom “(...) toma maiores conhecimentos sobre a história da Maçonaria, sua Filosofia, os valores de Mestre e sua identificação com um líder Maçom, de extraordinária importância para a Ordem e para o mundo. (...)”³⁵. Para os autores Karg e Young (2012, p.94) “(...) Nesta seção, o Ritual foca o Templo do Rei Salomão e o Mestre Maçom Hiram Abiff.”

Do Grau 15 ao Grau 18 são os chamados GRAUS HISTÓRICOS E RELIGIOSOS, período de conquista definitiva pelo Maçom do *direito de pensar*, conforme RIBEIRO (2000, p.110) diz: “(..) estuda-se as consequências da destruição do primeiro

³⁵ RIBEIRO (2000, p. 107).

Templo, o Templo de Salomão, e a construção do segundo Templo, o Templo de Israel; e os ensinamentos morais decorrentes das Grandes Religiões.”

O autor destaca o Grau 18, CAVALEIRO ROSA-CRUZ, ao ensinar que “(...)Todo o tempo em que se passa por este Grau tem o objetivo de espelhar-se nos exemplos do Mestre Jesus. Os seus símbolos são a Cruz e a Rosa, isto é, o corpo e o espírito: Jesus e o CRISTO”³⁶; complementa afirmando que “(...) Em nenhuma das Religiões que conheço exalta-se, cultua-se ou dá-se tamanha importância a Jesus e ao Cristo, como na Filosofia e ritualística do Grau 18 da Maçonaria”³⁷.

Do Grau 19 ao Grau 30 são os chamados GRAUS DE SANTIFICAÇÃO. O Maçom tem ingresso no “Ilustre Conselho Filosófico de Kadosh”, sendo o “Cavaleiro *Kadosh*” o último dos Graus Filosóficos, que segundo o autor: “(...) A tônica do Grau é a edificação do templo filosófico do Saber e da Verdade, a que se consagraram os cavaleiros iniciados perfeitos (...)”³⁸.

Do Grau 31 e Grau 32, são os chamados GRAUS ADMINISTRATIVOS, aos quais Karg e Young (2012, p. 99) denominam como o CONSISTÓRIO. O Grau 31 está direcionado “(...) para a justiça imparcial e para o conceito de que todo homem deve ter o benefício da inocência presumida e de pureza de intenção. (...)”. O grau 32 focaliza “(...) a vitória espiritual sobre a fragilidade humana, incentivando, assim, a moralidade e a razão.(...)”

Por último, o Grau 33, o “Grande Inspetor Geral”, quando o Maçom já se conscientizou sobre tudo o que aprendeu e os encargos que recebeu. “(...) O Grande Inspetor” é convidado a manter em pureza os nobres princípios da Ordem e do Rito que representa, como membro agora, de uma academia”³⁹

Outro Rito de destaque é o **Rito de York**, sobre o qual Karg e Young (2012, p. 99) expõem o que se segue:

³⁶ *Ibid*, p. 111.

³⁷ *Ibid.*, p.112.

³⁸ *Ibid.*, p. 116.

³⁹ RIBEIRO, *Op. Cit.*, p. 118.

Quem completou os três Graus simbólicos da Ordem e é agora Mestre Maçom tem a opção de ingressar no Rito de York. O nome York, vem da cidade inglesa de York e da lenda que cerca o rei Athelstan e a reunião da Primeira Grande Loja em 926, relatada no poema Regius – mais conhecido como o Manuscrito Halliwell – e o manuscrito Cooke(...). O Rito de York é rico em história e muitos de seus ensinamentos simbólicos têm origem nas Cruzadas e nos Cavaleiros Templários.

Como no Rito Escocês, o rito de York, oferece Graus adicionais pelos quais um indivíduo pode continuar sua educação espiritual na Ordem.

Há três corpos ou ramos do Rito York: o Capítulo do Real Arco, o Conselho da Maçonaria Críptica e Comendas dos Cavaleiros Templários, Nove Graus adicionais são oferecidos nesses três corpos. [...] (grifo nosso)

Faz-se mister ressaltar que outros Ritos possuem Graus diferentes em relação aos nomes e aos números. Assim, como exemplo, o Rito Moderno (o Rito da Iniciação de D. Pedro I) possui quatro Graus Filosóficos, a saber:

1ª Ordem - 4º Grau: Eleito;

2ª Ordem - 5º Grau: Eleito escocês;

3ª Ordem - 6º Grau: Cavaleiro do Oriente ou da Espanha;

4ª Ordem - 7º Grau: Cavaleiro Rosa-Cruz.

No entanto, estes Graus têm equivalência “(...) aos 33 Graus do Escocismo em tudo (importância, ensinamentos, hierarquia, etc).” (CONTE, 2011, p.139).

4.9. Símbolos Maçônicos

O vocábulo “símbolo” tem origem grega, *sumbolon*, “(...) como sinal de reconhecimento formado pelas duas metades de um objeto quebrado que tornam a se juntar; por extensão, essa palavra significa uma representação analógica relacionada com o objeto considerado.” (BOUCHER, 2015, p.13)

Existe a diferenciação entre “alegoria”, “emblema” e “símbolo”, sobre a qual Boucher (2015, p.13) sintetiza:

A **alegoria** (do grego allêgoria) pode ser traduzida literalmente pelas palavras “falar” e “outro”, isto é, “falar de outro modo”. Podemos citar como exemplos de alegorias o *apólogo* (*apo*, sobre, e *logos*, discurso), uma alegoria moral, e a *parábola* (*parabolê*, comparação), uma alegoria religiosa. O **emblema** (do latim *emblema*, ornamento que usa) é a representação simples de uma ideia. O boi, por exemplo, é considerado o emblema da força. O **símbolo** é mais amplo, mais extenso, e sua compreensão relaciona-se intimamente com os conhecimentos já adquiridos por quem o estuda. (grifo nosso)

Através da pesquisa realizada para a produção desse trabalho, conclui-se que a Maçonaria usa, principalmente, de símbolos e alegorias para ilustrar sua visão de Mundo e dar continuidade à história.

O simbolismo é, com efeito, uma verdadeira ciência que tem suas regras precisas e cujos princípios emanam do mundo dos Arquétipos. Na Maçonaria, o símbolo é constante e latente em todas as suas partes. É preciso, portanto, penetrar pacientemente seu significado.

[...]

O estudo aprofundado dos símbolos e, sobretudo, dos símbolos maçônicos pode levar muito longe. Nesta terra, tudo é símbolo; as próprias palavras, na realidade, não passam de símbolos das ideias. (BOUCHER, 2015, p.15)

Pelo estudo dos símbolos pode-se alcançar os ensinamentos do esoterismo (“ensino secreto”, que era passado a um grupo restrito, em segredo, em escolas filosóficas da Antiguidade Grega), em contraposição ao exoterismo (“ensino público”, que era passado irrestritamente ao público, em escolas da Antiguidade Grega). (CONTE, 2011) e (BOUCHER, 2015)

São muitos os símbolos Maçônicos que têm diversas interpretações associadas. Geralmente, têm relação direta com a Maçonaria Operativa e as

ferramentas do ofício. Esses Símbolos são normalmente identificados em desenhos, formas, cores, letras ou objetos, os quais representam algo em particular. Na Maçonaria, os símbolos vão desde ferramentas e detalhes arquitetônicos e geométricos até filosofias religiosas. (KARG e YOUNG, 2012)

Conte (2011, p. 91) ressalta, pertinentemente, que “(...) os símbolos expressam de uma forma velada, as Grandes Verdades Universais e a sua interpretação exige uma Ciência e uma Arte(...)”. Envolve a Ciência porque existem questões relacionadas ao conhecimento histórico e esotérico dos símbolos. Quanto à vinculação com a Arte, é preciso um repertório para interagir com os símbolos, através de um processo “intuitivo”, aliado à Verdade Interior de cada um.

Os maçons são os legítimos herdeiros e guardiões de todos os tesouros de Sabedoria da Antiguidade que, passando pelas mãos de **Moisés, Salomão, Hiram Abiff, Hermes, Pitágoras, Zoroastro, Jesus, Jacques de Molay, Cristian Rosencrauz e muitos outros, são hoje sintetizados e sincretizados em nossos símbolos, ferramentas, ensinamentos e rituais.** (CONTE, 2011, p.55, grifo nosso)

Desse modo, o autor (2011, p. 91) conclui que pelo simples fato de os Maçons poderem conviver com os símbolos contidos no interior de um Templo Maçônico, possibilita-se uma reflexão de seus valores e significados éticos, morais, filosóficos e esotéricos. “(...) Os símbolos velam revelando... e revelam velando.” Nessa continuidade, Morel (2011, p.21) salienta:

Mais do que desacreditar de tais “símbolos” é importante tentar compreender o chão de onde se sonha. A ponte imaginária entre o passado e o presente pode servir como sal da vida: ajuda a dar sentido maior a um cotidiano muitas vezes sem graça, atravessado por frustrações, angústias e problemas que o racionalismo não consegue resolver (e até pode torná-los insuportáveis).

Destacam-se, entre os símbolos maçônicos, a produção de “joias”, como se diz na interpretação maçônica, que são objetos preciosos, podendo ser imóveis e móveis. As joias imóveis, tais como a pedra bruta, a pedra cúbica e a prancha de traçar (retângulo sobre o qual são indicados os esquemas que constituem a chave do alfabeto maçônico), correspondem respectivamente aos graus de Aprendiz, Companheiro e Mestre. As joias móveis, que têm essa denominação, porque passam de um Irmão ao outro, de acordo com a função de cada qual, são o Esquadro, o Nível e o Prumo e adornam os colares do Venerável e dos dois Vigilantes. (BOUCHER, 2015)

A figura 4.15 é de um painel⁴⁰ do Grau de Aprendiz, com vários dos símbolos Maçônicos descritos no Quadro 4.1 (ainda neste item):



Fig.4.15. Painel pintado em tecido referente ao Primeiro Grau (Aprendiz)- feito na Alemanha. 1760. Fonte: MACNULTY, W. K. (2012, p.162).


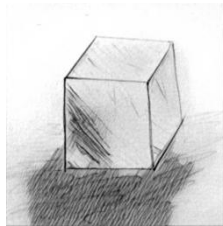
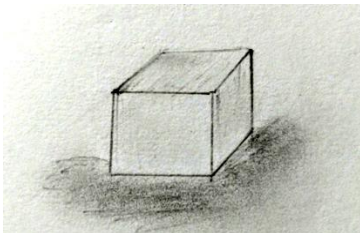
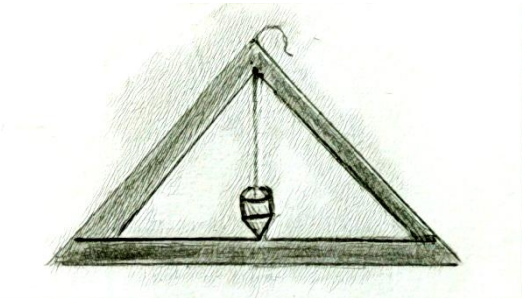
Apresenta-se, a seguir, o Quadro 4.1, elaborado⁴¹ com alguns dos mais conhecidos símbolos⁴² utilizados na Maçonaria, uma vez que sua quantidade é muito extensa. A interpretação também é algo que possa variar de pessoa para pessoa (e de grau para grau/ rito para rito) e, ao interpretá-los cada qual, estará descobrindo a “sua própria Verdade”.

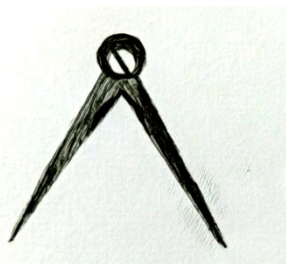
⁴⁰ Sobre “painéis”: o tema é abordado no item 4.10.2 deste Capítulo.

⁴¹ Autores pesquisados para a realização do Quadro 4.1: CONTE (2011, p. 91 – 100, 107-109), CHEVALIER e GHEERBRANT(2016, acepções- várias páginas) , KARG E YOUNG (2012, p. 191-202), MACNULTY (2012, P.156-157).

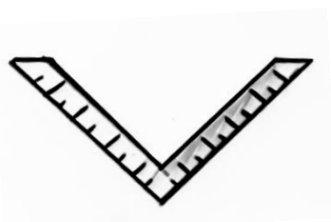
⁴² Os desenhos do quadro 4.1 foram feitos em lápis grafite pela Autora deste Trabalho.

QUADRO 4.1: SÍMBOLOS UTILIZADOS NA MAÇONARIA

SÍMBOLO	SIGNIFICADO
Pedra Bruta: 	<p>Simboliza o trabalho a ser iniciado, a obra que está por vir, o caminho a ser percorrido pelo Iniciado na Maçonaria.</p>
Pedra Cúbica: 	<p>Simboliza o trabalho semipronto, em vias de acabamento, que ainda necessita de polimento e brilho.</p>
Pedra Polida: 	<p>Simboliza o trabalho acabado, a missão cumprida. Representa aquele que trabalhou pelo seu aperfeiçoamento.</p>
Nível e (Fio de) Prumo: 	<p>O nível representa a Igualdade (nivelamento) entre todos os Irmãos da Loja e por extensão, entre todos os homens na Terra. O prumo simboliza a retidão que deve estar presente em nossos pensamentos, palavras e atos.</p> <p>Ambos (nível e prumo) correspondem à dualidade das colunas do Templo de Salomão.</p>

Compasso:

Representa o Espírito e o seu poder sobre a Matéria. Na tradição maçônica, seus graus de abertura simbolizam as possibilidades e os graus de conhecimento. O Compasso é um instrumento móvel (ativo), em relação ao Esquadro.

Esquadro:

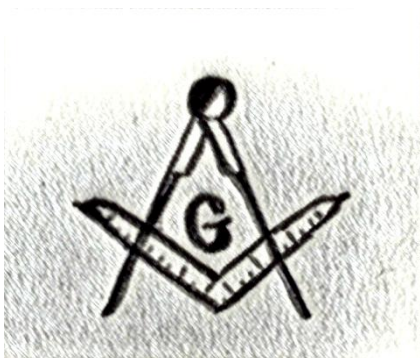
Representa a Matéria, que é inferior ao Espírito. Ele retifica e ordena a Matéria, é uma ferramenta de trabalho do Maçom que em relação ao Compasso, é um instrumento fixo, passivo.


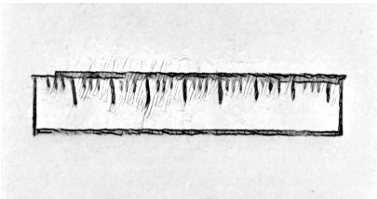

Compasso e Esquadro:

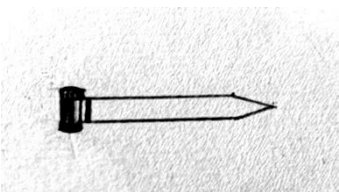
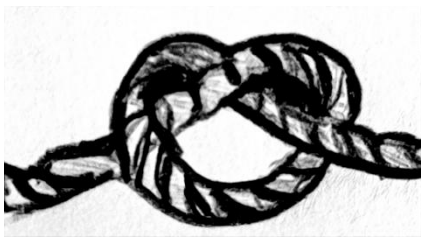

Simbolizam, quando juntos, a totalidade das coisas, a Unidade e o Todo, o Divino e o Humano, o Céu e a Terra (podem apresentar a letra “G” entre ambos) e, também, são encontrados em três diferentes posições:

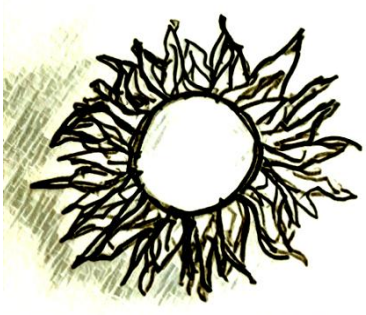

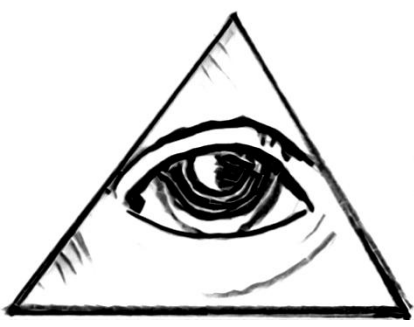
O Esquadro sobre o Compasso: representa o Grau de Aprendiz. A Matéria prevalece ainda sobre o Espírito.

O Esquadro entrelaçado com o Compasso: representa o Grau de Companheiro. Não há prevalência entre a Matéria e o Espírito. **O Compasso sobre o Esquadro:** representa o Grau de Mestre. O Espírito prevalece sobre a Matéria.



<p>A letra “G”:</p> 	<p>Um dos símbolos da Maçonaria que se encontra no quadro do Grau de Companheiro é a letra G, que ocupa o centro da estrela flamejante (ou estrela de 5 pontas). Em línguas modernas, há a explicação da letra como inicial de algumas palavras, tais como, glória, grandeza, geometria etc.</p> <p>Há Maçons que afirmam categoricamente que representa a Geometria, que é a ciência do Grande Arquiteto do Universo (G::A::D::U::). Pode designar “God” (Deus) em línguas anglo-saxônicas. Outros a interpretam como GNOSE (conhecimento), mas o significado inicial de “G”, muito provavelmente, é a ciência basilar da Maçonaria: a Geometria. Simboliza um centro diretor ou iluminador.</p>
<p>Régua:</p> 	<p>Simboliza a justa medida de todas as coisas. É o instrumento da construção, por excelência, ajuda a traçar linhas retas e representa o aperfeiçoamento.</p>
<p>Maço (ou Martelo/Malhete):</p> 	<p>Utilizado para o trabalho grosseiro na pedra bruta. Mostra que é necessário, às vezes, destruir para construir, sendo um instrumento ativo.</p>

<p>Cinzel:</p> 	<p>O Cinzel, sem o Martelo, tem pouca utilidade, sendo um instrumento passivo; com o Martelo, o Cinzel modifica a pedra bruta, demonstrando que “a união faz a força”.</p>
<p>Corda de 81 nós:</p> 	<p>A Corda adorna as paredes do Templo Maçônico e seus nós estão dispostos equidistantemente entre si. Simboliza a cadeia de união e fraternidade de todos os Irmãos da Loja e também a progressão aritmética do número 3, do triângulo sagrado que é, concomitantemente, o Delta e a Tríade Pitagórica.</p>
<p>Acácia:</p> 	<p>Árvore da família das leguminosas. Surge e floresce em regiões quentes e, mesmo assim, mantém suas folhas verdes, exprimindo imortalidade.</p> <p>Também simboliza inocência e tristeza. Na Maçonaria, a Acácia está relacionada com a morte e o renascimento, o conhecimento das coisas secretas, dentro do Ritual do Mestre (durante a Exaltação) e a figura do Mestre Hiram Abiff. Representa ainda a esperança na orientação e na proteção divinas.</p>

<p>Sol:</p> 	<p>Simboliza a luz própria, o dia, o calor da vida e o trabalho. O Sol, à direita do Venerável Mestre, é o símbolo do Orador da Loja, que deve brilhar com a retórica de seus pronunciamentos.</p>
<p>Lua:</p> 	<p>Simboliza a luz refletida, a noite, a renovação e o descanso. À esquerda do Venerável Mestre, a Lua é o símbolo do Secretário da Loja, que deve refletir nas Atas, exatamente, o ocorrido na sessão.</p>
<p>O Olho-Que-Tudo-Vê (Delta):</p> 	<p>Simboliza a presença do Grande Arquiteto do Universo no interior do Templo. Esse símbolo surgiu no antigo Egito, quando foram construídas as Pirâmides, cujas pedras eram tão polidas que refletiam a luz solar. Em toda a região do Egito era possível observar um grande triângulo (a face da pirâmide), e nele o “Olho de Hórus”.</p> <p>“Na tradição maçônica, olho simboliza, no plano físico, o <i>Sol</i> visível de onde emanam a Vida e a Luz; no plano intermediário ou astral, o Verbo, o Logos, o <i>Princípio criador</i>; no plano espiritual ou divino, o <i>Grande Arquiteto do Universo</i>”. (BOUM, 91 in CHEVALIER e GHEERBRANT, 2016, p.656).</p>

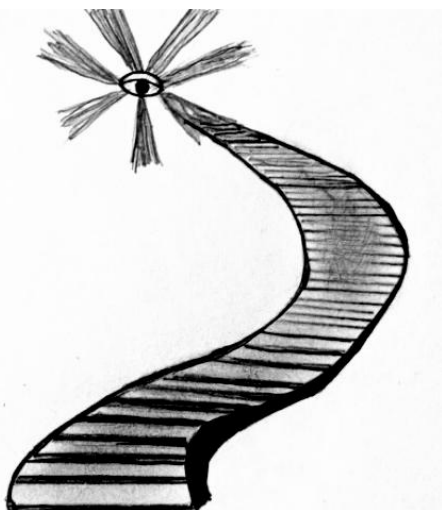
Os três pontos ∴



Os Maçons usam constantemente os três pontos (formando um triângulo) em suas assinaturas e abreviaturas de palavras. Em geral, as abreviações são utilizadas para proteger os segredos e mistérios da Ordem perante os profanos.

Os três pontos, quando formam um *triângulo equilátero*, simbolizam a Divindade, a Harmonia e a Perfeição. Este *triângulo*, adotado por grande parte dos Maçons, demonstra a Trindade, usada em todas as religiões, (como Pai, Filho e Espírito Santo, no Cristianismo). O *triângulo retângulo*, optado por alguns Maçons, por sua vez, faz reverência a Pitágoras e ao seu conhecido Teorema (“em todo triângulo retângulo, o quadrado da hipotenusa é igual à soma dos quadrados dos catetos”).

Escada de Jacó:



Simboliza o caminho, a ponte que une a Terra e o Céu (ou a Matéria ao Espírito), representa o avanço e a ascensão dos planos inferiores para os superiores. Os aprendizes sobem o primeiro degrau e os demais serão galgados mais tarde.

Essa Escada é um conceito bíblico que, pela narrativa de um sonho, descreve-se a ponte através da qual os Anjos sobem, mas também descem.

Livro da Lei: (L ∴ da L ∴)

A Maçonaria preconiza a não distinção entre religiões e aceita pessoas de diversas crenças, como Irmãos.

O Candidato deve, ao receber os ensinamentos durante a Iniciação, fazer um juramento de nunca revelá-los. Coloca-se a mão aberta sobre o Livro sagrado da Religião do Iniciado.

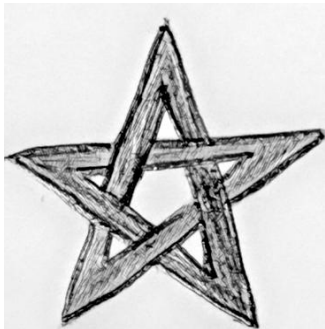
Normalmente, o Livro Sagrado que permanece aberto no transcorrer das sessões é a Bíblia. Caso haja um Candidato de outra religião que não tenha a Bíblia como Livro Sagrado, coloca-se também, ao lado dela, o Livro Sagrado da Religião do Candidato, como o Corão; ou até outros livros como os de Allan Kardec (doutrina espírita).

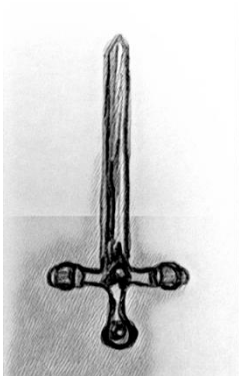

Há também a representação do Livro com a escada, que demonstra a instrução divina do Maçom em sua jornada.

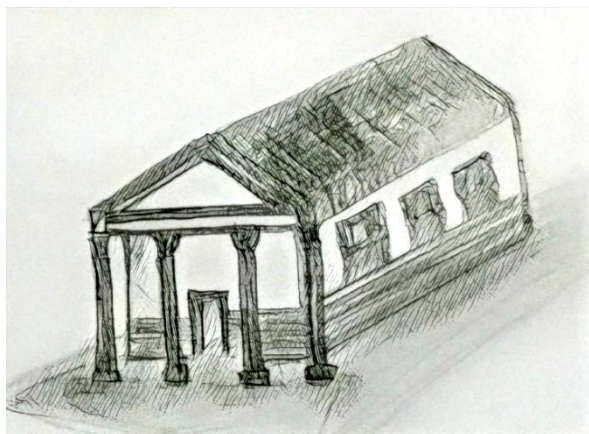
O número nove:

É o número eterno da imortalidade humana e, segundo a lenda, nove mestres reencontram o corpo e o túmulo de Hiram Abiff.

O algarismo 9 representa também, em seu grafismo, uma germinação para baixo (material); enquanto que o número

	<p>6 representa uma germinação para o alto (espiritual). Estes dois números compõem o início de uma espiral.</p>
<p>Estrela de Cinco Pontas:</p> 	<p>Conhecida por inúmeros outros nomes: Estrela Flamígera, Estrela Flamejante; Estrela de Davi; Estrela Hominal (do homem); Pentagrama; Pentáculo; Pentalfa.</p> <p>É a Estrela do Oriente, aquela que simbolizou o nascimento de Jesus e o emblema da amizade fraternal. Relaciona-se ao Grau de Companheiro.</p> <p>A origem do símbolo remete a Pitágoras. Nela, encontra-se o princípio do número áureo pitagórico: “a divisão de uma linha reta em média e extrema razão resulta em dois segmentos, nos quais o menor está para o maior assim como o maior está para o todo”.(CONTE, 2011,p.99)</p> <p>Na antiguidade, foi um símbolo de reconhecimento universal de iniciados, sobretudo entre os Pitagóricos.</p> <p>Quando invertida, representa as “forças adversas” e é utilizada nas práticas de Goécia (Magia Negra).</p> <p>“Na maçonaria, a figura do bode está relacionada com a “estrela flamígera” (2º Grau), que simboliza a transmissão de maior iluminação no currículo maçônico</p>

	<p>e o perfil do próprio homem, mas, quando invertida, representa o mal e atrai energias negativas e representa a cara de um bode (,,,), como símbolo do mal como ficou condicionado.” (RIBEIRO, 2000, p.55)</p>
<p>Espadas:</p> 	<p>São símbolos das virtudes militares e de muitas artes marciais. As espadas, nas tradições cristãs, são armas nobres que pertencem aos cavaleiros e heróis cristãos.</p> <p>Na Maçonaria, representam a força, a coragem, a virilidade e o poder. Significam proteção, segurança e atenção, com a ponta erguida. Já com a ponta para baixo, expressam respeito, equilíbrio, sabedoria e justiça.</p>
<p>Espadas Flamígeras:</p> 	<p>São também denominadas Flamejantes ou de Fogo. Simbolizam o Poder Espiritual, usadas por Anjos e Arcanjos.</p> <p>Na Maçonaria, somente o Venerável Mestre ou o Mestre Instalado, usando luvas, podem empunhar esta Espada.</p>
<p>Templo:</p>	<p>O templo é o objetivo e o resultado da Maçonaria Operativa. Tendo como referência Hiram Abiff e o Templo de</p>



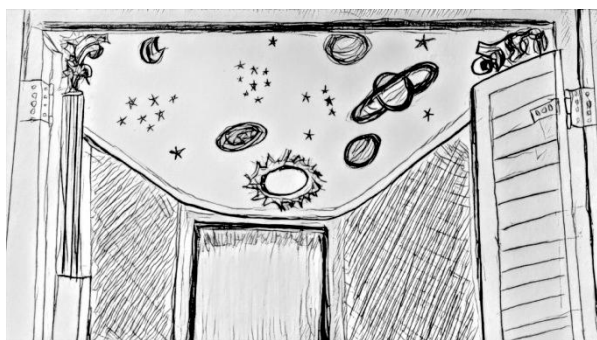
Salomão, o Templo na Maçonaria é considerado uma imagem do Homem e do Mundo.

A própria orientação do Templo, a exemplo das catedrais, simboliza o caminho que leva em direção à luz.

“Seu comprimento vai do Ocidente ao Oriente, sua largura do Setentrião ao Sul, sua altura, do Nadir ao Zênite.” (CHEVALIER e GHEERBRANT, 2016, p.876)

“A Loja Maçônica reflete o Universo porque a Maçonaria é Universal, e o Universo é um Templo, cuja largura vai do Norte ao Sul; o comprimento do Ocidente ao Oriente; a profundidade, da superfície ao centro da Terra; a altura, da Terra ao Céu, que é sustentado pelas Doze Colunas Zodiacais.” (CONTE, 2011, p.97-98)

Abóboda Celeste:



O teto do Templo Maçônico- a Abóboda Celeste- representa o céu ou a imensidão do Espaço Infinito, simbolicamente.

“O Céu Maçônico não é uniforme: ele é escuro no Norte (onde ficam os Aprendizes, que ainda não conseguem suportar muita Luz, porque vieram recentemente das trevas do mundo profano); no Sul há um pouco mais de

	<p>luminosidade e lá ficam os Companheiros; no Oriente a luminosidade é plena, pois é de lá que vem a Luz.” (CONTE, 2011, p.98)</p> <p>No Céu Maçônico, existem Estrelas, Planetas (menos Marte, pois representa na mitologia o deus da guerra) e Constelações. Normalmente, a Abóboda repousa sobre uma base quadrada, o que representa a união do céu e da terra, onde há a aliança entre as linhas curvas do alto e as retas da base.</p>
<p>Colunas:</p> 	<p>As colunas são elementos essenciais para a solidez de uma construção. No Templo Maçônico, existem três diferentes grupos/categorias de colunas:</p> <p>I- Coluna B e Coluna J</p> <p>Segundo a narrativa bíblica, são as colunas que sustentavam o Templo do Rei Salomão (estabilidade e força):</p> <p>A Coluna B (Boaz) situa-se ao lado esquerdo de quem entra no Templo Maçônico, sendo a coluna dos Aprendizes e representante da Força. A Coluna J (Jaquin/Yakin) situa-se ao lado direito para quem entra no Templo, sendo a coluna dos companheiros e representante da Beleza. Este posicionamento descrito das colunas pertence ao Rito Escocês Antigo e</p>



Dórica



Jônica



Coríntia

Aceito. Alguns Ritos apresentam uma disposição diferente (invertida).

II - As três colunas alegóricas do Templo: são de três diferentes estilos arquitetônicos da Grécia Antiga (em destaque, respectivamente, seus capitéis):

Coluna Dórica- também conhecida como “Coluna de Hércules”, representa o Primeiro Vigilante e a Força.

Coluna Jônica- também conhecida como “Coluna de Minerva”, representa o Venerável Mestre, o Oriente e a Sabedoria.

Coluna Coríntia- também conhecida como “Coluna de Vênus”, representa o Segundo Vigilante, a Coluna do Sul e a Beleza. (CONTE, 2011, p.96)

Estas colunas existiam fisicamente nos Templos Maçônicos; atualmente são citadas nos rituais, na forma de “conceitos teóricos e abstratos”.

III - As Doze Colunas Zodiacais, que representam os doze signos do Zodíaco e os doze meses do ano. Têm correlações com os Quatro Elementos da Natureza e os Planetas. Os signos Zodiacais encerram profundos conhecimentos esotéricos relacionados aos Ciclos Cósmicos e aos ciclos da Natureza, como as estações do ano.

Mar de Bronze:

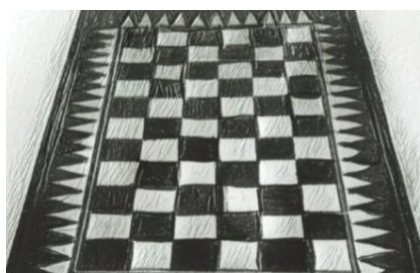
O Mar de Bronze é um recipiente grande, localizado na Coluna do Norte. O Iniciado, em passagem do Ritual de Iniciação, purifica-se simbolicamente pela lavagem das mãos nele.

Esse Ritual tem inspiração bíblica e refere-se ao Templo do Rei Salomão.

Pavimento Mosaico e Orla Dentada:

Esse Pavimento é colocado no piso do Ocidente, formado por quadrados negros e brancos alternados, que simbolizam: a convivência harmônica entre os elementos opostos, contrários ou desiguais; a eterna luta da dualidade ou polaridade, no Universo Manifestado (Luz e Trevas, Bem e Mal, Solar e Lunar, *Yang* e *Yin*, Matéria e Espírito).

A dualidade é transposta no privilégio da escolha, no livre-arbítrio concedido pelo Criador Supremo.



O Mosaico é circundado pela Orla Dentada, cuja representação está nos limites a serem respeitados, a partir do livre-arbítrio de cada um; e nas fronteiras do plano físico, além das quais os planos espirituais são vislumbrados.

4.9.1. “Símbolos” da Câmara de Reflexão

O Candidato, ao ingressar na Maçonaria, é colocado em uma “Câmara de Reflexão” (figura 4.16), onde permanecerá isolado para fins de recolhimento e meditação.

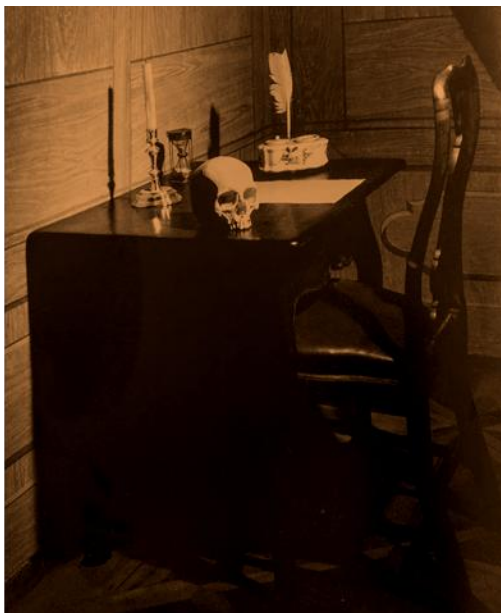


Fig.4.16. Câmara de Reflexão.
Reprodução contemporânea de uma sala usada originalmente no século XVIII.
Fonte: MACNULTY, W. K. (2012, p.158 e 159).

Segundo Conte (2011), essa câmara, que não recebe luz exterior e é iluminada geralmente apenas por uma pequena vela, tem as paredes forradas em preto e pintadas com emblemas fúnebres. Ela seria, exotericamente, a “masmorra na qual os inimigos do tirano ou déspota eram encarcerados e abandonados” e, esotericamente, o interior da Terra, que é o mais grosseiro e inferior dos quatro elementos da Natureza (terra, ar, água e fogo). Simbolicamente, na Maçonaria, exprime a consciência, o próprio interior do homem.

São encontrados nela diversos objetos em uma pequena mesa que, mesmo não sendo símbolos maçônicos, o Candidato deve decifrá-los. Conte (2011, p.101-102) faz a relação desses objetos:

Crânio (caveira): simboliza a morte, sobre a qual o candidato deve meditar.

Pão: representa a vida. O Candidato almeja esse “alimento espiritual”.

Água: significa a fonte do conhecimento que o Candidato busca.

Pão e Água: exprimem o alimento dado aos inimigos ou aos escravos (“passar a pão e água até a morte”). É o meio que o futuro Maçom deve provar “na própria pele” para combater a injustiça e a escravidão. Assim, o Iniciado se abstém dos prazeres da vida para depois, sábio e justo, poder gozar moderadamente desses prazeres.

Sal, Enxofre e Mercúrio: símbolos da Alquimia, sendo o Sal neutro, o Enxofre Positivo (princípio masculino) e o Mercúrio Negativo (princípio feminino). O Alquimista consegue transformar seus vícios e imperfeições em qualidades e virtudes através de complicadas operações alquímicas. O autor ressalta que todos os Maçons esclarecidos devem compreender e utilizar esses ensinamentos simbólicos, já que a Pedra Bruta é desbastada e transmutada até sua transformação em Pedra Cúbica, simbolicamente.

Galo: ave que, em seu canto, representa toda a filosofia maçônica, anunciando o “dissipar das trevas” e “o surgir da Luz”.

Ampulheta: objeto que mostra a passagem do tempo; sugere que o homem deve sempre lembrar de seu Criador na Juventude, para não ter dissabores em sua Velhice.

Vigilância e Perseverança: os iniciados sempre usaram tais palavras como lema- “Vigiai e Perseverai”.

* Vigiar - porque as trevas sempre rondam aqueles que buscam a Luz.

* Perseverar- porque o caminho que conduz à Luz é estreito e íngreme, mas somente ele nos abrirá os Portais da Eternidade. (CONTE, 2011, p.102)

4.9.2. Os Três Painéis

Os Painéis não são propriamente Símbolos Maçônicos. Entretanto, Karg e Young (2012, p. 198) os consideram como Símbolos: “Em termos simples, um painel (...) equivale atualmente a um conjunto de transparências que expõem várias imagens e símbolos.”

De fato, expõe-se a versão de Conte (2011, p. 103), que não os considera como símbolos, mas um conjunto de símbolos referentes a um determinado grau. Cada um dos Três Graus da Maçonaria Simbólica têm os seus respectivos painéis. O Painel “(...) é colocado no Centro do Ocidente da Loja e serve para indicar o Grau em que se está trabalhando. Serve também para que todos, contemplando-o, possam rememorar os ensinamentos contidos em seu simbolismo.”

Na Maçonaria Especulativa, inicialmente o Painel era desenhado com giz ou carvão. Somente no século XVIII, o Painel passou a ser uma peça de pano, tecido, com bordados dos símbolos do Grau. Atualmente, também é encontrado impresso em outros materiais.

O Painel do Grau de Aprendiz contém os símbolos relacionados e é o mais “singelo” (figura 4.17):

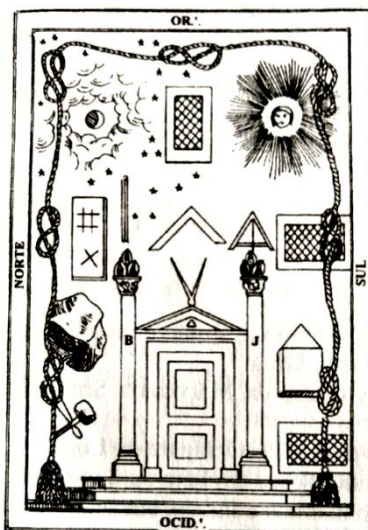


Fig.4.17. Exemplo de um Painel de Aprendiz.
Fonte: CONTE, C. B. (2011, p.104).

O Painel do Grau de Companheiro contém os símbolos referentes ao seu Grau, mais os símbolos do Grau anterior (figura 4.18).



Fig.4.18. Exemplo de um Painel de Companheiro.
Fonte: CONTE, C. B. (2011, p.104).

O Painel do Grau de Mestre é muito diferente dos anteriores, pois apresenta, alegoricamente, a Lenda do Terceiro Grau (Mestre), relativa à morte de Hiram Abiff. Abarca símbolos de significação espiritual elevada, como as representações da Morte e da Imortalidade (figura 4.19).

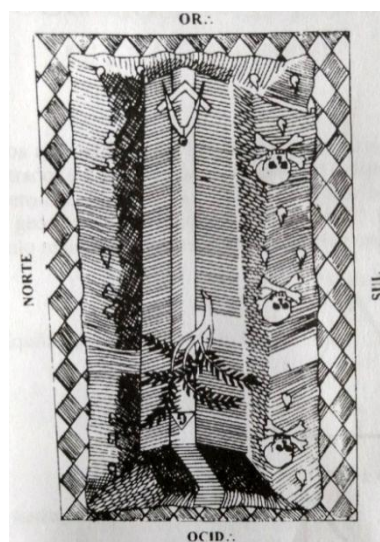


Fig.4.19. Exemplo de um Painel de Companheiro.
Fonte: CONTE, C. B. (2011, p.104).

4.10. Maçonaria e Religião

“E em torno dos altares da Maçonaria podem reunir-se como irmão os cristãos, hebreus, mulçumanos, brâmanes, confucionistas e zoroastristas e, unidos, rezar ao único Deus que está acima de todos os Baalins (falsos deuses).”
(Albert Pike)

Grande parcela dos próprios membros, dentre os quais muitos se destacam pela grande expressividade no que se refere aos seus conhecimentos, atestam em seus pronunciamentos que a Maçonaria não é uma religião. Outros, até sugerem opiniões que procuram coadunar Religião e Maçonaria em um único contexto. Ainda há quem considere que a Maçonaria, de certa maneira, seja uma religião.

O célebre Maçom Albert Pike, em sua obra *“Morals and Dogma”* apud Aslan (1981, p. 33), negou categoricamente a qualidade de religião à Maçonaria, dizendo:

A Maçonaria não é uma religião. Quem dela fizer uma crença religiosa, a falsifica e a desnatura. O bramanista, o judeu, o maometano, o católico, o protestante, que praticam cada qual a sua própria religião, determinada pelas leis, o tempo, o clima, deverão conservá-la, visto que as leis sociais e sagradas adaptadas aos usos e costumes e os prejuízos de certos países, são obras humanas....
Porém a Maçonaria ensina a conservar em toda a sua pureza os princípios fundamentais da velha fé primitiva, que são as bases sobre as quais se apoia toda religião...

O escritor inglês Bernard E. Jones, em seu livro *“Freemasons Guide and Compendium”*, in Aslan (1981, p.39), alinhavando as proposições acima expostas com muita propriedade, coloca que:

A Maçonaria não declara ser uma religião. É um sistema de moralidade, de filosofia. Um candidato é livre de seguir os princípios e crenças religiosas que lhe agradarem; a associação não os desprezará e respeitará seus seguidores tanto quanto eles trouxerem para dentro da Maçonaria a parte essencial do seu código – uma crença ao “glorioso arquiteto do céu e da terra”.

Bem a propósito, cite-se o depoimento de Fernando Pessoa, em janeiro de 1935, que revigora a crença inquestionável de um Ser Supremo, no livro *“As origens e Essência da Maçonaria”* (2006, p.19), quando esclarece:

Não pertenço a ordem iniciática nenhuma. Creio na existência de mundos superiores ao nosso e de habitantes desses mundos, em experiências de diversos graus de espiritualidade, subtilizando-se até se chegar a um ente supremo, que presumivelmente criou este mundo. Pode ser que haja outros entes, igualmente supremos, que hajam criado outros universos, e que esses universos coexistam com o nosso, interpenetradamente ou não. Por estas razões, e ainda outras, a ordem externa do ocultismo, ou seja, a Maçonaria, evita (exceto a Maçonaria Anglo-Saxônica) a expressão “Deus” dadas as suas implicações teológicas e populares, e prefere dizer “Grande Arquiteto do Universo”, expressão que deixa em branco o problema de, se ele é criador, ou simples governador do mundo. Dadas estas escalas de seres, não creio na comunicação direta com Deus, mas, segundo a nossa afinação espiritual, poderemos ir comunicando com seres cada vez mais altos.

Aslan (1981) apregoa que são variadas e complexas as opiniões religiosas, como resultados da educação, da instrução e da inteligência de cada pessoa. A Maçonaria, nesse sentido, admite todas elas, menos o ateísmo (que é a negação da religião) e o misticismo (sua exaltação supranormal não se coaduna com os princípios maçônicos). Assim, o autor considera a Maçonaria fundamentalmente a “religião da Tolerância”.

Por sua vez, Conte (2011, p.58) expõe taxativamente que:

[...] a Maçonaria é, não somente uma religião, mas a única digna desse nome.
Única porque os maçons, diferentemente de todos os demais, têm por princípio básico e fundamental a reunião e conagração de todos os homens de bem, independentemente de suas crenças... basta simplesmente que creiam em um Ente Supremo.

Parece, portanto, que no tema Maçonaria e Religião, ainda que os posicionamentos entre os Maçons aparentem díspares, há um ponto de convergência, onde o vértice é o “Grande Arquiteto do Universo” (nome convencionado na simbologia maçônica, para que todos os Maçons possam falar “a mesma linguagem”); uma vez que a Maçonaria une entre si os homens e, concomitantemente, estes ao Ser Supremo.

4.10.1. A Maçonaria e a Igreja Católica

Segundo Hortal (2008), muitos papas dos últimos três séculos condenaram a Maçonaria continuamente, contabilizando 580 documentos pontifícios a respeito. Karg e Young (2012) relatam que a primeira Bula Papal (documento formal emitido por um pontífice, que o sela com seu timbre exclusivo de papa) foi expedida pelo Papa Clemente XII, em abril de 1738.

[...] A Bula do papa Clemente XII começa descrevendo os maçons como membros de uma sociedade de qualquer religião ou seita que se juntavam de acordo com suas próprias leis, sob juramento estrito e irrevogável feito sobre a Bíblia Sagrada, e sob ameaça de severa punição caso o silêncio sobre o segredo fosse violado. Continuando, Clemente dizia que a sociedade maçônica, que é mantida com grande suspeição, é depravada e pervertida [...].(KARG e YOUNG, 2012, p.156)

Essa Bula terminava advertindo a todas as autoridades da Igreja para que praticassem a perseguição e a punição a qualquer pessoa vinculada à Maçonaria. “(...) Desde 1738, nove papas emitiram 17 pronunciamentos em apoio a Clemente XII (...)” (KARG e YOUNG, 2012, p.156). Nesse seguimento, Hortal (2008, p.46) relata que “De Pio IX a Leão XIII, encontramos nada menos do que 350 intervenções pontifícias contra a Maçonaria (...)”.

Em Conte (2011, p.160), no capítulo dedicado às opiniões sobre a Maçonaria, encontra-se a reprodução da frase de Leão XIII: “A Maçonaria é uma associação contrária a todo direito divino ou humano e é tão perniciosa ao Cristianismo quanto ao Estado”.

A seguir, figura 4.20, uma charge brasileira de 1870 que mostra o embate entre a Igreja e a Maçonaria:



Fig.4.20. Charge brasileira da década de 1870: Igreja x Maçonaria.

Autor: Desconhecido.

Fonte: MOREL, M. in Revista de História da Biblioteca Nacional Sociedades Secretas (2016, p.17).

Karg e Young (2012, p.157) explicam que, em 1917, a Igreja Católica emitiu a Lei Canônica nº 2.335, que dispõe: “Pessoas associadas à seita maçônica ou quaisquer outras do mesmo tipo, que conspiram contra a Igreja, tornam legítimo que as autoridades civis estabeleçam a excomunhão imediata”. Já que a Maçonaria não havia conspirado para o fim de qualquer Igreja ou Estado, mesmo diante de tais recomendações contrárias, muitos católicos puderam adentrar à Ordem. Nessa perspectiva, inserem-se abaixo as figuras 4.21 e 4.22.



Fig.4.21. Selo do Vaticano (I) .

Autor: RUDELLI, M. (1966).

Fonte: LOJA SÃO PAULO 43 (2017).



Fig.4.22. Selo do Vaticano (II).

Autor: RUDELLI, M. (1966).

Fonte: LOJA SÃO PAULO 43 (2017).

A figura da esquerda faz lembrar o símbolo do **Mestre** na maçonaria que é representado por um ancião de longas barbas, pensativo, portando nas mãos um compasso, diante de uma prancha. É sobre ela que o mestre estabelece seus planos.

A figura da direita faz lembrar o **Mestre Construtor** com a trolha do pedreiro assentando a pedra polida para a construção simbólica do templo. Os selos foram desenhados pelo gravurista italiano Mario Rudelli e lançados pelo Vaticano em 1966, época do Papa Paulo VI. (LOJA SÃO PAULO 43)

Em 1983, um novo Código Canônico foi introduzido, em que se proibia uma vez mais a associação de católicos com qualquer instituição que conspirasse contra a Igreja, todavia sem assinalar a Maçonaria. Segundo Karg e Young (2012), a “(...) percepção trazida por essa omissão apontava uma mudança na doutrina da Igreja, mas por pouco tempo”.

Após a publicação do Novo Código Canônico, o Cardeal Joseph Ratzinger tornou-se o papa Bento XVI mais tarde-, em 24 de abril de 2005, após a morte de seu antecessor, o papa João Paulo II, declarou que a Igreja deveria ter para com a Maçonaria o mesmo julgamento de antes. Quanto aos católicos associados à Maçonaria, estes estariam cometendo um pecado grave e por isso não receberiam a Santa Comunhão.

Karg e Young (2012, p.158) concluem sobre a relação, por vezes adversa, entre a Maçonaria e a Igreja Católica:

A proliferação da Maçonaria em países historicamente católicos, tais como o México e a maior parte dos países Latino-Americanos, indica que apesar da posição da Igreja Católica Romana, o Catolicismo e a Maçonaria coexistam pacificamente. O período longo de silêncio sobre o assunto de 1917 a 1984, e a punição se referir ao impedimento da comunhão e não mais a excomunhão, são evidências de que a Maçonaria é considerada atualmente um sinal insignificante no radar da igreja Católica.

Prova disso é o fato de grande parte dos Maçons do Brasil serem católicos e usarem a Bíblia Sagrada (Antigo e Novo Testamentos) como o Livro da Lei durante suas sessões.

4.11. A Mulher e a Maçonaria

A Maçonaria tradicionalmente aceita em todo o Mundo é restrita a homens e não consente a entrada de mulheres na Fraternidade, pois sempre foi essencialmente masculina. No entanto, MacNulty (2012) destaca o fato de que mesmo durante o início da Ordem, existiam mulheres envolvidas em associações próximas. Como exemplo, a “Ordem dos Mops” em Viena, fundada em 1738 por Maçons católicos após a proibição papal à Maçonaria. Esta Ordem admitia membros de ambos os sexos e, por isso, era considerada andrógina.

Assim, a mulher poderia ser recebida em Lojas Adotivas (andróginas), operadas pela direção de uma Loja regular. Os graus dessas Lojas não eram considerados os Graus Maçônicos, mas tinham “um sabor caracteristicamente Maçônico”, como ressalta MacNulty (2011). A “Maçonaria Adotiva” foi muito popular no Continente Europeu, especialmente na França, a partir da segunda metade do século XVIII.

Ainda de acordo com o autor, a primeira mulher maçom foi Elizabeth Aldworth (1693-1773), de Cork (Irlanda) (figura 4.23).

[...] Seu pai, o Visconde Doneraile, era maçom, e a Loja reunia-se em sua casa, como de hábito naquela época (segundo consta, isso ocorreu pouco antes da criação da primeira Grande Loja, em 1717). Diz-se que, bisbilhotando, ela assistiu a uma iniciação. Os Irmãos discutiram o assunto e decidiram iniciá-la para obrigá-la a guardar segredo. Diz-se também que, com o tempo, ela se tornou Mestre daquela Loja.[...] (MACNULTY, 2011, p.226)



Fig.4.23. Retrato de Elizabeth Aldworth, vestindo indumentária Maçônica. Fonte: MACNULTY, W. K (2011, p.227).

Todavia, desde o surgimento dos movimentos igualitários e feministas, sobretudo no século XX, há um desenvolvimento de Lojas exclusivamente femininas (figura 4.24), que espelham as Lojas masculinas tradicionais. MacNulty (2012, p.230) utiliza o exemplo da Grande Loja Feminina da Bélgica e pormenoriza:

Sob alguns aspectos, a Grande Loja Feminina é mais tradicional que muitas Lojas “tradicionais”. Quando a Loja é aberta, por exemplo, uma Aprendiz desenha os símbolos maçônicos a giz numa lousa no chão da Loja. A lousa é usada durante os trabalhos e é apagada quando a Loja se fecha, como acontecia na Maçonaria Primitiva.[...]



Fig.4.24. Mulheres Maçons na Inglaterra, no começo do Século XX. Utilizam indumentária Maçônica do tipo inglês tradicional. A Grã-Mestra empunha um Malho. Fonte: MACNULTY, W. K. (2012, p.232-233).

Ainda relativo ao tema, o autor expõe que a Maçonaria tradicional exclui as mulheres, mas as esposas e irmãs de Maçons são estimuladas a participar de atividades relacionadas às Lojas.

Atualmente, são muitos os questionamentos e críticas sobre a Maçonaria tradicional por essa restrição, considerada por vezes como conservadora e machista. Neste sentido, Ribeiro (2000, p, 63) relata:

Embora a mulher não possa participar, como membro da Maçonaria, a Ordem Maçônica não é machista. Pelo contrário é feminina (*a Maçonaria*). Os Maçons são também chamados de “Filhos da Viúva”. Realmente, a Maçonaria é muito mais Mãe do que Pai. Cultua e amplia as artes e as ciências, educa os filhos, mantém e protege a família.

Ainda segundo o autor⁴³ a Maçonaria Feminina e as Lojas Mistas existem:

[...] Primeiramente na França- mas sem sucesso. No Brasil surgiram timidamente. Rituais semelhantes, mas não verdadeiros, e assim por diante. Tem sido um engodo, com as mulheres. Não são Lojas reconhecidas, e, na verdade, são organizações espiritualistas idealizadas por maçons sem critério, com más intenções com as mulheres, etc. Importante e muito gratificante para a mulher, esposa de Maçons, é sua participação nos departamentos sociais, que trabalham lado a lado com os Maçons e de onde elas podem tirar conhecimentos, até onde for possível, e benefícios.

Logicamente, esta opinião exposta acima é de um Maçom, Wilson Ribeiro, mas que grande parte dos Maçons pensa da mesma forma. Não obstante, há aqueles que interpretam de outra maneira. Em conversas ocorridas⁴⁴ em 2013 e 2014 com um Maçom de Paraty (à época tinha o cargo de vice-presidente na Loja), vinculado às “Grandes Lojas-RJ”, pode-se notar outra opinião. Este Maçom defende também que a Maçonaria não é machista e a tendência natural, assim como acontece na Humanidade, é incorporar as Mulheres à Ordem.

Outrossim, dentro da Filosofia Maçônica e sem ferir nenhuma determinação da Ordem, há a solenidade chamada “Sessão Branca”, com a participação das filhas de Maçons ao que se denomina “sobrinhas” (também podem participar familiares de Maçons e convidados); sobre a qual Ribeiro (2000, p 67) comenta: “(...)Na solenidade elas não recebem “avental”, nem sinais, nem palavras e não são adotadas. São apenas, *ratificadas* como nossas sobrinhas. (...)”

É importante ressaltar nesse item dedicado à Mulher, quando se fala em Maçonaria, que existem diversas Ordens mistas ou só de mulheres que buscam o reconhecimento do Grande Oriente. Há também muitas **Entidades Paramaçônicas**, ou seja, vinculadas à Maçonaria e oficialmente reconhecidas. “(...) De acordo com o art. 233 do Regulamento Geral da Federação, o Grande Oriente do Brasil, os Grandes Orientes Estaduais e as Lojas poderão fundar organizações complementares paramaçônicas, sendo-lhes facultada a admissão do elemento feminino.” (CONTE, 2011, p.20).

Uma dessas é a Organização denominada Filhas de Jó (figura 4.25), fundada pela Sra. Ethel T. Wead Mick em Nebraska, EUA, em 20 de outubro de 1920, formada de meninas com idades entre 10 e 20 anos incompletos, que possuam

⁴³ *Ibid.*, p. 65.

⁴⁴ Informação Verbal concedida à Autora deste trabalho.

conhecimento com um Maçom e compartilhem um objetivo comum: o aperfeiçoamento do caráter. Para alcançá-lo, a Organização busca priorizar o desenvolvimento moral e espiritual. Seu nome se deve ao Livro de Jó, cujo Capítulo 42:15, diz: “Em toda a Terra não se encontram mulheres mais justas que as filhas de Jó e seu pai lhes deu herança entre seus irmãos”. As reuniões são fechadas ao público em geral e acompanhadas por Maçons. (CONTE, 2011), (KARG e YOUNG, 2012), (GOSP, 2017)



Fig. 4.25. Logotipo: “Filhas de Jó” .
Fonte: GRANDE ORIENTE DE SÃO PAULO (GOSP, 2017).

4.12. Maçons Famosos

Pessoas famosas por esse ou aquele motivo não são a composição principal de Maçons. Segundo Morel (2011, p.21): “(...) Nada mais atraente, sob esse ponto de vista, do que “escolher” antepassados ilustres. A identificação com estes pode ser gratificante, ainda mais em tempos nos quais as celebridades equivalem, na cultura de massa, a deuses encarnados.”

Um aspecto importante a se ressaltar é que curiosamente a Maçonaria atrai pessoas com formações muito diferentes, ou seja, de reis a músicos clássicos e de jazz, de artistas a cientistas, de filósofos a astronautas.

Seria possível apresentar uma lista enorme de Maçons, tanto internacionais quanto nacionais, que por sua vez poderiam ser classificados por datas, categorias, países etc. Todavia, são mencionados a seguir alguns Maçons, dentre tantos, conhecidos na História da Humanidade, como: o rei britânico Eduardo VII (fig. 4.26), o músico Franz Liszt, o presidente norte-americano George Washington (fig. 4.27), o primeiro-ministro britânico Winston Churchill (fig.4.28), o escritor alemão Johann Wolfgang Von Goethe, o revolucionário italiano Giuseppe Garibaldi, o cientista Alexander Fleming, o astronauta Edward Eugene “Buzz” Aldrin etc.



Fig.4.26. Foto- Rei Eduardo VII.
Na foto, usa suas vestes de Maçom, s/d.
Fonte: MACNULTY, W. K. (2012, p. 300).

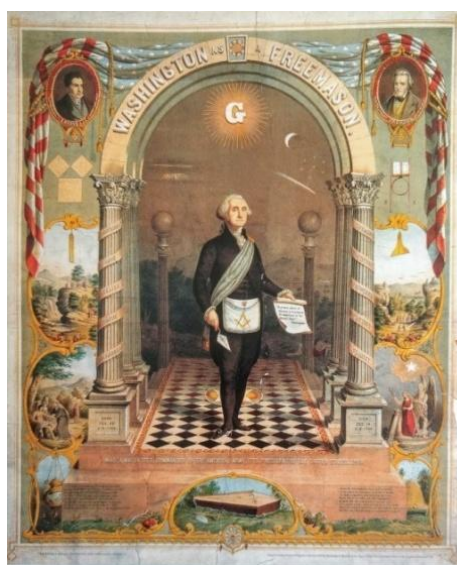


Fig.4.27. Painel do Presidente Maçom George Washington, s/d.
Fonte: MACNULTY, W. K. (2012, p. 302).



Fig.4.28. Impressão Maçônica do Primeiro-Ministro Britânico Winston Churchill, 1965.
Fonte: MACNULTY, W. K.2012, p. 304).

O grande compositor Wolfgang Amadeus Mozart (1756-1791), gênio da música clássica e integrante da franco-maçonaria na Áustria, merece destaque especial na história da Maçonaria, juntamente a sua ópera “A Flauta Mágica” (libreto escrito por Emanuel Schikaneder), que é considerada sua obra mais Maçônica. A figura 4.29 é a de uma joia Maçônica de uma Loja em sua homenagem.

[...] Mozart e seu libretista pretenderam abordar nesta obra uma série de temas que consideravam importantes. Essas mensagens se relacionavam com os ideais filosóficos do iluminismo e, ao mesmo tempo, com ideais da franco-maçonaria que tinham se inserido nos meios cultos de Viena. Para isso, os dois artistas serviram-se da estrutura típica da Ópera popular alemã. (FRAGA e MATAMOURO, 2011, p. 10)



Fig.4.29. Joia Maçônica em homenagem a Mozart.
Fonte: MACNULTY, W. K. (2012, p. 292).

Entre os brasileiros Maçons, considerados grandes vultos do Brasil, estão o Imperador D. Pedro I, os políticos José Bonifácio de Andrada e Silva (figura 4.30), Joaquim Gonçalves Ledo, Marechal Deodoro da Fonseca- primeiro presidente do Brasil- e posteriormente alguns outros presidentes como Floriano Peixoto, Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves, Nilo Peçanha, Hermes da Fonseca, Venceslau Brás, Washington Luiz, Jânio da Silva Quadros; e figuras ilustres como Rui Barbosa, Padre Diogo Antonio Feijó, Duque de Caxias, Barão do Rio Branco entre tantos outros.

Pode-se observar, pela lista de nomes acima mencionados, que a grande maioria deles faz parte da galeria de Presidentes da República Federativa do Brasil e nesse sentido é que Azevedo, em seu artigo “Maçonaria: história e historiografia” (1996-97, p.179) relata que:

Durante todo o século XIX são inúmeras as referências à atuação da maçonaria no Brasil. A julgar pelos testemunhos históricos de contemporâneos e pelas narrativas deixadas pelos primeiros historiadores do Brasil, seria difícil encontrar um político do primeiro e do segundo Reinado, ou mesmo dos anos iniciais da República, que não tivesse em algum momento de sua vida se filiado a uma loja maçônica.[...]

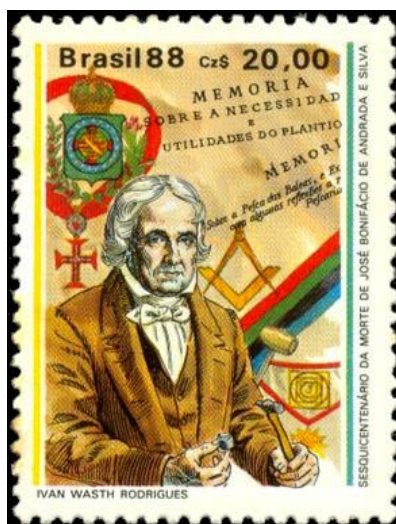


Fig.4.30. Selo- Sesquicentenário (150 anos) da morte de José Bonifácio. Selo com Pintura de José Bonifácio com símbolos do Brasil Império e da Maçonaria. Autor: RODRIGUES, I. W. (1988). Fonte: LOJA SÃO PAULO 43 (s.d.).

4.13. Breve Histórico da Maçonaria no Brasil e Atualidade

Diversas organizações Maçônicas dos Estados Unidos e da Europa introduziram a Maçonaria na América Latina, entre os séculos XVIII e XIX, em um contexto de busca pela independência das colônias espanholas na América. Na figura 4.31 são mostradas medalhas de Lojas Maçônicas de países sulamericanos que tiveram a participação direta da Maçonaria no processo de independência. (MACNULTY, 2012).



Fig.4.31. Medalhas de Lojas Maçônicas do Uruguai, Chile e Brasil, respectivamente. (s/d)
Fonte: MACNULTY, W. K. (2012, p. 128).

Ao se tratar da Maçonaria no Brasil, convém preliminarmente fazer um introito acerca da Inconfidência Mineira (1789), ocorrida no País, e a participação de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, no que se refere a sua hipotética iniciação na Maçonaria.

No tocante à probabilidade da iniciação de Tiradentes na Maçonaria ou a sua vida de maçom, não existe qualquer registro e, nos sete volumes dos Autos Devassos da Inconfidência Mineira, publicados pela Biblioteca Nacional (1936), não há qualquer referência à iniciação de Tiradentes ou sua condição de maçom. (MORAES, 2014, p.92)

Por outro lado, o autor dispõe, que:

Não se pode negar que há indícios de que maçons se envolveram na Inconfidência Mineira e em outros acontecimentos históricos que se sucederam. Gustavo Barroso (1990), historiador pátrio dos mais afamados,

afirmou que “a Maçonaria estava envolvida na Conjuração Mineira”. Ele só não disse como e por quais representantes.⁴⁵

É evidente que muito se indaga sobre a qualificação de Tiradentes como Iniciado na Maçonaria, inclusive através de relatos que fogem muitas vezes da realidade. Seria necessária uma participação da Maçonaria como uma instituição social na busca da verdade dos fatos.

Portanto, como não existia documentação hábil, nos primórdios e até meados do século XVIII, época em que tudo começou a acontecer no que se refere à Maçonaria no Brasil, se torna difícil configurar plenamente sua história, inclusive a indicação de Tiradentes como Maçom.

Durão (2008, p. 13 e 14) relata quanto ao começo da Maçonaria no Brasil:

[...] as primeiras ações maçônicas surgiram com a característica de clubes revolucionários porque o seu principal objetivo era a libertação política do domínio de Portugal. Entendem os autores maçônicos que esses movimentos não poderiam aparecer com o formato claro de uma organização maçônica porque as sociedades secretas, em especial a Maçonaria, eram proibidas e, seus membros, quando identificados pelo poder colonizador, eram sumariamente eliminados sob o crime de “lesa majestade”, todos os bens eram confiscados e documentos e instalações eram inteiramente destruídos pelo fogo.
[...] Não é demais ressaltar que a destruição de importantes documentos não ocorreu somente no período pré-independência. No período pós-independência, a Maçonaria também foi proibida e seus documentos foram queimados.

Até 1822, a Maçonaria no Brasil estava diametralmente atrelada à de Portugal, sendo os primeiros Maçons brasileiros intelectuais e até padres que se filiaram à Ordem, mesmo havendo contrariedade expressa da Igreja (conforme exposto no item 4.11.1 deste Capítulo). (FERREIRA, 2013), (MACNULTY, 2012).

A figura 4.32 mostra o Certificado de um Membro do Grande Oriente Lusitano da Maçonaria Portuguesa (1883):

⁴⁵ *Ibid.*, p.93.



Fig.4.32. Certificado Grande Oriente Lusitano. Supremo Conselho da Maçonaria “Portuguesa”. 1883. Fonte: MACNULTY, W. K. (2012, p. 176).

Faz-se mister relembrar que a partir da estruturação da Maçonaria em Obediências Maçônicas no Brasil que a Ordem se desenvolveu com maior intensidade. Corroborando esse entendimento, Conte (2011) explica que a data da fundação do Grande Oriente do Brasil, é de 17 de junho de 1822, embora já existissem Maçons e várias Lojas no País; como exemplo a Loja Cavaleiros da Luz, fundada no Povoado da Barra em 1797, em Salvador (Bahia), e a Loja União, fundada em 1800, no Rio de Janeiro.

Para entendermos melhor esses fatos [...] Em 1815, deu-se a fundação da Loja Maçônica Comércio e Artes (ainda não havia Potência Maçônica, apenas Lojas), [...] fundada por maçons comprometidos com a causa de nossa Independência e funcionou até 1818 (portanto três anos) , quando foi fechada por uma lei imperial que proibiu o funcionamento de sociedades secretas no País. Voltou a funcionar em 1821, com o nome de Comércio e Artes na Idade do Ouro. (CONTE, 2011, p.53)

Ainda segundo o autor, em 1822, a Loja “Comércio e Artes” já havia se desenvolvido de tal forma que ocorreu seu desdobramento em três Lojas distintas: Comércio e Artes, Esperança de Niterói, União e Tranquilidade; havendo a distribuição, por sorteio, dos Irmãos entre essas Lojas. As Lojas se reuniram para fundar uma Obediência Maçônica, cuja denominação é o “Grande Oriente do Brasil”, no dia 17 de junho de 1822.

No mesmo ano de 1822, em 13 de julho, o Príncipe Regente do Brasil, D. Pedro I, fez sua iniciação na Maçonaria. Três dias depois, sua elevação ao Grau de Mestre foi concretizada, em que adotou, como era habitual no Rito Moderno, um pseudônimo: Guatimozim (ou Guatimosim).

É válido ressaltar que há uma divergência com relação a data de iniciação de D. Pedro I, que segundo Durão (2008, p.125),“(...) foi em 02 de agosto de 1822, e não no dia 13 de julho de 1822, como erroneamente atribuem alguns autores, que desconheciam o calendário primitivo adotado pelo Grande Oriente, em que o ano se inicia em 21 de março”.

Assim, menos de dois meses após esses acontecimentos, D. Pedro I proclamou a Independência do Brasil (em 07 de setembro de 1822). Diz Conte (2011, p. 53) que “(...) Logo após, no dia 04 de outubro de 1822, D. Pedro I toma posse no cargo de Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil.”

Quanto à data da posse de D. Pedro I, diverge Durão (2008, p. 125), ao afirmar que: “(...) Na sessão seguinte do Grande Oriente, em 05 de agosto (a 10ª sessão), sob a direção de Gonçalves Ledo, foi o Venerável da **Loja Comércio e Artes** autorizado a dar o Grau Mestre ao irmão Guatimosim.”

Nessa série de eventos, Conte (2011) destaca uma importante figura Maçônica: o Primeiro Vigilante Joaquim Gonçalves Ledo, que atuou em prol da Independência Brasileira de Portugal. Entretanto, em 29 de outubro do mesmo ano, D. Pedro I encerra os trabalhos do Grande Oriente do Brasil, através de um decreto, como decorrência de brigas e rivalidades entre os Maçons José Bonifácio e Joaquim Gonçalves Ledo.

Destacam-se aqui as palavras irônicas ou até curiosas de Morel (2011, p. 21), a respeito dessa “rápida” escalada de D. Pedro nos Graus da Maçonaria:

[...] a trajetória maçônica de D. Pedro I foi ao mesmo tempo fugaz e fulminante. O jovem monarca passou bem rápido de “profano” a Grão-Mestre. Em 02 de agosto de 1822, o ainda príncipe regente Pedro foi acolhido pelo Grande Oriente do Brasil como simples iniciante, no primeiro grau, por iniciativa do Grão-Mestre José Bonifácio. Na reunião seguinte, três dias depois, passou para o grau de mestre. Na sessão de 04 de outubro, ausente, aliás, Bonifácio, D. Pedro foi aclamado Grão-Mestre, galgando assim em dois meses todos os degraus da Perfeição Universal – oito dias antes de sua aclamação pública como imperador do Brasil. No entanto, dezessete dias depois de ascender a Grão-Mestre, D. Pedro I proibiu por escrito as atividades maçônicas, reprimindo esta instituição no país recém independente. Curioso Pai-Fundador.

Portanto, diante dos acontecimentos de encerramento dos trabalhos, Conte (2011) descreve que, naquela oportunidade, vários maçons foram presos e deportados. Somente em 05 de julho de 1830, O Grande Oriente do Brasil foi reinstalado, com a eleição de José Bonifácio para o cargo de Grão Mestre. Em 07 de abril de 1831, menos de um ano depois, D. Pedro abdicou da Coroa do Brasil.

Após isso, outros eventos eclodiram ao longo dos séculos, supostamente, com participação da Maçonaria:

- A luta pela abolição da escravatura, na qual as Lojas Maçônicas angariavam recursos financeiros dos Irmãos para comprar as Cartas de Alforria tão almejadas pelos escravos⁴⁶.
- A luta pela aprovação da “Lei Euzébio de Queirós”, que extinguiu o tráfico de escravos, em 1850, bem como na “Lei Visconde do rio Branco”, ou “Lei do Ventre Livre”, em 1871, que declarou livres as crianças nascidas de escravas.
- A luta e seu papel importante na aprovação da “Lei Áurea”, em 13 de maio de 1888, que aboliu definitivamente a escravidão no Brasil.
- A Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, pelo Marechal Deodoro da Fonseca, Mestre Maçom, Grau 33, Soberano Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil no período de 1890 a 1891. (CONTE, 2011, p. 53-54).

A Maçonaria, alicerçada nos ideais do Iluminismo, participou ativamente da Revolução Francesa, da Independência dos Estados Unidos na América do Norte, e da Independência de países da América Latina, conforme muitos autores e historiadores Maçons afirmam veementemente .

Contudo, são destacadas aqui as palavras de Castellani (1993) *apud* Moraes (2014, p. 92), como ressalvas a efetiva participação Maçônica nos principais movimentos pela liberdade, ao menos na realidade brasileira:

Muito já se falou e muito já se escreveu sobre a participação maçônica na independência do Brasil.

De confiável, todavia, muito pouco. Como geralmente acontece, quando autores maçons tratam da História, entra em jogo o ufanismo, a parcialidade, a tendência, que os leva a exagerar os feitos maçônicos e as virtudes dos maçons envolvidos, ocultando ou escamoteando, quando o seu aspecto não é muito recomendável.

⁴⁶ Nesse sentido, o historiador Cássio Cotrim (2012) ressalva que a Maçonaria fez “vistas grossas” à escravidão no Brasil, e somente auxiliou para que houvesse a abolição dos escravos quando foi conveniente aos interesses da elite. No entanto, o autor não descreve os fatos ou indícios para sustentar essa tese em específico.

Hortal (2008, p. 38), vê o aspecto positivo na História Brasileira relacionada à Maçonaria, e acredita que:

De modo especial no Brasil, pode-se dizer que a Maçonaria penetrou de mãos dadas com o espírito iluminista, que também inspirou o positivismo comteano, tão do gosto dos intelectuais brasileiros da segunda metade do século XIX e dos inícios do XX. Os nomes de tantas lojas maçônicas brasileiras que incluem as palavras luz, razão, liberdade, progresso e outras semelhantes são o testemunho eloqüente desta afirmação.

Decerto, a Maçonaria e seus Membros participaram de muitos momentos importantes em várias partes do Mundo, inclusive no Brasil. Ainda assim, deve-se sempre ter em consideração que existem autores maçons que, muito provavelmente, busquem criar em histórias pregressas uma aura ainda mais transcendental à Maçonaria.

Atualmente, a Maçonaria é ainda muito presente no Brasil. Em uma pesquisa nacional patrocinada pelo Grande Oriente de São Paulo, em 2016, constou-se que no País há 238.170 maçons, distribuídos em 6.872 Lojas. Para essa amostragem, foram consideradas as Obediências Maçônicas (ditas regulares e reconhecidas): Grandes Lojas Estaduais, integrantes da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil (CMSB), Federação do Grande Oriente do Brasil (GOB) e Grande Oriente Independente, representado pela Confederação da Maçonaria do Brasil (COMAB).

Também através dessa pesquisa, Monte (2016) conclui que a Maçonaria brasileira cresceu em termos de Lojas e de Obreiros, nos últimos oito anos. Além disso, tece uma crítica, pois “(...) a maçonaria contemporânea carece de uma maior aproximação com a sociedade, com vistas à disseminação de seus postulados em favor do resgate da ética, da cidadania e do bem estar comum, como sempre fez em tempos pretéritos.”

Como acontece no Mundo nos dias de hoje, a Maçonaria atua prioritariamente como Instituição Filantrópica. Há aqueles que ainda a consideram influente nos rumos políticos nacionais. A Maçonaria ainda apresenta vida social ativa, como em ocasiões festivas (aniversários, eventos de caridade etc.) e segue na busca por conhecimentos e aperfeiçoamento. No Capítulo 05, seguinte, percebe-se que os Maçons de Paraty têm participação na Cultura Local e ainda seguem como profissionais liberais, os quais se relacionam com muitos ditames da economia paratiense.

CAPÍTULO 05. A MAÇONARIA EM PARATY E SUAS REPERCUSSÕES NO CAMPO DO TURISMO CULTURAL.

O Capítulo 05, e último, discorre sobre o histórico da Maçonaria em Paraty e os sinais indicativos de sua presença na Cidade. Além disso, há uma análise dos símbolos Maçônicos encontrados no local, a demonstração das Lojas Maçônicas em Paraty e uma reflexão sobre o turismo cultural vinculado à Ordem nas ruas da Cidade, através das rugosidades identificadas no patrimônio paratiense.

5.1. A Maçonaria em Paraty



Fig.5.1. Desenho inspirado em Sobrado de Paraty - Símbolos na forma de esgrafitos na fachada. Fonte: A Autora (2016).

Uma das primeiras impressões que se têm de Paraty, sobretudo no que se refere ao seu Centro Histórico, é a de um “museu a céu aberto”, reforçada ainda pela marcante presença de correntes de ferro no entorno do conjunto arquitetônico, que caracterizam essa representação de Museu. A Cidade tem, em seu bojo, grande valor histórico e artístico, por registrar significativo tesouro do patrimônio nacional.

O poeta Carlos Drummond de Andrade *apud* Amaral e Gurgel (1973, p.186), sintetizou Paraty dizendo:

É uma das mais lindas cidades do Brasil, com ar de velha dama a beira mar sentada, atraindo pintores e contemplativos, gente de olhos e ouvidos fatigados pelo caos. Se eu fosse rei, não mandava fazer plebiscito, nem nada, outorgava logo a Parati, foros e verbas de “Cidade Livre dos Sonhos”.

Emoldurando essa visão de Paraty feita pelo poeta Drummond, outra opinião de uma figura ilustre da história nacional é citada por Amaral e Gurgel (1973, p.186):

Lúcio Costa, o genial criador de Brasília, enamorou-se de Parati sendo que, para êle, “é a cidade onde os caminhos do mar e os caminhos da terra se encontram, melhor se entrosam. As águas não são barradas, mas avançam cidade a dentro levadas pela lua e o reticulado de ruas, batizado pelas Igrejas – a matriz de Nossa Senhora dos Remédios e as capelas das Dôres, Rosário e Santa Rita – converge para o mar”.

Independentemente dessas particularidades, ressalta-se um fato que distingue Paraty de tantas outras cidades, pois que seu passado está vinculado à influência que a Maçonaria teve no Brasil durante seus períodos colonial e imperial. Diante de traços bastante peculiares, muitos estudiosos do tema se manifestam quando ao considerarem Paraty a única Cidade no Mundo com essas características de origem Maçônica.

A qualificação de Paraty como Cidade Maçônica deve-se a alguns indícios, demarcados como sendo propriamente referentes à Maçonaria e outras histórias ligadas ao imaginário popular. Provérbios populares talvez tenham, muitas vezes, mais escopo no real, que os próprios registros acadêmicos. Nesse sentido, Mello (2006, p. 11) levantou algumas informações da Maçonaria em Paraty, instigado pelo ditado popular “o povo aumenta, mas não inventa”, em que relata:

Desde criança, sempre ouvimos dizer que Paraty era uma cidade maçônica e diversas razões apontavam para confirmar tal assertiva. Dentre estas, citaremos as mais comuns: os três cunhais de pedra existentes nas esquinas das encruzilhadas das ruas, os desenhos que ornamentam as colunas de alguns sobrados e a existência de uma Loja Maçônica, na cidade, no século XIX. Durante anos, estas informações, sempre repetidas, nos instigaram a estudar o assunto para definir se as afirmações eram corretas e se correspondiam à verdade. Pesquisas em documentos antigos confirmaram a existência da Loja e a presença de maçons em Paraty, já no século XVIII. [...]

A análise dos fatos deve começar, especificamente, a partir de como se deu a chegada de Maçons a Paraty, além da fundação da Loja Maçônica na Cidade e o

surgimento dos “símbolos” e alegorias, tão característicos da Maçonaria.

Conforme exposto no Capítulo 02, Paraty era um local estratégico de entrada para o interior de São Paulo, desde o século XVII. No final deste século, com a descoberta do ouro nas “Minas Gerais”, o porto de Paraty tornou-se muito ativo e utilizado por aventureiros que buscavam enriquecer nas minas e como entreposto para alimentos dos mineradores. Assim, o volume de pessoas e o movimento no porto era tão intenso, que o local passou a ser um centro comercial destacado.

Isso demonstrou que havia um “intercâmbio” de informações, ou de acordo com as palavras de Mello (2006, p. 17):

Melhor campo não poderia existir para os maçons do que um lugar onde soubessem logo tudo o que se passava na Europa e pudessem espalhar a informação para os outros irmãos, dispersos pelo interior do país, através das tropas, serra acima. Daqui, também poderiam enviar à Europa as informações e notícias do que aqui acontecia.

Os Maçons, desse modo, escolhiam e cravavam o local, determinando onde iriam residir e, posteriormente, onde seria o funcionamento de uma Loja ou de um grupo de Maçons. Utilizando-se a técnica de esgrafitos (forma decorativa feita através de reboco à vista) nas fachadas dos sobrados, os Maçons faziam uma “sinalização codificada”, cujo intuito era demonstrar aos que chegavam que ali eles estavam, o que facilitaria o apoio e a acolhida na nova terra. Por esse entendimento, o Maçom perceberia que aquela casa era de outro Maçom e saberia até mesmo seu grau, podendo ele bater à porta e pedir ajuda.

Nota-se, portanto, através do progresso econômico, a Maçonaria buscou demarcar Paraty, com sinais característicos de sua Simbologia, no intuito de se fazer reconhecida frente aos “Maçons Aceitos”, vindos de outras partes. Nesse seguimento, Mello (2006, p.17) expõe que:

[...] Começaram, então, a surgir no **arruamento** da cidade e em alguns prédios, os **sinais** e os **símbolos** referidos. Vemos assim, que a Maçonaria já exercia forte influência na urbanização da então Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty, no início do século XVIII. (grifo nosso)

Na mesma linha, Amaral e Gurgel (1973, p.87) destacam que:

Parati, desde o princípio do século XVIII, recebeu, agasalhou e encaminhou para o resto do país vários maçons europeus que, fugindo de seus

perseguidores⁴⁷, vinham para o Brasil. Assim, por exemplo, aconteceu com José Luís de Campos, nascido em Penafiel, Portugal, por volta de 1774 e que chegou a Paraty no limiar do ano de 1791, protegido pela Maçonaria Universal. [...]

[...] Conhecidos como maçons, alguns dos quais fundadores da **LOJA UNIÃO E BELEZA**, em 1833 [sic]⁴⁸, foram : Cap. Mores Francisco e Salvador Carvalho do Amaral Gurgel⁴⁹, o médico-vacinador, José Joaquim Pereira de Souza, os vereadores José Gonçalves Dias, José Luis Campos do Amaral, o almotacel Antonio Fernandes da Silva, o Capitão João Alves Carneiro, o Coronel Manuel Fernandes Campos e outros. (grifo nosso)

Sobre a existência de Maçons em Paraty, Mello (2006, p. 46) relata sobre o Sr. Francisco Pereira Madruga, oriundo da Ilha dos Açores-Portugal, que residiu em Paraty e exerceu o cargo de Vice Cônsul de Portugal, em meados do século XIX. Casou-se em Paraty e, na mesma Cidade, deixou descendentes. Dentre estes, sobressaiu-se o Dr. **Samuel Nestor Madruga Costa** (1882-1931), “eminente advogado, ilustre político, refinado e sensível poeta”, também Prefeito de Paraty, que ao falecer, deixou entre seus bens uma faixa de Grão-Mestre da Maçonaria.

Ainda, de acordo com o autor (2006, p. 35), e segundo a tradição oral, a Loja Maçônica União e Beleza funcionou em três locais na Cidade:

[...] no sobrado da esquina da Rua da Praia com a Rua do Rosário, no sobrado da Rua do Comércio com a Rua da Ferraria e também, na casa térrea da esquina das Ruas do Comércio com a da Cadeia, que possivelmente seria sua última sede formal no séc. XIX.

⁴⁷ Pina Manique, o terrível Intendente de Polícia do tempo de D. Maria I, assim recomendava a um Corregedor enviado à Ilha da Madeira: “aquele que Vossa Mercê vir de sapatinho bicudo, atilhos nos calções, com gravata por cima da barba, colarinho até meias orelhas, cabelo rente no touço e tufado sobre a moleirinha, com suissas até os cantos da boca, agarra-me logo dele, tranque-no na cadeia carregado de ferros, até que haja navio para o Limoeiro: é um “iluminado” ou “pedreiro-livre”. (AMARAL e GURGEL, 1973, p.87)

Nota de Amaral e Gurgel: *Limoeiro* era a prisão política do Estado. – *Iluminado* era chamado o membro de seitas heréticas, proibidas pela Igreja, principalmente os associados da Ordem do Iluminados, fundada por Adão Weishaupt e *Pedreiro Livre* era como se chamavam os adeptos da Maçonaria.

⁴⁸ Amaral e Gurgel mencionam a data de criação da Loja União e Beleza, em 1833. No mesmo livro, posteriormente (p.176), os autores colocam a data de fundação: 03.06.1823. Até a data de fundação da Loja é imprecisa, pois há autores que afirmam ter sido em 1823 e outros, por sua vez, em 1833.

⁴⁹ Ressalva-se, também, o nome do Inconfidente Salvador Carvalho do Amaral Gurgel na lista de Maçons citados pelos autores Amaral e Gurgel. De acordo com Gonçalves (2010), em artigo dedicado a Salvador Gurgel, a data de nascimento do mesmo é em 16 de fevereiro de 1762. Foi degredado perpetuamente para a África em 1790, por carta régia da Rainha D. Maria I e veio a falecer em 10 de outubro de 1812, na Ilha de Moçambique- África. Portanto, tendo a Loja Maçônica de Paraty sido fundada em 1823 ou 1833, é impossível que Salvador Gurgel tenha participado de sua fundação. Talvez, no afã de incluir mais antepassados seus na fundação da Loja, os autores adicionaram à Lista o nome do referido Inconfidente.

LOCAL I (L.I) Sobrado da esquina da Rua da Praia com a Rua do Rosário (Figuras 5.3 a 5.5).



Fig.5.3. Sobrado da esquina: R. Dr. Pereira (da Praia), com R. Dr. Samuel Costa (Rosário).
Fonte: A Autora (2014).

Além de Loja Maçônica, esta edificação também teria sido residência do Dr. Samuel Costa. Atualmente é uma das livrarias de Paraty.

Cabe ressaltar que esse sobrado não possuía a configuração atual de esgrafitos. Foram alterados os símbolos de sua fachada, conforme pode ser observado e comparado através do trabalho criterioso- anteriormente citado- da arquiteta Patrícia Sada, entre os anos de 1986 -1988, publicado em 1989. Portanto, nas figuras 5.4 e 5.5 o mesmo Sobrado é mostrado, com os símbolos diferentes dos atuais.



Fig.5.4. Desenho Sobrado- fachada
R. Dr. Pereira (da Praia).
Autora: SADA, P. (1989, p.78).



Fig.5.5. Desenho Sobrado- perspectiva lateral
R. Dr. Samuel Costa (do Rosário).
Autora: SADA, P. (1989, p.134).

LOCAL II (L.II) Sobrado da Rua do Comércio com a Rua da Ferraria (Figuras 5.6 a 5.9).



Fig.5.6. Sobrado –Esq.: R. Ten. Francisco Antônio (Comércio), com a R. Com. José Luiz (Ferraria).
Fonte: A Autora (2014).



Fig.5.7. Sobrado (Fachada)
R. Ten. Francisco Antônio (Comércio).
Fonte: A Autora (2014).

Neste Sobrado, onde teria sido uma Loja da Maçonaria, atualmente funciona um comércio. Também é interessante notar (figura 5.9), o Passo da Paixão (citado no Capítulo 03) na mesma edificação.



Fig. 5.8. Sobrado (R. do Comércio/R. da Ferraria).
Fonte: A Autora (2014).



Fig.5.9. Passo da Paixão.
Fonte: A autora (2014).

LOCAL III (L.III) Casa térrea da esquina da Rua do Comércio com a Rua da Cadeia (figuras 5.10 e 5.11)



Fig.5.10. Casa- Esq.:R.Marechal Deodoro (da Cadeia), R. Ten. Francisco Antônio (do Comércio).
Fonte: A Autora (2014).



Fig. 5.11. Casa- Esq.: R. “da Cadeia” / R. “do Comércio”.
Fonte: A Autora (2014).

Esta casa térrea teria sido também uma Loja Maçônica. Atualmente, funciona um armazém. Como na edificação anterior, há nesta um Passo da Paixão (R. Tenente Francisco Antônio - do Comércio).

É pertinente observar que no caso das três edificações supramencionadas, como é comum em núcleos urbanos antigos, assumiram diferentes usos ao longo dos anos, mas suas formas foram mantidas, caracterizando assim, em linhas gerais, exemplos de rugosidades patrimoniais.

5.1.1. A Malha Urbana Paratiense

A malha urbana de Paraty (analisada no item 3.2.1.do Capítulo 03) foi sendo desenvolvida aos poucos, em uma planície alagadiça e pantanosa, conforme eram secados os terrenos de implantação. (CURY, 2008)

A preocupação com a defesa estava presente, os povoados buscavam sítios que oferecessem barreiras aos ataques vindos do interior. A proteção natural viria a ser um dos fatores mais importantes na localização, além de situar em terreno resultante de leque de aluvião, Paraty possuía mangues em sua volta. (CURY, 2008, p.226)

Mello (2011, p. 23) faz as seguintes considerações sobre a malha urbana:

[...] sobre sua curvatura e esquinas desencontradas existem duas versões: permitiria e facilitaria a defesa da cidade em caso de ataques piratas ou distribuiria o sol e os ventos de maneira uniforme por todas as casas, ventilando seus pátios internos, à moda mourisca. A segunda hipótese é mais plausível, mas também pode ser a soma das duas.

Nesse sentido, como era improvável ter ataques piratas na baía paratiense, por conta de sua constituição morfológica, rasa e lodosa, que dificultava o acesso de embarcações maiores, também conclui-se que a segunda hipótese mencionada acima é a mais coerente.

Segundo Mello (2014)⁵¹, a malha urbana de Paraty obedece a um **traçado** com características Maçônicas de cidades portuguesas, como Tomar, de maneira a formar um leque, com esquinas desencontradas. As figuras 5.12 e 5.13 apresentam, respectiva e comparadamente, Mapas com o Centro Histórico de Paraty e o Centro Histórico da Cidade de Tomar, Portugal:

⁵¹ Informação Verbal concedida à Autora, em set./2014.

MAPA- BAIRRO HIST. (PARATY)

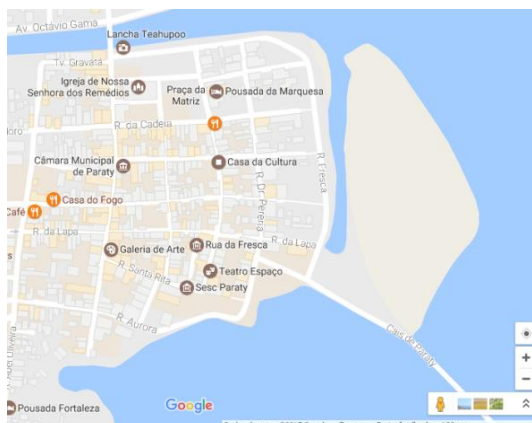


Fig.5.12. Mapa: Bairro Histórico- Paraty (BR).
Fonte: *googlemaps.com* (2017).

MAPA- CENTRO (TOMAR)



Fig.5.13. Mapa: Centro Histórico de Tomar (PT).
Fonte: *googlemaps.com* (2017).

Essa solução urbanística é apontada como influência Maçônica de engenheiros militares e arruadores de Portugal. Nessa lógica, vê-se no traçado urbanístico a figura do “arruador”, que era a pessoa encarregada de organizar as construções das ruas, das casas, das praças etc., e que para os dias atuais, poderia ser considerado um urbanista.

Mello (2006, p.18) menciona que, ao final do século XVIII, o “arruador” Sr. Antônio Fernandes da Silva fora intimado a comparecer ao Senado da Câmara Municipal para esclarecer o porquê do “entortamento de várias ruas da cidade”. Segundo consta, o “arruador” respondeu que: “(..) de fato, entortara algumas ruas para retirar delas o vento encanado que era prejudicial à saúde com constantes resfriados, pois tudo estava dentro do esquadro.” O autor faz a interessante observação sobre a resposta do Sr. Antônio Fernandes da Silva:

[...] Parece que a informação agradou aos senhores vereadores, pois as ruas são tortas até hoje. Curiosa explicação esta: as ruas estão tortas, mas está tudo dentro do “esquadro”.

Esta referência nos faz lembrar que o esquadro é um dos símbolos da Maçonaria e, parece-nos, que era como se ele, arruador, dissesse: “Sei o que estou fazendo e por quê, e Vossas Senhorias também o sabem.

É importante ressaltar, diante da lista dos fundadores da Loja União e Beleza (já mencionada neste Capítulo), em Amaral e Gurgel (1973, p. 87), que o almotacel, ou o “arruador” de Paraty, Antonio Fernandes da Silva, era Maçom e participou

dessa fundação e, portanto, não é de se estranhar que este tenha feito o traçado de Paraty consoante a Ordem.

[...] o traçado de suas ruas e o alinhamento dos prédios obedeceram a preceitos maçônicos, isto é, adotaram as linhas triangulares. “Tudo dentro do esquadro”, dizem os maçons, para as quais Parati, **talvez seja a única cidade maçônica do mundo.** (AMARAL E GURGEL, 1973, p. 176, grifo nosso)

Seguindo na demonstração da presença Maçônica na Cidade, Mello (2006, p.18-19) expõe:

Ainda nas ruas da cidade antiga, outro detalhe chama a atenção – a pequena coluna de pedra (cunhal) no ângulo das edificações do cruzamento das ruas: são de pedra lavrada, do séc. XVIII e, em número de três. Na quarta edificação, não existe coluna ou ela é feita em alvenaria.

Portanto, esses **cunhais**, usados para balizamento⁵² das edificações, em número de três em cada quatro vértices remetem à representação do triângulo, que é o símbolo maior para ao Maçons, pois representa o Delta, o Grande Arquiteto do Universo (Deus). Ainda nessa lógica, são citados Amaral e Gurgel (1973, p.176-177), ao afirmarem que:

Nas esquinas com quatro cantos, três têm cunhais de pedra trabalhada e uma, não, e das quatro igrejas paratienses, duas têm fachada lateral esquerda dentro do esquadro: a do Rosário e a Matriz. Ambas, a princípio, tinham outras linhas, mas há mais de um século sofreram obras ingressando na ordem maçônica do urbanismo de Parati. Até as cimalhas das casas baixas, como as dos sobradões, são quebradas em ângulo. Outra característica da arquitetura paratiense são os pilares ornamentais com desenhos em relevo, ricos de imaginação geométrica. Também em disposição de ângulo, são os calçamentos das ruas, com calhas centrais destinadas a receber e a escoar as águas das marés e pluviais. [...]

Os cunhais de pedra lavrada nas esquinas, representando as bases das colunas Maçônicas e formando alegoricamente um triângulo são observados nas figuras 5.14, 5.15 e 5.16.

⁵² Ver item.5.3 deste Capítulo.



Fig. 5.14. Três cunhais de pedra.
Fonte: COTRIM, C. R. M. (2012, p.121).



Fig.5.15. Cunhal na Casa da Cultura.
Fonte: A Autora (2014).



Fig.5.16. Cunhal. “Sobrado dos Abacaxis”.
Fonte: A Autora (2014).

Outra contribuição que teria sido feita pelo arruador foi o plano urbano do Centro de Paraty planejado em 33 quarteirões, e as plantas das casas feitas na escala 1:33:33. Esta escala⁵³ teria a marca da simbologia dos Maçons, desta vez da Maçonaria Filosófica, cujo grau máximo é o de nº 33, que por sua vez é uma

⁵³ Quanto à escala 1:33:33, muitos autores a indicam na realização das edificações de Paraty. No entanto, não foram encontradas plantas ou documentos oficiais que de fato confirmem seu improvável uso, durante a realização da pesquisa para este trabalho. Ainda nesse sentido, quando perguntado sobre a escala, um Maçom da Loja “União e Virtude”- Paraty a refutou, dizendo não passar de apenas um mito. De qualquer forma, de tão difundida por autores, sites, guias de turismo e a própria população de Paraty, essa informação da escala extravasa a alcunha de “lenda urbana”, pela comunidade local, para o campo das verdades históricas. Logo, a escala 1:33:33, ou ainda 1:33, virou um fato na realidade paratiense, ainda que não existam provas irrefutáveis de seu uso.

referência muito significativa na simbologia de Paraty, conforme se verá na continuidade deste item. Tais medidas seriam heranças dos princípios pitagóricos aplicados à Arquitetura dos Templos Maçônicos.

A esse respeito, Mello (2006, p. 31) faz uma conexão da assimetria dessas construções com o “número 33”, número esse herdado da Maçonaria Filosófica, expondo que:

Há, também, algumas edificações que exibem em sua fachada anterior estranha e curiosa assimetria no vão de suas janelas e portas. Dependendo do início da medição, estes prédios enquadram-se num retângulo áureo. A distância entre os vãos (janelas e portas) está dividida de tal forma que a distância entre a primeira e a segunda janela, somada à distância entre a segunda e a terceira, é igual à distância entre a terceira e a quarta. Assim, também os quadrados do cunhal observam a mesma proporção. Pode-se interpretar esta proporção como: $A+B=C$ ou “a soma das partes é igual ao todo”. As plantas destas edificações são feitas na escala⁵⁴ de 1:3333, e não na escala normal de 1:50 ou 1:100.

Relativo ainda a essa ligação com o número 33, Mello (2006, p. 31), menciona outro fato curioso: “(...) em Paraty, no século XIX, existiam 33 Inspectores de Quarteirão (...)”

Observa-se a forte ligação do número 33, dessa feita, tão representativa para a Maçonaria como também para Paraty, pois até mesmo estabelecimento comercial (restaurante e bar- fig.5.17) é denominado “Paraty 33” (que não se trata de mera coincidência, porquanto o dono do comércio é Maçom, da Loja “União e Beleza” de Paraty).

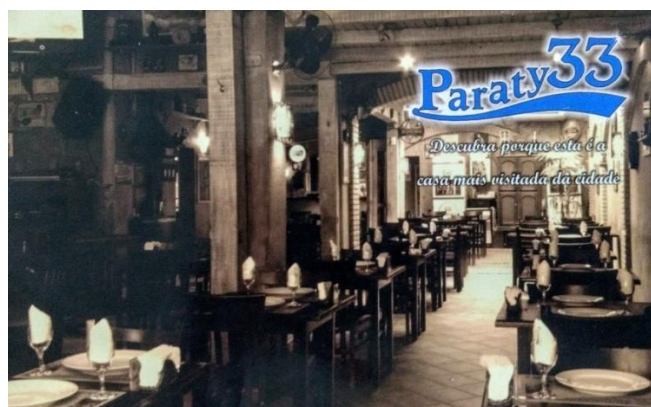


Fig.5.17. Postal de Divulgação: Paraty 33- R. Maria Jácome de Mello (da Lapa).
Fonte: disponibilizado *in loco* (2014).

⁵⁴ O autor não menciona quais edificações foram feitas na escala 1:33:33 ou demonstra as plantas dessas casas.

5.1.2. Aspectos da Simbologia e da Arquitetura em Paraty

Em Paraty, diante da visão do conjunto das ruas e de seus prédios com símbolos Maçônicos, percebe-se que a Maçonaria se “enraizou” na Cidade, sendo mais presente do que, a princípio, pode-se imaginar. O imaginário vinculado à Ordem é, inclusive, utilizado para a divulgação do conjunto arquitetônico de Paraty, como observado nas figuras 5.18 e 5.19:



Fig.5.18. Postal de Paraty (frente).

Fonte: Disponibilizado *in loco* por um Maçom comerciante (2014).

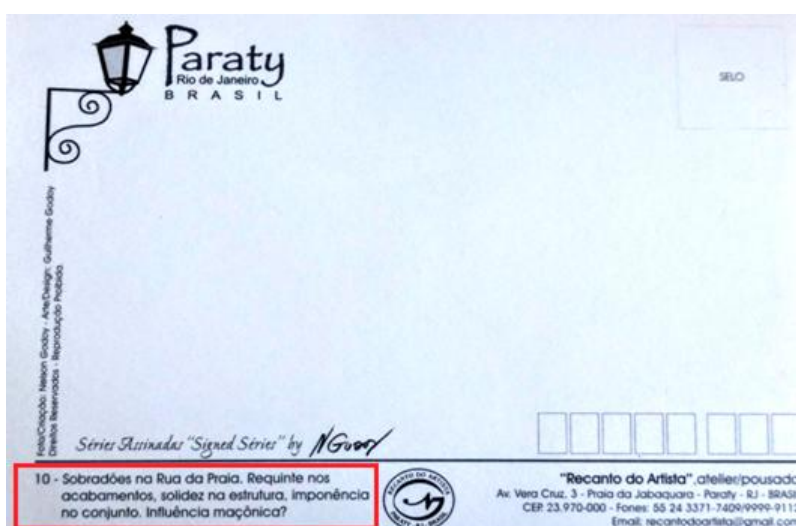


Fig.5.19. Postal de Paraty (verso). Em destaque vermelho, a pergunta: “Influência maçônica?”

Fonte: Disponibilizado *in loco* por um Maçom comerciante (2014).

Inicialmente, destacam-se as seguintes características dos imóveis referentes ao Bairro Histórico da Cidade:

As habitações em Paraty eram basicamente compostas de sobrados ou casas térreas. As mais antigas se figuravam com aspecto severo: os sobrados tinham, e em alguns casos ainda hoje têm, dupla função: em baixo prevalecia a atividade de comércio, já que o núcleo se caracterizou economicamente como um entreposto de abastecimento, e a parte de cima era destinada à residência das famílias, enquanto as casas térreas eram menores e ocupadas por famílias menos abastadas. (SADA e LUÍS, 1989, p. 15)

Eram as casas quase todas térreas. Vêm-se porém ainda alguns poucos sobrados já edificadas e que são dos mais solidamente construídos. De cerca de 1830 em diante, quando a atividade comercial foi se tornando mais intensa, é que começaram a levantar as numerosas casas de dois pavimentos que se espalharam pela cidade mais ou menos bem conservadas. (COSTA, 1923 *in* MELLO, 2000, p.60)

Para a descrição da arquitetura em Paraty, são pertinentes as palavras de Rodrigo Melo Franco de Andrade *apud* Amaral e Gurgel (1973, p. 186), que ocupou o cargo de diretor do Patrimônio Artístico e Histórico de Paraty:

Ao contrário de outras cidades coloniais, a arquitetura de Parati mostra-se mais interessante, tem mais caráter, originalidade e definição, não apenas nas edificações eruditas, como nas de sabor popular. A beleza arquitetônica de Parati deve-se principalmente ao equilíbrio da proporção e pureza dos partidos arquitetônicos. A peculiaridade dos saguões nobres que distinguem algumas de suas edificações merece atenção especial. Houve em Parati, devido ao elevado índice de cultura de sua antiga população, um verdadeiro senso de valor plástico nas construções. Na distribuição dos cheios e vazios houve um apuro e uma segurança de julgamento excepcionais.

França (2009) sintetiza, em um breve artigo sobre “a influência Maçônica em Paraty”, uma visão muito propícia (que ao longo deste Capítulo será abordada com mais detalhes) de como se apresentava a Cidade à época colonial:

[...] **As edificações, casas e prédios de dois andares, tinham suas fachadas com dimensões padronizadas e pintura de portas e janelas nas cores branca e azul, o chamado azul-hortênsia da maçonaria simbólica.** As janelas obedeciam a dimensões de largura e altura do vão, de acordo com as proporções do triângulo maçônico. Eram construídas em número de três por fachada. **Nas casas onde residiam os seguidores da ordem, tinham em suas fachadas dois pórticos um à esquerda e outros à direita, decorados com símbolos e alegorias maçônicas de modo a indicar ao visitante iniciado, que ali residia um irmão.** Nesta decoração dos pórticos podem ser vistos ainda hoje, desenhos que representam o esquadro e compasso, o avental do aprendiz, a taça sagrada, a estrela de cinco pontas e outros ornamentos. Ostentavam um barrado circundando os beirais do telhado, simbolizando a “**corda de oitenta e um nós**”, um dos ornamentos do templo maçônico. Em determinadas decorações era possível identificar-se até o grau do maçom que ali vivia. (grifo nosso)

Assim, o casario de Paraty será primeiramente analisado segundo a escolha das cores adotadas originalmente⁵⁵ nos sobrados e diante disso, são considerados os apontamentos de Mello (2006, p. 18), quando destaca as duas vertentes da Maçonaria: a Simbólica, que adota a cor azul (esta predomina nas edificações de Paraty); e a Filosófica, que utiliza a cor vermelha. Também a cor branca é empregada em ambos os casos.

[...] em quase todas as edificações do séc. XVIII e XIX, nesta cidade, as paredes das casas eram pintadas de branco e as portas e janelas pintadas em azul. Era um azul hortênsia, quase azul celeste, que nos lembra a fita que cinge o avental maçônico. **Todas as pesquisas de raspagem das portas e janelas antigas mostram este azul em mais de 80% dos prédios.** Devemos nos lembrar de que a cidade de Óbidos, em Portugal, também de origem maçônica é, até hoje, pintada nestas mesmas cores. (MELLO, 2006, p.39, grifo nosso)

Nas figuras 5.20 a 5.24, visualizam-se os símbolos e suas cores nas casas, a exemplo da Maçonaria Simbólica e Filosófica:



Fig.5.20. Sobrado com cor dos símbolos da Maçonaria Filosófica.
R. Dr. Samuel Costa (Rosário).
Fonte: A Autora (2014).

⁵⁵ Nessa perspectiva, cabe lembrar que em 2012 a empresa química holandesa no ramo de tintas, AkzoNobel, fez um projeto de revitalização da pintura de edificações selecionadas, que em Paraty teve o aval do Iphan. Exibiu-se uma paleta com as cores vermelha, verde, azul e ocre/amarelo para ressaltar o contorno das casas de tonalidade branca. Tendo em vista o acréscimo de cores que se juntaram ao azul hortênsia tão característico na Cidade, não se pode mais levar em consideração em algumas edificações os graus maçônicos após as mudanças das cores. Informação da notícia: Prestes (2012).



Fig.5.21. Sobrados à R. Dna. Geralda (Mercado), em frente à "Praça da Matriz".

No sobrado da esquina (primeiro, da esq. para a dir.) há símbolos originais com a cor próxima à original (púrpura), encontrada em processos de prospecção, da Maçonaria Filosófica. O terceiro sobrado apresenta símbolos originais em cor azul da Maçonaria Simbólica.

Fonte: A Autora (2014).

Quanto aos sobrados especificados na figura 5.21 (acima), são inclusas outras perspectivas (primeiro sobrado- fig. 5.22 e 5.23) e terceiro sobrado (fig. 5.24):



Fig.5.22. Sobrado-Esq.: R. Dna. Geralda (Mercado), R. da Capela.

Fonte: A Autora (2009).



Fig.5.23. Sobrado-Lateral (R. da Capela).

Ao fundo, vê-se o Campanário da "Capelinha".

Fonte: A Autora (2009).



Fig.5.24. Sobrado- R. Dna. Geralda (Mercado). Atualmente, nele funciona a Pousada da Marquesa.

Fonte: A Autora (2014).

Há outras edificações que também apresentam aparentemente os “esgrafitos maçônicos”, mas que não teriam sido feitos originalmente por Maçons:

Nas décadas de 1960 e 1970 houve uma proliferação exagerada desses elementos decorativos em sobrados e em algumas casas térreas, possivelmente obra de um construtor da cidade à época que gostava de desenhar os símbolos nas obras que executava “acentuando formas bizarras pela utilização de cores primárias, frequentemente com **objetivos falsamente cenográficos**” (CURY, 2013 *in* PRIESTER, 2015, p.37, g.n.).

Através de pesquisa *in loco*, as figuras 5.25 a 5.27 foram produzidas e exemplificam alguns dos desenhos supramencionados por Cury (2013 *in* Priester, 2015, p.37), os quais são replicados pela beleza (não “originais”). Em Paraty, também é comum encontrar casas térreas com ornamentos que nada se vinculam à Maçonaria (figura 5.26).



Fig.5.25. Sobrado (Pousada Arte Colonial) - R. Mal. Santos Dias (da Matriz).
Fonte: A Autora (2014).



Fig.5.26. Casa térrea (Associação Beneficente São Vicente de Paula).
Esq. R. Mal. Santos Dias (da Matriz)) e R. Com. José Luiz (da Ferraria).
Fonte: A Autora (2014).

Abaixo, observa-se o Sobrado na R. Dr. Samuel Costa que, na década de 1980, estava com a fachada “em branco” (5.28), atualmente (fig.5.27) tem os esgrafitos muito semelhantes aos de outros Sobrados com símbolos originais:



Fig.5.27. Sobrado. R. Dr. Samuel Costa (do Rosário), Símbolos replicados.
Fonte: A Autora (2013).



Fig.5.28. Desenho- Sobrado.
R. Dr. Samuel Costa (do Rosário).
Autora: SADA, P. (1989, p.132).

5.1.3. Faixas e Configuração de Símbolos.



Fig.5.29. Faixa “azul”.
Fonte: A Autora (2014).



Fig.5.30. Faixa “vermelha”, de esquina.
Fonte: A Autora (2014).

Os símbolos/esgrafitos mencionados no item anterior estão dispostos em faixas, que atualmente são consideradas decorativas (figuras 5.29 e 5.30) nas casas assobradadas, partindo dos cunhais das colunas (em casos de edificações de esquina).

[...] Em sua maior parte são datados do século XIX, sendo alguns do final do século XVIII, encontram-se nos cunhais e em frisos sob as cimalthas dos imóveis nobres da cidade. As semelhanças dos elementos são evidentes, a mesma hierarquia de espaços e modo de distribuição iconográfica, a cor branca na decoração e a utilização de figuras idênticas. Em sua maioria utilizam elementos geométricos bastante semelhantes entre si e em alguns casos, simulando a estereotomia de pedra nos cunhais (CURY, 2013 *apud* PRIESTER, 2015, p.37).

Portanto, são os famosos sinais e símbolos representativos nas ruas e fachadas em Paraty que serão analisados em aspectos que também se coadunam àqueles vistos na história da Maçonaria. Alguns dos principais Símbolos Maçônicos já foram devidamente elencados no Capítulo 04, item 4.9, dedicado à Simbologia na Ordem.

Mello (2006, p.11-12), ao colocar seu posicionamento sobre a interpretação dos símbolos em Paraty, preliminarmente se alicerça nos ensinamentos constantes do livro *“Estudos Maçônicos sobre os Símbolos”*, de Nicola Aslan (1997) referente à linguagem dos símbolos e transcreve as palavras desse autor:

Para que seja possível conhecer a linguagem dos símbolos, torna-se necessário conservar a mente livre, plástica, adaptável, pois, se persistirmos em nos manter amarrados às antigas trilhas, jamais conseguiremos a familiarização com eles. A beleza dos grandes símbolos está na infinita variedade de seus modos de interpretação; e se formos pensar que, para cada símbolo, deva existir um significado definido, estaremos paralisando aquele símbolo que é a nossa mente, deixando-a cair morta e rasteira no superficial.

Concomitantemente, importante aqui ressaltar, que Mello (2006, p. 12) afirma no prefácio de seu livro, que pelo fato de não ser Maçom, ao realizar sua pesquisa sobre os símbolos apontados como de origem Maçônica em Paraty, poderia perpetrar erros, ou até heresias, a respeito dessa interpretação; como também, poderia encontrar informações importantes para esclarecimentos a respeito, que até os Maçons não poderiam contestar, ou ainda, confirmar.

Dessa forma, neste trabalho e como acontece na Maçonaria, as interpretações dos Símbolos não são definitivas, mas grandes são as possibilidades de estarem de acordo com a significação da Simbologia Maçônica. A partir dos estudos de Mello (2006), da pesquisa feita através de revisão bibliográfica sobre Maçonaria e de visitas *in loco*, nas quais Maçons de duas Lojas distintas puderam revelar (um pouco) do que se tratavam tais símbolos, pode-se chegar a uma conclusão ou panorama, que é apresentada/o ao longo deste Capítulo.

Paraty, ainda que não tenha sido fundada por Maçons, teve grande influência e marcante participação da Maçonaria. Como visto, tal ação aparente já começou nas primeiras décadas do século XIX, quando foi fundada a Loja “União e Beleza”, que iria influenciar no urbanismo, na arquitetura e na administração da Vila, através do traçado das ruas e alinhamento dos prédios, que fora orientado já pelos anos de

1820 “do nascente para poente” e do “norte para o sul”, seguindo a filosofia Maçônica diante à orientação da construção do Templo de Salomão.

Na Europa, os símbolos Maçônicos deveriam ser discretos em virtude das frequentes perseguições sofridas pelos Maçons. Contudo, o mesmo não acontecia em Paraty. Assim, os sobrados (e somente em sobrados são encontrados símbolos originais), cujos proprietários eram Maçons, possuem os símbolos geométricos (os esgrafitos) destacados que têm equiparação na Simbologia Maçônica.

As faixas que emolduram as edificações são postas uma de cada lado da entrada da casa e representam as colunas do Templo Maçônico. Através dessa simbologia, o iniciado poderia saber o grau de Maçom que residia em cada sobrado. Sobre as faixas, Mello (2008, p.21-22) diz o seguinte:

[...] se subdividem em **onze quadrados**⁵⁶, contendo alguns elementos, **sempre**⁵⁷ pintados nas cores azul e branca [...] Estas duas faixas, postas uma de cada lado da entrada da casa, nos lembram as **colunas de Bozz e Yakim**, também conhecidas como **Toscana e Compósita**⁵⁸. Estas colunas, de ouro e de prata, segundo a lenda, e de bronze, segundo a Bíblia, tinham 18 côvados de altura, sem contar os capitéis, formavam o pórtico do Templo de Salomão, em Jerusalém, e, atualmente, são a entrada dos templos maçons. A coluna de ouro refletiria a luz do sol para indicar aos peregrinos a localização do templo, durante o dia, e a de prata, refletindo o luar, guiaria ao mesmo local os viajantes noturnos. Em Paraty, parece que as colunas decoradas têm a mesma função de indicar ao passante, iniciado nos mistérios, que, naquela casa, sob suas portas, encontraria ele proteção, abrigo e ajuda. Estas faixas decorativas surgiram no final do século XVIII e no século XIX [...]. **No início do séc. XVIII, nas colunas laterais, existia somente um losango, no centro da coluna.**⁵⁹ Os demais retângulos têm diversos outros motivos decorativos. [...]

⁵⁶ Houve uma certa incorreção pelo autor na afirmação de que há onze quadrados nas faixas, pois o número varia. Como nas faixas das figuras 5.29 e 5.30 (p.222), o número de quadrados, nestes casos, totaliza doze.

⁵⁷ Não seria totalmente correto afirmar que os elementos são sempre nas cores azul e branca, pois também podem ser referentes à Maçonaria Filosófica (cores branca e vermelha); ou ainda, na cor ocre, cujo uso até o momento é impreciso para a Autora deste trabalho.

⁵⁸ As colunas nos Templos Maçônicos “B” e “J”, que representam as colunas do Templo de Salomão, são “gêmeas”. Portanto, não podem ter ordens distintas, como o autor coloca: toscana e compósita. Em relação às suas aplicações representadas nas faixas dos sobrados, percebe-se que a faixa lateral de um lado que emoldura a fachada, é igual à faixa do outro lado (simulando um pórtico). Logo, as faixas, como as colunas “B” e “J”, também seriam “gêmeas”.

⁵⁹ Figura 5.31.



Fig.5.31. Casa da Cultura- Faixa decorativa, na coluna lateral, com um losango ao meio.
Fonte: A Autora (2014).







Configuração dos Símbolos

Com o auxílio de Mello (2006), Chevalier e Gheerbrant (2016), de um Membro Maçom⁶⁰ da “Loja União e Beleza” e da pesquisa feita sobre a Simbologia Maçônica, concluíram-se possíveis significações de alguns dos símbolos Maçônicos dispostos nas faixas dos sobrados, apresentadas em sequência no **quadro 5.1** (com fotos dos símbolos no casario). Convém ressaltar que não foi encontrada nenhuma pesquisa ou livro em definitivo sobre o significado dos símbolos paratienses. Talvez, no futuro, algum Maçom da Cidade tenha o interesse de pesquisá-los ou descrevê-los e, quiçá, até revelá-los finalmente.

⁶⁰ Informação verbal proferida à Autora (set./2014).

QUADRO 5.1 – SÍMBOLOS NAS FAIXAS DOS SOBRADOS PARATIENSES.

FOTO DO SÍMBOLO	SIGNIFICADO
<p>Losango</p> 	<p>O desenho central nas faixas é, normalmente, um losango, que aparece em quase todas as sequências de símbolos. Mello (2006) afirma que os Maçons o chamam de Zephirot, Sefirot, Zéfiro: hálito, respiro ou Árvore da Vida.</p> <p>“Numa forma muito alongada, como dois triângulos isósceles adjacentes na base, o losango significaria os contatos e os intercâmbios entre o céu e a terra, entre o mundo superior e o mundo inferior (...)” (CHEVALIER e GHEERBRANT, 2016, p. 558)</p> <p>O símbolo ao lado (com três losangos), segundo um Maçom entrevistado em 2014, representa o grau de Mestre.</p>
<p>Esquadro e Compasso</p> 	<p>Representam um esquadro e um compasso, presentes em todas as Lojas e Templos Maçônicos. O esquadro denota retidão e igualdade. O compasso expressa precisão e exatidão. Juntos, simbolizam matéria e espírito.</p> <p>No caso dessas figuras, os símbolos aparecem em dupla exposição, ou seja, dois compassos e dois esquadros superpostos. Nesse seguimento, por</p>

	<p>estar em duplicidade, representam o Segundo Grau, qual seja, o de Companheiro.</p>
<p>Lua</p>     	<p>Na posição vertical, ao lado, o símbolo pode representar a lua em suas fases (contrapostas): crescente (sabedoria e vida), decrescente (ignorância e morte).</p> <p>A posição horizontal, ao lado, faz recordar o “Alfinete do Santuário”, que representa o Grau 32 no Rito York (Grau do Cavaleiro Templário). Dessa maneira, pode representar a cimitarra (espada de lâmina curva), o sinal do crescente, símbolos do Oriente, onde os cavaleiros viveram e lutaram.</p>

**Pentagrama (ou Estrela de 5 pontas/
Estrela Flamígera/Flamejante):**



O Pentagrama representa o domínio da mente sobre os demais elementos, demonstra, de forma alegórica, o poder. Conforme Quadro 4.1 (Capítulo 04), é a Estrela do Oriente e se relaciona ao Teorema de Pitágoras.

Na tradição Maçônica, é chamado de Estrela Flamejante, que está inscrita no círculo, o que representa a regularidade Maçônica. Relaciona-se ao Grau de Companheiro.

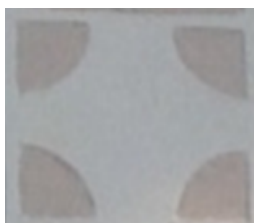
Avental:



Tal símbolo representa o Avental, peça de vestuário utilizada na Maçonaria. Esse, ao lado, seria o Avental de Aprendiz (como figura 4.7, do Cap. 04).

O Avental simboliza a proteção do Maçom durante o trabalho “na pedra”. Sua formação é de um triângulo (Delta) acima de um “quadrado” (quatro elementos da natureza: água, terra, fogo e ar). O quadrado é formado por dois triângulos e, “(...) simbolicamente, representa o espírito e todas as forças espirituais susceptíveis de educação e de progresso.” (MELLO, 2006, p.27).

A utilização do avental de aprendiz nos sobrados seria uma demonstração de humildade: o trabalho ainda a ser feito.

Cruz:

Este Símbolo assemelha-se a Cruz hasteada nas naus portuguesas.

A Cruz é a base de todos os símbolos de orientação, juntam-se nela a orientação espacial e temporal, o céu e a terra.


Ao lado, seria a Cruz dos Cavaleiros Templários ou a Cruz dos Cavaleiros da Ordem de Cristo. Essa cruz é a joia do grau 31 do Rito de York, tratando-se de uma informação sobre o grau do proprietário do sobrado.

Dessa forma, talvez represente também o Grau 30 (Cavaleiro Kadosch) ou Grau 31 (Grande Juiz Comendador) do Rito Escocês Antigo e Aceito, pois em seus Painéis há a representação de cruz.



Este símbolo apresenta uma grande Cruz de Cristo (ou de Portugal ou Templária).

Dentro da cruz, talvez estejam representados quatro esquadros. No centro destes, assemelha-se a uma estilização da águia bicéfala (águia com duas cabeças em um corpo), presente nos altos Graus do Rito Escocês Antigo e Aceito. Em especial, no Grau 32 (Sublime Cavaleiro do Real Segredo ou

	<p>Soberano Príncipe da Maçonaria) desse Rito, que em seu painel aparece a Cruz com uma águia bicéfala ao meio. Seria também uma indicação do Grau do proprietário do sobrado na Ordem.</p> <p>Já o símbolo ao lado, também se assemelha à estilização da águia bicéfala, mas sem estar inserida na Cruz- o que remete, como possibilidade, o Painel do Soberano Grande Inspetor Geral (Grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito).</p>
<p>Barrado-“Corda”</p> 	<p>Entre as duas faixas com símbolos (que recordam as duas colunas do Templo de Salomão), há como união destas um barrado que circunda os beirais do telhado, o qual provavelmente simboliza a “corda de 81 nós” (cujas simbologia também pode ser vista no quadro 4.1, Cap. 04). Esta corda adorna as paredes do Templo Maçônico, que simboliza união e fraternidade, além da progressão aritmética do número 3.</p> <p>O segundo e terceiro barrados expostos são muito semelhantes ao barrado do Templo Maçônico atual da Loja “União e Virtude” de Paraty (figs. 5.105 e 5.106).</p>

Fonte: A Autora (2017). Fontes consultadas: CONTE (2011), CHEVALIER e GHEERBRANT (2016), KARG E YOUNG (2012), MACNULTY (2012), MELLO (2006).

5.2. Outros Indícios da Maçonaria em Paraty

A existência de alguns sofás na Câmara Municipal de Paraty marca também a tradição na Cidade. Amaral e Gurgel (1973, p.177) mencionam sua presença:

[...] Dos áureos tempos em que a Maçonaria dava cartas em Parati, sobraram móveis de madeira de lei, trabalhados, de fino labor, que pertenciam à loja UNIÃO E BELEZA e que hoje estão no Salão Nobre da Prefeitura e na Câmara Municipal. Entre eles notam-se por sua beleza, uma arquibancada, e dois bancos que representam as Colunas Norte e Sul, com seus encostos de marroquim vermelho, dentro do triângulo, tudo no mais puro estilo maçônico.

Mello (2006, p. 34 e 35) também referencia os sofás:

[...] Examinando os dois móveis, vemos que são feitos em madeira de lei, têm assento em palhinha e seu encosto é formado por cinco triângulos, estofados em tecido vermelho, encimados por uma Estrela de Salomão. Em 10 de fevereiro de 1844, a Câmara Municipal contratou dez triângulos pretos para os encostos dos bancos pelo preço de 5\$000 (cinco mil réis), o que deixa dúvida quanto a sua cor original se preta ou vermelha. [...] Não resta a menor dúvida de que a Loja Maçônica, que funcionou em Paraty, a partir de 1823, ao fechar as suas portas, tenha doado à Câmara Municipal tal mobiliário. [...]

Um acurado exame destes sofás nos mostra um fato extremamente curioso e intrigante. Um dos sofás tem o pentagrama sobre o triângulo em sua forma usual, com uma das pontas para cima, e representa o Aprendiz. O outro, porém tem o pentagrama invertido, o que nos lembra a figura mitológica de “Bafomé”, que é associado ao bode. [...]

O triângulo encimado pela Estrela, pelo Signo ou Selo de Salomão é o símbolo do aprendiz.

A seguir, observam-se as figuras 5.32, 5.33 e 5.44 dos sofás que ainda se encontram na Câmara Municipal de Paraty:



Fig.5.32. Sofás - Câmara Municipal.
Fonte: A Autora (2014).



Fig.5.33. Sofá esquerdo.
Fonte: A Autora (2014).



Fig.5.34. Sofá direito.
Fonte: A Autora (2014).

Diuner Mello (2014)⁶¹, também mencionou a existência de um Armário Triangular (indicado por uma seta vermelha na figura 5.35) na Câmara. Dentro do Armário, segundo o pesquisador, estão guardadas varas únicas no Brasil (que variam entre as épocas do Brasil Colônia e Brasil Império) na cor de ouro, as quais pertenceram ao Maçom e político paratiense Samuel Costa. O armário com as varas pode ser visto na figura 5.36.

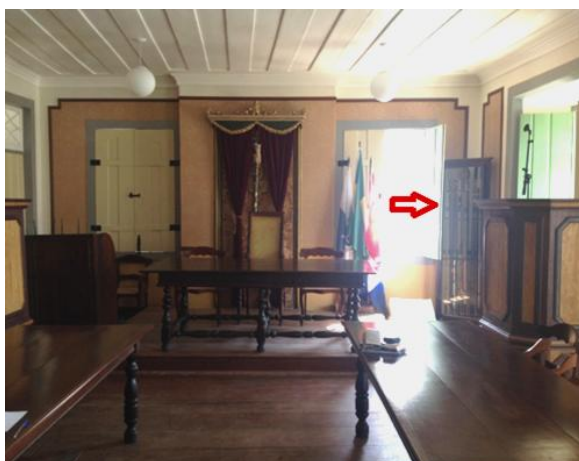


Fig.5.35. Armário-Câmara de Vereadores
Fonte: A Autora (2014).



Fig.5.36. Armário com varas.
Fonte: A Autora (2014).

Mello (2006, p. 37) ainda indica que a Maçonaria possuía uma espécie de conselho de ética para fazer os julgamentos e punir seus membros faltosos, que segundo a nomenclatura popular, era intitulado o “Clube dos Luvas Negras” e se

⁶¹ Informação Verbal concedida à Autora, em set./2014.

reuniam em locais ermos. Os membros do Clube, em Paraty, teriam feito suas reuniões no local denominado “Toca do Cassununga (ou Caçununga)”, ao final da Praia de Jabaquara, que teria abrigado um antigo cemitério indígena, conforme escavações arqueológicas no lugar. É importante destacar que os próprios Maçons não confirmam a existência desse “Clube”, pelo contrário, o repudiam; não há registros oficiais que possam garantir o encontro dos Membros da Ordem para atuarem como “justiceiros”.

A esse respeito, também de acordo com relatos e talvez “lendas paratienses” da tradição oral, o historiador, juiz e folclorista Silvio Romero (1851-1914) teria sido Maçom e participado do “Clube dos Luvas Negras”. Mello (2006) cita que no sobrado, onde residiu Silvio Romero, foram encontrados um espadim, um avental Maçom e um par de luvas negras. O autor ainda coloca o fato curioso de um juiz de direito também exercer o papel de juiz na Maçonaria.

No entanto, faz-se aqui um adendo ao relato de Diuner Mello: talvez, o jurista Silvio Romero tenha mesmo sido Maçom, mas suas vestes estão de acordo com o Grau 13º do Rito Escocês Antigo e Aceito, o Cavaleiro do Real Arco, ou até outro Grau. Portanto, não seriam necessariamente do Clube mencionado.

Camino (1999, p.102) revela que o traje do Cavaleiro do Real Arco é negro com luvas negras, e a função de 2º vigilante (Grande Inspetor) nesse Grau “(...) usa chapéu e uma Espada desembainhada na mão direita (...)”. Esse Cavaleiro “(...) representa um subterrâneo, sem portas nem janelas (...)”, o que se assemelha consideravelmente com a utilização da Toca do Cassununga, para a realização de reuniões associadas a esse Grau.

Assim, é possível que pessoas não iniciadas tenham visto as reuniões e interpretado de outra maneira, ou ainda que realmente tenha existido o Clube supracitado. De qualquer maneira, a figura de Silvio Romero é de grande prestígio e, inclusive, o Forum de Paraty tem seu nome em sua homenagem (figuras 5.37 e 5.38).



Fig.5.37. Forum Silvio Romero (Trav. Sta. Rita).
Fonte: A Autora (2009).



Fig.5.38. Forum Silvio Romero.
Fonte: A Autora (2014).

Outro indício apontado por um Membro⁶² da Loja Maçônica “União e Beleza” é a casa, com diferentes estilos arquitetônicos, localizada à Rua Tenente Francisco Antônio (do Comércio), que seria a edificação mais recente do Bairro Histórico de Paraty e teria vínculo com a Maçonaria. Não há outras provas documentais que atestem sua ligação com a Ordem, a não ser as pilastras (decorativas) visíveis que estão em apenas uma janela, as quais se assemelham à Ordem Jônica da Antiguidade Clássica e remetem ao Templo Maçônico, simbolizando a figura do Venerável Mestre (figuras 5.39 e 5.40).



Fig.5.39. Casa na R. Ten. Francisco Antônio (do Comércio).
Fonte: A Autora (2014).



Fig.5.40. Detalhe- Pilastras.
Fonte: A Autora (2014).

⁶² Informação verbal à Autora em 2013 e 2014.

5.3. Outras Considerações sobre a Maçonaria na Cidade

Há autores que se posicionam de maneira assertiva sobre a presença marcante da Simbologia Maçônica em Paraty, conforme visto nos itens anteriores,. Majoritariamente, *websites* sobre Paraty falam também dessa existência. Portanto, é importante que se exprima outra interpretação contrária àquele e/ou àqueles pontos de vista que confirmem a Maçonaria e sua Simbologia em Paraty, para que possam surgir discussões que foquem essas duas vertentes. Tais inquirições sobre a presença dos sinais e símbolos em Paraty e seus resultados podem não ter, muitas vezes, um caráter definitivo, mas indubitavelmente são embasadas nos usos, costumes e na tradição do povo, além de demonstrarem significativas evidências na arquitetura da Cidade.

Diante do que foi abordado neste Capítulo, a própria LOJA UNIÃO E BELEZA é prova incontestada dessa realidade. Mesmo aqueles que, de uma maneira ou de outra, renegam a influência da Maçonaria em Paraty, não deixam de mencionar a referida Loja, como pertencente à “história Maçônica em Paraty”.

Ao que parece, a discórdia sobre o assunto começa a surgir quando se fazem as investigações dos cunhais e dos famosos Símbolos Maçônicos das fachadas em Paraty, talvez únicos em todo o Mundo.

Ademais, faz-se aqui uma ressalva a respeito, uma vez que a Comunidade Maçônica está presente até hoje em Paraty, em vista das LOJAS MAÇÔNICAS atuais, em que foram mantidas na sua estrutura arquitetônica as mesmas simbologias dos ideais maçônicos refletidos em Paraty. A história continua, com a perpetuação dos símbolos, inclusive na fachada de novas construções, de Maçons ou não Maçons, em Paraty.

Isto posto, sobre o antagonismo de posicionamentos, quando o assunto é a influência Maçônica na Cidade, considera-se a visão de Cotrim (2012, p.119), primeiramente a respeito dos três cunhais nos vértices dos cruzamentos de quatro esquinas.

A figura geométrica triangular, imaginária, formada pelos cunhais de cada cruzamento, já foi entendida como triângulo maçônico, esquadro maçônico, ou coisa que o valha. Contrariamente às afirmações populares, os cunhais nada têm a ver com símbolos ostensivos da maçonaria. Foram criados para balizar as ruas, dimensionando a largura de cada um de seus trechos e o ângulo de seu cruzamento com outras ruas.

O quarto cunhal era totalmente dispensável, porque os urbanistas trabalhavam com o ideal de trechos de ruas que tivessem a mesma largura em toda a sua extensão (retas paralelas). Na prática, o paralelismo idealizado nem sempre era possível. Tudo dependia da conformação do terreno. [...] (grifo nosso)

A presença desses cunhais faz parte da história de Paraty. O autor a considera uma experiência pioneira e inovadora de balizamento de ruas e explica o funcionamento prático deles. Na figura 5.41, abaixo, “(...) as letras A,B,C, dispostas em ângulo de noventa graus, representam os cunhais de pedra vistos em planta, em um cruzamento de ruas.” (COTRIM, 2012, p.119):

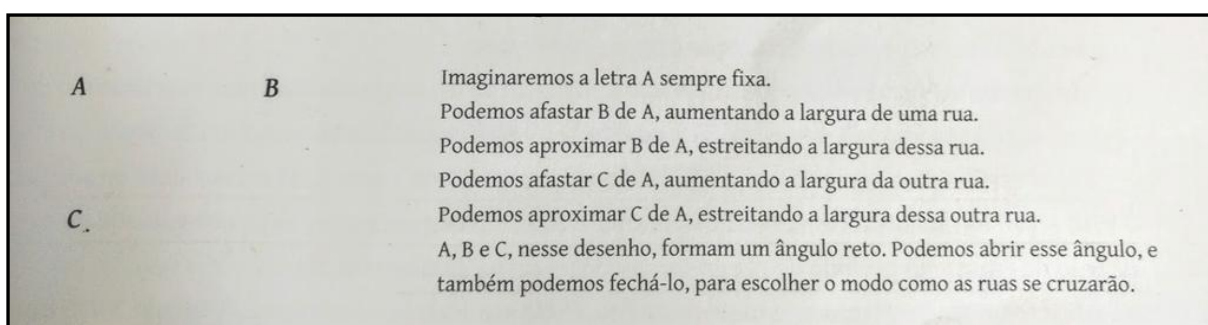


Fig.5.41. Explicação do Balizamento por cunhais.
Fonte: COTRIM, C. R. M. (2012, p.119).

Quando se trata da existência dos símbolos nos sobrados, Cotrim (2012, p.162), mantém seu posicionamento contrário à existência da relação destes com a Maçonaria, quando diz:

Por várias vezes, **ouvimos a afirmação de que tais desenhos ornamentais são símbolos maçônicos.**
Temos entendimento ligeiramente diferente, pois fazemos uma clara distinção entre símbolos maçônicos e símbolos não maçônicos utilizados pela maçonaria na ornamentação de suas lojas e de suas obras. (g. n.)

Na continuidade de sua explanação, o autor (2012, p. 162-163) afirma categoricamente que são símbolos maçônicos, “(...) entre outros, o triângulo equilátero, o “olho que tudo vê”, a letra “G”, as duas colunas que demarcam as posições extremas dos solstícios de verão e de inverno, o avental e o compasso aberto a trinta graus sobreposto ao esquadro.” E ainda complementa:

Há, no entanto, muitos outros símbolos utilizados pela Maçonaria desde a Idade Média, mas não necessariamente maçônicos, porque

não foram criados com essa finalidade específica. São exemplos o losango (demarcador do piso da loja), a estrela de cinco pontas inscrita em um pentágono regular (..), a ampulheta (...), e os astros do Universo (Sol, Lua, estrelas), (...).

[...] A partir do triângulo equilátero – símbolo realmente maçônico – já houve quem tentasse induzir a ideia de que “um losango ,quando formado por dois triângulos equiláteros, passa a ser um símbolo maçônico”. Se a ideia fosse verdadeira , qualquer figura formada por triângulos equiláteros poderia ser um símbolo maçônico. Um completo absurdo. (grifo nosso)

Continuando, de maneira aparentemente divergente em relação aos desenhos nas casas e aos bancos de madeira no salão nobre da Câmara Municipal, o autor faz as seguintes menções:

Também em muitos casarões, aparece o desenho de quatro arcos côncavos terminados em espirais, ligados por essas pontas- volutas em rococó. **Tais desenhos não nos parecem ter coisa alguma a ver com símbolos maçônicos, mas podem significar “união e beleza”, nome de batismo da Loja Maçônica de Paraty.**

Triângulos equiláteros e estrelas de cinco pontas ornamentam dois bancos de madeira recortada e caprichosamente entalhada para a loja maçônica União e Beleza (..) **O triângulo equilátero é símbolo maçônico, enquanto que a estrela de cinco pontas é apenas decorativa, utilizada pela Maçonaria como ornamento”.**

Curiosamente nas sequências, de desenhos nos casarões, encontramos estrelas de cinco pontas, mas não triângulos equiláteros isolados.

O mesmo ocorre com o mais conhecido e, ao mesmo tempo, o mais nobre dos símbolos maçônicos : **o compasso aberto a trinta graus sobreposto ao esquadro (noventa graus).** Tal símbolo ostensivo da propaganda maçônica, simplesmente não aparece nos sobrados paratienses. (COTRIM, 2012, p.163-164, grifo nosso).

Em suma, diante do modo que o autor expressou suas proposições no tocante ao tema Maçonaria e Paraty, com opiniões totalmente antagônicas a de demais autores, demonstra discordar de toda a simbologia que faz parte da história de Paraty. Entretanto, diante da pesquisa feita e da tradição oral, tais colocações não fazem frente, por completo, ao que realmente existiu e existe em Paraty.

A influência Maçônica na Cidade foi por ele contestada sem elementos concretos. O autor/historiador fez uma excelente pesquisa sobre o histórico de Paraty, mas talvez sua ideia de refutar veementemente a presença Maçônica na Cidade seja sobrepujada às evidências.

Cotrim (2012) explica de forma coerente a utilização dos cunhais, mas não faz menção ao fato de que esses cunhais balizadores nas ruas foram implementados, ao menos uma grande parte deles, por arruadores Maçons, como o Sr. Antônio

Fernandes da Silva (já mencionado neste Capítulo). Até mesmo, Maçons paratienses de hoje mostram o uso dos cunhais como um dos elementos mais importantes da Maçonaria na urbanização da Cidade. Portanto, uma hipótese não invalida a outra.

Quando o autor faz uma distinção entre Símbolos Maçônicos, não Maçônicos e ornamentais, talvez tenha conclusões imprecisas. Símbolos como o pentagrama (estrela de cinco pontas) ou o Sol e a Lua realmente não foram criados por Maçons. No entanto, estes os usam ostensivamente em seus rituais/ templos. Há também um número infindável de autores Maçons que utilizam tais Símbolos, demonstrando sua importância dentro da Maçonaria. Dessa maneira, são considerados dentro do espectro da Simbologia Maçônica.

Cotrim (2012) também não vê ligação dos símbolos em Paraty com a Maçonaria, mas se utiliza das palavras “União e Beleza” (nome da Loja Maçônica) para descrever alguns “desenhos”.

Nesse sentido, é muito importante ressaltar que o autor não distingue os Símbolos da Maçonaria do século XVIII, da caracterização mais recente dos Símbolos até os dias atuais, como o desenho do Esquadro e Compasso, com um “G” entre ambos (quadro 4.1). Este símbolo é utilizado e reconhecido mundialmente, por Maçons e não Maçons. Mas à época da realização dos Sobrados em Paraty, não eram como hoje; logo, tal comparação não é totalmente coerente.

Ao se referir sobre a falta desse símbolo (esquadro e compasso), conforme já exposto aqui, Cotrim (2012, p.164) afirma: “(...) o mais nobre dos símbolos maçônicos: o compasso aberto a trinta graus sobreposto ao esquadro (noventa graus) (...) simplesmente não aparece nos sobrados paratienses.” Contudo, como visto no quadro 5.1, tal símbolo aparece repetidas vezes nos Sobrados, talvez de forma diferente dos dias atuais ou ainda, estilizado, para que se mantivesse oculto aos não iniciados.

Atualmente, o símbolo do esquadro e compasso pode ser encontrado de maneira mais aparente no Município. Especificamente, em 1999, foi colocado no trevo da entrada principal de Paraty um monumento com um compasso, um esquadro e um “G” (figuras 5.42 e 5.43), no centro, para simplesmente informar a existência da Ordem, bem como lembrar a influência e a atuação da Maçonaria na Cidade, desde o século XVIII. É importante ressaltar que esse é um monumento que espelha uma espécie de emblema internacional da Maçonaria.



Fig.5.42. Monumento- Trevo de Paraty.
Fonte: A Autora (2014).



Fig.5.43. Monumento -Trevo de Paraty.
Fonte: A Autora (2014).

Há também o marco Maçônico (figura 5.44), com o mesmo símbolo supracitado, instalado sob o mar, em 2006 (mais sobre ele pode ser lido no **Anexo**, disponibilizado pelo Maçom Renato Luís e sua Esposa Cornélia).

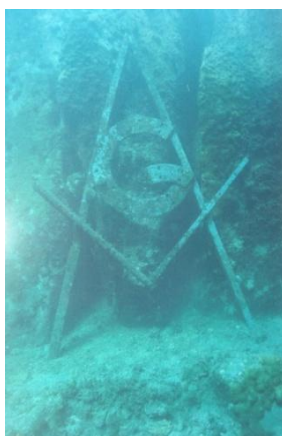


Fig.5.44. Marco Maçônico subaquático.
Fonte: *website* MAÇONARIA PARATY (2017a) - A.°.R.°.L.°.S.°. União e Virtude I.

Pode-se perceber, assim, que os Maçons até hoje estão presentes em Paraty. São mencionadas aqui as palavras de Mello (2006, p. 45) no tocante à veracidade da influência Maçônica, corroborando as informações que ele já havia enunciado:

Evidentemente, os sinais e símbolos encontrados na cidade são verdadeiras informações maçônicas codificadas, e atestam a presença da Maçonaria na edificação e vida da Cidade de Paraty. Todos estes sinais não podem estar aqui por mero acaso, sem qualquer sentido prático. Os motivos

dos desenhos, as cores, a ordem e sua repetição não nos permitem pensar que seja obra de diletantes, e sim de profissionais. A presença constante de maçons nos altos escalões públicos, civis e religiosos, tais como vereadores, almotacés, arruadores, juízes, vigários da vara e capelães de irmandades religiosas nos asseveram a participação influente e ativa dos maçons ao longo daqueles anos.

Dessa maneira, o pesquisador conclui: “(...) Diante destas irrefutáveis provas, afirmamos sem medo de errar: Paraty é uma cidade maçônica, ou, melhor dizendo, Paraty é uma cidade repleta de influências e simbolismos da Maçonaria!” (MELLO, 2006, p.46). Ante tal conclusão, a Autora deste trabalho tem visão semelhante, pois não se trata de apenas coincidências ou uso exclusivamente ornamental e aleatório dos símbolos, conforme verificação comparativa do patrimônio no Bairro Histórico e dos Templos atuais paratienses, expressa no item seguinte, 5.4.

5.4. As Lojas Maçônicas na Cidade

Há em Paraty, atualmente, duas Lojas Maçônicas, a saber:

- I) Augusta e Respeitável Loja Maçônica União e Beleza, nº 88.
- II) Augusta e Respeitável Loja Simbólica União e Virtude I, nº 3956.

A seguir, estão descritas as duas Lojas de maneira mais detalhada e com a inclusão de fotos⁶³:

I) Augusta e Respeitável Loja Maçônica União e Beleza 88 (A..R..L.. M.. União e Beleza, nº88)

Paraty ganhou sua primeira Loja Maçônica, chamada “União e Beleza” no século XIX, como visto anteriormente neste Capítulo. Amaral e Gurgel (1973, p.176) expõe a data de sua fundação (03.06.1823) e acrescentam que àquela oportunidade, os Maçons fundadores seguiam o Rito Moderno. Já Durão (2008, p.186), que pesquisou especificamente a Maçonaria no Brasil (entre 1720 a 1882), afirma que a data de fundação da Loja é “(...) 3 de junho de 1833, jurisdicionada ao **Grande Oriente do Brasil**, trabalhando no Rito Moderno.” (grifo do autor)

De acordo com Diuner Mello⁶⁴, há relatos de Maçons na região desde o início do Século XVIII, que acharam na Vila um porto seguro para se estabelecerem. Suas reuniões, em princípio, eram realizadas de maneira sigilosa, em casas de diferentes Irmãos da Ordem, para não serem descobertos. Ao longo do tempo, desenvolveram-se, começando assim a marcar na Vila seus símbolos característicos e então fundaram a Loja União e Beleza.

Esta Loja estava ainda ativa em 1842, mas segundo Durão (2008), “adormeceu” antes de 1845 (não estão claras as razões pelas quais foi fechada). Conforme relatos da tradição oral de Paraty, por um período, a Maçonaria saiu da Cidade, tendo levado seus documentos, mas mesmo assim permaneceu lá uma parcela de Maçons, deixando seu legado nas casas e na urbanização da Cidade.

⁶³ Os Templos das duas Lojas Maçônicas não são abertos ao público em geral. As visitas feitas às Lojas pela Autora, bem como o registro fotográfico dos locais, foram gentilmente permitidos por seus Membros, para a realização deste trabalho.

⁶⁴ Informação Verbal concedida à Autora, em set./2014.

Somente no século XX, a Grande Loja Maçônica do Estado do Rio de Janeiro (GLMERJ) reabriu (ou fundou) em Paraty a “Augusta e Respeitável Loja Maçônica União e Beleza nº 88”, em 05 de agosto do ano civil de 1983, tendo-a como jurisdicionada (dentre as mais de duzentas Lojas jurisdicionadas à GLMERJ, atualmente). O Rito seguido é o Escocês Antigo e Aceito (GLMERJ, 2017).

A reabertura ou fundação da Loja atual foi resultado de trabalho e idealização do Dr. José Bolshaw Salles, então Delegado de Polícia no município, que contou com o (...) apoio e orientação da Loja Esfinge n. 22 do Oriente de Volta Redonda.[...]

A Loja, após sua instalação oficial, iniciou suas atividades em imóveis alugados na cidade, atuando em diversos segmentos da comunidade, especialmente nas áreas de assistência social, da melhoria da qualidade de vida de seus habitantes e na formação da juventude, dentro de suas normas de promoção integral do ser humano em seu convívio diário. (MELLO, 2006, p.63)

De acordo com Mello (2006), a construção do prédio da Loja União e Beleza nº88 foi iniciada em 2001, obedecendo as normas construtivas da Ordem, em um terreno doado pelo Sr. Antonio Jorge França Conti (não ligado à Maçonaria), tendo sido sagrada em 2002. As reuniões de seus Membros acontecem às terças-feiras, a partir das 20:00h. A Loja se situa à Rua Da Maçonaria, nº 33, Bairro Portal de Paraty (antiga Rua 13, lote 4), Paraty, RJ (figura 5.45).

MAPA- LOCALIZAÇÃO DA LOJA “UNIÃO E BELEZA”



Fig. 5.45. Mapa.- Localização da Loja “União e Beleza”.
Fonte: *googlemaps.com* (2017).

Na sequência, as figuras 5.46 a 5.72 mostram a Loja (exterior e interior):

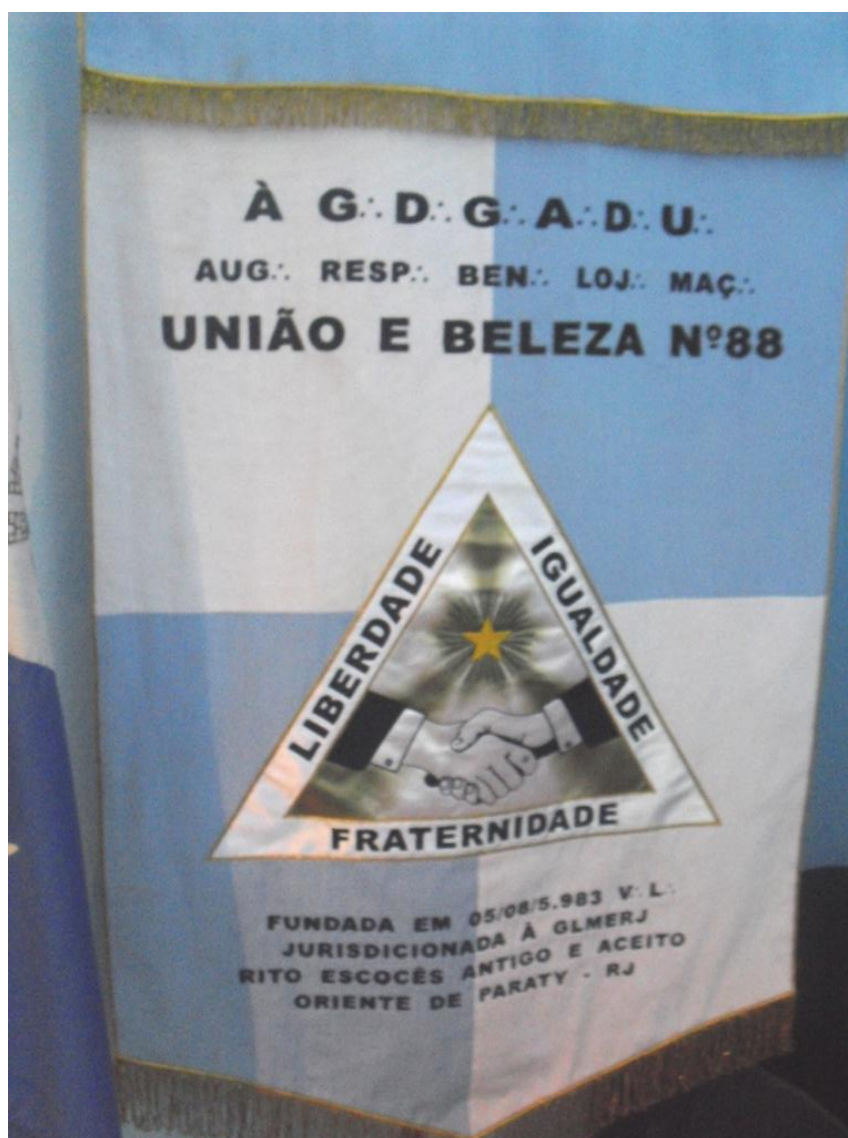


Fig.5.46. Estandarte da Loja “União e Beleza”.
Fonte: A Autora (2014).

Na figura acima, consta o ano de 5.983 como data de fundação da Loja. A diferença entre o ano Gregoriano (adotado para demarcar o ano civil no Ocidente) e o ano Maçônico no Rito seguido pela “União e Beleza” é de exatamente 4 mil anos. Quando é citado o ano Maçônico, juntam-se as letras V.:L.: (Verdadeira Luz), porém quando se refere ao ano civil público, utilizam-se das letras E.:V.: (Era Vulgar). (MELLO, 2006, p.33)



Fig.5.47. Fachada- Loja “União e Beleza”, em 2011.
Fonte: *googlemaps.com* (foto tirada em ago./2011).



Fig.5.48. Portão da Loja.
Fonte: A Autora (2014).



Fig.5.49. Frontispício- Loja “União e Beleza”.
Fonte: A Autora (2014).

Observam-se na figura 5.50 os símbolos semelhantes/iguais aos analisados neste Capítulo. Por exemplo, os três quadrados com os Losangos da parte superior da faixa seriam, respectivamente, dos Graus de Aprendiz, Companheiro e Mestre. O quarto e sexto símbolos (de cima para baixo), representariam, de forma respectiva, o avental do aprendiz (com a abeta levantada) e o avental do Mestre (com as três rosetas). Já o sétimo símbolo seria o esquadro com o compasso. Como este aparece somente uma vez, representaria o Grau de Aprendiz. É fundamental ressaltar que a Autora desta pesquisa propõe essa simples interpretação conforme o estudo feito *in loco* e através de bibliografia selecionada, não sendo oficial de acordo com a Ordem Maçônica, ou ainda, definitiva.



Fig.5.50. Detalhe- Faixa com símbolos, na Loja “União e Beleza”.
Fonte: A Autora (2014).



Fig.5.51. Pórtico da Loja.
Fonte: A Autora (2014).



Fig.5.52. Porta de entrada da Loja, com a representação do Aprendiz. Acima, o "Olho-que-tudo-vê".
Fonte: A Autora (2014).

As figuras 5.53 e 5.54, a Sala dos Passos Perdidos, é um espaço que funciona como um ambiente de espera, sobretudo um lugar de preparação (indumentária e espiritual) para o ingresso no Templo.



Fig.5.53. Sala dos Passos Perdidos.
Fonte: A Autora (2014).

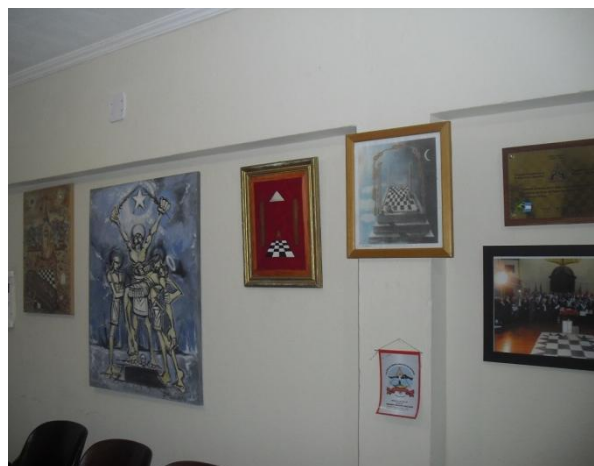


Fig.5.54. Sala dos Passos Perdidos.
Fonte: A Autora (2014).

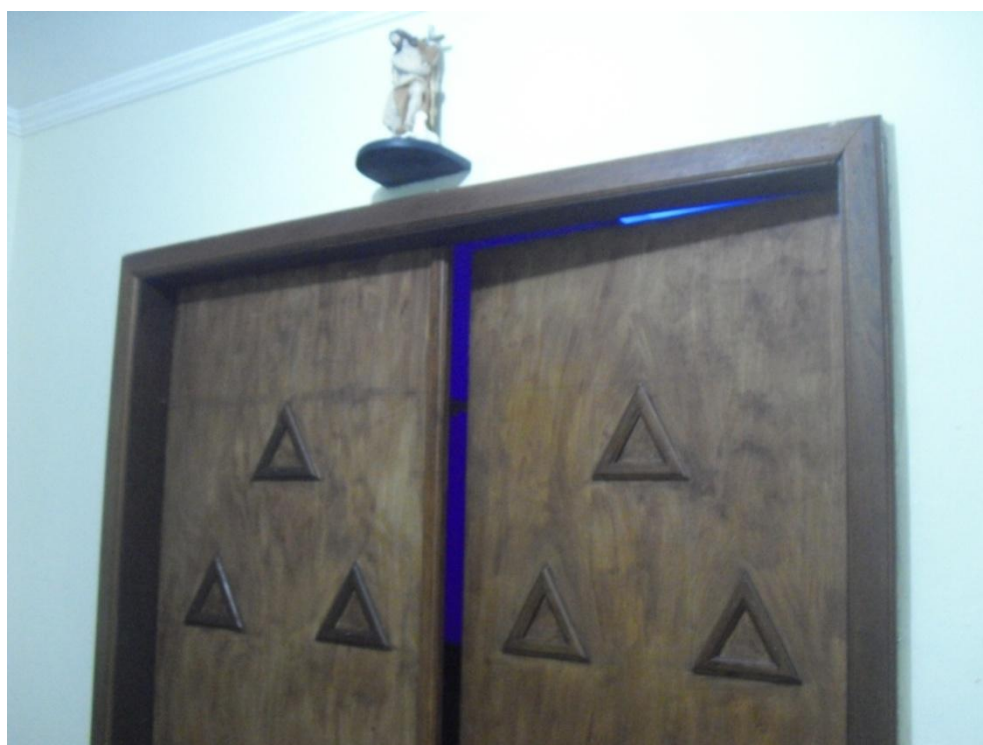


Fig.5.55. Porta de entrada para o Templo.
Fonte: A Autora (2014).



Fig.5.56. Colunas “J” e “B”, postas na entrada do Templo (Ocidente).
Fonte: A Autora (2014).

Nas figuras 5.57 e 5.58, alguns Símbolos Maçônicos explicitados no Quadro 4.1 são vistos, como: pavimento mosaico, orla dentada, Livro da Lei, dentre outros.



Fig.5.57. Interior do Templo.
Fonte: A Autora (2014).



Fig.5.58. Interior do Templo.
Fonte: A Autora (2014).



Fig.5.59. Oriente do Templo.
Fonte: A Autora (2014).



Fig.5.60. Oriente, onde fica o Venerável Mestre, do lado oposto ao Ocidente.
Fonte: A Autora (2014).



Fig.5.61. Abóboda Celeste.
Fonte: A Autora (2014).



Fig.5.62. Detalhe- Abóboda Celeste.
Fonte: A Autora (2014).



Fig.5.63. Três das Doze Colunas Zodiacais.
Fonte: A Autora (2014).



Fig.5.64. Quatro das Doze Colunas Zodiacais.
Fonte: A Autora (2014).



Fig.5.65. Livro da Lei (Bíblia Sagrada).
Fonte: A Autora (2014).

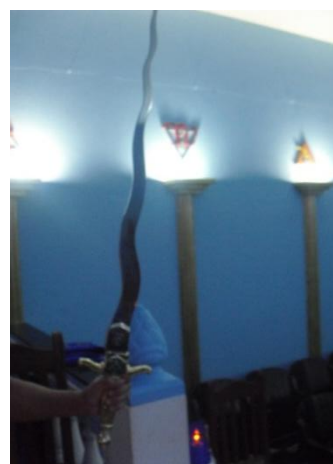


Fig.5.66. Espada Flamígera.
Fonte: A Autora (2014).

O “Painel da Loja de Aprendiz” da figura 5.67, abaixo, (diferente da fig.4.17, Cap. 04, p.183), onde se vê a Escada de Jacó entre as Colunas, é originário da Grande Loja Unida da Inglaterra. Tanto o Painel da fig.4.17, como o da fig. 5.67, são relativos ao Grau de Aprendiz.



Fig.5.67. Painel de Aprendiz.
Fonte: A Autora (2014).



Fig.5.68. Painel de Companheiro.
Fonte: A Autora (2014).



Fig.5.69. Painel de Mestre.
Fonte: A Autora (2014).

Câmara de Reflexão:

Na figura 5.71 é mostrado o Painel na Câmara de Reflexão com a sigla V.I.T.R.I.O.L., que é de origem latina: "*Visita Interiorum Terrae, Rectificando, Invenies Occultum Lapidem*" - Visita o interior da Terra e, retificando, encontrarás a Pedra Oculta. A frase seria um convite à procura do Ego profundo (a alma humana), através de silêncio e meditação. (BOUCHER, 2015)

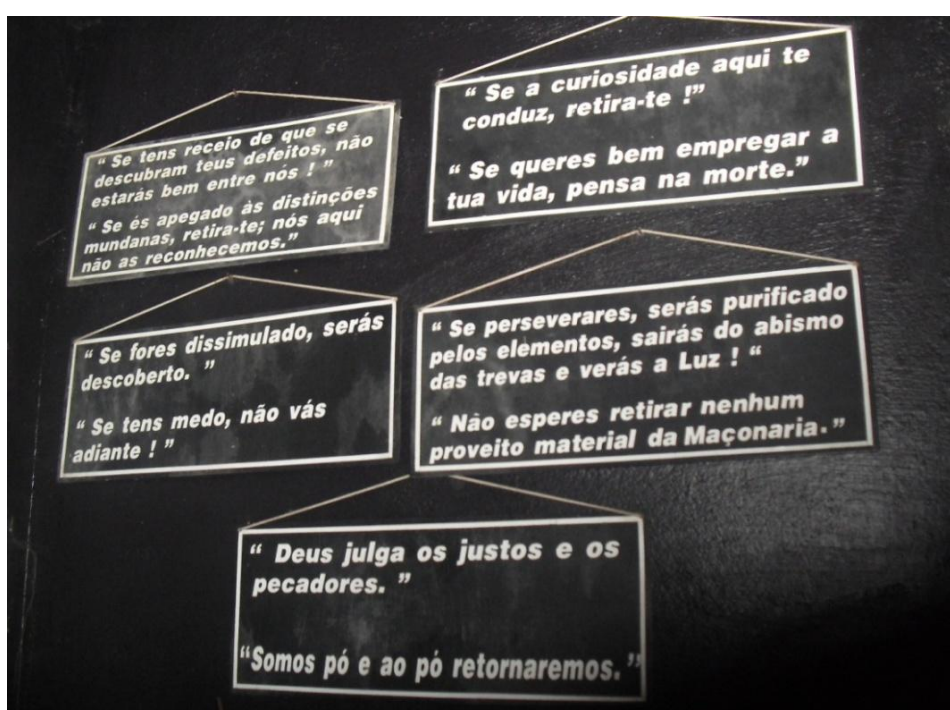


Fig.5.70. Dizeres na Câmara de Reflexão, para a Iniciação do Aprendiz.
Fonte: A Autora (2014).



Fig.5.71. Painel com os Símbolos da Câmara.
Fonte: A Autora (2014).



Fig.5.72. Símbolos na Câmara.
Fonte: A Autora (2014).

II) Augusta e Respeitável Loja Simbólica União e Virtude I, nº 3956 (A.:R.:L.: S.: União e Virtude I)

A Loja UNIÃO E VIRTUDE I, nº 3956, foi fundada em 22 de dezembro de 2007 E.: V.: (fig. 5.73), por membros dissidentes da LOJA UNIÃO E BELEZA. É jurisdicionada ao Grande Oriente do Brasil (GOB-RJ). Seu primeiro endereço foi à Estrada Paraty-Cunha, km 3,5. Atualmente, a Loja se situa no Bairro Ponte Branca, Paraty, RJ, na mesma Estrada (Paraty-Cunha), km 2,5, onde também será aberto o MUSEU DA MAÇONARIA.



Fig.5.73. Estandarte da Loja “União e Virtude”, com o ano de fundação.
Fonte: A Autora (2013).

Os Irmãos da Loja União e Virtude I fazem uma descrição de seus objetivos:

Temos por finalidade levar a filosofia, a educação e cultura maçônica a todos os homens, fazendo renascer em cada um os reais e sublimes valores, incentivando seus membros ao verdadeiro princípio da virtude, constituindo-se assim, como uma instituição essencialmente filosófica e solidária entre seus membros.

Trabalhamos pelo aperfeiçoamento moral, intelectual e social da humanidade, pelo fiel cumprimento do dever e a constante busca da verdade, cultivando entre todos o conhecimento de que cada um é filho do Deus Criador e que as limitações geográficas devem servir apenas para facilitar a busca da felicidade pela correta aplicação da justiça. (MAÇONARIA EM PARATY, 2017b)

Na figura 5.74 há o traçado a partir da Entrada de Paraty (trevo) até a Loja:



Fig.5.74. Localização da Loja “União e Virtude I”.

Fonte: *googlemaps* in *website* MAÇONARIA EM PARATY (2017c)- A.º.R.º.L.º.S.º. União e Virtude I.

Atualmente, o Rito seguido pela Loja União e Virtude I é o Adonhiramita. De acordo com Conte (2011, p. 132), esse Rito é essencialmente espiritualista e teísta, pois tem a crença em um Ente Supremo e seus membros têm o tratamento de “amados Irmãos”. Tanto as colunas B e J do Templo, como o local onde se posicionam os Vigilantes, são invertidos em comparação ao Rito Escocês Antigo e Aceito (Rito mais propagado no Brasil).

O vestuário do Rito Adonhiramita é composto de terno, sapatos e meias pretas, camisa, gravata e luvas brancas. É significativo o uso das luvas brancas, pois que, são elas vestidas ritualisticamente, antes da entrada ao Templo, através destas

palavras: “(...) meus amados Irmãos, se desde a meia-noite, quando encerram os nossos últimos trabalhos, conservastes as mãos limpas, calçai as vossas luvas.” O Rito possui 33 graus. (CONTE, 2011, p.132)

Entre as figuras 5.75 e 5.100, observa-se o Primeiro Templo da A.:R.:L.: S.: União e Virtude I:



Fig.5.75. Loja “União e Virtude I”.
Fonte: A Autora (2013).



Fig.5.76. Loja “União e Virtude I”.
Fonte: A Autora (2013).

A exemplo da Loja “União e Beleza”, a “União e Virtude” também ostenta as faixas com os Símbolos vistos em edificações paratienses, como os losangos, esquadro e compasso, estrela flamejante, avental. Na figura 5.77, observa-se também a inclusão dos símbolos alusivos à Lua, além da orla dentada. Contornando a edificação, há o barrado grego, elemento também incluso em casas de Paraty.



Fig.5.77. Lateral com Faixa de Símbolos
Fonte: A Autora (2013).



Fig.5.78. Detalhe: Faixa de Símbolos.
Fonte: A Autora (2013).

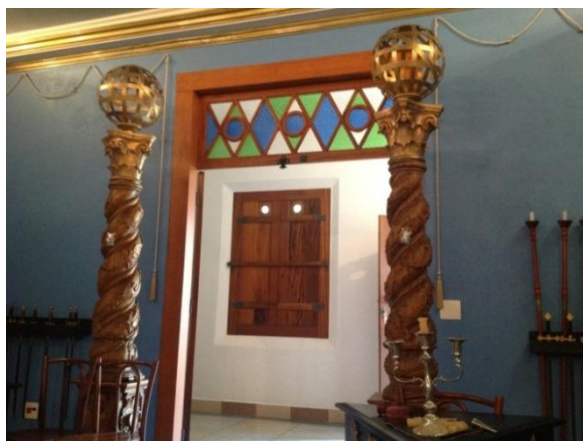


Fig.5.79. Átrio (Entrada) do Templo, com as duas Colunas “B” e “J”.
Fonte: A Autora (2013).



Fig.5.80. Coluna "B".
Fonte: A Autora (2013).



Fig. 5.81. Coluna "J".
Fonte: A Autora (2013).

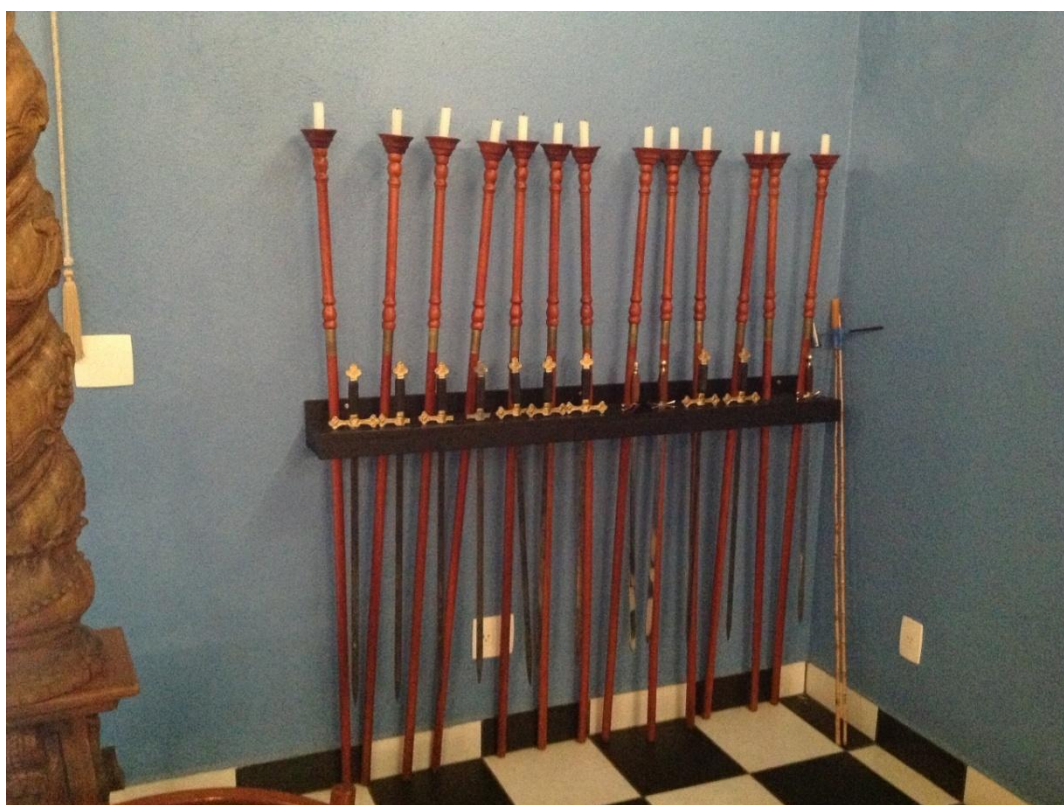


Fig.5.82. Tocheiros, com velas, para dar "Luz" ao Templo.
Fonte: A Autora (2013).

Ressalta-se que, dentro do Templo Maçônico, não entra luz direta, pois não há janelas e a porta permanece fechada. No entanto, como não estava ocorrendo nenhuma sessão ou solenidade (quando foi feita a foto-figura 5.83), houve incidência de luz solar.

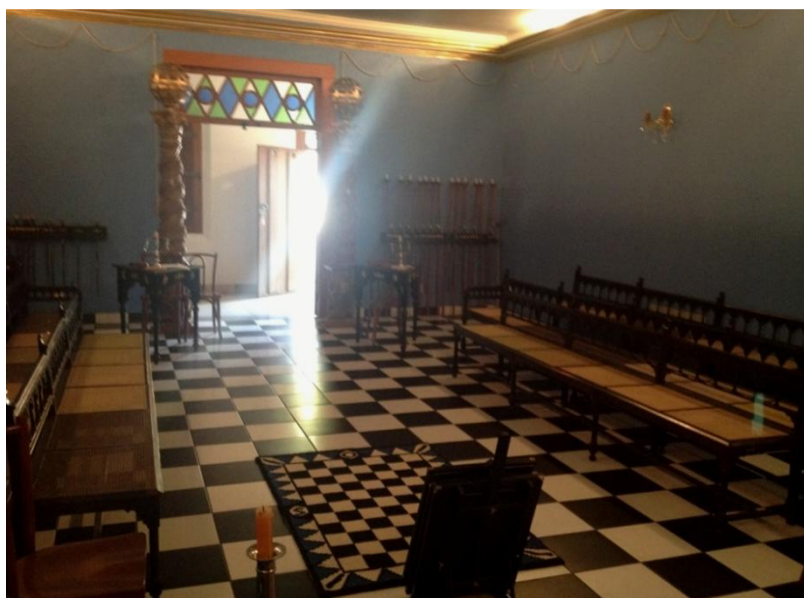


Fig.5.83. Interior do Templo (face: Ocidente) .
Fonte: A Autora (2013).



Fig.5.84. Interior do Templo (face: Oriente).
Fonte: A Autora (2013).

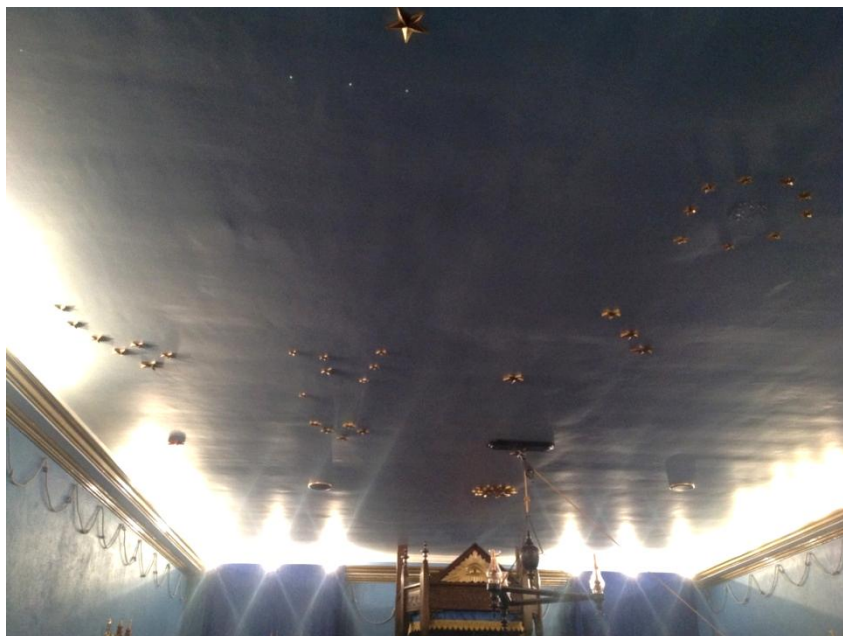


Fig.5.85. Abóboda Celeste.
Fonte: A Autora (2013).



Fig.5.86. Detalhe- Abóboda.
Fonte: A Autora (2013).



Fig.5.87. Detalhe- Abóboda.
Fonte: A Autora (2013).



Fig.5.88. Oriente do Templo.
Fonte: A Autora (2013).

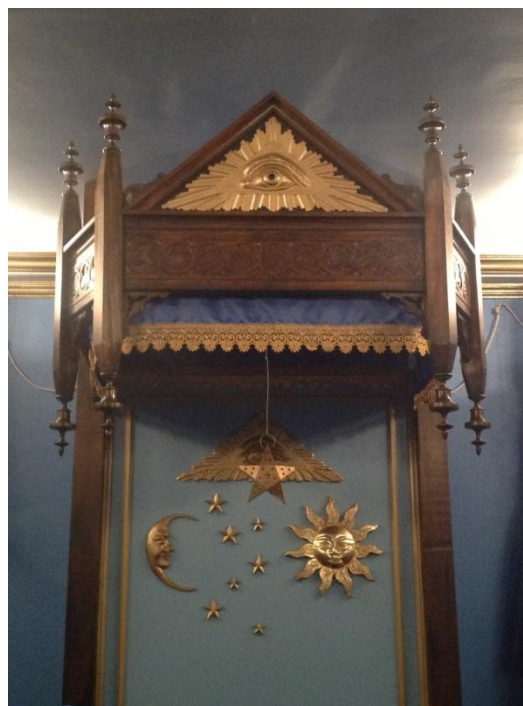


Fig.5.89. Oriente- Detalhe.
Fonte: A Autora (2013).



Fig.5.90. Mesa de onde o Venerável Mestre preside a sessão.
Fonte: A Autora (2013).



Fig.5.91. Móvel com o Livro da Lei.
Fonte: A Autora (2013).



Fig.5.92. Livro da Lei (Esquadro e Compasso acima).
Fonte: A Autora (2013).

De acordo com o depoimento do Maçom Renato Luís, o tapete da fig. 5.93, acima, demorou anos para ser feito à mão. Em grande parte das Lojas Maçônicas atuais, o tapete é substituído por uma impressão no pavimento.



Fig.5.93. Tapete- Mosaico e Orla dentada.
Fonte: A Autora (2013).



Fig.5.94. “União e Virtude” nº 3956.
Fonte: A Autora (2013).



Fig.5.95. Bandeira Grande Oriente do Brasil (RJ) e Bandeira do Brasil.
Fonte: A Autora (2013).



Fig.5.96. Indumentária e Painel V.I.T.R.I.O.L.
Fonte: A Autora (2013).



Fig.5.97. Indumentária Maçônica.
Fonte: A Autora (2013).



Fig.5.98. Salão de Confraternização (indicado pela seta vermelha).
Fonte: A Autora (2013).

Neste espaço, acontece a confraternização da Comunidade Maçônica (a Ágape)- figuras 5.98 a 5.100.



Fig.5.99. Salão de Confraternização (interior).
Fonte: A Autora (2013).



Fig.5.100. Salão de Confraternização (interior).
Fonte: A Autora (2013).

Loja União e Virtude I (Sede Atual: em setembro de 2014 estava em fase final de construção). (figuras 5.101 a 5.112)



Fig.5.101. Vista “União e Virtude I”.
Fonte: A Autora (2014).



Fig.5.102. Vista “União e Virtude I”.
Fonte: A Autora (2014).



Fig.5.103. Vista “União e Virtude I”.
Fonte: A Autora (2014).

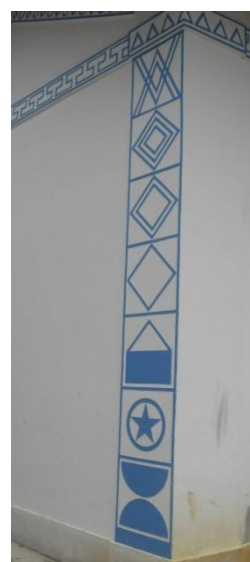


Fig.5.104. Detalhe- Faixa.
Fonte: A Autora (2014).

Esta edificação, a exemplo das demais apresentadas anteriormente, também tem as faixas pintadas com os símbolos.



Fig.5.105. Frontispício (Ocidente)
Fonte: A Autora (2014).

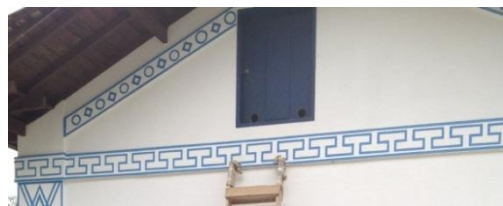


Fig.5.106. Detalhe- Barrados.
Fonte: A Autora (2014).



Fig.5.107. Vista – Templo.
Fonte: A Autora (2014).



Fig.5.108. Vista-Templo (Oriente).
Fonte: A Autora (2014).



Fig.5.109. Entrada (Ocidente).
Fonte: A Autora (2014).



Fig.5.110. Porta de entrada para o Templo.
Fonte: A Autora (2014).



Fig.5.111. Colunas “B” e “J”.
Fonte: A Autora (2014).

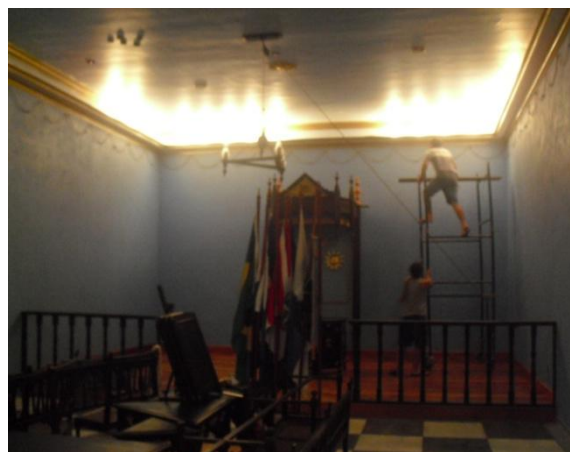


Fig.5.112. Arrumação do Templo.
Fonte: A Autora (2014).

Como instituição oficial vinculada à Maçonaria e à Loja “União e Virtude I”, a “Fraternidade Feminina Acácias da Costa Verde” foi fundada em 22 de dezembro de 2012 e inaugurada em 09 de junho de 2013 (figuras 5.113 e 5.114).



Fig.5.113. Placa: “Frat. Fem. Acácias da Costa Verde.”
Fonte: A Autora (2014).



Fig.5.114. Placa da Fraternidade-Detalhe.
Fonte: A Autora (2014).

5.4.1. Museu da Maçonaria

O ato de colecionar, para preservar e valorizar a memória, faz parte da história humana. “(...) Em todas as culturas, em um sentido universal, o colecionismo tem sido o germe dos museus.” (FERREIRA, 2013, p.80).

Tendo a Maçonaria um longo e rico histórico, seja em seus mitos, como em seu patrimônio, o colecionismo está intrinsecamente ligado a ela. Tal realidade não é diferente na Maçonaria Brasileira, já que desde o início de suas atividades, procurou reunir as mais diferentes coleções maçônicas.

A preservação do patrimônio cultural maçônico, por constituir parte importante do cotidiano da história e evolução do país em que ela age, não pode dissociar-se do patrimônio cultural nacional.

É dever e obrigação de todo membro da Arte Real colaborar com a coleta, a conservação, a documentação e preservação dos objetos museais que compõem o acervo desse patrimônio, e com sua exposição; instruir o povo de suas origens, história, atualidade e projeções futuras. (FERREIRA, 2013, p.154)

Nesse seguimento, o Grande Oriente do Brasil formou um acervo muito consistente para a formalização de vários museus. Cite-se aqui um dos mais importantes da Maçonaria do Brasil – O Palácio Do Lavradio (figura 5.115), onde está o Museu do Lavradio – no Rio de Janeiro.

Segundo Ferreira (2013, p. 28), o ator, ensaiador e Maçom Vitor Porfírio de Borja propiciou o início da obra desse prédio, que a princípio seria um teatro. O edifício foi adquirido em 18 de agosto de 1842 e ocupado pelo Grande Oriente do Brasil em 1843, tendo à época como Grão-Mestre Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Visconde de Albuquerque.

Em 20 de janeiro de 1972, foi tombado pela Secretaria de Estado de Educação e Cultura, em sua Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara, hoje Estado do Rio de Janeiro.

Situa-se à Rua do Lavradio, nº 97, no centro da Cidade do Rio de Janeiro – RJ. É composto por três pavimentos e, em sua fachada, predomina o estilo neoclássico brasileiro, com inspiração no Renascimento Italiano. No topo do prédio, pode-se ver o símbolo rosa-cruz do Pelicano.



Fig.5.115. Palácio Maçônico do Lavradio.
Fonte: *googlemaps.com* (maio/2016).

O Museu tem um acervo raro e único, muito significativo, composto de verdadeiras relíquias de valor inestimável. Entre estas, encontram-se esculturas, louças, instrumentos Maçônicos de ouro, prata, marfim, pinturas, documentos, livros etc., que fazem dele, não somente um patrimônio da Maçonaria Brasileira, mas um patrimônio histórico do Brasil.

Os elementos constitutivos de um museu são: primeiramente as coleções (o conteúdo), em segundo a estrutura arquitetônica (continente), agregadas a uma série de normas pragmáticas para logarmos compatibilizar a realidade do museu com as exigências funcionais do homem (continente com o público). (FERREIRA, 2013, p.89)

No caso paratiense, o **Museu Maçônico de Paraty-RJ** (figura 5.116), fundado pela Loja “União e Virtude I” (GOB-RJ), é localizado na Sede Atual da Loja (até junho de 2017, ainda não inaugurado). O funcionamento do Museu será comunicado ao público em geral, mas é independente da participação de esferas públicas. Em seu acervo, constarão objetos de valor cultural e histórico, como medalhas, peças de indumentária, faixas, documentos etc.



Fig.5.116. Placa: “Museu Maçônico de Paraty”.
Fonte: A Autora (2014).

Algumas das peças que farão parte do referido acervo podem ser vistas nas figuras 5.117 a 5.120 (as fotos dos objetos são de 2013, na Sede Anterior da Loja “União e Virtude I”, antes de serem transferidas ao Templo Atual).



Fig.5.117. Peças do Museu Maçônico de Paraty.
Fonte: A Autora (2013).



Fig.5.118. Peças do Museu Maçônico.
Fonte: A Autora (2013).



Fig.5.119. Doc.: Diploma de Mestre Maçom. 1903.
Fonte: A Autora (2013).

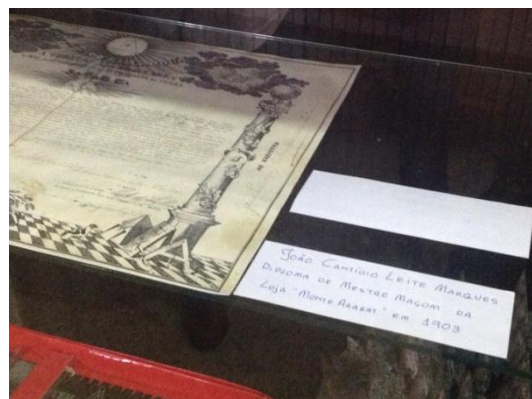


Fig.5.120. Doc.: Diploma de Mestre Maçom.
Fonte: A Autora (2013).

Nas figuras seguintes (5.121 a 5.124), é mostrado o Local do Museu, no Templo, ainda em arrumação (set./2014).



Fig.5.121. Local do Museu.
Fonte: A Autora (2014).



Fig.5.122. Local do Museu.
Fonte: A Autora (2014).



Fig.5.123. Local do Museu.
Fonte: A Autora (2014).



Fig.5.124. Local do Museu.
Fonte: A Autora (2014).

5.5. A Maçonaria em Paraty e o Turismo Cultural

Recapitulando a ideia de que as ruas de Paraty perpetuam um legado de “museu aberto”, esta concepção integra a atratividade turística da Cidade. Conforme visto no Capítulo 03, a herança cultural local - seus recursos culturais materiais e imateriais - é numerosa e solidificada. Sobretudo, isso se percebe nas ruas do conjunto histórico da Cidade, onde tradições foram conservadas e outras se perderam. A rua, neste caso, é o espaço em que a dinâmica social acontece.

Rua provém do latim “ruga”, que significava primitivamente “(...) o sulco situado entre duas fileiras de casas ou muros em uma povoação qualquer.” (GIRALDI, 2009, p.62). Destaca-se, à vista disso, Bresciani (1993, p.28-29), quando expõe a conceituação etimológica do vocábulo, proposta por Rykwert (1981):

Ruas, caminhos com denominações cujo sentido se perderam no tempo. Rykwert nos ensina que *street* provém de *sternere*, pavimentar, e relaciona-se com todas as palavras derivadas do latim com a raiz *str*, que remetem a edificação e a construção. A *strada* italiana e a *Strasse* alemã sugerem uma superfície separada para uso público. Já *road* indica movimento em direção a algo e o transporte de pessoas e de bens, seja a pé, sobre animais de carga ou em veículos. A raiz anglosaxônica é *ride* e dá *rue* francesa e a *rua* do português. Este autor prossegue e diz que *alley*, aléia em português, denota sempre uma passagem estreita; já avenida, *avenue*, uma rua ampla com fileiras de árvores;[...]

Percebe-se que até para a definição de “rua”, são inerentes várias acepções, mas não se encerra somente nessas descritas. Bresciani (1993, p.34) recorda João do Rio (1951), o qual mostra a recorrência de definições para “rua”, mas que são sempre insuficientes para compreender sua complexidade. A propósito, expõe-se que:

A experiência do homem no espaço urbano é fundamentada na intuição de que a rua é mais que uma via, trilha ou caminho. Só em mapas, plantas e planos, as ruas podem ser vistas apenas como meios de circulação entre dois pontos distantes. Antropologicamente, a rua é um universo de múltiplos eventos e relações.

A expressão “alma da rua” significa um conjunto de veículos, transeuntes, encontros, trabalhos, jogos, festas e devoções. As ruas têm um caráter e podem ser agitadas, tranquilas, sedes de turmas, pontos e territórios. São locais onde a vida social acontece ao ritmo do fluxo constante que mistura todas as atividades. Um “micro-cosmo real” de espaços e relações, que tem a ver com o repouso e o movimento, com o dentro e o fora, com a intimidade e a exposição; que serve para referências bons e maus lugares. (GIRALDI, 2009, p.62)

Certamente, em relação ao turismo, o “microcosmo” do conjunto histórico paratiense é o grande destaque do Município. O turismo propiciou o desenvolvimento econômico de Paraty no século XX, mas também intensificou o processo de especulação imobiliária no Bairro Histórico. As ruas e suas edificações, por conseguinte, foram preservadas pela “pobreza” e se perpetuaram, por interesses históricos e culturais, mas também mercadológicos. O turismo cultural, assim, veio abarcar o sítio histórico preservado, bem como as tradições e manifestações populares. Estas ainda são frequentes e muito estimadas em Paraty e contribuem para a perpetuidade da cultura popular e da identidade cultural, também integrando a oferta turística do Município.

As ruas do Bairro Histórico, nesse cenário, “saltam aos olhos”, revelam uma beleza particular. Seu sítio histórico não tem a suntuosidade de Ouro Preto (MG), outra cidade colonial tombada, ou os palácios do Rio de Janeiro, Petrópolis (RJ), por exemplo, sendo que,

[...] O importante é o conjunto: a arquitetura singela e singular de cada edificação no casario de um quarteirão; a sinuosidade das ruas e a angulosidade das edificações que a compõem; a disposição das igrejas nos quadrantes do conjunto; enfim a simplicidade e a singeleza das harmônicas fachadas das casas. (MELLO, 2011, p.02)

A Maçonaria em Paraty se insere nesse contexto, pelo seu legado cultural, sobretudo nas vias públicas, pois o “(...) caráter eminentemente “comunicativo” da rua traduz em seu texto a própria natureza sociável do homem.” (BRESCIANI, 1993, p.29). O traçado urbano, as edificações e seus símbolos têm uma beleza única e uma linguagem arquitetônica própria, revelando uma forma de comunicação do homem e trazendo em seu bojo significados ocultos.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico de Paraty (PDDT, 2013, p.89), inclui a Maçonaria como um item específico formador do ambiente cultural do Município, apresentando-a como “Sociedade secreta com grande influência no modo de vida paratiense, influenciando principalmente a arquitetura colonial.” Além disso, é descrita a relação da Ordem com a Cidade, de maneira restrita:

Paraty possui uma grande influência da maçonaria, desde o início do século XVIII. A urbanização do centro histórico, por exemplo, foi realizada pelos seguidores desta filosofia que mescla misticismo e esoterismo e valoriza a liberdade de expressão. Documentos comprovam que o primeiro padroeiro de Paraty foi São Roque, um santo místico esotérico, que percorreu como peregrino o caminho de San Thiago de Compostela. De certo modo, talvez isso explique o motivo da presença maçônica em Paraty. Entre os símbolos

da maçonaria, destaca-se a presença de colunas nas ruas de Paraty que formam um pórtico. Outro exemplo típico da simbologia maçônica é a proporção dos vãos entre as janelas, em que o segundo espaço é o dobro do primeiro, e o terceiro é a soma dos dois anteriores, formando o retângulo áureo de concepção maçônica. Até as plantas das casas, feitas na escala 1:33:33, têm a marca da simbologia dos maçons, desta vez da Ordem Filosófica, cujo grau máximo é o de nº 33. Por fim, encontra-se na arquitetura colonial de Paraty figuras representantes da simbologia maçônica. (PDDT, 2003, p.91-92)

Existem alguns Guias turísticos e muitos jovens rapazes “carroceiros” em Paraty, (estes não cadastrados pelo M-tur) que usam, irrestritamente, do Imaginário relacionado à Maçonaria para falar do conjunto arquitetônico. Exemplo disso, é a fala mandatória da escala usada nas edificações (1:33:33), os 33 quarteirões e, principalmente, dos desenhos ornamentais nas casas.

Nas visitas realizadas em Paraty, nos anos de 2013 e 2014, observou-se que os símbolos nas edificações são ditos como sendo de origem Maçônica, sobretudo pelos jovens que fazem a vez de guias turísticos, mesmo que significativa parte deles não seja original. Como Cury (2013) *in* Priester (2015) relata, houve a replicação dos elementos decorativos (os “símbolos” feitos em esgrafitos) principalmente nas décadas de 60 e 70 do século XX, muitos dos quais com objetivos falsamente cenográficos. Diante disso, conclui-se que parte da informação passada por esses jovens é incorreta, porquanto o autêntico passa a dar lugar à simulação e simulacros. O filósofo francês Baudrillard (1991), utilizando-se também dos conceitos de “A sociedade do espetáculo” de Guy Debord, coloca a simulação como tentativa de imitar o real. O simulacro é uma criação, inventada de tal forma que talvez seja tão ou até mais crível que o próprio real; a representação é mais importante que a coisa em si, o real, o autêntico.

Nessa lógica, muitos dos desenhos paratienses emulam e simulam, concomitantemente, os símbolos e códigos produzidos por Maçons. Portanto, ao serem reverberados como reais, entram no campo do simulacro, em que os limites de distinção são quase imperceptíveis entre o real e o que seria irreal.

A influência Maçônica em Paraty é permeada por uma áurea de incertezas, desde a realização dos símbolos nas edificações, e suas reais e possivelmente múltiplas significações, até a simulação desses. A peculiaridade e a beleza decorativa sobrepujam o significado inicial.

Paraty conserva ainda hoje uma influência muito forte da Maçonaria nas

construções locais, que pode ser facilmente observada, tanto no alinhamento de edificações recentes, como na reprodução dos “símbolos”, além dos limites do Bairro Histórico: algumas vezes, com precisão e maior apuro (edificação fig. 5.125, propiciada por um Maçom), outra vezes, feitos de maneira irrestrita para se aludir aos esgrafitos e enquadrar a fachada no “cenário” local (figs. 5.126 e 5.127).



Fig.5.125. Edificação (fora do Bairro Histórico).
Fonte: A Autora (2014).



Fig.5.126. Edificação (fora do Bairro Histórico).
Fonte: A Autora (2014).



Fig.5.127. Edificação (fora do Bairro Histórico).
Fonte: A Autora (2014).

Até os Templos Maçônicos atuais de Paraty, vistos neste Capítulo, colocam os mesmos símbolos desenhados em suas fachadas. Seria esse um traço da Maçonaria Especulativa, que usa dos instrumentos de trabalho da Maçonaria Operativa para formar alegorias e perpetuar os ensinamentos? Além disso, se tais símbolos serviam para comunicar informações valiosas aos Irmãos da Ordem que chegavam à região, por que ainda são replicados nos Templos?

Para os Maçons, o uso dos símbolos é de extrema importância para a continuidade da Ordem e das mensagens, além de “protegê-los” de “olhos profanos”. Talvez, no caso de Paraty, impere a tradição na reprodução contínua dos símbolos. Assim, a função simbólica de representar a identidade cultural, seja ela de um povo, de uma comunidade ou de uma Ordem, como a Maçonaria, se mantém.

A representação ganha *status* de realidade. Para Debord (2003, p.13), “(...) Toda a vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era diretamente vivido se esvai na fumaça da representação.” E este fato não é necessariamente negativo.

Para Giddens *in* Dias (2006, p.59) “(...) a idéia de que a tradição é impermeável à mudança é um mito. As tradições evoluem ao longo do tempo, mas podem também ser alteradas ou transformadas de maneira bastante repentina.” O turismo cultural pode, portanto, propiciar a valorização de elementos culturais significativos, uma vez que:

[...] oferece a oportunidade de a comunidade redefinir as funções do fato cultural, ao adaptá-lo a uma nova realidade, sem perda de vínculo com o grupo social, que o insere em um novo contexto, no qual passa a figurar também como elemento simbólico, que contribui para a definição e para a consolidação da identidade coletiva. O estímulo dado pela atividade turística contribui para o resgate de muitas tradições, as quais, embora redefinidas, transformadas, mantêm-se como elemento que dá coesão ao grupo social, a que estão vinculadas historicamente e que continua a encená-las como sua. Esse processo é o responsável pelo resgate de muitas tradições que estavam ameaçadas de desaparecimento em todo o país. (DIAS, 2006, p.59)

Como exemplo disso, o autor cita o caso dos Pataxós do sul da Bahia. Apesar de estarem sob o jugo de atração turística, utilizam dessa condição para resgatar sua cultura e assim, mantém sua produção cultural ativa e suas características são valorizadas. Há um processo dialético de reconstrução da memória histórica impulsionado potencialmente pelo turismo cultural. Mas para isso, é preciso que haja a condução de um planejamento turístico, através da integração de diferentes atores e a avaliação de condicionantes internos e externos a um Município. (DIAS, 2006).

A partir dos sucessivos tombamentos e a revalorização de Paraty através do turismo, o Centro Histórico (ou Bairro Histórico) tornou-se o local mais valorizado do Município. Padilha (2016, p.09) coloca a hipótese de que a Cidade “(...) teria passado de um domínio do valor de uso [anterior ao tombamento] para o domínio do

valor simbólico [após o tombamento].” Dessarte, Paraty ganha uma nova dinâmica socioeconômica e passa a comercializar seu valor simbólico proveniente do passado histórico-colonial.

Ao longo das últimas décadas, nessa perspectiva, o Bairro Histórico tornou-se quase impenetrável para uma parcela da população local, pois o comércio passou a ser destinado quase que exclusivamente aos visitantes, incluindo a existência de numerosos meios de hospedagem que abrigam turistas de variados segmentos. A especulação imobiliária no Centro de Paraty tornou-se muito forte, aliada à pressão inflacionária, o que pode ocasionar um espaço público restrito somente ao consumo: o sentido de preservação do patrimônio cultural, tanto material, como imaterial, esvai-se e o processo de gentrificação fica evidente.

Além disso, o fato de existirem correntes de ferro⁶⁵ (figuras 5.128 e 5.129) que circundam grande parte do Centro Histórico e fazem a pedonalização do referido Bairro - para impedirem o tráfego de veículos e proteger as pedras “pé-de-moleque” e as estruturas edilícias - também demonstram que aquele local é diferente dos demais. Portanto, há um outro viés simbólico: aquele lugar é consagrado e merece proteção; existe uma encenação de “interior” e “exterior”.



Fig.5.128. Corrente. Esq.: R. Ten. Francisco Antônio (Comércio), Trav. Gravatá.
Fonte: A Autora (2014).



Fig.5.129. Detalhe- Corrente.
Fonte: A Autora (2014).

⁶⁵ Segundo funcionários/arquitetos do Escritório do Iphan (Paraty), essas correntes foram implantadas em Paraty na década de 1970 (Informação Verbal concedida à Autora, em set./2014).

Em tantos museus no Mundo, coloca-se uma faixa ou corrente para impedir a aproximação das pessoas às obras, demonstrando que aquele objeto é “intocável”. Talvez, isto também aconteça em Paraty: as ruas do Centro Histórico tornam-se uma espécie de museu urbano, coroadas pelo conjunto arquitetônico e seus ornamentos, alguns de origem Maçônica e outros “cenográficos” (sem desmerecer a totalidade do conjunto), perfazendo um território próprio e particular.

Na esfera cultural do turismo, as rugosidades no patrimônio são ressignificadas para uso turístico, conforme referenciadas no Capítulo 01. Consoante o exposto anteriormente neste Capítulo, quanto à demarcação dos Maçons na Cidade de Paraty, tem-se que sua formação espacial e os esgrafitos simbólicos nos sobrados paratienses são exemplos de rugosidades no espaço, pois sinalizavam a presença Maçônica, ou seja, sua delimitação territorial material e imaterial. Mas também, os símbolos foram replicados e utilizados vocacionalmente como cenografia da própria Cidade e estimulados pelo turismo cultural.

Em Paraty, sobretudo os símbolos (esgrafitos) nas edificações do Bairro Histórico têm essa conotação: eles se tornam atrativos, como elementos fixos, que ganham outros contornos, os quais identificam a Cidade dentre tantos outros sítios históricos coloniais brasileiros. Os símbolos delineiam a identidade local, ainda que constituída de maneira diversa da original, identificando assim o território cultural paratiense. Diante de tais observações, são consideradas as palavras de Batista Costa (2008, p.59):

Cada grupo social tem sua própria organização espacial, conforme suas necessidades e valores. Podemos herdar formas do passado cuja gênese vincula-se a outros propósitos, que não os nossos. Sendo legadas ao presente, estas formas podem ser adaptadas às necessidades atuais. **Formas herdadas do passado e apropriadas no presente, na organização atual apresentam uma funcionalidade efetiva em termos econômicos ou um valor simbólico que justifica sua permanência.[...]** (grifo nosso)

Portanto, ao avaliar o terreno simbólico do núcleo urbano paratiense do Centro Histórico, tem-se que: o grupo social (Maçonaria) utilizou de seus símbolos como um meio de comunicação necessário entre seus Membros e demarcação de seu território simbólico nas ruas da Cidade. Nos dias atuais, contudo, essas formas pretéritas ganharam outras implicações, como dito, até a de cenarização, tendo sido apropriadas no presente e utilizadas como elementos distintivos do conjunto

arquitetônico de Paraty. Nesse âmbito, são ressaltadas as palavras de Santos (2006 p.39) quando diz que o espaço é “(...) hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes.”

Cabe uma reflexão nesta oportunidade: se uma das proposições maiores do Turismo Cultural seria revelar e valorizar a autêntica cultura de um povo, como se enquadraria nesse contexto o estímulo à “Cidade Cenário”, sendo esta uma espécie de ensaio pós-moderno que fomenta o simulacro?

Ao analisar Paraty através do limite imposto em suas ruas pelas correntes circundantes do Bairro Histórico, a situação do turismo cultural praticado atualmente é a de uma territorialização especialmente preparada para o turista. Neste trabalho, foram apresentados elementos que confirmam resquícios do território Maçônico em Paraty, apresentados como rugosidades do patrimônio e constituintes de grande valor simbólico.

Poder-se-ia elaborar uma roteirização temática dentro da segmentação do turismo cultural sobre a Maçonaria em Paraty, desvelando símbolos expostos nos sobrados, demonstrando que antigas edificações usadas por Maçons assumiram outras funções ao longo do tempo. Como exemplo disso, integram-se construções que teriam abrigado as Lojas Maçônicas, (L.I., L.II. e L.III.), que hoje são de natureza comercial, bem como as edificações com os símbolos Maçônicos no Centro e, ainda, poderia haver uma visita agendada no Museu da Maçonaria de Paraty (ainda a ser inaugurado, sem previsão), fora do Bairro Histórico, para complementar o roteiro.

Entretanto, através das pesquisas *in loco* e das reflexões lançadas ao longo deste trabalho, optou-se por uma análise mais abrangente, não sendo restrita a um fim único como um roteiro monotemático, mas abrindo possibilidades de discussão acerca do simbolismo Maçônico e como este foi integrado pela oferta turística relacionada à cultura no Município. Dado o caráter mutável da história, visto que esta “(...) responde às diferentes perguntas que os diferentes grupos sociais fazem a respeito do seu passado.” (MACHADO, 2007, p.57), contribui-se para um processo de conhecimento contínuo, pois “(...) o tempo da memória é o presente, mas ela necessita do passado (...).” (MENESES, 2007, p.32).

Raimundo (2011, p.39-40) alicerçado nas considerações de Merlo (2000), explica que:

Pela análise da memória coletiva, reconstroem-se fatos já passados, mas que podem conter significados narrados ou vivenciados por outros sujeitos, lembranças que passam a ter real interpenetração na memória de quem está narrando, como se fossem parte de sua própria vida [...]

Essa acepção coaduna-se com o conteúdo trabalhado, já que as histórias e os indícios narrados sobre a Maçonaria de Paraty integram a reconstrução dos fatos, contribuindo assim para a análise da memória coletiva, ainda que de forma tangencial para se compreender a formação espacial do Bairro Histórico paratiense.

O processo de recuperação de uma memória coletiva, mesmo que tenha sido provocado “para reproduzir a cultura local para os turistas, leva numa etapa posterior, inexoravelmente à recuperação da cor local e, num ciclo de realimentação, a uma procura por recuperar cada vez mais esse passado.” (BARRETTO, 2000 *in* DIAS, 2006, p. 61-62)

Dessa forma, através da memória coletiva, as rugosidades deixadas pela Maçonaria em Paraty são incorporadas ao Turismo Cultural e “(...) A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.” (LE GOFF, 2003, p. 471)

Com efeito, as palavras do historiador Le Goff são ainda mais prementes quando se vincula a libertação do homem preconizada pelos ideais da Maçonaria, através dos quais o conhecimento é perpetuador, à exaltação do Legado Maçônico em Paraty. Em um processo de reconstrução histórica propiciada pelo turismo cultural, o território da Cidade torna-se visível à luz dos fatos descritos e os elementos utilizados para a divulgação da oferta turística local ganham um significado maior.

Aspectos imateriais da cultura, como os relatos e análises sobre a simbologia Maçônica descritos neste trabalho são evidenciados na descrição do patrimônio material (casario) pelo turismo cultural. Dentro das correntes, está o sagrado, metaforicamente ornado pelos símbolos e a formação espacial em leque “meia-lua”, e fora, encontra-se o profano, aquilo que não teria necessariamente o mesmo teor simbólico e histórico-cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propôs-se neste trabalho uma abordagem diferenciada no campo do turismo cultural sobre o patrimônio de Paraty e seu simbolismo alusivo à Maçonaria. Essa Cidade, que conta com um desenvolvimento turístico acentuado nas últimas décadas, tem uma vocação para atrair visitantes dos mais variados segmentos, dentre estes os que buscam conhecer e “vivenciar” o patrimônio remanescente.

O Centro Histórico preservado de Paraty, nesse sentido, apresenta diversos aspectos importantes da história nacional: suas Igrejas demonstram a formação territorial atrelada ao domínio religioso nas colônias portuguesas; suas centenárias pedras calçadas mostram um recurso de projeto urbano para a garantia do transporte de riquezas (ouro, café), e seu conjunto arquitetônico é tipicamente colonial, estruturado sobretudo para atender às funções de residência e comércio.

Nesse cenário, Paraty era um porto movimentado e interessante para os Maçons dos séculos XVIII e XIX que, à época, eram principalmente profissionais liberais e buscavam outra vida no “novo” Continente, sem perseguições e com altas expectativas de prosperidade econômica e social. Consequentemente, os Maçons ali viram uma oportunidade atrativa para se estabelecerem: deixavam símbolos identificadores em suas residências para demonstrar sua presença e realizar um tipo de comunicação codificada, nas edificações, aos demais Irmãos da Ordem.

Tais sinais, atualmente tão característicos e únicos do casario paratiense, foram se multiplicando, até a quase perda do sentido inicial. Ainda assim, somente nessa Cidade, há a replicação continuada de tais símbolos, da maneira como foram colocados inicialmente, nos atuais Templos Maçônicos; mas também, reproduzidos como cenografia, privados da função simbólica original.

Mais do que representar somente um período histórico, o patrimônio permite múltiplas interpretações, através da reconstrução da memória coletiva, tradição oral e revisão bibliográfica. Logo, podem ser externalizadas de diversas formas, uma dessas sendo por intermédio do turismo cultural, que justamente traz à luz características culturais, por vezes ocultas ou não valorizadas, de um grupo ou de um povo e, através do turismo, a identidade cultural pode se tornar mais visível

O tema deste trabalho, por conseguinte, foi sendo lapidado, metaforicamente, como uma “pedra bruta”: de início, composta de novas informações para a Autora desta pesquisa, vastas e até contraditórias sobre a Maçonaria e o histórico de

Paraty. Com as pesquisas *in loco* e bibliográficas, as considerações de Mello (2006), entrevistas de Membros das duas Lojas Maçônicas de Paraty, o que antes era uma constatação superficial sobre a influência local da Instituição, tornou-se muito mais viva e presente no percurso pelas ruas de seu Centro Histórico, solidificada desde os três cunhais de pedra no encontro de quatro esquinas, passando pela formação espacial do Centro em “meia-lua” até a interpretação dos símbolos nas casas.

A pesquisa, contudo, não se encerra aqui, diante de muitas outras possibilidades de desenvolvimento do tema. Além da valiosa contribuição da tradição oral, quais seriam os demais indícios comprobatórios da Maçonaria na Cidade? Para responder a este questionamento, poderiam ser consultadas (os): fontes primárias, como documentos e fotos que ratifiquem as antigas localizações dos Templos Maçônicos; documentos dos primeiros Maçons que chegaram a Paraty, ainda no século XVIII; pesquisa prospectiva de averiguação dos símbolos originais; investigação *in loco* dos nomes citados no Capítulo 05 de Maçons fundadores da Loja “União e Beleza” e documentos originais dessa Loja; os arruadores que contribuíram ou até determinaram a formação territorial de Paraty etc. Dessa forma, tais informações complementaríamos a história paratiense e poderiam integrar roteiros prioritariamente culturais do Município.

Sob outro ponto de vista, há espaço para se verificar quais e quantos roteiros estritamente veiculados pelo segmento cultural do turismo existem no Município e como a Maçonaria seria um elemento de interesse para aqueles turistas que procuram ir além do visível, buscando uma outra vivência, questionadora e interativa, no patrimônio. Ademais, diante das questões mercadológicas que integram o turismo, seria interessante um estudo de viabilidade econômica, mensurando-se os impactos econômicos e sociais provenientes dessa atividade e a capitalização de aspectos diferenciais no turismo, tal como a perpetuidade da Instituição Maçônica no patrimônio local.

Assim, espera-se que o conteúdo trabalhado tenha contribuído para um campo de redescoberta perene do patrimônio, que se revela a cada olhar. Além do mais, às considerações apresentadas cabe ainda uma maior lapidação, como uma missão a ser concretizada na Simbologia Maçônica - a da “pedra polida”- na busca pelo aperfeiçoamento do conhecimento e na perspectiva do turismo como fonte inesgotável de novidades e de trocas culturais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luiz Fernando de. Política Nacional de Patrimônio Cultural: Patrimônio, desenvolvimento e cidadania. *Revista Desafios do desenvolvimento*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília, Ano 7. ed. 62., 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1104:catid=28&Itemid=23> Acesso em: 15 jan. 2017.

AMARAL, Edelweiss; GURGEL, Heitor. *Paraty, Caminho do Ouro*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1973.

ASLAN, Nicola. *Uma Radioscopia da Maçonaria ou A Maçonaria ao Alcance de Todos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Aurora, 1981.

AZEVEDO, Celia M. Marinho de. Maçonaria: história e historiografia. *Revista Usp*. São Paulo, n. 32, p.178-189, dez./fev.1996-1997. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/26042/27771>> Acesso em: 15 jan. 2017.

BARRETTO, Margarita. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. Campinas: Papirus, 1995.

BARROS, Manoel de. *Tratado geral das grandezas do ínfimo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

BATISTA COSTA, Everaldo. Refuncionalização de Patrimônio Cultural e a nova racionalidade da organização sócio-espacial em núcleos urbanos tombados. *Estudos Geográficos*. Rio Claro, p. 53 -73, 2008. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11802/1/ARTIGO_RefuncionalizacaoPatrimonioCultural.pdf> Acesso em 10 mai. 2017.

BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e simulação*. Tradução de Maria João da Costa Pereira. Lisboa: Relógio d'água, 1991.

BENI, Mário Carlos. *Análise Estrutural do Turismo*. 4. ed. São Paulo: Senac, 2001.

BENHAMOU, Françoise. *Economia do patrimônio cultural*. Tradução de Fernando Kolleritz. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.

BIBLIOTECA NACIONAL (acervo digital). *Planta de Paraty -Carta chorographica* da Província do Rio de Janeiro, mandada organizar por Decreto da Assembleia Provincial de 30 de Out. de 1857 . Encarregada aos Engs. Pedro d'Alcântara Bellegarde e Conrado Jacob de Niemeyer, 1858-1861. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart173951/cart173951.pdf> Acesso em: 21 fev. 2017.

BOUCHER, Jules. *A Simbólica Maçônica ou A Arte Real Reeditada e Corrigida de Acordo com as Regras da Simbólica Esotérica e Tradicional*. Tradução de Frederico Ozanam Pessoa de Barros. 2. ed. São Paulo: Pensamento, 2015.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988.

_____. Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro-DF, 1937.

_____. Decreto nº 58.077, de 24 de março de 1966. Converte em Monumento Nacional o Município Fluminense de Paraty e dá outras providências. Brasília-DF, 1966.

_____. Portaria n. 402, de 13 de setembro de 2012 . Dispõe sobre os critérios de preservação e regulamenta as intervenções na área do Município de Paraty/RJ, tombado em nível federal e convertido em Monumento Nacional. Brasília-DF, 2012.

_____. MINISTÉRIO DA CULTURA. Plano Nacional de Cultura. *Sistema Nacional de Patrimônio Cultural implantado, com 100% das Unidades da Federação (UFs) e 60% dos municípios com legislação e política de patrimônio aprovadas*. Brasília-DF: 2015. Disponível em: <<http://pnc.culturadigital.br/metas/sistema-nacional-de-patrimonio-cultural-implantado-com-100-das-unidades-da-federacao-ufs-e-60-dos-municipios-com-legislacao-e-politica-de-patrimonio-aprovadas-2/>> Acesso em: 17 jan. 2017.

_____. MINISTÉRIO DO TURISMO. EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo). *Inventário da oferta turística: metodologia*. Rio de Janeiro: DIPLAN/CEBITUR, 1984.

_____. _____. *Segmentação do Turismo e o Mercado*. 1. ed. Brasília-DF: 2010. (M-TUR, 2010a). Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Segmentaxo do Mercado Versxo Final IMPRESSxO .pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Segmentaxo%20do%20Mercado%20Versxo%20Final%20IMPRESSxO.pdf) > Acesso em: 10 dez. 2016.

_____. _____. *Turismo Cultural: orientações básicas*. 3. ed. Brasília-DF: 2010. (M-TUR, 2010b). Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo Cultural Versxo Final IMPRESSxO .pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo%20Cultural%20Versxo%20Final%20IMPRESSxO.pdf)> Acesso em: 10 dez. 2016.

_____. _____. *Destino Referência em Turismo Cultural Paraty-RJ*. Brasília-DF: 2010. (M-TUR, 2010c). Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/paraty.pdf> Acesso em: 18 mar. 2017.

_____. _____. Sobre o Cadastur. (M-TUR, 2017a).Disponível em: <<http://www.cadastur.turismo.gov.br/cadastur/SobreCadastur.mtur>> Acesso em: 15 mar. 2017.

_____. _____. Destino referência em segmentos turísticos. Paraty (RJ)- O *Turismo em Paraty*. (M-TUR, 2017b). Disponível em: <http://www.destinosreferencia.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=247&limitstart=1> Acesso em: 15 mar. 2017.

_____. *Marcos Conceituais*. s.d. Disponível em:
http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf.> Acesso em: 04 jan. 2017.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Nas ruas, os caminhos da cidade. *Cadernos de História de São Paulo*. Museu Paulista da Universidade de São Paulo. São Paulo, n.2, jan.-dez.1993. p.27-38.

CABRAL, Érick Zácara. *Blog Valparaibabus. Novo Terminal Rodoviário de Paraty*. Publicação jul. 2016. Disponível em:
<https://valparaibabus.blogspot.com.br/2016/07/novo-terminal-rodoviario-de-paraty.html>> Acesso em: 04 abr. 2017.

CAMARGO, Haroldo Leitão. *Patrimônio Histórico e Cultural*. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2002.

CAMINO, Rizzardo Da. *Rito Escocês Antigo e Aceito – Loja da Perfeição (Graus 1º ao 33º)*. 2. ed. São Paulo: Madras, 1999.

CAPONERO, Maria Cristina; LEITE, Edson. As possíveis articulações entre preservação do patrimônio, turismo e desenvolvimento econômico e sua trajetória no Brasil a partir dos anos 1960. *Revista Confluências Culturais*. Santa Catarina, v. 4, n. 1, mar. 2015. Disponível em:
<http://periodicos.univille.br/index.php/RCCult/article/view/123/105>> Acesso em: 10 mar. 2017.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos – Mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. Tradução de Vera da Costa. 29. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2016.

CHOAY, Françoise. *Alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2001.

CIRCUITO CAMINHO DO OURO EM PARATY. *Caminho do Ouro*. 2017. Disponível em: <http://www.circuitocaminhodoouro.com.br/caminho-do-ouro/>> Acesso: 25 fev. 2017.

_____. *Mapa do Circuito*. 2017. Disponível em:
<http://circuitocaminhodoouro.com.br/mapa-detalhado/>> Acesso em: 25 fev. 2017.

CONTE, Carlos Brasília. *A doutrina maçônica: síntese de suas origens, história, filosofia, ritos, símbolos e ações: Um Livro-Guia para Aprendizes, Companheiros e Mestres Maçons*. São Paulo: Madras, 2011.

CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. O Programa de Cidades Históricas (PCH). In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/33/programa-de-cidades-historicas-pch>> Acesso em: 01 dez. 2016.

COSTA, Samuel. *Paraty no anno da independência: outros textos e outros poemas*. Seleção e Organização de Diuner Mello. Rio de Janeiro: Litteris, 2000.

COSTA, Flávia Roberta. *Turismo e patrimônio cultural: interpretação e qualificação*. 2. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2014.

COTRIM, Cássio Ramiro Mohallem. *Villa de Paraty*. Rio de Janeiro: Capivara, 2012.

CURY, Isabelle. *O estudo morfológico de Parati, no contexto urbanístico das cidades marítimas atlânticas de origem portuguesa*. 2008. 351f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2008.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Tradução de Terra Vista-Portugal (1997). Paráfrase em português do Brasil: Railton Sousa Guedes, Coletivo Periferia (2003). EBooksBrasil: 2003. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/debord/1967/11/sociedade.pdf>> Acesso em: 08 mar. 2017.

DIAS, Reinaldo. *Turismo e Patrimônio Cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades*. São Paulo: Saraiva, 2006.

DURÃO, João Ferreira. *Pequena história da maçonaria no Brasil: 1720-1882*. São Paulo: Madras, 2008.

FERREIRA, Cláudio Roque Buono. *Maçonaria e museu II*. 2.ed. São Paulo: Madras, 2013.

FESTA LITERÁRIA INTERNACIONAL DE PARATY (FLIP). Associação Casa Azul. *A FLIP*. 2017. Disp. em: <<http://flip.org.br/a-flip>> Acesso em: 03 mar. 2017.

FRAGA, Fernando; MATAMORO, Blas. História da ópera. In: *A Flauta Mágica*. FOLHA DE SÃO PAULO (Org.). Ópera de Wolfgang Amadeus Mozart. Libreto de Emanuel Schikaneder. Tradução de Mariana Portas. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2011. Coleção Folha Grandes Óperas.

FRANÇA, Antonio Carlos *A influência maçônica em Paraty no Séc. XVIII*. Publicado em 23 jun. 2009. Extraído de: < <http://www.valedoparaiba.com>>. Disponível em: < <https://paratybrasil.wordpress.com/2009/06/23/a-influencia-maconica-no-sec-xviii/> > Acesso em: 02 abr. 2017.

FRATUCCI, Aguinaldo César. A formação e o ordenamento territorial do turismo no Estado do Rio de Janeiro a partir da década de 1970. In: BARTHOLO, Roberto et al.(Orgs.) *Turismo e Sustentabilidade no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p 81-109.

GASPAR, Ricardo. Blog de Paraty. *Festa do Divino Espírito Santo*. Pub. por Elizabeth Gaspar em 28 mai. 2014. Disponível em: <<http://www.paraty.com.br/blog/festa-do-divino-espirito-santo/>> Acesso em: 18 mar.2017.

GIRALDI, Rita de Cássia. Equipamentos de lazer: uma reflexão sobre o espaço urbano. In: LAGE, Beatriz Helena Gelas (Org.). *Lazer e turismo: conceitos e reflexões*. v.1. São Paulo: Pleiade, 2009, p.53-73.

GIRARDI, Eduardo Paulon. *Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira*. 2008. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

GOETHE, Johann Wolfgang von. *Viagem à Itália*. Tradução de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Cia. Das Letras 1999.

GONCALVES, Adeldo. O inconfidente que virou santo: estudo biográfico sobre Salvador Carvalho do Amaral Gurgel. *Estudos avançados*. São Paulo, v.24, n. 69, p. 119-141, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 abr. 2017.

GRANDE LOJA MAÇÔNICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (GLMERJ). *Lojas/Jurisdicionadas*. Disponível em: <<https://glmerj.org.br/lojas-jurisdicionadas/listar>> Acesso em: 20 mar. 2017.

GRANDE ORIENTE DO BRASIL. *Constituição do Grande Oriente do Brasil*. Protocolada em 25 mai. 2007 e registrada no 2º Ofício de registros de pessoas jurídicas do Distrito Federal, em microfilme sob nº 56834 de 08 jun. 2007. Novo texto pela Emenda Constitucional n. 7, de 23 mar. 2009, publicado no Boletim Oficial n. 6, de 13 abr. 2009. Última Atualização em 27 set. 2016. Disponível em: <[http://www.safl.com.br/\(S\(ymfvhs0xjchdmvmkygy2vx25\)\)/UploadedFiles/Docs/0004.pdf](http://www.safl.com.br/(S(ymfvhs0xjchdmvmkygy2vx25))/UploadedFiles/Docs/0004.pdf)> Acesso em: 18 fev. 2017.

GRANDE ORIENTE DE SÃO PAULO (GOSP). *Filhas de Jó*. (GOSP, 2017). Disponível em: <<http://www.gosp.org.br/paramaconicas/filhas-de-jo/>> Acesso em: 02 abr. 2017.

GRUPO ÁGUAS DO BRASIL. *Águas de Paraty*. 2017. Disponível em: <<http://www.grupoaguasdobrasil.com.br/paraty/agua-e-esgoto/>> Acesso em: 21 mar. 2017.

GUIMARÃES, João Francisco. *Cartilha maçônica: antigos conceitos, com novas abordagens para o Século XXI*. São Paulo: Madras, 2010.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Filosofia, Geografia e Crise da Modernidade. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (Ed.). *Geografia: Pesquisa e Prática Social. Revista Terra Livre* 7. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros e Editora Marco Zero, p.63-92, 1990. HORTAL, Jesus. *Maçonaria e Igreja: conciliáveis ou inconciliáveis?* 6. ed. São Paulo: Paulus, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Rio de Janeiro: Paraty - Informações Completas*. (IBGE, 2017a).

Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=330380>> Acesso em: 16 mar. 2017.

_____. *Infográficos: despesas e receitas orçamentárias e PIB- Paraty- Rio de Janeiro: Paraty*. (IBGE, 2017b). Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/painel/economia.php?lang=&codmun=330380&search=rio-de-janeiro|paraty|info%20gr%C3%A1ficos:-despesas-e-receitas-or%20ament%C3%A1rias-e-pib>> Acesso em: 23 mar. 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Planos de Ação para Cidades Históricas: Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Social- Construindo o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural*. (IPHAN, 2009). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Cartilha%20-%20Planos%20de%20A%C3%A7%C3%A3o%20para%20Cidades%20Hist%C3%B3ricas.pdf>> Acesso em: 15 dez. 2016.

_____. *Iphan lança novas normas para a preservação de Paraty – RJ*. publicação em 30 mai.2011. (IPHAN, 2011). Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1522/iphan-lanca-novas-normas-para-a-preservacao-de-paraty-%E2%80%93-rj>> Acesso em: 23 dez. 2016.

_____. *Registro da Festa do Divino Espírito Santo de Paraty*. Brasília-DF: IPHAN, Departamento do Patrimônio Imaterial, mar. 2012. (IPHAN, 2012). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/29_1%20Festa%20do%20Divino%20de%20Paraty%20%E2%80%93RJ%20%C3%A9%20o%20mais%20novo%20Patrim%C3%B4nio%20Cultural%20Brasileiro.pdf> Acesso em: 03 mar. 2017.

_____. *Festa do Divino de Paraty – RJ é o mais novo Patrimônio Cultural Brasileiro*. Publicação em 03 abr. 2013. (IPHAN, 2013). Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/652/festa-do-divino-de-paraty-%E2%80%93-rj-e-o-mais-novo-patrimonio-cultural-brasileiro>> Acesso em: 03 mar. 2017.

_____. *Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (SNPC)*. (IPHAN, 2016a). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/217>> Acesso em: 14 dez. 2016.

_____. *Bens Tombados*. (IPHAN, 2016b). Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>> Acesso em: 14 dez. 2016.

_____. *O Iphan*. (IPHAN, 2016 c). Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>> Acesso em: 15 dez. 2016.

_____. *Patrimônio Material*. (IPHAN, 2016d). Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>> Acesso em: 16 dez. 2016.

_____. *Livros do Tombo*. (IPHAN, 2016e). Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/608>> Acesso em: 18 dez. 2016.

_____. *Patrimônio Imaterial*. (IPHAN, 2016f). Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>> Acesso em: 20 dez. 2016.

_____. *Paraty* (RJ). Arquivo Noronha Santos/Iphan e IBGE. (IPHAN, 2016g). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/381/>> Acesso em: 10 dez. 2016.

_____. *Parati, RJ: conjunto arquitetônico e paisagístico da Cidade*. (IPHAN, 2016h). Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_arque.gif&Cod=1654> Acesso em: 10 dez. 2016.

_____. Bens Culturais Registrados- *Festa do Divino Espírito Santo de Paraty/RJ*. (IPHAN, 2016i). Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/bcrE/pages/folBemCulturalRegistradoE.jsf?idBemCultural=0_%5Bd36_%4018c5551n%5D8%3Am20852g0_%5B3y3p600001n%5D8%3Am209%2F-nop.%3Atuv.%3Bz%40s1%5Bv8%3Ax3331n%5D8%3Am207> Acesso em: 07 dez. 2016.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL. *O Inepac / Instituição*. (INEPAC, 2016a). Disponível em:
<<http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/home/instituicao>> Acesso em: 17 dez. 2016.

_____. *Litoral fluminense: Paraty 1- processo: E-18/300.459/85*. (INEPAC, 2016b). Disponível em: <http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/179> Acesso em: 16 dez. 2016.

_____. *Serra do Mar / Mata Atlântica 25- processo: E-18/000.172/91*. (INEPAC, 2016c). Disponível em:
<http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/180> Acesso em: 16 dez. 2016.

KARG, Barb; YOUNG, John K. *O Livro Completo dos Maçons: Desvendando os Segredos da Antiga e Misteriosa Sociedade Chamada Maçonaria*. Tradução de José Arnaldo de Castro. 2. ed. São Paulo: Madras, 2012.

KÖCHE, José Carlos. *Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa*. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. Tradução de Contexto traduções. 3. ed. rev. e ampli. São Paulo: Aleph. 2009.

LAGE, Beatriz Helena Gelas; LEITE, Edson Roberto. Patrimônio cultural imaterial brasileiro. In: AJZENBERG, Elza. (Coord.). *Arteconhecimento*. São Paulo: MAC USP/ Programa Interunidades de Pós-Graduação em Estética e História da Arte, 2006, p. 49-55.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão *et al.* 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LEITE, Edson; MARQUES, Jane . Patrimônio histórico: turismo cultural e a interface

com a divulgação digital. In: *INTERCOM*, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. Santos, v. 1, p. 1-15, 29 ago. a 2 set. 2007.

_____. Recursos culturais e patrimônio histórico: evolução da proteção internacional nas cartas patrimoniais. In: LAGE, Beatriz Helena Gelas (Org.). *Lazer e turismo: conceitos e reflexões*. v. 1. São Paulo: Plêiade, 2009. p. 251-271.

_____. *Turismo Cultural e Patrimônio Imaterial no Brasil*. São Paulo: INTERCOM, 2011.

LOHMANN, Guilherme; PANOSSO NETTO, Alexandre. *Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas*. São Paulo: Aleph, 2008.

LOJA SÃO PAULO 43. *Selos Maçônicos do Brasil*. s.d. Disponível em: <<http://www.lojasaopaulo43.com.br/filatelica-maconica.php>> Acesso em: 9 abr. 2017.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. A construção narrativa da memória e a construção das narrativas históricas: panorama e perspectivas. In: Miranda, Danilo Santos de (Org.). *Memória e Cultura: A importância da memória na formação cultural*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2007. p. 52-67.

MACNULTY, W. Kirk.. *A Maçonaria – Símbolos, Segredos, Significado*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. Revisão técnica de Z. Rodrix. 1. ed. 3 .tir. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

MAÇONARIA PARATY (*website*). A.°.R.°.L.°.S.°. União e Virtude I. *Histórico do Marco Maçônico*. (MAÇONARIA PARATY, 2017a). Disponível em: <<https://maconariaparaty.mvu.com.br/site/historia-do-marco-maconico-de-paraty/gqmUY4doDGE-3/atr.aspx>> Acesso em: 02 fev. 2017.

_____. A.°.R.°.L.°.S.°. União e Virtude I. *Nossa Loja*. (MAÇONARIA PARATY, 2017 b). Disponível em: <<https://maconariaparaty.mvu.com.br/site/nossa-loja/S5r9nxzte3s-3/atr.aspx>> Acesso em: 02 fev. 2017.

_____. A.°.R.°.L.°.S.°. União e Virtude I. *Início*. (MAÇONARIA PARATY, 2017c). Disponível em: <<https://maconariaparaty.mvu.com.br/>> Acesso em: 02 fev. 2017.

MAIA, Teresa Regina de Camargo; MAIA, Tom. *Paraty*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/ Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

_____. *Paraty religião & folclore*. Ilustrações de Tom Maia, 1. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1974.

_____. *Paraty religião & folclore*. Ilustrações de Tom Maia, 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.

MELLO, Diuner. *Paraty e a Maçonaria- A presença da Maçonaria em Paraty, seus sinais e símbolos na arquitetura e urbanismo*. Rio de Janeiro: Litteris, 2006.

_____. *Paraty: Roteiro do Visitante*. Informativo Turístico e Cultural. 3. ed., Paraty, 2011.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Os paradoxos da memória. In: Miranda, Danilo Santos de (Org.). *Memória e Cultura: A importância da memória na formação cultural*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2007. p. 13-33.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MONTE, Narciso. Portal 180 graus. *Maçonaria contemporânea e visão de futuro*. Publicação em 29. ago. 2016. Disponível em:
<<http://180graus.com/maconaria/maconaria-contemporanea-e-visao-de-futuro>>
Acesso em: 10 abr. 2017.

MORAES, Marco Antônio de. Tiradentes, Maçom iniciado? *Revista Ciência e Maçonaria* (C&M). Brasília, v. 2, n.2, p. 89-95, jul/dez. 2014. Disponível em:
<www.cienciaemaconaria.com.br/index.php/cem/article/download/34/28> Acesso em: 29 abr. 2017.

MOREL, Marco. Dossiê Sociedades Secretas- A indústria do mistério. A mitificação das sociedades secretas vem sendo mais ressaltada pela mística do que a explicação dos enigmas que as rondam. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Ano 6, nº 69, p.16-21, jun. 2011.

MOURE, Laura Bahia Ramos. *Mobilidade social e apropriação do espaço de Parati: 1970 a 2000*. 2003. 83f. Dissertação (Mestrado em Ciências em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

OLIVEIRA, Rafael Fabricio de. *Rugosidade: Conceito geográfico para pensar o patrimônio cultural*. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. A construção do Brasil: geografia, ação política e democracia. São Luís, 24 a 30 jul. 2016. p.1-11. Disponível em:
<http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1468279067_ARQUIVO_TextoFinalEng2016_RAFAEL_OLIVEIRA.pdf> Acesso em: 18 abr. 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). *Who we are*. Disponível em:
<<http://www2.unwto.org/content/who-we-are-0>> Acesso em: 01 dez. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*. Paris: UNESCO, 1972. Disponível em:
<<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>> Acesso em: 10 mar. 2017.

_____. *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*. Conferência Geral. Tradução do Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2006. Paris: UNESCO, 2003. Disponível em:
< <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>> Acesso em: 15 mar. 2017.

PADILHA, Marcela do Nascimento. Turismo, Patrimônio Histórico e Transformações Socioespaciais em Cidades Tombadas. O caso de Paraty. *Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade*. Caxias do Sul, v. 8, n. 4, p. 1-16, 2016. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/42981/turismo--patrimonio-historico-e-transformacoes-socioespaciais-em-cidades-tombadas--o-caso-de--paraty->> Acesso em: 07 abr. 2017.

PANOSSO NETTO, Alexandre; NECHAR, Marcelino Castillo. Em direção a uma perspectiva crítica em turismo. In: _____; _____. *Turismo: perspectiva crítica: textos reunidos* (Edit.). - Assis: Triunfal Gráfica e Editora, 2016. p.13-23.

PESSOA, Fernando. *As Origens e Essência da Maçonaria*. São Paulo: Landy Editora, 2006.

PIRES, Mario Jorge. *Lazer e Turismo Cultural*. São Paulo: Manole, 2001.

PIZARRO E ARAÚJO, Mons. José de Souza Azevedo. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das Províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil*, Tomo I, Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820.

_____. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das Províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil*, Tomo III. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1822.

PORTAL EVENTOS. *Paraty na rota do Turismo Cultural*. Publicado em 04 jun.de 2008. Disponível em: <<http://www.revistaeventos.com.br/Destino/Paraty-na-rota-do-turismo-cultural/3840>> Acesso em: 20 mar. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARATY. Lei nº 655 de 16 de novembro de 1983. Código de Obras do Município Paraty. O presente Código de obras aplica-se, disciplinando e estabelecendo normas para construções. Paraty, 1983. Disponível em:<http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_n_655_de_16_de_novembro_de_1983.pdf> Acesso em: 20 fev. 2017.

_____. SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA. SOLVING CONSULTORIA EM TURISMO. *Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico do Município de Paraty – Inventário Turístico*. (PDDT, 2003). Paraty: 2003. Disponível em: <<http://www.cepa.tur.br/comtursap/PDT%20Paraty.pdf>> Acesso em: 28 mar. 2017.

_____. Facebook. *Carnaval 2017 - Paraty*. Publicado em 25 fev.2017. Disponível em:<https://www.facebook.com/pg/prefeituradeparaty/photos/?tab=album&album_id=1104410266354235>Acesso em: 28 mar. 2017.

_____. *Como chegar*. (PREFEITURA DE PARATY,2017). Disponível em: <<http://pmparaty.rj.gov.br/page/comocheugar.aspx>> Acesso em: 10 mar. 2017.

PARATY.COM.BR (website). *Como Chegar a Paraty* (2016). Disponível em: <<http://www.paraty.com.br/roteiros.asp>> Acesso em: 17 dez. 2016.

_____. *Museu Forte Defensor Perpétuo*. (PARATY.COM.BR, 2017a). Disponível em: < http://www.paraty.com.br/forte_paraty.asp > Acesso em: 26 fev. 2017.

_____. *Praias de Paraty*. (PARATY.COM.BR, 2017b). Disponível em: <http://www.paraty.com.br/ilhas_praias/praias.asp> Acesso em: 26 fev. 2017.

_____. *Cachoeiras de Paraty*. (PARATY.COM.BR, 2017c). Disponível em: <<http://www.paraty.com.br/cachoei.asp>> Acesso em: 26 fev. 2017.

_____. *Parques e Reservas*. (PARATY.COM.BR, 2017d). Disponível em: <<http://www.paraty.com.br/parques.asp>> Acesso em: 26 fev. 2017.

PRESTES, Eleone. Paraty recebe novas cores com projeto da AkzoNobel .Cerca de 40 casas da cidade histórica foram pintadas em tons de vermelho, verde, azul e ocre. Publicado em 19 fev. 2012. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/noticia/2012/02/paraty-recebe-novas-cores-com-projeto-da-akzonobel-3659793.html>> Acesso em: 03 abr. 2017.

PORTAL EVENTOS. Paraty na rota do Turismo Cultural. Publicado em 04 jun.de 2008. Disponível em: <<http://www.revistaeventos.com.br/Destino/Paraty-na-rota-do-turismo-cultural/3840>> Acesso em: 20 mar. 2017.

PRIESTER, Mariana Freitas. *Os olhares sobre o bairro histórico de Paraty/RJ: análise de intervenções na arquitetura civil e no espaço público* / Mariana Freitas. 2015. 193 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural)- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro. 2015.

RAIMUNDO, Sidnei. *As Ondas do Litoral Norte (SP): Difusão espacial das práticas caiçaras e do veraneio no Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar (1966-2001)*. 2007. 346 f. Tese (Doutorado em Ciências)- Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2007.

_____. Paisagem, Turismo e Análise ambiental. In: TELES, Reinaldo Miranda de Sá (Org.). *Turismo e Meio Ambiente*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 21-44.

RIBEIRO, Wilson. *Maçonaria para leigos e maçons*. São Paulo: Master Book, 2000.
RUSCHMANN, Doris. *Turismo e Planejamento Sustentável: A Proteção do meio Ambiente*. 8. ed. São Paulo: Papirus, 2001.

SADA, Patrícia. Paraty - traçados de um centro histórico. Texto de Maria Fernanda Freire Luís. São Paulo: Projeto, 1989.

SALGUEIRO, Valéria. Grand Tour : uma contribuição à historia do viajar por prazer e por amor à cultura. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 44, p. 289-310, 2002. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v22n44/14001.pdf> > Acesso em: 15 dez. 2016.

SANSÃO, Valdemar. Aventais Maçônicos. s.d. Disponível em: <<http://www.masonic.com.br/trabalho/vs02.pdf>> Acesso em: 04 mar. 2017.

SANTINI, Rita de Cássia Giraldi. *Dimensões do lazer e da recreação: Questões espaciais, sociais e psicológicas*. São Paulo: Angelotti, 1993.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro- Paraty*.2015. TCE-RJ (2015). Disponível em: <<file:///F:/TCC%202017/Estudo%20Socioecon%C3%B4mico%202015%20-%20Paraty.pdf>> Acesso em: 17 abr. 2017.

SEGURA, Mauro. *Blog "Vivaparaty"*. Passos da Paixão. 2015. Disponível em: <http://vivaparaty.blogspot.com.br/2015/05/passos-da-paixao_24.html> Acesso em 05 mar. 2017.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). *Informações Socioeconômicas do Município de Parati*. Rio de Janeiro: SEBRAE, 2008. Disponível em: <<http://www.jornaldeparaty.com.br/pdfs/Paraty.pdf> > Acesso em: 10 mar. 2017.

SUMMERSON, Sir John. *A linguagem clássica da arquitetura*. Tradução de Sylvia Ficher. Revisão da tradução de Monica Stahel. 5.ed. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2009.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. *A viagem: caminho e experiência*. São Paulo: Aleph, 2013.

UNITED GRAND LODGE OF ENGLAND. . *Freemason's hall* -Home of UGLE since 177. 2017. Disponível em: <<http://www.ugle.org.uk/freemasons-hall/>> Acesso em: 17 mar. 2017.

VERDADE ESTAMPADA (BLOGSPOT). *Maçonaria Explicada*. 2017. Disponível em: <<http://averdadeestampada.blogspot.com.br/2010/09/maconaria-explicada.html>> Acesso em: 23 abr. 2017.

APÊNDICE: COMPLEMENTAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA NO MUNICÍPIO.

Casa de “Dona Geralda” (Figuras A-1 e A-2)



Fig.A-1. Casa Dna. Geralda.
(R. Dna. Geralda, em frente à “Praça da Matriz”).
Fonte: A Autora (2014).



Fig.A-2. Casa Dna. Geralda.
Fonte: A Autora (2014).

O sobrado, com as cores azul e amarela, teria sido residência de Dona Geralda, importante figura paratiense.

Casa da “Pintora Djanira” (Figura A-3)



Fig.A-3. Casa da Pintora Djanira.- R. Dr. Samuel Costa, (Rosário)
Fonte: A Autora (2014).

Atualmente, onde funciona a Pousada/Restaurante Bartholomeu, foi a casa da pintora modernista brasileira Djanira.

Sobrado dos Bonecos (Figuras A-4 e A-5)



Fig.A-4. Sobrado dos Bonecos.
R. Ten. Francisco Antônio (Comércio).
Fonte: A Autora (2014).



Fig.A-5. Sobrado dos Bonecos.
Fonte: A Autora (2014).

O Sobrado ou Palacete dos Bonecos é uma das construções mais recentes do século XIX no Centro Histórico. Possui vários estilos arquitetônicos, com telhas azulejadas nas cores branca e azul que remetem a palacetes portugueses. Seu nome é proveniente das cinco estátuas de louça que existiam sobre a platibanda da Casa, as quais foram retiradas e vendidas na década de 1930.

Sobrado do “Príncipe” (Figura A-6)



Fig.A-6. Sobrado do Príncipe (R. Fresca).
Fonte: A Autora (2013).

Possivelmente datado de 1850, o sobrado, conhecido popularmente como

“Sobrado do Príncipe”, pertence a D. João de Orleans e Bragança, descendente de D. Pedro I (1798-1834). Curiosamente, a região onde está localizada esta edificação, em frente ao mar, era destinada como aterro sanitário, mas mesmo assim o pai de D. João a comprou. Hoje em dia é um dos locais mais valorizados.

Sobrado dos “Abacaxis” (Figuras A-7 e A-8)



Fig.A-7. Sobrado dos Abacaxis.
Esq.: R. Dr. Pereira (Praia) e R. Com. José Luiz (Ferraria).
Fonte: A Autora (2014).



Fig.A-8. Sobrado dos Abacaxis.
R. Dr. Pereira (Praia).
Fonte: A Autora (2014).

O Sobrado tem grande destaque devido ao seu estado de conservação e pintura, além dos 20 abacaxis na fachada (símbolo de riqueza, poder).

Engenhos de Cachaça e Festival da Cachaça, Cultura e Sabores (Figuras A-9 a A-12)

Paraty ainda mantém a forte tradição de produção da bebida cachaça. Existem uma série de engenhos de cachaça em Paraty, onde mediante visita agendada, a bebida pode ser degustada e as diversas etapas de sua fabricação são mostradas. Alguns exemplos dos mais famosos engenhos são: Corisco, Coqueiro, Paratiana, Engenho D'Ouro, Maria Isabel, Maré Cheia e Pedra Branca.

Tendo em vista essa tradição, há o Festival da Cachaça, Cultura e Sabores (figuras 106 e 107), criado em 1982 pela Associação Comercial e Industrial de Paraty. Também, em uma das lojas que vendem cachaça no Bairro Histórico de Paraty, há um Museu em tributo à aguardente (figuras A-11 e A-12).



Fig.A-9. Folder (divulgação) "Festival da Cachaça".
Fonte: disp. *in loco* pela Sec.-Tur. de Paraty (2014).



Fig.A-10. Divulgação (Cachaças, Cultura e Sabores).
Fonte: disp. *in loco* pela Sec.- Tur. (2014).



Fig. A-11. Loja-Cachaça.
R. Dr. Samuel Costa (Rosário).
Fonte: A Autora (2014).



Fig.A-12. Museu da Cachaça.
R. Dr. Samuel Costa (Rosário).
Fonte: A Autora (2014).

Biblioteca Municipal Fábio Villaboim (Figuras A-13 e A-14)



Fig.A-13. Biblioteca Municipal.
Largo de Santa Rita, s/n (antiga cadeia)
Fonte: A Autora (2014).



Fig.A-14. Detalhe- Biblioteca.
Fonte: A Autora (2014).

A Biblioteca Municipal Fábio Villaboim está ao lado da Igreja Santa Rita, no Prédio onde funcionava a Casa de Detenção de Paraty, no século XVIII. Esta edificação é remanescente como um dos elementos da Fortaleza da Patitiba, que foi desativada e ruída, sendo demolida em meados do Século XIX.

A Biblioteca foi criada em 1872 e é administrada pelo Instituto Histórico e Artístico de Paraty. Passou por uma revitalização em 1992 e atualmente são encontrados livros e documentos dos séculos XVIII ao XXI em seu acervo.

Forte Defensor Perpétuo (Figuras A-15 a A-18)

Tombamento federal do Forte Defensor Perpétuo (Processo 532-T- 55, Livro do Tombo Histórico, volume nº. 1, folha 53, inscrição nº. 318-A, em 09/01/1957)



Fig.A-15. Forte Defensor Perpétuo.
Fonte: A Autora (2013).



Fig.A-16. Canhões de 1816, no Forte.
Fonte: A Autora (2013).



Fig.A-17. Vista (caminho para o Forte).
Fonte: A Autora (2013).



Fig.A-18. Vista do Forte: Baía de Paraty.
Fonte: A Autora (2013).

O Forte Defensor Perpétuo está localizado no Morro do Forte, o antigo Morro da Vila Velha, onde muito provavelmente existiu o povoamento de São Roque. Construído no século XVIII e restaurado em 1822, recebeu tal denominação como homenagem ao Imperador D. Pedro I, que possuía esse título.

Cotrim (2012) levanta a possibilidade de que as construções deste forte e a outra fortificação no alto da Ilha da Bexiga (que se encontra em ruínas), talvez tenham servido como um meio para desviar a atenção de inimigos e ajudar nas manobras do contrabando e tráfico de escravos (já que não fazia sentido a existência desses fortes em uma baía rasa e lodosa, a qual teria funcionado como um impeditivo natural ao acesso de grandes embarcações).

O Forte possui vista para a Baía de Paraty (figura A-18). Estão espalhados por seu jardim, oito canhões e ainda possui uma Casa da Pólvora, uma das poucas ainda existentes no Brasil. O museu do Forte, com exposição permanente que inclui artesanato caiçara, também contém o Centro de Artes e Tradições Populares. Foi reaberto no início de 2017.

Em 1957, foi autorizada a sua transferência da jurisdição do Ministério da Guerra para o da Educação e Cultura. Nos anos 60, foi restaurado pelo IPHAN e esteve sob administração da 6ª Diretoria Regional (depois Coordenadoria e Superintendência Regional).

Na década de 70, após as obras de restauração empreendidas pelo IPHAN, sob a coordenação do arquiteto Edgar Jacintho da Silva, o monumento foi aberto à visitação, com a montagem da exposição “Referência Documental acerca da Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty”, no Quartel da Tropa, com réplicas de documentos, mapas e alguns objetos. Atualmente, o museu está sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. (MUSEU FORTE DEFENSOR PERPÉTUO-PARATY.COM.BR, 2017a)

Chafariz de Mármore (Figuras A-19 e A-20).



Fig.A-19. Praça do Chafariz.
Fonte: A Autora (2014).



Fig.A-20. Chafariz "do Pedreira".
Fonte: A Autora (2014).

O Chafariz de Mármore, também conhecido como Chafariz "do Pedreira", mandado construir pelo Conselheiro Luiz Pedreira do Couto Ferraz em mármore branco, foi inaugurado em 1851, para abastecer água aos paratienses e aos tropeiros que faziam as viagens pela Serra. Está localizado na Praça do Pedreira (ou Praça do Chafariz - outrora, Largo do Domingos Ourives), próximo ao Centro Histórico de Paraty.

Santa Casa de Misericórdia (Figura A-21)

O prédio da Santa Casa (Processo nº. 563-T-57, Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico folha 4, inscrição nº. 17, em 13/02/1958 e Livro do Tombo das Belas Artes volume I, folha 82, inscrição nº. 441 em 13/02/1958)



Fig.A-21. Santa Casa de Misericórdia.
Fonte: A Autora (2013).

A Santa Casa de Misericórdia de Paraty, fundada em 1822, está localizada na margem esquerda do rio Perequê-Açu no Bairro Pontal, próximo ao Bairro Histórico. Foi construída para ser hospital e atualmente é o Hospital Municipal de Paraty.

Caminho do Ouro - Estrada Real/ Trilhas nas Montanhas (Figuras A-22 a A-25)

O Caminho do Ouro possui um trecho da Estrada Real em Paraty - mencionado no Capítulo 02 – e utiliza partes das antigas trilhas para formar um circuito que abrange arte e turismo.

Estrada construída pelos escravos entre os séculos XVII e XIX, a partir de trilhas dos índios guaianazes, a Estrada Real, Caminho do Ouro em Paraty, está bastante preservado e se encontra envolto pela exuberância da Mata Atlântica do Parque Nacional da Serra da Bocaina.

Ponto de passagem obrigatório, nos séculos XVII e XVIII, o caminho ligava Minas Gerais a Rio de Janeiro e São Paulo. No chamado “Ciclo do Ouro”, Paraty exercia a função de Entrepasto Comercial e também por sua posição geográfica, porto escoadouro da produção de ouro de Minas para Portugal. Foi uma das mais importantes cidades portuárias do século XVIII.

Visitar o Caminho do Ouro permite conhecer, não só uma importante obra de engenharia, mas também uma ecologia deslumbrante e o povo paratiense com sua cultura, seu passado e seu presente. Aqui o turista encontra belas cachoeiras, pousadas charmosas, gastronomia de qualidade, alambiques artesanais e ateliers especiais. (CIRCUITO CAMINHO DO OURO EM PARATY, 2017)



Fig.A-22. Percurso: Circuito Caminho do Ouro.
Fonte: CIRCUITO CAMINHO DO OURO (2017).

É interessante também mencionar que faz parte desse circuito, na Estrada Paraty-Cunha, o Parque Temático e Cultural Mini Estrada Real, que representa a Estrada Real em miniatura, com réplicas de edificações que integram o Percurso (figuras A-23, A-24 e A-25).



Fig.A-23. Miniatura-Estrada Real.
Fonte: MINIESTRADA REAL (2017).



Fig.A-24. Igreja Santa Rita em miniatura.
Fonte: MINIESTRADA REAL (2017).



Fig.A-25. Miniatura de escravos- trabalhando para a construção da Estrada.
Fonte: MINIESTRADA REAL (2017).

Dentre as trilhas nas Montanhas mais visitadas está o Caminho do Ouro; além da Estrada dos Degraus (ou Trilha dos Sete Degraus/ Caminho do Café, em que se desce a Serra do Mar até Paraty e se junta com o Caminho do Ouro após a Serra); Trilha Corisco/Picinguaba (que vai de Paraty a Ubatuba pela Serra do Mar); dentre outras.

Praias, ilhas, cachoeiras, parques e reservas (Figuras A-26 a A-34)

Na Baía de Paraty existem cerca de 60 praias e 65 ilhas (figuras A-26 a A-31) sendo que as praias em frente à Cidade normalmente não são adequadas para banho por serem lodosas e de fundo de baía. Algumas das praias são acessadas através de carro, mas em grande parte, as praias e ilhas têm acesso por barco. Muitas dessas têm a natureza quase intocada pelo homem e preservam a cultura caiçara ancestral, como sua arte, artesanato, culinária e meios tradicionais de subsistência. Atividades como pescaria, mergulho, lazer e turismo são frequentes todos os dias nestes locais, existindo agências especializadas em Paraty para o desenvolvimento dessas.



Fig.A-26. Praia próxima ao Centro de Paraty.
Fonte: A Autora (2009).

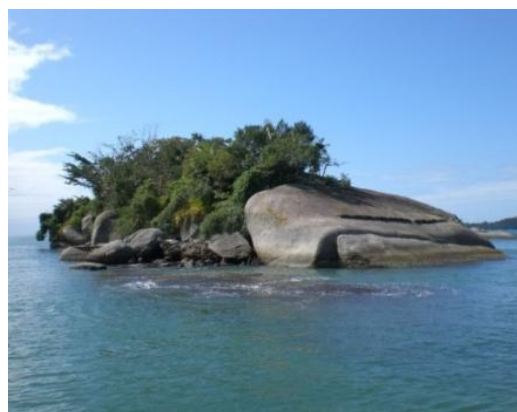


Fig.A-27. Ilha em Paraty.
Fonte: A Autora (2009).



Fig.A-28. Ilha em Paraty.
Fonte: A Autora (2009).



Fig.A-29. Ilha em Paraty.
Fonte: A Autora (2009).



Fig.A-30. Natureza- Ilha em Paraty.
Fonte: A Autora (2009).



Fig.A-31. Praia em Ilha paratiense.
Fonte: A Autora (2009).

Na figura A-32 há a enumeração das praias na Baía de Paraty, bem como uma classificação elaborada pela equipe do *website* “Paraty.com.br”, de iniciativa privada. Também da mesma fonte, há a figura A-33, com as cachoeiras da região, dentre as quais algumas estão situadas no Parque Nacional da Serra da Bocaina, que não oferece prestação de serviços ao turista por ainda não ter consolidado estratégias de visitação.

A figura A-34 mostra os parques naturais e reservas existentes na região (Parque Nacional da Serra da Bocaina, Reserva Ecológica da Joatinga, APA - Área de Proteção Ambiental- do Cairuçú, Parque Estadual/ Área de Lazer Paraty-Mirim, APA Municipal da Baía de Paraty), já que o Município encontra-se em uma área privilegiada do ponto de vista ambiental.

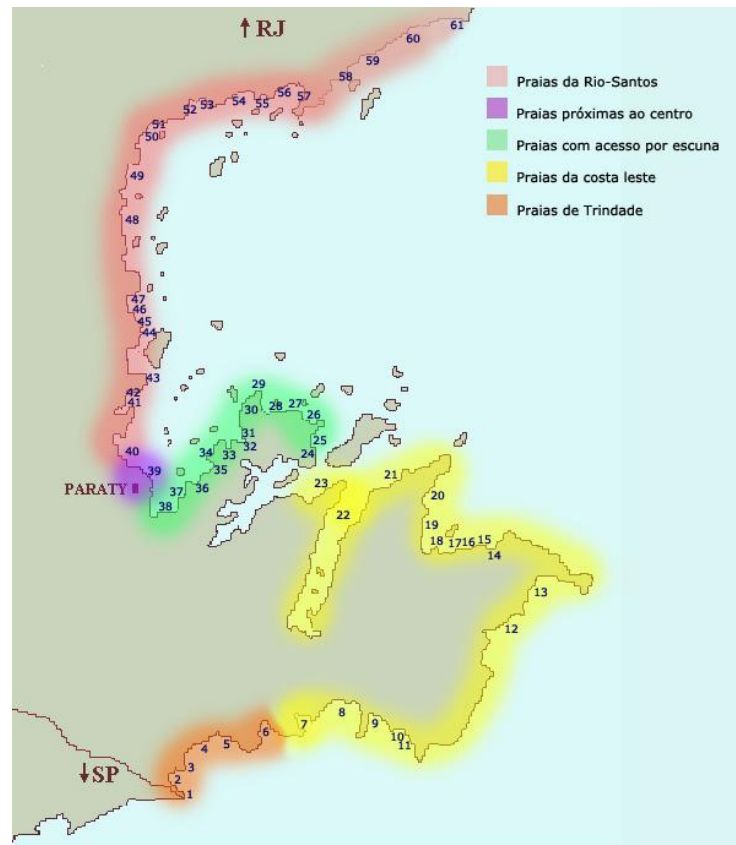


Fig.A-32. Praias de Paraty (tipologia).
Fonte: PARATY.COM.BR (2017b).



Fig.A-33. Cachoeiras em Paraty.
Fonte: PARATY.COM.BR (2017c).



Fig.A-34. Parques e Reservas.
 Fonte: PARATY.COM.BR (2017d).

A comunidade de Paraty tem muitas de suas tradições centenárias mantidas, principalmente, suas festas religiosas em homenagem aos Santos (como a Festa de Nossa Senhora dos Remédios, Festa de Santa Rita, Festa de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, Semana Santa, dentre outras). Há também as festas profanas (como o Carnaval – figura A-35). Muito da cultura de parcelas minoritárias do povo paratiense é perpetuada através da valorização do turismo.



Fig.A-35. Carnaval 2017.
 Realização: Prefeitura de Paraty em parceria com a Polícia e o Corpo de Bombeiros, para garantir a segurança dos foliões.
 Fonte: PREFEITURA DE PARATY- facebook (2017).

Festa do Divino Espírito Santo de Paraty (Figuras A-36 a A-40)

Registro da Festa do Divino Espírito Santo de Paraty (Patrimônio Imaterial) inscrito no Livro de Registro das Celebrações do IPHAN, em 03/04/2013.

As origens da Festa do Divino são atribuídas, normalmente, à Rainha Isabel (1271-1336) e sua devoção religiosa. Em Paraty, a Festa do Divino acontece desde o século XVIII, homenageando a Terceira Pessoa da Santíssima Trindade. É uma celebração fundamental para a construção e afirmação da identidade cultural do paratiense. “(...) A Festa possui, ainda, relevância nacional, na medida em que traz elementos essenciais para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira, além de ser uma referência cultural dinâmica e de longa continuidade histórica.” (IPHAN, 2013)

A esquemática da Festa é quase a mesma do início, tendo seu ápice com a coroação de um Imperador e devido a sua grandeza, a comunidade começa a organizar a Festa um ano antes de sua realização, com a escolha de um ou mais “festeiros” (“casa do festeiro”) para administrar as atividades religiosas ou profanas. No dia de Pentecostes, uma procissão sai da casa do festeiro e segue à Igreja para realização de missa. Seu encerramento acontece ao final do dia com a Missa de Ação de Graças, em que são anunciados os próximos festeiros da Festa do outro ano e há uma grande queima de fogos.

A viabilização dos diferentes momentos da festa está dividida entre a Paróquia local, encarregada da parte litúrgica, e a prefeitura, encarregada da parte profana, como as barracas da quermesse, shows e jogos. As ruas, as fachadas das casas e a igreja são enfeitadas de branco e vermelho. A população local participa com grande empenho, com doações e ajudas diversas, realizadas em sua maioria para agradecer a graça concedida ou fazer uma promessa [...] (IPHAN, 2012 ,p.08).

A Festa do Divino é uma demonstração de religiosidade e confraternização de vários grupos sociais. Sobre sua popularidade, Silvio Romero (aproximadamente em 1878) *in* Maia (1974, p.49) faz uma observação e também uma crítica:

em Parati, na Província do Rio de Janeiro, a festa mais célebre é a do Espírito Santo. Nesta manifesta-se a instituição popular do Imperador da festa. Cumpre ponderar que nota-se uma apreciável decadência em todas as folganças e festividades populares. A tradição as dá muito mais freqüentes e animadas há trinta ou quarenta anos passados. Não deixam de ter contribuído para isso, além de outras causas, a moderna intolerância dos vigários e o zelo antiestético dos delegados de polícia.



Fig.A-36. Folder (divulgação) Festa do Divino.
Fonte: disponibilizado pela Sec.Tur. (2014).

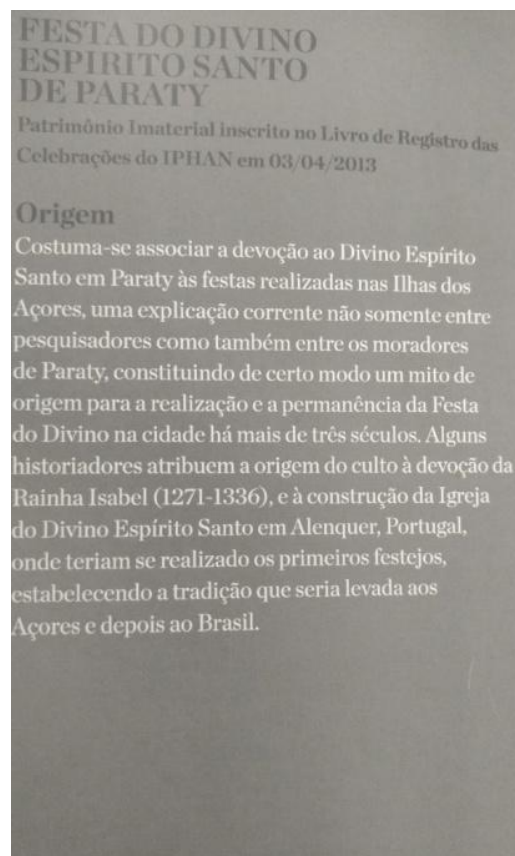


Fig.A-37. Sobre a Festa do Divino.
Fonte: disponibilizado pela Sec.Tur.(2014).



Fig.A-38. Sobre a Festa do Divino.
Fonte: disponibilizado *in loco* pela Sec.Tur.(2014).



Fig.A-39. Fachadas enfeitadas para a Festa.
Autor: GASPAR, R. (2014).
Fonte: GASPAR, E. (BLOG PARATY, 2014).



Fig.A-40. Igreja Matriz na Festa do Divino.
Autor: GASPAR, R. (2014).
Fonte: GASPAR, E. (BLOG PARATY, 2014).

Festa Literária Internacional de Paraty (Figura A-41)

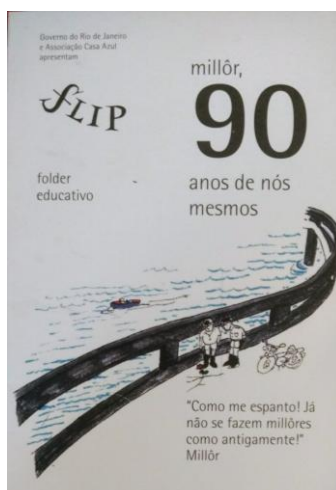


Fig.A-41. Material de Divulgação da FLIP -2014.
Fonte: disponibilizado *in loco* pela Sec.Tur. (2014).

A Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP) organizada pela Associação Casa Azul e criada em 2003, oferece experiências em Paraty permeadas pela literatura, como palestras, mesas redondas, debates e outros eventos que reúnem uma grande quantidade de autores reconhecidos no Brasil e no Exterior, além da imprensa e turistas. Normalmente, grande parte dos meios de hospedagem de Paraty têm lotação máxima e os preços em geral sobem durante a realização dessa Festa.

Às margens do rio Perequê-Açu, numa tenda especialmente montada para a festa, autores se reúnem em conversas que transitam por múltiplos temas, como teatro, cinema e ciência. Além disso, a Flip oferece uma programação que mantém seus princípios fundadores: originalidade, intimismo, informalidade, o encontro singular entre escritores e público e, acima de tudo, ações de permanência. Flipinha, FlipZona e FlipMais compõem o programa da festa, com atividades que combinam literatura infantojuvenil, performance, debates, artes cênicas e visuais.

Cada edição presta homenagem a um autor brasileiro – uma maneira de preservar, perpetuar, difundir e valorizar a língua portuguesa e a literatura do Brasil. Pensados pelo curador da festa, os eixos temáticos são apresentados a partir de um vigoroso time de escritores e escritoras. Salman Rushdie, Don DeLillo, Arian Suassuna, Isabel Allende, Neil Gaiman, Angélica Freitas, Toni Morrison e Chico Buarque são alguns dos nomes que já circularam por Paraty. Como de costume, trazer à tona autores da nova geração também é parte fundamental da programação da Flip. (FLIP, 2017)

Danças folclóricas

As danças folclóricas em Paraty foram categorizadas por Mello (2011), em dois grupos, apresentados a seguir, nos quais estão as danças com algumas de suas principais características:

Danças de Salão: destacam-se a Ciranda (que é uma dança de roda - cavalheiros por fora e damas por dentro), cana-verde-demão (grupos de dois pares que evoluem ao som de música), cana-verde-valsada (pares dançam abraçados como em uma valsa), canoa (outra música valsada); arara (mesma dança da canoa, em que um dançador sozinho passeia entre os pares), marca de lenço (como a dança da arara, mas uma mulher fica sozinha neste caso), Felipe (dança de pares que evoluem até ouvirem um refrão da música e se separam), Caranguejo (dança de roda de homens e mulheres).

Danças de grupo: Chiba Cateretê (sapateado forte, evolução entre pares e os músicos), Dança dos Velhos (dança que é uma sátira, em que os participantes vestem-se de velhos do Século XIX), Dança das Fitas (dança em homenagem à árvore).

Não mais se dançam aqui o Chiba Cruzado, o Caiapô, a Marujada e o Coquinho. Outras danças como a Marrafa, a Flor do Mar e a Tontinha são somente dançadas pelo Grupo Folclórico de Tarituba em algumas festas e em ocasiões especiais. Recentemente a Comunidade Quilombola do Campinho da Independência vem resgatando o Jongo, que se apresenta em algumas festividades. (MELLO, 2011, p.34)

Alguns Segmentos no Turismo, que estão sob a égide da cultura e se relacionam com o Turismo Cultural:

Turismo Rural (Figuras A-42 e A-43)

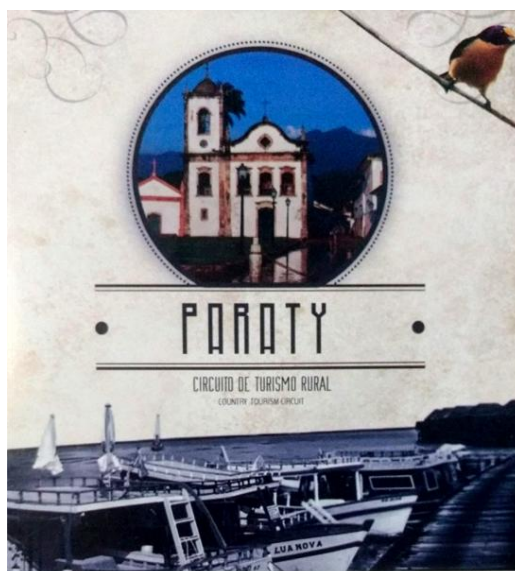


Fig.A-42. *Folder (divulgação) Circuito de Turismo Rural em Paraty.*
Fonte: disponibilizado *in loco* pela Sec.Tur. (2014).

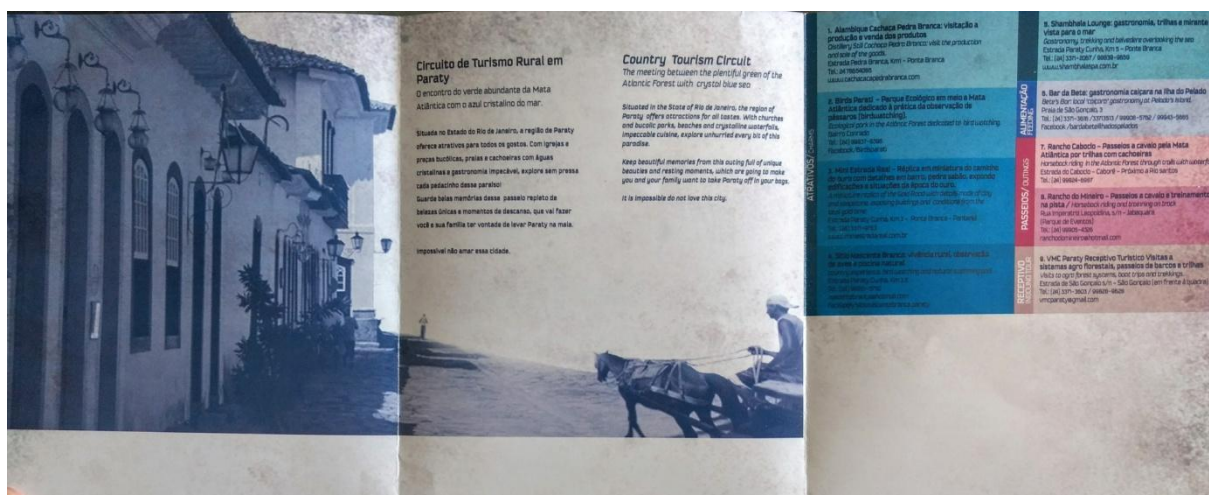


Fig.A-43. Sobre o Circuito de Turismo Rural em Paraty.
Fonte: disponibilizado *in loco* pela Sec.Tur. (2014).

Turismo de Esportes e Aventura (Figuras A-44, A-45 e A-46)

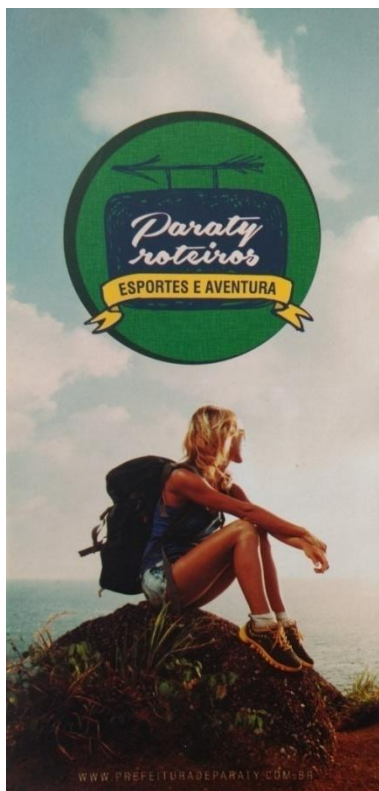


Fig.A-44. Folder (divulg.) Paraty-Esportes e Aventura.
Fonte: disponibilizado *in loco* pela Sec.Tur. (2014).



Fig.A-45. Esportes e Aventura (Mapa).
Fonte: disp. pela Sec.Tur. (2014).



Fig.A-46. Roteiros – Esportes e Aventura em Paraty (roteiros).
Fonte: disponibilizado *in loco* pela Sec.Tur. (2014).

Turismo de Base Comunitária/Sustentável (Figuras 122 a 129)

Paraty resguarda Comunidades Tradicionais que possuem peculiaridades em relação ao cultivo de suas tradições, em contato com o mar, a Serra e a Mata. Assim, existem em Paraty Comunidades Caiçaras, Quilombolas e Indígenas, algumas das quais integram o sistema de turismo de base comunitária e o turismo sustentável, como a Aldeia Indígena de Paraty-Mirim (fig.A-49), a Comunidade Quilombola do Campinho (fig.A-51). Além disso, há a valorização das expressões e dialetos usados, sobretudo antigamente, pelas Comunidades Caiçaras (fig.A-50), com a realização do Glossário (fig.A-53) propiciado pela Casa da Cultura de Paraty (fig.A-54).

Na área cultural, há desde o consagrado city-tour pelo centro histórico até vivências de culturas tradicionais nos quilombos e aldeias indígenas, além de passeios interpretativos pelo Caminho do Ouro e museus da região. Ainda no centro histórico, há a Casa da Cultura, um espaço interativo que permite conhecer mais sobre a cultura e história de Paraty. Os eventos culturais, tradicionais e contemporâneos, trazem visitantes para a cidade durante o ano todo. (M-TUR, 2017b)

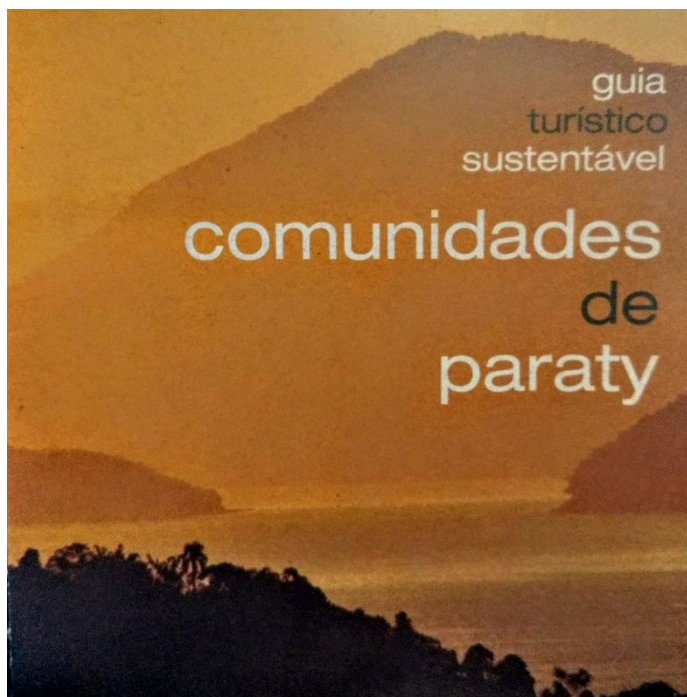


Fig.A-47. Folder (divulgação) Guia Turístico Sustentável das Comunidades de Paraty. Fonte: disponibilizado *in loco* pela Sec.Tur. (2014).



Fig.A-48. Folder (divulgação) Guia Turístico Sustentável- entre a floresta e o mar.

Fonte: disponibilizado *in loco* pela Sec.Tur. (2014).



Fig.A-49. Folder (divulgação) Guia Turístico Sustentável- Paraty-Mirim.

Fonte: disponibilizado *in loco* pela Sec.Tur. (2014).

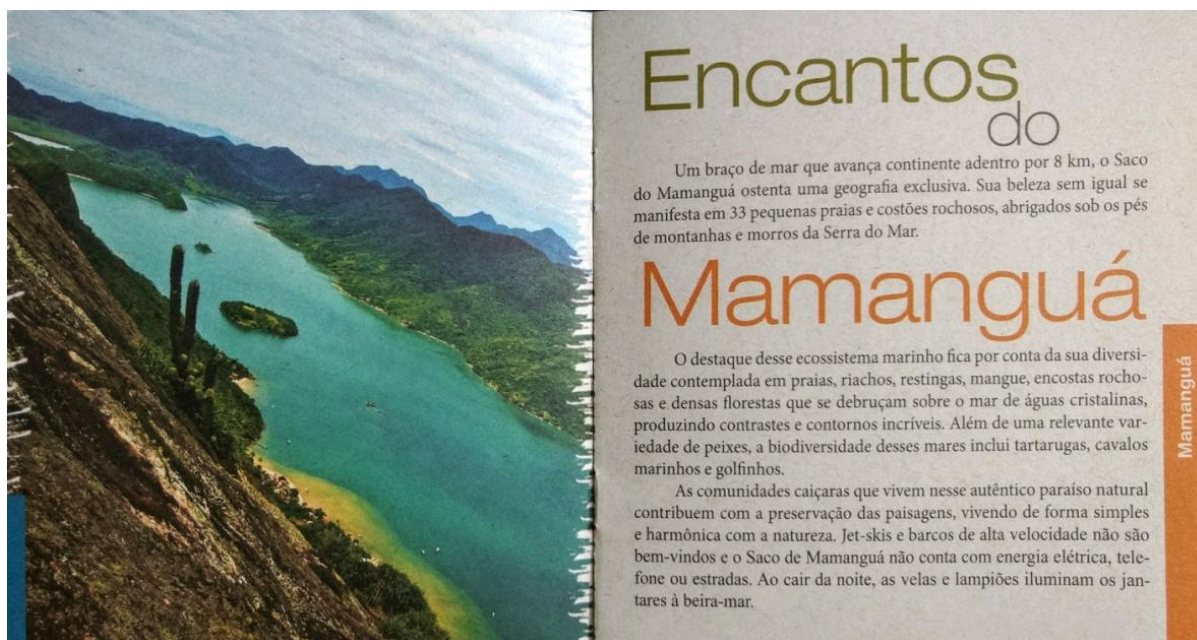


Fig.A-50. *Folder (divulg.) Guia Turis. Sust.- Encantos do Mamanguá (comunidades caiçaras).*
Fonte: disponibilizado *in loco* pela Sec.Tur. (2014).



Fig.A-51. *Folder (divulg.) Guia Turis. Sust. Comunidade Quilombola Campinho da Independência.*
Fonte: disponibilizado *in loco* pela Sec.Tur. (2014).



Fig.A-52. *Folder (divulg.) Guia Turístico Sustentável. Atrativos e atividades em reservas e áreas de proteção ambiental: Morro do Pão de Açúcar, Canoagem e Cultura.*
 Fonte: disponibilizado *in loco* pela Sec.Tur. (2014).

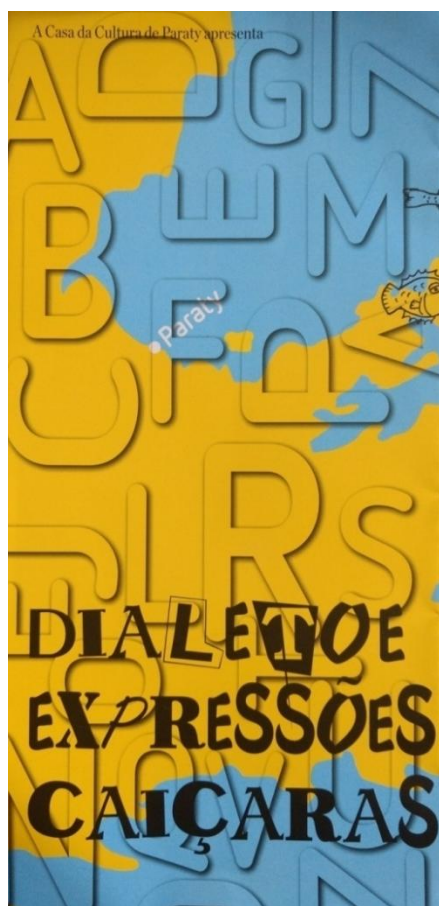


Fig.A-53. *Folder- Dialetos e Expressões Caiçaras.*
 Fonte: disp. *in loco* pela Sec.Tur. (2014).



Fig.A-54. *Sobre o Glossário Caiçara.*
 Fonte: disp. pela Sec.Tur. (2014).

Outros destaques: artesanato (figuras A-55 e A-56); Teatro de bonecos-peça “Em Concerto” - Grupo Contadores de Estórias (fig. A-57); Museu do Território de Paraty (pesquisa e comunicação do processo de transformação territorial de Paraty, patrimônio material e imaterial, -em desenvolvimento); Capela de Santa Cruz da Generosa (está localizada às margens Rio Perequê-Açu, no Beco do Propósito), Capela do Corumbê (situada no Bairro dos pescadores do Corumbê); Cruz das Almas / Santa Cruz dos Enforcados (o sítio em que a cruz se encontra é o antigo caminho do Pelourinho, hoje Rua Presidente Pedreira), Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Paraty-Mirim (localizada na Praia de Paraty-Mirim), Sesc (Serviço Social do Comércio)-Paraty (fig.A-58); dentre tantos outros festivais, locais e aspectos culturais.

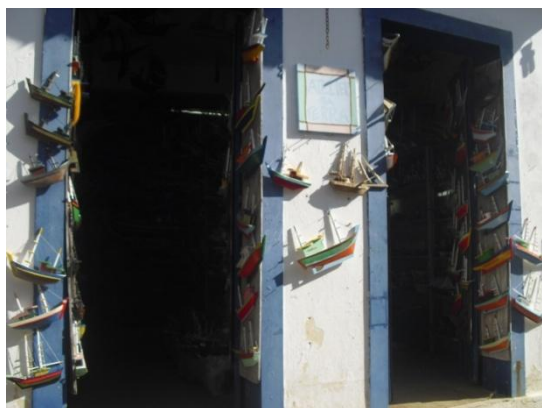


Fig.A-55. Ateliê. Esq. R. do Fogo e R. da Lapa.
Fonte: A Autora (2014).



Fig.A-56. Interior: Ateliê de Barcos em madeira.
Fonte: A Autora (2014).



Fig. A-57. “Em concerto”.Teatro Espaço-Paraty.
R. Dna. Geralda (Mercado).
Fonte: A Autora (2014).



Fig.A-58. SESC (Sede Provisória).
R. Marechal Santos Dias (Matriz).
Fonte: A Autora (2014).

ANEXO: HISTÓRICO DO MARCO MAÇÔNICO

Durante almoço em um restaurante aqui em Paraty, os Irmãos Renato Luis Marques Ellena e João Hélio Marques, lendo artigo sobre marco maçônico colocado na lua, tiveram a idéia de colocar um também nas profundezas do mar. Aí começou a história, em outubro de 2005.

Em março, começam a rodar os ferro velhos da cidade, à procura de materiais para a produção do mesmo. Irmão Cláudio Magalhães de Alvarenga e Renato, juntamente com Maurino Leonardo, mais conhecido como Feijão, encontram uma roda de 56 kg com 1 metro e 7 cm de diâmetro. Quinze dias depois, encontram dois pedaços de trilho de trem. Dez dias depois descobrem, no bairro do Pantanal, uma barra de ferro em forma de “I”. Em seguida, estes ferros foram transportados pela “Maçonete” (uma caminhonete Peugeot), para a marina Píer 46, do Irmão Júlio Stanisce, que cortou e confeccionou o símbolo maçônico, com a assessoria dos Irmãos Renato e Cláudio. No final, pesando aproximadamente 250 kg, 4m de altura e 2,70 m de largura, ficou pronto.

No dia 12 de maio, foi preparada a lancha Caapeba para transportar este marco maçônico. Porém, por causa do mau tempo, ficaram impossibilitados de transportá-lo. No dia 13, o sobrinho Alexandre Augusto Stanisce ofereceu a traineira “Mone”, com toda sua tripulação e ajudantes: o Capitão Marcelo Fernandes de Souza, o Imediato Paulo Sérgio de Abreu, o Irmão Júlio, os De Molay's Piter Stanisce Alvarenga e Lui Menezes de Oliveira Stanisce, representantes do Capítulo Luz da Costa Verde e o sobrinho Julio Stanisce Júnior, o Julinho.

Ficaram então duas embarcações, a lancha Caapeba, com o Irmão Renato, Irmão Cláudio, as cunhadas Cornelia de Mendonça e Maria das Graças Aguiar Alvarenga, a Gracinha, a FDJ Maria de Mendonça Ellena, representante do Bethel 14 Aurora Milenar de Volta Redonda, atuando também como mergulhadora e fotógrafa, e o ajudante Jeremias Viana Gomes.

No dia 13 de maio de 2006, foi embarcado então o símbolo maçônico da marina Píer 46, para a traineira “Mone”.

No dia seguinte, 14 de maio de 2006, saíram então as duas embarcações por volta de 6 horas da manhã, uma fria manhã de domingo, “Dia das Mães”, em direção a uma determinada ilha na Baía de Paraty. Ao chegarem na ilha, os mergulhadores

Cláudio, Renato e Alexandre, escolheram o local ideal para a instalação do marco maçônico. Vale lembrar que o local escolhido para fundear este Marco Maçônico não foi feito à revelia. Nos meses de março e abril, mergulharam inúmeras vezes até achar o local ideal para a instalação do mesmo.

Observação da Cunhada Cornelia: O dia escolhido para fundear este Marco Maçônico, por ser o “Dia das Mães”, deve ser especialmente ressaltado. A importância da Mulher na Maçonaria é bastante significativa, pois, embora não participe diretamente nos trabalhos maçônicos, ela, enquanto seus maridos, pais, ou filhos estão dentro de Loja, se constituem em guardiãs do lar. Elas possuem a capacidade de reunir a família em torno de si, de agregar e de dar apoio nos momentos em que os homens assim precisem. Este foi o elo que me fez dar o apoio necessário para a instalação deste Marco Maçônico, patrocinando e incentivando meu marido e os cunhados a concretizarem este projeto único e de grande simbolismo.

AGRADECIMENTOS:

Irmão Renato e Cunhada Cornelia, pelo patrocínio das ferragens, pela lancha Caapeba e lanche da tripulação.

Irmão Cláudio e cunhada Gracinha, pela “maçonete”.

Irmão Júlio, pela marina e pintura do marco.

Sobrinho Alexandre, pela traineira e tripulação.

Sobrinhos Julinho, Lui, Piter, Maria e cunhada Cornelia, pelas fotos.

Os Irmãos acima citados, Júlio Stanisce, Claudio Alvarenga, Renato Ellena e João Hélio Marques, nesta época, eram membros da A.R.L.M. União e Beleza nº 88, Or.: de Paraty, RJ.

Os De Molays Piter Alvarenga e Lui Stanisce são membros do Capítulo Luz da Costa Verde que está sob a responsabilidade da A.R.L.S União e Vitória nº 2622, Or.: de Angra dos Reis, RJ., GOB/RJ.

A Filha de Jó Maria de Mendonça Ellena é membro do Bethel Aurora Milenar de Volta Redonda que está sob a responsabilidade da A.R.B.L.M. Esfinge 22, Or.'. de Volta Redonda, R.J.

Obs: O Irmão Renato Ellena hoje é membro da Loja Mangaratiba nº 3048, Or.'. de Mangaratiba, R.J., GOB/RJ e da Loja União e Virtude I nº 3956, Or.'. de Paraty, R.J., GOB/RJ, do Rito Adonhiramita, onde foi um dos fundadores e é o Presidente atual.

Obs: Maurino Leonardo(Feijão) - In Memoriam

Mais informações:

Ir.: Renato Luis Marques Ellena - Tel: (24) 3371 2280
(24) 7835 6757
ID 87*23256

Ir.'.Alexandre Stanisce – Tel: (24) 7811 6734
ID 96*62254

Paraty, 20 de outubro de 2012.